



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

NASCIDOS, MORTOS E DESAPARECIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

Vera A. C. Capucho
Contrato de Serviço nº: SA-3548/2013
Projeto 914 BRZ 3010



Secretário

Rogério Sottili

Secretária-adjunta

Larissa Beltramim

Chefe de Gabinete

Joana Zylbersztajn

Coordenadora de Direito à Memória e à Verdade

Carla Juliana Pissinatti Borges

Pesquisa e Produção

Vera A. C. Capucho

SUMÁRIO

Apresentação	04
Nascidos e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo	06
Nascidos no município de São Paulo e mortos em outra localidade	36
Nascidos em outra localidade e mortos no município de São Paulo	79
Referências	256

Apresentação

O presente documento contém textos analítico-descritivos elaborados a partir da pesquisa biográfica dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo, SP e atende, parcialmente, a exigência do PROJETO 914BRZ3010 EDITAL Nº 10/2013, o qual tem por objeto a realização de pesquisas biográficas sobre pessoas que tenham sofrido ou supostamente cometido violações aos direitos humanos durante a ditadura militar no município de São Paulo, a fim de subsidiar as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no município de São Paulo, SP.

A definição dos sujeitos pesquisados definiu-se com base no interesse do proponente, o qual priorizou os casos relacionados ao Município de São Paulo. Dessa forma os dados foram organizados em: a) nascidos e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo; b) nascidos no município de São Paulo e mortos ou desaparecidos em outras localidades; c) nascidos em outras localidades e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo.

O total de casos identificados foi de 105, sendo 11 referentes aos nascidos e mortos e desaparecidos no município de São Paulo, 16 nascidos no município de São Paulo e mortos ou desaparecidos em outras localidades e 78 nascidos em outras localidades e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo.

A coleta de dados foi precedida da identificação de fontes capazes de fornecer as informações adequadas ao problema proposto. Para tanto o ponto de partida foi o livro-relatório Direito à Memória e à Verdade, produzido no âmbito da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos o qual,

“registra para história o resgate dessa memória. Só conhecendo profundamente os porões e as atrocidades daquele lamentável período de nossa vida republicana, o País saberá construir instrumentos eficazes para garantir que semelhantes violações dos Direitos Humanos não se repitam nunca mais.”

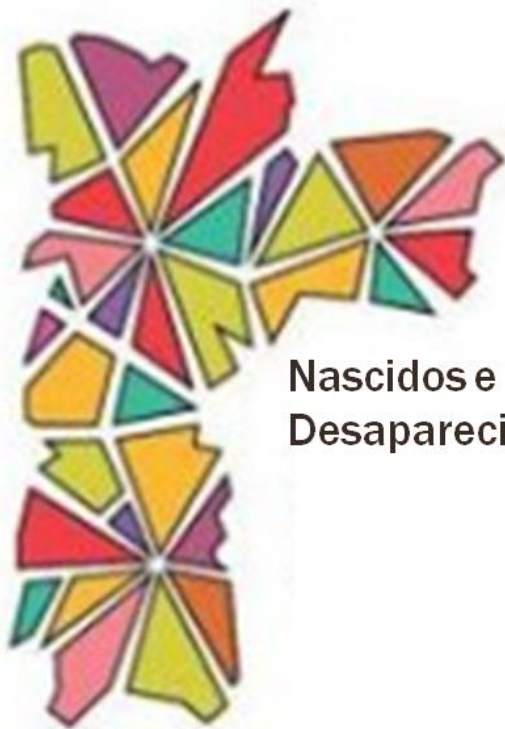
(Brasil, 2007. p.18)

Complementando os dados ou trazendo novas informações foram consultados os casos disponibilizados no site da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, veículo de esclarecimento público sobre os trabalhos da referida Comissão, no qual é possível acessar

documentos, pesquisas e informações sobre violações de direitos humanos e agressões aos direitos da cidadania praticadas no período da Ditadura Civil Militar Brasileira.

Afora as fontes explicitadas, também foram realizadas pesquisas na base de dados disponibilizada pelo site do Centro de Documentação Eremias Delizoicov, o qual em conjunto com a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos organizaram e desenvolveram o site www.desaparecidospoliticos.org.br, o qual tem por o objetivo divulgar as investigações sobre as mortes, a localização dos restos mortais das vítimas da ditadura e identificar os responsáveis pelos crimes de tortura, homicídio e ocultação dos cadáveres de dezenas de pessoas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964/85).

Dessa maneira, o presente relatório caracteriza-se como uma compilação de dados biográficos obtidos em fontes secundárias de reconhecida importância pública, com vistas a subsidiar e colaborar para a desconstrução do esquecimento impetrado pelo Estado e também pela sociedade no que tange a violação dos Direitos Humanos no período da Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1985).



**Nascidos e Mortos ou
Desaparecidos no Município de São Paulo**

ANA ROSA KUCINSKI SILVA (1942-1974)



Número do Processo:

Filiação:	Ester Kucinski e Majer Kucinski
Data de Nascimento:	12/01/1942
Local de Nascimento:	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da desaparecimento:	22/04/2974
Local de desaparecimento:	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	04/12/95

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 382

Nasceu em 12 de janeiro de 1942, em São Paulo (SP), filha de Majer Kucinski e de Ester Kucinski. Desaparecida em 22 de abril de 1974. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Filha de judeus vindos da Polônia, estudou em São Paulo, no Ginásio Estadual Octávio Mendes e, posteriormente, na Universidade de São Paulo, onde se bacharelou em química em 1967. Tornou-se professora no Instituto de Química da USP. Obteve Doutorado em Filosofia também na USP em 1972. Casou-se com o físico Wilson Silva, militante da ALN, em 11 de julho de 1970.

O desaparecimento do casal em 22 de abril de 1974, Wilson saiu do escritório da empresa Servix com Osmar Miranda Dias, seu colega de trabalho, para fazer um serviço no centro da cidade. Por volta do meio dia, Wilson disse ao colega que voltaria para o escritório na parte da tarde, mas iria almoçar com sua esposa em um restaurante perto da Praça da República. Despediu-se e partiu ao seu encontro. Nunca mais foi visto.

Ana Rosa também saiu do trabalho rumo ao centro da cidade para almoçar com seu marido. Avisou seus colegas de trabalho sobre seus planos e saiu. Também nunca mais foi vista. Segundo seu irmão, no dia anterior ela estava muito nervosa.

A ausência de Ana Rosa na USP causou estranheza aos seus colegas, que avisaram a família Kucinski. Ao procurarem Wilson em seu trabalho, ficaram sabendo que ele também não

voltara do almoço. Começaram a tomar providências para a localização do casal desaparecido.

Impetraram um *habeas corpus* por intermédio do advogado Aldo Lins e Silva. A medida foi rejeitada, pois o AI-5 havia abolido o *habeas corpus* para crimes políticos. As famílias procuraram em todos os locais de prisão na esperança de alguma notícia ou informação, mas nada conseguiram.

O cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência com o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo Geisel, em Brasília (DF) em 7 de agosto de 1974, e obteve promessas de investigação como resposta. Golbery também foi procurado a respeito por Roberto Muller, editor do jornal *Gazeta Mercantil*, onde o irmão da Ana Rosa trabalhava.

A Comissão de Direitos Humanos da OEA também foi acionada. O pedido de investigação, feito em 10 de dezembro de 1974, obteve como resposta do governo brasileiro apenas que não havia responsabilidade governamental alguma sobre o destino do casal. O pai de Ana Rosa lutou incansavelmente para obter alguma informação e se tornou um símbolo da luta dos familiares. Chegou a entregar uma carta ao general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, mas este nunca a respondeu. As famílias pediram informações ao Departamento de Estado do governo norte-americano sobre o destino dado ao casal, que respondeu por meio da America Jewish Communittee e do American Jewish Congress.

A resposta recebida foi a de que Ana Rosa ainda estaria viva, presa em local desconhecido, mas sobre Wilson Silva nada sabiam. A última informação do Departamento de Estado foi transmitida à família em 18 de dezembro de 1974.

Em 6 de fevereiro de 1975, respondendo a requerimento feito pelos familiares sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos, o ministro da Justiça, Armando Falcão, publicou nota oficial a respeito, na qual os nomes de Ana Rosa e Wilson Silva são citados como “*terroristas foragidos*”.

Anos depois, o tenente-médico Amílcar Lobo, que colaborou com o DOI-CODI do I Exército e atuou também no aparelho clandestino conhecido como *Casa da Morte*, em Petrópolis (RJ), após ser identificado por ex-presos políticos, resolveu falar à revista *IstoÉ*.

Na matéria intitulada “*Longe do Ponto Final*” (8 de abril de 1987), contou sobre os assassinatos que presenciara na unidade militar e na *Casa da Morte*. Procurado pelo jornalista Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa, em 31 de maio de 1987, o médico denotou reconhecer a foto de Wilson Silva como uma das pessoas atendidas por ele na Casa de Petrópolis, mas não admitiu o reconhecimento formalmente. Ao ver a foto de Ana Rosa, negou conhecê-la.

O relatório do Ministério da Marinha enviado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em dezembro de 1993, confi rma que Wilson Silva “[...] *foi preso em São Paulo a 22/04/1974, e dado como desaparecido desde então*”. Sobre Ana Rosa há apenas referências caluniosas, estendidas também ao seu irmão Bernardo Kucinski.

Pesquisas realizadas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos nos arquivos do antigo DOPS/SP conseguiram localizar apenas uma ficha sobre Ana Rosa, em que se lê: “*presa no dia 22 de abril de 1974 em SP*”. Sobre Wilson Silva consta que foi “*preso em 22/04/1974, junto com sua esposa Rosa Kucinski*”.

Outro documento encontrado no arquivo do DOPS/SP, produzido pelo Ministério da Aeronáutica em 17 de março de 1975, encaminhando, entre outros documentos, o relatório do Serviço de Informação do DOPS/SP sobre Ieda Santos Delgado e Ana Rosa Kucinski, informa que ambas estavam envolvidas com pessoas presas ou perseguidas pela polícia. Em requerimento à CEMDP, com base em informações de uma entrevista de 1993 não publicada do agente da repressão José Rodrigues Gonçalves a Mônica Bérghamo, da revista *Veja*, seu irmão Bernardo Kucinski prestou os seguintes esclarecimentos sobre as tentativas de localizar sua irmã e seu cunhado:

Minha irmã e seu marido Wilson Silva foram presos na tarde do dia 22 de abril de 1974, pelo agente do DOI-CODI de codinome Paulo da Silva Júnior, quando voltavam para sua residência.

O verdadeiro nome desse agente é José Rodrigues Gonçalves, cabo reformado do Exército. Minha irmã e meu cunhado foram levados na madrugada do mesmo dia para Petrópolis pelos policiais Ênio Pimentel da Silveira e Sérgio Paranhos Fleury, ambos já mortos. O Sr. Paulo Sawaya, na condição presumida de agente do serviço de repressão, informou-me, em 3 de janeiro de 1975, que minha irmã efetivamente havia sido presa pelos órgãos de segurança em São Paulo e transferida da jurisdição do II Exército.

Ficou de me dar detalhes no dia seguinte, quando, assustado, negou tudo. O Sr. Paulo Sawaya tornou-se assessor do deputado federal Delfim Neto.

Segundo testemunho de Bernardo publicado no livro *Desaparecidos Políticos: A morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais, principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo. Ele declarou, também à revista *Veja*, que a família foi extorquida em 25 mil cruzeiros em troca de informações, que se mostraram falsas.*

De acordo com a entrevista de Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento e ex-agente do DOI-CODI/SP, em reportagem de Expedito Filho na revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992: “*A partir de 1973, Jota [João Henrique Ferreira de Carvalho] delatou todos os comandos da ALN. Foi por causa do seu trabalho que Wilson Silva e sua mulher, Ana Rosa Kucinski, foram torturados e mortos*”². Em outra parte da entrevista ele afirmou: “*Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um “cachorro” [ou seja, por um ex-militante que prestava serviço aos órgãos da repressão política durante a ditadura como agente infiltrado], presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados*”. De acordo com o ex-sargento, na Casa de Petrópolis a prática de ocultação dos corpos era executada por esquartejamento.

Em julho de 1995, o processo de desligamento por abandono de cargo, movido pela USP, contra Ana Rosa foi anulado, pois ela foi reconhecida como desaparecida política. Os nomes de Ana Rosa e Wilson constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, seus casos foram protocolados com os números 036/96 e 178/96, respectivamente.

Em homenagem a Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, seus nomes foram dados a ruas na cidade de São Paulo. A cidade do Rio de Janeiro também deu o nome de Ana Rosa a uma de suas ruas. Ana Rosa foi homenageada ainda com a criação da Associação Atlética Acadêmica Ana Rosa Kucinski (AAAARK) do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, em 15 de junho de 1988, pelos ex-diretores esportivos do Centro de Estudos

Químicos Heinrich Rheinboldt. No site da associação, há o seguinte depoimento de um de seus colegas:

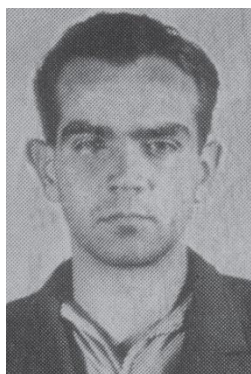
[...] *Numa manhã de trabalho habitual, Ana Rosa não apareceu. Procurada não a encontramos. Continuava não aparecendo, continuávamos a procurá-la e não a encontrávamos.*

Nada mais normal que comunicar então o fato às autoridades e aguardar a versão oficial. Daqui para frente é difícil continuar a história. Não houve versão oficial que nos deixasse tranqüilos, muito pelo contrário, ficamos mais intranqüilos ainda.

Ana Rosa continua desaparecida. Quem sabe um dia, pelo menos seu corpo apareça para a última homenagem dos seus pais, irmãos e amigos.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br,

ÂNGELO ARROYO (1928 – 1976)



Número do Processo:	116/96
Filiação:	Encarnação Arroyo e Ângelo Arroyo
Data de Nascimento:	06/11/1928
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	PCdoB
Data da morte:	16/12/1976
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	29/02/1996
Data da publicação em DOU:	06/03/1996

Fonte: **Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.423**

Nasceu em 6 de novembro de 1928, em São Paulo (SP), filho de Ângelo Arroyo e Encarnação Pardito. Morto em 16 de dezembro de 1976. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Era casado e tinha dois filhos. Operário metalúrgico, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945. No ano seguinte, foi eleito membro do Comitê Regional de São

Paulo e secretário do Comitê Distrital da Mooca. Foi ativista do movimento sindical paulista, tornando-se um dos líderes do Sindicato dos Metalúrgicos na década de 1950.

Participou das greves e das manifestações de rua de 1952 e 1953, em São Paulo, sendo preso várias vezes. No livro *João Saldanha: uma Vida em Jogo*, há uma passagem, com um relato de Saldanha em que ele se refere a uma de suas prisões com Ângelo Arroyo. Em meados de 1949, estava nas ruas a campanha “*O Petróleo é Nosso*”, com cartazes, panfletos, faixas e manifestações públicas:

João e o companheiro Ângelo Arroyo foram participar do ato, na Praça João Mendes [São Paulo] No decorrer da manifestação começaram os ataques ao Presidente Dutra. – A polícia chegou, mas topei a parada. Estávamos levando vantagem quando chegaram mais milicos. Eu e o Arroyo fomos levados para o DOPS paulista, ao lado da Estação da Luz. Ali, eles maltrataram muito a gente: porrada, deixaram sem comer quatro ou cinco dias, sem nenhuma condição de higiene. Havia uma privada sem água, assim, no meio do troço, e muita gente para um carcerzinho. Apanhamos vários dias seguidos, sem que eles soubessem em quem estavam batendo. Nossos documentos eram falsos.

Arroyo e João Saldanha ficaram 28 dias presos, sendo torturados. Até que um dia a polícia amarrou os dois com uma corda e os levou para o Alto do Sumaré. Ali bateram bastante neles com porretes e, quando se cansaram, os policiais os jogaram lá de cima e eles foram rolando morro abaixo. Eles se arrastaram até alcançar uma rua com transeuntes que lhes soltaram as cordas.

Ângelo Arroyo realizou atividades políticas no campo, em várias regiões do país, inclusive participando da Revolta de Formoso e Trombas, em Goiás, no fim dos anos 1950. Em 1962, participou da Conferência Nacional Extraordinária que organizou o PCdoB, tornando-se membro da Comissão Executiva do Comitê Central.

Ajudou a criar e organizar os destacamentos guerrilheiros do Sul do Pará, tornando-se um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia.

Foi um dos poucos guerrilheiros sobreviventes e só saiu da região no fim de janeiro de 1974, quando a repressão das Forças Armadas dispersou os guerrilheiros. Antes, porém, como comandante militar que era, orientou seus companheiros a dividirem-se em pequenos grupos para conseguirem furar o cerco dos militares. Apenas ele e um companheiro conseguiram sair. Ao reencontrar os companheiros do partido, entregou-lhes um relatório detalhado sobre

as atividades, prisões e mortes de vários militantes, o chamado Relatório Arroyo. Esse relatório, apreendido na chamada “*Chacina da Lapa*”, ainda é, mesmo depois de mais de 30 anos passados, o mais completo documento sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia.

Ângelo Arroyo foi assassinado na “*Chacina da Lapa*”, em 16 dezembro de 1976, e enterrado pela família no Cemitério da IV Parada, em São Paulo.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA (1945 – 1969)



Número do Processo:	079/02
Filiação:	Célia Borges de Paula Ferreira e Tolstoi de Paula
Data de Nascimento:	01/10/1945
Local de Nascimento:	São Paulo(SP)
Organização Política ou atividade:	VAR-Palmares
Data da morte:	30/07/1969
Local de desaparecimento:	São Paulo (SP)
Processo extinto sem julgamento em 08/12/2005	

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 101

Fernando, conhecido por Fernando Ruivo, cursava Ciências Sociais na USP, tendo sido um dos principais dirigentes da DISP – Dissidência Estudantil do PCB/SP, agrupamento que no final de 1968 se dispersou, repartindo-se a maioria de seus membros entre a ALN e a VPR (em seguida VAR-Palmares).

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o incluem como participante do assalto a uma agência do Banco Aliança, em São Paulo, no dia 11/07/1969, quando para fugir de perseguição policial os participantes da ação mataram um motorista de táxi.


Por volta da meia noite do dia 29/07/69 e início da madrugada do dia 30, os militantes da VAR-Palmares João Domingues da Silva e Fernando Borges de Paula Ferreira foram interceptados por policiais civis na Avenida Pacaembu, proximidades do Largo da Banana,

em São Paulo. Na versão oficial, os policiais suspeitaram do veículo utilizado por ambos. Fernando teria morrido imediatamente e João Domingues, apesar de gravemente ferido, conseguiu escapar.

Processo em seu nome foi protocolado na CEMDP pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, na expectativa de poder localizar seus parentes, o que de fato ocorreu. Entretanto, não quis a família requerer os benefícios da Lei, sendo o processo retirado de pauta, sem exame do mérito, em 08/12/2005. Assinaram o laudo de necropsia os médicos legistas Pécio Carneiro e Antônio Valentini, que atestaram hemorragia interna traumática. O corpo foi sepultado pela família no Cemitério da Paz.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.101

GELSON REICHER (1949 – 1972)

	Número do Processo:	246/96
	Filiação:	Blima Reizel Reicher e Berel Reicher
	Data de Nascimento:	20/02/1949
	Local de Nascimento	São Paulo (SP)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	20/01/1972
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Paulo Gustavo Gonet Branco
	Deferido em:	02/10/1997
	Data da publicação em DOU:	06/10/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.278

Nasceu em 20 de fevereiro de 1949, em São Paulo (SP), filho de Berel Reizel Reicher e Blima Reicher. Morto em 20 de janeiro de 1972. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Era estudante do 5º ano de Medicina na USP e diretor do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. Foi professor em cursos pré-vestibulares e participou de pesquisas científicas. Atuou no teatro universitário. Escreveu poesias e peças de teatro, compondo músicas para as encenações, muitas delas dirigidas por ele. Na ALN, juntamente com Iuri Xavier Pereira, foi responsável pela criação dos jornais 1º de Maio, Ação e O Guerrilheiro.

De família judia e único filho homem de Berel e Blima, deixou tamanha saudade que seu quarto, quase dez anos depois de sua morte, ainda era mantido exatamente como deixara desde a última vez que ali estivera.

A versão oficial de suas mortes (Gelson Reicher e Alex de Paula Xavier Pereira) divulgada pela imprensa foi, conforme O Estado de S. Paulo, de 22 de março de 1972, a seguinte:

O volks de placa CK 4848 corre pela Avenida República do Líbano. Em um cruzamento, o motorista não respeita o sinal vermelho e quase atropela uma senhora que leva uma criança no colo. Pouco depois, o cabo Silas Bispo Feche, da PM, que participa de uma patrulha, manda o carro parar. Quando o volks pára, saem do carro o motorista e seu acompanhante atirando contra o cabo e seus companheiros; os policiais também atiram. Depois de alguns minutos três pessoas estão mortas, uma outra ferida. Os mortos são o cabo da Polícia Militar e os ocupantes do volks, terroristas Alex de Paula Xavier Pereira e Gelson Reicher.

A nota informou os nomes falsos usados por Alex e Gelson junto aos verdadeiros e, graças a essa informação, os familiares de Alex puderam encontrar seus restos mortais, em 1979, enterrado como indigente com o nome de João Maria de Freitas, no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo em que assumiram a morte dos dois militantes e suas verdadeiras identidades por nota oficial, seus corpos foram enterrados com os nomes falsos.

Os restos mortais de Alex foram trasladados para o Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1980, após a ação de retificação dos registros de óbito, junto com os de seu irmão, Iuri.

Até a abertura dos arquivos do DOPS/SP, em 1992, o único questionamento que os familiares faziam à versão oficial era quanto ao fato de que, mesmo conhecendo a identidade de Alex, os órgãos de segurança enterraram-no com nome falso, para impedir o acesso ao seu corpo. Mas fotos dos corpos de Alex e Gelson foram encontradas nos arquivos do DOPS/SP e indicavam prováveis escoriações e hematomas. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, mesmo sem poder contar com boas condições técnicas, reproduziu as fotos, que foram enviadas ao médico legista Nelson Massini, para a realização de um parecer.

Nos arquivos do DOPS/SP descobriu-se também o depoimento de um militante da ALN que, preso, indicara os possíveis locais de encontro com Alex. Esse fato derrubava a idéia de

que o ocorrido foi um encontro casual, indicando que o volks teria sido seguido desde o bairro de Moema até a avenida República do Líbano, local próximo ao quartel do II Exército, onde teria acontecido o tiroteio, ou onde, provavelmente, se montou o “teatro” para forjar um tiroteio.

A análise das fotos e do laudo necroscópico assinado por Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini comprovou que a versão oficial não se sustenta. O novo laudo, elaborado pelo legista Nelson Massini, em 6 de março de 1996, atesta que Alex fora morto sob torturas. Nas suas conclusões, Massini afirmou:

Podemos concluir, com absoluta convicção, que o Sr. Alex de Paula Xavier Pereira esteve dominado por seus agressores que produziram lesões vitais e não mortais anteriores àquelas fatais, e assim submetido a um caso de tortura.

Gelson foi enterrado no Cemitério D. Bosco, sob o nome falso de Emiliano Sessa, mas sua família conseguiu, logo após sua morte, retirar o corpo.

Vários depoimentos demonstraram que o envio de corpos, a necropsia e a liberação dos mesmos obedeciam a um ritual próprio, envolvendo geralmente o mesmo grupo de pessoas. O que ocorria nas necropsias noturnas não tinha o testemunho de ninguém. O corpo do militante Gelson Reicher, por exemplo, enviado com nome falso pelos órgãos de repressão, tinha o nome verdadeiro escrito à mão na requisição de exame. A autópsia foi feita por Isaac Abramovitch, amigo da família de Gelson, que o conhecia desde criança.

Abramovitch encontrava-se diariamente com Gelson na garagem do prédio onde moraram. Mesmo assim, emitiu laudo e atestado de óbito com o nome falso, permitindo que o corpo fosse enterrado como indigente em Perus. Em seu depoimento na referida CPI, ele alegou não ter reconhecido o rosto do autopsiado, embora tenha avisado ao pai de Gelson sobre o local onde o filho fora enterrado, o que possibilitou que fosse retirado dias depois para ser sepultado em cemitério judeu. A foto do cadáver mostra que o rosto não estava deformado, sendo facilmente identificado. Isaac Abramovitch também não soube explicar porque havia cometido esse “engano” outras vezes.

Os corpos de Gelson e Alex chegaram ao necrotério do IML vestidos apenas com cuecas. Como, quando, onde e por que foram despídos? E por que a morte dos dois só foi publicada 48 horas após o ocorrido? Estando oficialmente identificados, como mostram vários documentos, por que foram enterrados com nomes falsos?

PROVIDÊNCIAS POSTERIORES

Na CEMDP, o caso de Alex (206/96), tendo como relator Paulo Gustavo Gonet Branco, foi deferido em 2 de janeiro de 1997, por 6 votos a favor e 1 contra, o do general Oswaldo Pereira Gomes.

No caso de Gelson, o relator Paulo Gustavo Gonet Branco iniciou seu voto recordando que a CEMDP apreciou pedido semelhante, no caso de Alex de Paula Xavier Pereira, ressaltando, entretanto, que os casos deveriam ser analisados individualmente, pois a morte em confronto armado com forças de segurança não gerava o direito aos benefícios da lei 9.140/95. O relator propôs que, da mesma forma como procedera no caso de Alex, a CEMDP buscasse opinião técnica, sendo solicitado parecer criminalístico ao perito Celso Nenevê. O perito descreveu todas as lesões produzidas por tiro, concluindo não poder restabelecer a dinâmica do evento por falta de elementos. Registrou, contudo, como ocorrera no caso de Alex, que o corpo de Gelson apresentava lesões não descritas por Abramovitch:

- 1. Na região orbitária direita, na pálpebra superior direita, e na região frontal direita a presença de edema traumático, aparentemente associado a uma extensa equimose. A formação dessa lesão apresenta características da ação contundente de algum instrumento. Considerando, ainda, o descrito no laudo, quando do exame interno, “[...] Aberto o crânio pela técnica habitual, nada se constatou de interesse médico legal [...]”, a sua formação aparentemente não deve estar ligada a ação lesiva dos projéteis que atingiram a cabeça da vítima.*
- 2. Na linha mediana da região frontal, no dorso do nariz e na região orbital esquerda, próximo da região zigomática, manchas escuras, com características genéricas de lesões, sem que se possam definir suas naturezas, e características do(s) instrumento(s) que as produziram. O mesmo pode ser observado para a região deltóidea esquerda e região mamária direita. Outrossim, é provável que Gelson Reicher, a partir do momento que teve os quatro membros atingidos por projéteis de arma de fogo, não oferecia mais condições de resistência armada nem tão-pouco de fuga. Considerando ainda que o edema e a equimose verificados na região orbital direita e circunvizinhas sejam de natureza contusa, as quais para sua formação*

necessitam, obrigatoriamente, do contato físico entre o instrumento e a vítima, por conseguinte, de grande proximidade. Esse ferimento não coaduna com o quadro comumente verificado em tiroteios, sendo plausível que essa lesão contusa tenha sido produzida após as lesões pérfuro-contusas de seus braços e pernas, e em circunstâncias que não estão esclarecidas, considerando que a vítima provavelmente apresentava-se dominada em decorrência dos ferimentos em seus membros.

Na CEMDP, o caso referente a Gelson (246/96) foi aprovado em 2 de outubro de 1997, por 6 votos a favor e 1 contra, do general Oswaldo Pereira Gomes.

Em 9 de novembro de 2007, por iniciativa da SEDH-PR, em parceria com a diretoria do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), foi inaugurado na sede daquela entidade estudantil um memorial em homenagem a Gelson Reicher e Antônio Carlos Nogueira Cabral. Este último, ex-presidente do CAOC e militante da ALN, assassinado no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1972.

No bairro Jardim da Glória, São Paulo homenageou Gelson dando seu nome a uma praça. O Rio de Janeiro deu o nome de Agência Irmãos Iuri e Alex Xavier Pereira a um centro de atendimento da Secretaria do Trabalho.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

ISHIRO NAGAMI (1941-1969)



Número do Processo:	100/3
Filiação:	Kikue Nagami e Keizo Nagami
Data de Nascimento:	1941
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	04/09/1969
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Belisário dos Santos Junior
Indeferido em 26/08/2004	
Data da publicação em DOU:	03/09/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.

Em 04/09/1969, na madrugada seguinte à prisão de Antenor Meyer e morte de José Wilson Sabag, um veículo Volkswagen placa 44-52-75 explodiu na rua da Consolação, esquina com Maria Antonia, em São Paulo, causando a morte de dois militantes que, segundo informações dos órgãos de segurança, pertenceriam à ALN. Na época, especulou-se que os dois jovens de 28 anos se dirigiam rumo ao edifício sede da Nestlé, poucas quadras adiante, para praticar um atentado a bomba, quando o petardo teria explodido, causando a morte imediata dos ocupantes do automóvel.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar informam que Ishiro usava o codinome Charles e teria ligações com José Wilson Lessa Sabag e também com outro militante da ALN, Otávio Ângelo, que em 1970 foi banido do país em troca da libertação do cônsul japonês em São Paulo. Os jornais informaram que, imediatamente após a explosão, policiais localizaram o endereço do motorista, Ishiro Nagami, à rua Jaguaribe, 619, prendendo em seu apartamento os professores Francisco Roberto Savioni e Suziko Seki, do cursinho Equipe, apreendendo também mais de 50 cartuchos de dinamite que teriam sido roubados da pedreira Rochester, em Mogi das Cruzes.

O nome de Ishiro Nagami consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, mas seu processo foi indeferido por não ter se caracterizado a morte por responsabilidade de agentes do Estado vinculados à repressão política. Há informações de que ele também era professor no referido curso pré-vestibular. Seus restos mortais foram sepultados pela família no Cemitério de Guarulhos (SP).

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.103

JOSÉ GUIMARÃES (1948 – 1968)



Número do Processo:	327/96 e 047/02
Filiação:	Magdalena Topolovsk e Alberto Carlos Barbeta Guimarães
Data de Nascimento:	04/06/1948
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	Movimento Estudantil
Data da morte:	03/10/1968
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	João Grandino Rodas
Deferido em:	07/10/2004
Data da publicação em DOU:	11/10/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.86

O estudante secundarista José Guimarães foi morto em São Paulo, aos 20 anos, no dia 03/10/1968, por membros do chamado Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do DOPS/SP, no conflito entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia, perto do Colégio Marina Cintra, onde estudava. Nesse dia, membros do CCC e do DOPS deflagraram um conflito entre estudantes das duas universidades.

José Guimarães foi assassinado, conforme testemunho de outros estudantes, pelo integrante do CCC e informante policial Osni Ricardo. Os legistas Armando Canger Rodrigues e Irary Novah Moraes assinaram o laudo necroscópico e definiram como causa mortis, “lesão crânio encefálica traumática”. Entre os policiais instigadores do conflito foram reconhecidos Raul Nogueira de Lima, o Raul Careca, do DOPS e Octávio Gonçalves Moreira Junior, que seria morto em 1973 como agente do DOI-CODI de São Paulo.

No processo formado na CEMDP, consta declaração assinada por José Dirceu de Oliveira e Silva, presidente da União Estadual dos Estudantes paulistas naquela época, afirmando que participou ativamente da manifestação no dia 03/10/1968, quando José foi assassinado. O primeiro processo que tramitou na CEMDP foi rejeitado, depois de um pedido de vistas, por não ter ficado comprovado, à época, que José Guimarães morreu em dependências policiais ou assemelhadas.

O segundo requerimento foi analisado sob a Lei nº 10.875/04, que reconheceu as mortes em manifestações públicas e por suicídio. Os autos não deixaram margem a dúvidas. A vítima morreu em virtude de violência policial com motivação política. O relator considerou, no voto aprovado, que “sua morte foi consequência de um conflito de rua à época dos fatos apurados. E à luz da Lei nº 10.875 de 1º/6/2004, que hoje vigora sobre a matéria, é o quanto basta para julgar procedente o presente pedido”.

JOSÉ WILSON LESSA SABAG (1943-1969)



Número do Processo:	013/02
Filiação:	Maria Lessa Sabbag e Wilson José Sabbag
Data de Nascimento:	25/10/1943
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	03/09/1969
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Belisário dos Santos Júnior
Deferido em:	22/04/2004
Data da publicação em DOU:	26/04/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 102

José Wilson Lessa Sabag, estudante do 5º ano de Direito na PUC de São Paulo, era membro de um pequeno grupo de militantes da oposição armada, ligado à ALN. Casado com Maria Tereza de Lucca Sabbag, com quem teve uma filha, foi morto em 03/09/1969, na capital paulista, aos 25 anos de idade. A família requereu os benefícios fora do prazo legal estipulado pela Lei nº 9.140/95, o que ocasionou um indeferimento inicial.

Em outubro de 1968, José Wilson havia sido preso no 3º Congresso da UNE em Ibiúna, permanecendo detido por cerca de dois meses e, quando libertado, não se sentiu seguro para retornar às aulas da PUC e ao emprego no Banco do Estado de São Paulo. Chegou a produzir algumas filmagens sobre o Movimento Estudantil de 1967 e 1968. Documentos dos órgãos de segurança registram-no como “namorado” de Maria Augusta Thomaz, que seria morta em maio de 1973, no interior de Goiás, como militante do Molipo.

A versão oficial dos fatos registra que, no dia 03/09/1969, após perseguição policial iniciada em um estabelecimento comercial na avenida Ipiranga, José Wilson e Antenor Meyer tentaram se refugiar no apartamento de um amigo naquela região, à rua Epitácio Pessoa. O soldado João Guilherme de Brito, ao tentar prender José Wilson, teria sido atingido por disparo de arma de fogo, vindo a falecer. Enquanto José Wilson trancou-se no banheiro do apartamento, Antenor Meyer, ao tentar fugir, caiu do 4º andar, sendo preso em seguida, com fraturase ruptura da bexiga. Ainda de acordo com os registros policiais, como José Wilson se recusasse a sair do banheiro, foi acionada a tropa de choque da Força Pública e o DOPS. Agentes policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo e José Wilson teria saído, “travando-se tiroteio que culminou com sua morte”.

Para o relator do processo na CEMDP, essa versão bastaria para o deferimento do pedido. No entanto, o estudo do processo indicou elementos contraditórios dignos de registro. O Boletim de Ocorrência, aberto às 16h20min de 03/09/1969 pela Força Pública, indica que “os elementos foram detidos”, ao mesmo tempo em que informava ter sido o policial ferido. Declaração de Antenor Meyer, anexada ao processo na Comissão Especial, reporta que os ferimentos de José Wilson produziram forte hemorragia e praticamente o prostraram, levando-o a demonstrar evidente fraqueza física, não podendo, portanto, ter efetivado saída violenta do banheiro, como afirma a versão oficial.

Segundo o relator, uma curiosidade que se transforma em indício diante dos demais elementos é que o corpo do soldado Brito foi submetido a exame necroscópico ainda no dia 03/09 e o de José Wilson foi para o IML apenas no dia seguinte. A explicação está no relatório oficial do 11º Batalhão Policial, onde consta que “o caso foi entregue a OBAN quando se evidenciou que os indiciados eram elementos suspeitos de participarem de organização terrorista”. Há várias outras afirmações nos autos, explica ainda, mostrando que José Wilson estava cercado, ferido e sujeito a um forte aparato policial envolvendo Polícia Civil, Força Pública, Marinha e OBAN.

O desenho anexado ao laudo necroscópico, assinado pelos legistas Ruy Barbosa Marques e Orlando Brandão, ofereceu o argumento final à tese da execução, afirma o relator. Nele se mostra a trajetória dos projéteis que atingiram José Wilson. Todas as perfurações têm o mesmo sentido – de cima para baixo – com exceção de um projétil com entrada pelo lábio superior e saída na região temporal esquerda, com sentido de baixo para cima. A lesão provocada por esse projétil foi fundamental para a morte, conforme o laudo, que determina como causa mortis: “lesões crânio encefálicas traumáticas e hemorragia interna aguda”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 102

NORBERTO NEHRING (1940 – 1970)



Número do Processo:	176/96
Filiação:	Nice Monteiro Carneiro Nehring e Walter Nehring
Data de Nascimento:	20/09/1940
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	24/04/1970
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Paulo Gustavo Gunet Branco
Deferido em:	23/04/1996
Data da publicação em DOU:	25/04/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 126

Economista e professor da USP, Norberto morreu em São Paulo, provavelmente em 25/04/1970. O nome dele já constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* e a denúncia de sua morte no DOPS foi feita em depoimentos nas auditorias militares. Norberto militou no PCB e acompanhou Marighella na cisão que gerou a ALN, fazendo parte da Coordenação de São Paulo, em estreita ligação com Joaquim Câmara Ferreira.

Depois do ginásio, cursou Química Industrial no Mackenzie e trabalhou na Brasilit e na Pfizer. Casado com Maria Lygia Quartim de Moraes, tiveram em 1964 a filha Marta, que mais tarde seria co-diretora de um premiado documentário cinematográfico sobre os filhos dos mortos e desaparecidos políticos do Brasil.

Dotado para a matemática, Norberto se distinguiu na Faculdade de Economia da USP, onde ingressou em 1963, recebendo várias ofertas para ser instrutor. Concluído o curso em 1967, tornou-se assistente na cadeira de História Econômica e começou mediatamente a trabalhar em planejamento econômico, no Grupo de Planejamento Integrado – GPI, tendo como colegas Sérgio Motta, Sérgio Ferro e Diógenes Arruda Câmara. Em 1968, passou a cursar a pós-graduação no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

Em 07/01/1969, já tinha sofrido uma primeira prisão pelo DOPS/SP, lá permanecendo por dez dias e testemunhando torturas sofridas por seus companheiros, pertencentes a um grupo da ALN em Marília (SP). Novamente em liberdade, passou a atuar na clandestinidade. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar incluem seu nome como integrante

do chamado 2º Exército da ALN, ou seja, um grupo de 25 militantes da organização que teriam recebido treinamento de guerrilha em Cuba, entre março e setembro de 1969.

Segundo informações constantes no processo junto à CEMDP, bem como nos dossiês elaborados por familiares, Norberto retornava de Cuba em 18/04/1970, quando teria sido preso, ou detectado pelos órgãos de segurança, ao entrar no Brasil pelo aeroporto do Galeão. Morreu em circunstâncias não esclarecidas até hoje, havendo o registro de que o responsável por sua prisão foi o delegado Sérgio Paranhos Fleury. A versão oficial é de que se suicidou, enforcando-se com uma gravata no quarto que ocupava no hotel Pirajá, conhecido bordel de policiais naquela época, no centro de São Paulo, proximidades da antiga estação rodoviária e do próprio DOPS. Não há perícia de local, laudo necroscópico e nem fotos do corpo.

A versão de suicídio, confirmada em nota oficial pelo então delegado do DOPS Romeu Tuma, consta no inquérito feito pelo delegado Ary Casagrande, onde há um bilhete que Norberto teria escrito para enviar à família. Buscando esclarecer os fatos, seu sogro foi até o hotel e lá soube que ali ninguém se suicidara. O próprio inquérito contribuiu para desmentir a versão oficial. Na requisição de exame, consta que teria se afogado e o laudo necroscópico ali citado, mas nunca localizado, informa que a morte se dera por asfixia.

Ao elaborar seu parecer, o relator na CEMDP argumenta que o bilhete atribuído a Norberto revela estado de aflição por pressentir a captura, demonstra consciência do risco de vida que corria, e não uma vontade suicida. Buscando ganhar tempo e demonstrando certeza do que lhe ocorria, informava à família que viajara para Niterói, Campos, Vitória, Belo Horizonte, terminando em São Paulo.

O relator ressaltou que apesar de não haver provas irrefutáveis de sua morte sob a custódia do Estado, os indícios eram suficientes para o deferimento, sendo o seu voto aprovado por unanimidade na Comissão Especial.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.

OLAVO HANSEN (1937 – 1970)



Número do Processo:	082/96
Filiação:	Borborema Hansen e Harald Hansen
Data de Nascimento:	14/09/1937
Local de Nascimento:	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	PORT
Data da morte:	09/05/1970
Local da morte:	São Paulo (SP)
Relator:	Oswaldo Pereira Santos
Deferido em:	29/02/1996
Data da publicação em DOU:	06/03/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 128

Nasceu em 14 de dezembro de 1937, em São Paulo, capital, filho de Harald Hanssen e Borborema Hanssen. Morto em 9 de maio de 1970. Dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT).

Olavo fez o primário em Guarulhos (SP) e continuou os estudos no Ginásio Dona Leonor Mendes de Barros, em São Bernardo do Campo (SP), onde residia com seus familiares.

Em 1954, sua família mudou-se para Mauá (SP) e Olavo fez o científico (atual ensino médio) no Colégio Américo Brasiliense, em Santo André (SP). Ingressou na Escola Politécnica da USP, onde frequentou até o 2º ano do curso de Engenharia de Minas. Muito estudioso, nunca deixou de trabalhar para custear seus estudos. Foi *office-boy* em várias empresas, trabalhou em bancas de jornal e montou a primeira escola de datilografia de Mauá.

Associou-se ao Grêmio Politécnico, vindo a participar do movimento estudantil, e ingressou no PORT no fim de 1961, por meio de Tullo Vigevani.

Foi membro da União Nacional dos Estudantes, em São Paulo, participando das principais campanhas da entidade. Pouco depois, o partido decidiu pela “proletarização”, quando foi trabalhar na Massari S.A., uma fábrica de carrocerias no bairro de Vila Maria, em São Paulo. Olavo, que usava o codinome de *Alfredo*, e também apelidado de *Totó*, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e deu início à sua militância no movimento operário. Abandonou o curso para dedicar-se integralmente ao trabalho sindical e político. O Sindicato dos Metalúrgicos estava sob intervenção do governo e Olavo tornou-se membro

ativo da oposição sindical. Por diversas vezes foi preso, mas permaneceu na militância política.

Em seu prontuário, encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP, lê-se: – preso em 7 de março de 1963 por distribuir panfletos sobre Cuba; – em 1º de novembro de 1964 participou de assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos, ocasião em que formulou apelo para se lutar pelas liberdades democráticas e sindicais; – preso no dia 7 de novembro de 1964 por suas atividades nas recentes assembléias do Sindicato dos Metalúrgicos; – solto através de um habeas corpus em 30 de março de 1965; – [...] consta em uma relação fornecida pelo II Exército de indivíduos que deverão ficar em observação especial durante os dias 26 a 29 de janeiro de 1968, sendo considerado perigoso; – em 14 de outubro de 1969 teve sua prisão preventiva decretada; – preso e colocado à disposição da Delegacia de Ordem Social em 2 de maio de 1970 [sic] por estar distribuindo panfletos subversivos na praça de esportes do Sindicato dos Têxteis, no dia anterior.

Sua prisão e morte foram relatadas em um longo depoimento escrito por Dulce Querino de Carvalho Muniz, atriz e diretora de teatro presa com Olavo.

Preso pelo DEOPS/SP no dia 1º de maio de 1970, com mais 18 pessoas, na praça de esportes da vila Maria Zélia, durante comemoração operária pela passagem do Dia Internacional do Trabalho, foi imediatamente levado para a Oban, onde foi torturado.

Em 4 de maio, Olavo foi transferido para o DOPS/SP, onde ficou detido na cela nº 2.

Em 5 de maio, foi retirado da cela e conduzido à sala de torturas, onde permaneceu por mais de seis horas. Na volta, os companheiros de cela de Olavo ouviram dele o relato das torturas sofridas: obrigado a despir-se, sofreu queimaduras com cigarros e charutos, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos, pau-de-arara, afogamentos e choques elétricos, agora aplicados por um aparelho mais sofisticado e conhecido como pianola Boilesen (este instrumento leva o nome de seu criador, o então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, fundador e financiador da Operação Bandeirante, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. Ele foi executado por militantes da ALN e MRT em 15 de abril de 1971).

Os presos políticos exigiram que fosse chamado um médico para prestar assistência a Olavo, o que só foi realizado em 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, Olavo apresentava sinais evidentes de complicações renais, anúria e edema das pernas. O médico que o assistiu, dr. José Geraldo Ciscato, lotado no DEOPS/SP na época, recomendou

somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. O estado de Olavo agravava-se dia a dia. Seus companheiros de cela promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva, tudo em vão.

Somente em 8 de maio, quando Olavo já se encontrava em estado de coma, o dr. Ciscato voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido para um hospital, deixando claro que ele não tinha a mínima chance de sobrevivência. Foi levado às pressas para o Hospital do Exército no bairro do Cambuci. Em 13 de maio, a família de Olavo foi informada de que ele se suicidara no dia 9.

Na denúncia dos presos políticos do Presídio do Barro Branco de São Paulo (SP) encaminhada ao presidente da OAB, Dr. Caio Mário da Silva Pereira, em 25 de outubro de 1975, consta o nome do delegado Josecyr Cuoco como o principal responsável pelas torturas que Olavo sofreu.

No atestado de óbito fornecido pelo IML, a *causa mortis* apresentada foi intoxicação pelo inseticida Paration, constando também escoriações disseminadas pelo corpo, equimoses e a descrição de oito ferimentos. O delegado Alcides Cintra Bueno Filho assinou a solicitação de exame necroscópico, e o laudo foi firmado pelos legistas Geraldo Rebelo e Paulo Augusto Queiroz Rocha. O laudo necroscópico descreve sete escoriações nas pernas, braços e região escrotal, equimose na região precordial e hematoma no couro cabeludo na região fronto-parieto-temporal direita. A tentativa de dissimular o assassinato sob tortura foi denunciada.

Em 13 de maio, representantes das federações dos bancários e dos químicos e de 21 sindicatos reuniram-se para redigir um telegrama em que pediam providências rigorosas para o esclarecimento dos fatos, endereçando-o ao presidente da República, a parlamentares, à imprensa e a autoridades locais e internacionais. Uma grande campanha foi empreendida denunciando sua morte. Parlamentares do MDB, dirigentes sindicais, ativistas de direitos humanos, entidades estudantis, Igreja, órgãos de imprensa, reagiram denunciando o assassinato do líder sindical.

Diante dessas denúncias, o governo viu-se na contingência de abrir um IPM para apurar as possíveis irregularidades, inquérito que foi encerrado dois meses depois, com o seguinte parecer: “*Olavo Hansen praticara o suicídio com Paration, que conseguira manter*

escondido em suas vestes após a prisão”. Assim, o juiz-auditor Nelson Machado da Silva Guimarães pediu o seu arquivamento.

A falta de compromisso com a apuração dos fatos fica evidente quando se constata que nenhum dos companheiros de cela de Olavo (de onde ele foi retirado em estado de coma e desenganado pelo dr. Ciscato) foram arrolados como testemunhas, apesar de ainda se encontrarem presos e, portanto, à disposição das autoridades.

Em denúncia pública, todos os que se encontravam presos no DOPS e que testemunharam as torturas de Olavo acusaram os responsáveis pelo seu assassinato: os delegados Ernesto Milton Dias e Josecyr Cuoco e suas respectivas equipes, sob o comando do investigador Sálvio Fernandes do Monte, com a colaboração do médico José Geraldo Ciscato. Assinaram a denúncia os seguintes presos políticos: Vitório Chinaglia, Rafael Martinelli, Patrocínio Henrique dos Santos, Maurice Politi, Dulce Muniz, Gilberto Beloque, Sônia Hipólito, Tarcísio Sigristi, Marco Antônio Moro, Bety Chachamovith, Carlos Russo Jr., Waldemar Tebaldi Filho, José Cláudio Barighelli, Norma Freire, Humberto Veliamo, Fernando Casadei Salles, João Manoel de Souza, Maria do Carmo Brito e outros. Além disso, Diógenes de Arruda Câmara denunciou seu assassinato em Auditoria da Justiça Militar.

Seu corpo foi entregue à família em caixão lacrado, onde se via apenas o rosto por meio de um visor e, embora fossem dezenas as testemunhas de sua prisão, tortura e assassinato, até hoje sua morte permanece sem esclarecimento.

Somente com a abertura de alguns arquivos em 1990 se pôde constatar pela requisição de necropsia ao IML e pelo laudo que seu corpo fora encontrado no Hospital Central do Exército, e não no Museu do Ipiranga, conforme a versão colocada no laudo e na nota oficial dos órgãos de segurança.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, em versão que contraria o próprio laudo do IML, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, informa:

falecido em São Paulo, no Hospital Militar, em 08 de maio de 1970, de morte natural, segundo comprovado através de inquérito, cujo relatório, bem como o despacho de arquivamento do Juiz Auditor, foram publicados no “Correio da Manhã” de 20 de novembro 1970.

Em 18 de maio, o famoso advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto apresentou denúncia da morte de Olavo Hansen ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, então presidente do

CDDPH. No dia 21, o deputado federal do MDB, Franco Montoro, denunciou a morte de Olavo como uma violação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Constituição Brasileira (“Morte de Olavo Hanssen. Sessão de 21 de maio de 1970”, *Folha Bancária*, 317, maio 1970.). O líder do MDB na Câmara Federal, Humberto Lucena, leu em plenário, no dia 22, telegrama das entidades sindicais denunciando o assassinato. Até o líder da Arena, Cantídio Sampaio, afirmou: “Faço coro aos protestos destes trabalhadores” (*Diário Oficial da União*, 22 maio 1970).

O deputado do MDB Oscar Pedroso Horta fez um discurso na Câmara Federal intitulado “A morte de Olavo Hansen”, na sessão de 31 de julho de 1970, questionando as versões divulgadas e solicitando providências do CDDPH:

O moço de trinta anos dirigiu-se a uma festa esportiva e não carregava consigo venenos que lhe permitissem o suicídio. Foi detido no estádio. Dezenas de pessoas testemunharam a sua detenção. Foi, naturalmente, revistado, como todos os presos o são. No próprio dia da sua prisão foi retirado do xadrez e levado para uma das salas, presume-se que do DOPS. De lá voltou dizem as testemunhas: inconsciente e vomitando sangue. Devolvido ao xadrez, ali ficou caído durante dias. O carcereiro, assustado, o fez remover para o Hospital Central do Exército onde faleceu.

Como poderia Olavo Hanssen ter ingerido esse veneno? Pela boca? Não o foi. A autópsia revela a traquéia limpa, o esôfago limpo, o estômago limpo.

Como o fez? Neste caso somos forçados a imaginar. Só pode o veneno lhe ter sido ministrado através de uma injeção, porque o inseticida, alcançado o sangue, localiza-se nos rins e provoca, como se lê no laudo do corpo de delito, pielonefrite aguda. Sem tratamento, morreu.

Segundo o depoimento de Dulce Muniz, 13 sindicatos organizaram no dia 1º de maio uma festa na praça de esportes da vila Maria Zélia, com a participação de familiares, em uma tentativa de reorganizar os trabalhadores. Olavo, experiente e atento, percebeu logo que estava se formando um cerco à volta dos sindicalistas e imediatamente começou a orientar para que deixassem o local em segurança e sem levantar suspeitas. As crianças que brincavam na festa tentaram sair e chegar até o fundo do estádio, mas lá havia um cerco policial.

O grupo de presos foi levado para o Batalhão Tobias Aguiar e depois para a Oban. Dulce tinha 22 anos e estava com o marido, Hélio, e mais 15 jovens. O mais velho era Olavo, com

30 anos, que tentava acalmar a todos. Já no DOPS, quando em uma tarde Dulce desceu do interrogatório, Olavo quis falar com ela. Ele estava sentado no meio da cela e os companheiros tiveram que carregá-lo pelos dois braços para chegar até a janelinha da porta. Olavo perguntou se ela estava bem, porque havia a possibilidade dela e o marido serem libertados. Foi a última vez que o viu. Nessa mesma noite ele foi levado em coma para o Hospital.

No CDDPH, o caso de Olavo Hanssen foi arquivado. A OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, adotou resolução para incluir o caso de sua morte no Relatório Anual, considerado uma grave violação dos direitos humanos e a recusa do governo brasileiro em adotar as medidas recomendadas de punir os responsáveis e promover a reparação à sua família. Em 8 de janeiro de 1974, essa decisão foi transmitida ao governo brasileiro.

O relator do caso 082/96 na CEMDP, general Oswaldo Pereira Gomes, destacou que o caso protocolado incorpora dramático depoimento da militante do PORT, Dulce Muniz, companheira de prisão e concluiu que

[...] é inaceitável a versão de suicídio e encontro do cadáver em via pública, devendo ser reconhecido, por esta Comissão, o falecimento de Olavo Hansen em 09/05/1970, por causa não natural, em dependência hospitalar militar, para onde foi levado em estado de coma, no dia anterior, estando preso, sem interrupção desde o dia 01/05/1970.

O caso foi aprovado por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

ROBERTO MACARANI (1950 – 1970)



Número do Processo:	324/96
Filiação:	Hermínia Juliano Macarini e Dolarato Antônio Macarini
Data de Nascimento:	15/07/1950
Local de Nascimento:	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	VPR
Data da morte:	28/04/1970
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	27/08/1996
Data da publicação em DOU:	29/08/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 127

O estudante e bancário Roberto Macarini, de 19 anos, foi preso em São Paulo no dia 27/04/1970 e levado à sede da OBAN, onde foi submetido a violentas torturas. Militante da VPR, teria sido levado pelos agentes policiais, conforme a versão oficial, a um suposto encontro com companheiros da organização clandestina no Viaduto do Chá, onde atirou-se sobre o Vale do Anhangabaú, tendo morte instantânea. Foi sepultado por seus familiares no cemitério da Vila Formosa.

De acordo com denúncia apresentada por presos políticos, de fevereiro de 1973, reproduzida no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, Macarini foi preso pelo DOI-CODI/SP e torturado pela equipe C, dirigida pelo capitão do exército Homero Machado e pelos seguintes policiais: escrivão de polícia Gaeta; funcionário da Polícia Federal de alcunha “Alemão”, tenente da Aeronáutica que participou do IPM da FrenteUnida dos Estudantes do Calabouço, de nome Alberto; o carcereiro de alcunha “Lungaretti”.

No dia 28/4/1970, Macarini foi retirado do DOI-CODI pela equipe do capitão PM Coutinho, capitão do Exército Benoni de Arruda Albernaz; capitão PM Tomas; investigador do DEIC Paulo Rosa; tenente do Cenimar de alcunha “Marinheiro”, cabo PM de alcunha “DKW”; um delegado de polícia que anteriormente havia servido em São Carlos (SP), de alcunha “Dr. Raul”, e outros.

Fichas sobre Roberto Macarini foram encontradas nos arquivos do DOPS de São Paulo e se referem ao suicídio, ao material de imprensa contendo a denúncia da morte sob tortura e, em uma delas, consta textualmente: torturado p/ equipe C do Exército.

O já mencionado relatório da Marinha, de 1993, confirma a versão oficial, agregando que o fato não fora noticiado para não prejudicar as operações em curso de desmantelamento da VPR. A requisição do laudo de necropsia foi feita pelo delegado Michel Miguel, está assinalada com um “T”, e é assinada pelos médicos legistas Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Queiroz Rocha, que atestaram a *causa mortis* como “*choque traumático, lesões traumáticas crânio encefálicas*”.

A relatora pediu a aprovação alegando que fora confirmada a prisão e, conforme a própria ficha do DOPS, a tortura. Foi acompanhada em seu voto por todos os integrantes da CEMDP.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 127

RONALDO MOUTH QUEIROZ (1947 – 1973)



Número do Processo:	330/96
Filiação:	Elza Mouth Queiroz e Álvaro D'Ávila Queiroz
Data de Nascimento:	18/12/1947
Local de Nascimento:	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	06/04/1973
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Luís Francisco Carvalho Filho
Deferido em:	10/04/1997
Data da publicação em DOU:	16/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 342

Ronaldo Mouth Queiroz estudava Geologia na USP e era um dos raros quadros remanescentes das mobilizações de 1968 que se manteve atuando legalmente nas instâncias estudantis do difícil período entre 1969 e 1972. Dirigiu o DCE da USP a partir de 1970, quando o Movimento Estudantil não podia mais realizar grandes mobilizações abertas, por força do terror repressivo. Ainda assim, trabalhou para manter uma articulação básica entre os Diretórios e Centros Acadêmicos, preparando publicações, organizando campanhas unificadas, apresentações artísticas e, principalmente, a recepção conjunta aos calouros de cada ano, trocando o trote tradicional por debates políticos e culturais.

Desde a infância, destacou-se por seu desempenho nos estudos e já aos 13 anos trabalhava em casa, fiscalizando para uma empresa as propagandas de rádio. Residia a 30 km da USP e ainda dava aulas à noite, num curso pré-vestibular. Quando morreu, Ronaldo era o responsável pela estruturação do trabalho da ALN junto ao Movimento Estudantil e movimentos sociais, mantendo vínculos com essa organização clandestina desde 1970. Ex-presos políticos consideraram de baixa credibilidade a informação contida no “*Livro Negro do Terrorismo no Brasil*”, escrito por agentes do CIE durante o mandato ministerial do general Leônidas Pires de Vasconcelos, de que Ronaldo teria participado do Comando Aurora Maria Nascimento Furtado, responsável pela execução, em 21/02/1973, no bairro da Mooca, o dono do restaurante que teria provocado a morte de três militantes da ALN em 1972.

A partir do trabalho do ex-militante e agente policial “Jota”, o médico João Henrique de Carvalho, infiltrado na ALN em 1972, Queiroz passou a ter seus passos vigiados pelo DOI-CODI/SP. Foi morto a tiros no dia 06/04/1973, num ponto de ônibus da avenida Angélica, em São Paulo, por agentes daquele órgão de segurança do regime militar. Com base nas informações coletadas na época, os agentes nem chegaram a dar voz de prisão e atiraram à queima roupa assim que o reconheceram. No entanto, a versão oficial, publicada no dia seguinte, foi de que Ronaldo teria resistido à prisão, sendo morto em tiroteio. Essa versão, que já era questionada pela análise dos documentos oficiais, foi definitivamente derrubada por uma testemunha ocular localizada por Luiz Francisco Carvalho Filho, relator do processo na CEMDP.

O corpo de Queiroz deu entrada no necrotério às 8h do dia 06/04/1973, enquanto a requisição do IML registra o horário do óbito como tendo sido às 7h45, sendo impossível num horário de rush o deslocamento entre os dois pontos em 15 minutos. O laudo de Isaac Abramovitch e Orlando Brandão descreve dois tiros, na face anterior do hemitórax esquerdo e no mento, a um centímetro do lábio inferior, tiro este bastante incomum. Relatório localizado no DOPS/SP, assinado pelo então coronel Flávio Hugo Lima da Rocha, chefe da 2ª seção do II Exército, feito 20 dias depois dos fatos, confirma que Queiroz estava sob vigilância, ao afirmar que teriam conseguido localizar sua casa, um quarto

de pensão na rua Sergipe, 303, a partir de investigações nas proximidades. Foram anexadas pelo relator reportagens de 07/04/1973 dos jornais Folha de S. Paulo, Folha da Tarde e O Estado de São Paulo, além do depoimento da testemunha localizada por ele.

Luiz Francisco Carvalho Filho também procurou por telefone o médico João Henrique Ferreira de Carvalho, o “Jota”, que se recusou a depor.

No entanto, o ex-agente do DOI-CODI/SP Marival Chaves do Canto, entrevistado para uma reportagem que a Veja publicou na edição de 18/11/1992, afirmou que a delação do médico João Henrique de Carvalho tinha possibilitado a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas, atribuindo a ele a morte de todos os dirigentes da ALN a partir de 1973.

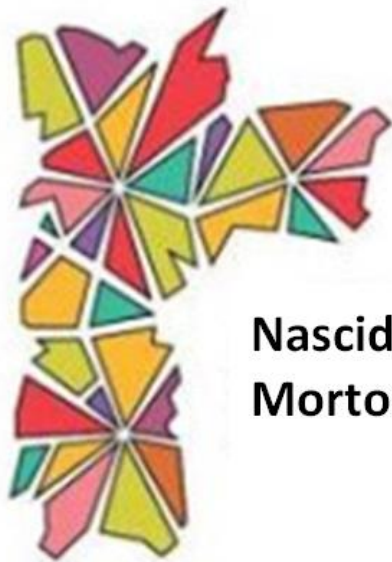
Essa reportagem trouxe duas referências diretas à morte de Queiroz: “Em março de 1973, por exemplo, três integrantes da organização foram fuzilados no bairro da Penha em São Paulo. Um deles fora contatado por Jota dias antes, e a partir de então uma equipe do DOI não perdeu seu rastro. O mesmo aconteceu com o estudante Ronaldo Mouth Queiroz, conhecido como ‘Papa’ na ALN, morto a tiros de metralhadora num ponto de ônibus na av. Angélica. Primeiro, investiu junto a um agrupamento da organização na Faculdade de Geologia da USP, onde estudava Alexandre Vannucchi Leme, preso e morto em março de 1973. Na mesma escola estudava Queiroz, que antes de ser assassinado lhe abriu as portas da ALN em outra faculdade, a Medicina da USP. Numa ocasião, sempre disfarçado de militante Jair, o agente Jota, procurou um estudante da Medicina, Jurandir Duarte Godoy, o ‘Romeu’: que lhe fora apresentado por Queiroz”.

A testemunha localizada pelo relator declarou, 23 anos depois dos fatos, o que tinha presenciado no ponto de ônibus onde Queiroz foi morto. Seu relato corresponde claramente a uma execução. Viu quando três homens desceram de uma Veraneio C-14 e dispararam contra o rapaz que estava encostado na parede. O primeiro tiro o derrubou e o segundo foi disparado quando já estava caído. Viu ainda que o mesmo homem que atirou colocou uma arma de fogo nas mãos do corpo inerte e outra em sua cintura. E que, ante protestos de populares, um cidadão que reclamava foi preso e levado na viatura.

O relator contestou a versão oficial, afirmando que “sempre existiu o sentimento de que ela é falsa: pelos registros oficiais, o estudante deu entrada no necrotério apenas 15min depois de ser atingido; a requisição do exame foi preenchida com seu nome verdadeiro, embora a imprensa tenha informado que ele usava documento falso com o nome de Ghandi Ferreira da Silva; as declarações da testemunha que disse ter presenciado o assassinato de um homem, no mesmo local e na mesma época, que depois associou a Ronaldo”.

Em seu voto, faz o balanço das evidências contidas nos autos e afirma que prevalece o sentimento de que Ronaldo foi executado. Não há prova do suposto “cerrado tiroteio”. O depoimento da testemunha é convincente e se harmoniza com a versão da requerente. O fato de a morte ter ocorrido em via pública não impede o reconhecimento legal. “O dever dos agentes de segurança é deter o *infrator*, não *executá-lo friamente*. *Poderiam prendê-lo, mas não o fizeram*”, concluiu o relator.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br



**Nascidos no município de São Paulo e
Mortos em outra localidade**

ABÍLIO CLEMENTE FILHO (1949-1971)



Número do Processo: 057/02

Filiação:	Maria Helena Correa e Abílio Clemente
Data de Nascimento:	17/04/1949
Local de Nascimento	São Paulo(SP)
Organização Política ou atividade:	Movimento Estudantil
Data da morte:	10/04/1971
Local da morte	Santos (SP)
Relator:	Belisário dos Santos Jr.
Deferido em:	02/08/2006 por unanimidade
Data da publicação em DOU:	09/08/2006

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.158.

Nasceu em São Paulo (SP), em 17 de abril de 1949, filho de Abílio Clemente e Maria Helena Corrêa. Desaparecido em 10 de abril de 1971. Militante da Ação Popular (AP).

Estudou na Escola Estadual Fernão Dias Paes, na cidade de São Paulo. Quando desapareceu, cursava o 4º ano de Ciências Sociais da Unesp e era ativista do movimento estudantil, em Rio Claro (SP). Desapareceu quando estava com um amigo na praia de José Menino, em Santos (SP). Naquele ano, foi o homenageado especial dos formandos do seu curso. No processo analisado pela CEMDP está anexado um relato de Maria Amélia de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, informando ter encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre os documentos do extinto DOPS/SP, uma fi cha escolar de Abílio Clemente Filho da época em que cursava o colegial, na Escola Estadual Fernão Dias Paes, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. De acordo com os registros policiais, essa fi cha teria sido encontrada na residência de Ishiro Nagami, militante da ALN morto juntamente com Sérgio Corrêa, em 4 de setembro de 1969, em consequência da explosão do carro em que ambos trafegavam na rua da Consolação, na capital paulista.

Joana D'Arc Contijo relatou a Maria Amélia, ambas presas no DOI-CODI/SP à época, que chegou a denunciar ter ouvido gritos de um homem jovem durante toda a noite, na mesma data da prisão de Abílio. Joana acredita que o jovem parou de gritar porque morreu. Ela tentou descobrir a identidade da vítima daquelas torturas, mas não obteve sucesso.

Maria Amélia afirmou ter sido procurada pela irmã de Abílio, em meados dos anos 1990, para denunciar o seu desaparecimento quando ainda não havia legislação que estabelecesse indenização por tortura, morte ou desaparecimento.

O caso de Abílio foi inicialmente examinado pela Comissão de Indenização dos Presos Políticos de São Paulo, por meio do conselheiro e deputado Renato Simões, sendo deferido.

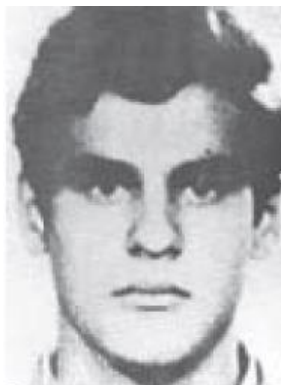
Considerou aquela comissão que, com base no conjunto dos indícios apresentados e no conhecimento acumulado sobre os procedimentos dos órgãos de repressão política, era possível concluir pelo desaparecimento de Abílio Clemente Filho por razões políticas. O relator do caso (057/02) na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior, votou favoravelmente ao deferimento do requerimento, agregando: *Também, nesta instância federal, bem considerados todos os elementos de prova colhidos, entendo que Abílio, que tinha militância política, que teve documento apreendido em domicílio de pessoa vinculada a ações armadas, que desapareceu num dia determinado e cujos amigos e família sempre denunciaram como sendo mais uma das vítimas da polícia política, pode e deve ser reconhecido como pessoa desaparecida por motivos políticos.*

Exigir mais provas, seria desconhecer a história da repressão no Brasil. O deputado estadual de São Paulo, Antônio Mentor, também apresentou depoimento à CEMDP, no qual confirmou seu desaparecimento e sua militância em organização clandestina durante a ditadura.

O caso foi aprovado por unanimidade em 2 de agosto de 2006

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

ANTONIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL



Número do Processo: 107/96

Filiação: Maria Tereza Nogueira Cabral e Cezario Nogueira Cabral

Data de Nascimento: 14/10/1948

Local de Nascimento: São Paulo (SP)

Organização Política ou atividade: ALN

Data da morte: 12/04/1972

Local da morte: Rio de Janeiro (RJ)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 29/02/96

Data da publicação em DOU: 06/03/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 297

Este é mais um caso em que o trabalho da CEMDP conseguiu derrubar a versão que prevaleceu durante muitos anos, de que esse estudante de Medicina paulista teria sido morto ao resistir à prisão. Na verdade, Antônio Carlos Nogueira Cabral foi morto depois de preso pelos agentes do DOI-CODI/RJ.

Cabral, como era conhecido entre os alunos da Faculdade de Medicina da USP, em Pinheiros, foi presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (CAOC) em 1970, e era militante da ALN desde 1969. Liderança muito querida entre seus colegas de faculdade, participou da tradicional encenação teatral do Show Medicina e também de uma montagem dirigida por Alberto Daversa, Noite de Guerra no Museu do Prado, de Rafael Alberti, que narra a heróica resistência dos republicanos espanhóis frente ao ataque final das forças fascistas, em 1939.

Cabral também jogava rúgbi e praticava outras modalidades esportivas, sendo um caso raro de militante de esquerda, naquele período polarizado da história brasileira, a manter amizade normal com os colegas de faculdade alinhados com as posições da direita.

Sua prisão, em circunstâncias ainda hoje não esclarecidas, ocorreu provavelmente em 11/04/1972, no Rio de Janeiro, mas os fatos só foram divulgados pelos jornais no dia 18, com a versão de que Cabral morrera ao resistir à prisão na Rua Zizi, nº 115, bairro Lins de Vasconcelos.

As informações dos jornais eram coincidentes quanto ao local, mas não quanto ao horário da ocorrência: às 2h20 segundo a *Folha da Tarde*, ou às 22 horas, conforme o *Jornal do Brasil*. Ao mesmo tempo, o atestado de óbito registra que Antonio Carlos morreu às 5h25, enquanto

os peritos atenderam às 3h40 a ocorrência solicitada pelo DOPS/RJ para laudo em local de morte violenta. Seu corpo foi encaminhado ao IML como sendo de um desconhecido, com a guia nº 5 do DOPS.

Diligências efetuadas no âmbito da CEMDP permitiram localizar, nos próprios documentos do IML/RJ e nas fotos de perícia de local as provas que derrubaram cabalmente a versão oficial dos órgãos de segurança. Em todos os documentos oficiais Antonio Carlos aparece como desconhecido. O laudo, assinado por Olympio Pereira da Silva e Jorge Nunes Amorim, descreve tiros em regiões vitais: dois no pescoço e três próximos ao coração, registrando também muitas escoriações, sem definir a origem. As escoriações nas mãos, no tórax, na testa e nas faces do rosto são visíveis nas fotos de seu corpo e atestam torturas.

O relatório de perícia relativo à ocorrência 293/72 informa que os peritos compareceram ao local às 3h40 do dia 12 de abril, atendendo requisição do DOPS, e descreve o local do encontro do corpo de Antonio Carlos, na entrada da casa. Assinalaram feridas contusas e equimoses nas nove fotos que acompanham o laudo. Registram que suas vestes se achavam em desalinho, denunciando bruscos movimentos de luta, e que suas vestes e mãos estariam impregnadas de tinta de impressão. Tais fotos, entretanto, não foram localizadas. As duas fotos do corpo de Antonio Carlos que acompanham o processo foram resgatadas dos arquivos do IML/RJ, onde se encontravam sem qualquer identificação. O atestado de óbito foi firmado por Olympio Pereira da Silva, que deu como causa da morte, ocorrida às 5h25 do dia 12 de abril, ferimentos penetrantes e transfixantes do tórax e abdômen, com lesões do pulmão direito, coração e fígado – hemorragia interna.

As marcas de tortura são claramente visíveis nas fotos: escoriações nas mãos, tórax e rosto, nem todas descritas na necropsia. O corpo foi reconhecido pela irmã, Maria Elizabeth Nanni, após a publicação da versão oficial. O corpo foi entregue à família em caixão lacrado, tendo o enterro contado com a presença ostensiva de agentes policiais. Cabral era outro dos militantes acusados pelos órgãos de segurança de ter participado da execução do marinheiro inglês David Cuthberg, conforme já relatado no caso anterior, bem como do assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, em que foram mortos três vigilantes de uma transportadora de valores. Não foi possível determinar as condições concretas em que Cabral foi morto, mas o entendimento unânime na CEMDP foi de que sua morte não ocorreu no local indicado pelos órgãos de segurança, apontando também os indícios eloquentes de que foi torturado antes de morrer.

Conforme já relatado na apresentação do caso Gelson Reicher, em 09/11/2006, numa iniciativa conjunta entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a diretoria do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, foi inaugurado nessa entidade de representação estudantil um memorial, painel metálico com fotos e textos, em homenagem a Gelson e Cabral.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 297.

ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS



Número do Processo:

Filiação: Benedicta de Araújo Ribeiro Ribas e Walter Scheiba Pinto Ribas

Data de Nascimento: 20/09/1946

Local de Nascimento: São Paulo (SP)

Organização Política ou atividade: PCdoB

Data de Desaparecimento: 28/11/1973

Data da publicação em DOU: Lei no. 9.140/95
04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.226

Ribas nasceu e estudou em São Paulo, sendo obrigado a interromper seus estudos no último ano do ensino médio, no Colégio Estadual Basílio Machado, na Vila Madalena. Foi presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) em 1967 e, no ano seguinte, seria provavelmente eleito presidente da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Foi detido pelo DOPS, juntamente com a ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Catarina Meloni, durante manifestação contra a presença do presidente Costa e Silva em solenidade pelo Dia da Independência, 7 de setembro. Foi libertado mediante *habeas-corpus* uma semana antes de ser novamente detido, em Ibiúna, no 30º Congresso da UNE. Condenado pela 2ª Auditoria do Exército, de São Paulo, em setembro de 1969, a um ano e seis meses de prisão, passou por várias unidades prisionais: Tiradentes (duas vezes), Delegacia de Polícia da Rua 11 de Junho (Vila Mariana), Quartel do Batalhão de Caçadores (São Vicente), Forte de Itaipu (Praia Grande), Casa de Detenção

de São Paulo e Quartel de Quitaúna (Osasco). Nesse período, seus parentes sofreram violências e abusos por parte dos policiais.

Libertado em abril de 1970, passou a morar em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, continuando com sua militância clandestina no PCdoB. Ao final do ano, mudou-se para a região do Gameleira, no Araguaia. Antes, teve um último encontro com o irmão. A família, porém, só voltaria a ter notícias suas em 1973, através de Francisco Romanini, detido pela OBAN, que ouvira falar de suas atividades na guerrilha. Em 1975, julgado à revelia, foi absolvido.

O relatório apresentado pelo Ministério do Exército, em 1993, registra que “*Antônio Ribas, durante encontro com uma patrulha na região do Araguaia, conseguiu evadir-se, abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva*”. Mais adiante o relatório informa: “*teria morrido em confronto com as forças de segurança*”. Esse relato se aproxima das informações do relatório Arroyo, onde consta que no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, ao se encontrarem com uma patrulha do Exército, “*Jaime (Jaime Petit da Silva) e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas) ficaram desligados do grupo*”. Já o relatório da Marinha registra a informação equivocada de que teria morrido, “*em 20 de fevereiro de 1973*”.


No livro de Taís Morais e Eumano Silva, há uma passagem relatando movimentos dos guerrilheiros em 26/12/1973, dia seguinte ao maciço ataque sofrido pela Comissão Militar no dia anterior, que reitera a indicação de que Ribas não mantinha qualquer contato com seus companheiros desde a data da morte de Adriano Fonseca Filho (provavelmente em 28 ou 29/11/1973). Já no livro de Hugo Studart, A Lei da Selva, que se apóia em informações de um dossiê produzido por militares que atuaram na repressão à guerrilha, o autor escreve que Ribas teria morrido três dias antes de Jaime Petit: “Depois de Ari, os militares apanharam Adriano Fonseca Fernandes Filho, o Chico, também do Destacamento C.

Morreu a 3 de dezembro de 1973, segundo o Dossiê. Em vez de transportar o corpo, desta vez os militares levaram somente a cabeça para identificação. Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, o Ferreira, do Destacamento B, foi abatido duas semanas depois na área dos pára-quedistas. Com mais três dias, em 22 de dezembro, na localidade Grota do Cajá, morreria Jaime Petit da Silva, o Jaime, do Destacamento C. Os militares também lhe cortaram a cabeça para identificação”. Em nota de pé de página, Studart registra precisamente a data da morte de Ribas em 19/12/1973, mas ressalva que, segundo anotações pessoais de um militar, ela teria ocorrido no dia 22.

Seus parentes investigaram o caso em parceria com o Comitê Brasileiro pela Anistia, de São Paulo, com o objetivo de encontrar o corpo e esclarecer a verdade. Para isso, Dalmo Ribas esteve no Quartel general do 2º Exército, no Ibirapuera, para fazer contato com o comandante, general Dilermando Monteiro. Como não conseguiu ser recebido, falou com o tenente-coronel Pinheiro, espécie de relações públicas. O militar lhe garantiu que o “*assunto era reservado, mesmo dentro do próprio Exército, e que nem o comandante teria acesso a informações afetas exclusivamente a Brasília*” e que não mais deveria buscar esse tipo de esclarecimento.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO

	Número do Processo:	194/96
	Filiação:	Maria Lady Nascimento Furtado e Mauro Albuquerque Furtado
	Data de Nascimento:	17/06/1946
	Local de Nascimento	São Paulo (SP)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	10/11/1972
	Local da morte	Rio de Janeiro (RJ)
	Relator:	General Oswaldo Pereira Gomes
	Deferido em:	02/04/1996
	Data da publicação em DOU:	11/04/1996

Fonte: **Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.319**

Era filha de Mauro Albuquerque Furtado e Maria Lady Nascimento Furtado.

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, era a responsável pela imprensa da UEE/SP. Manteve ativa presença no movimento estudantil nos anos 1967 e 1968.

Conhecida como Lola, foi namorada de José Roberto Arantes de Almeida (assassinado em 1971). Trabalhou no Banco do Brasil, na agência do Brás, em São Paulo. Foi militante do PCB, pertenceu à DISP e, após o AI-5, passou a atuar politicamente na clandestinidade. Integrou-se à ALN, atuando no Rio de Janeiro (RJ), onde foi responsável pela imprensa, publicando o jornal da organização chamado *Ação*.

Dados sobre sua prisão e morte

Foi presa em 9 de novembro de 1972, no bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro, durante uma batida policial realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte, após rápido tiroteio, em que matou um policial. Depois de correr alguns metros e esconder-se em vários lugares, Aurora foi aprisionada, viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado. Foi torturada desde o momento de sua prisão na presença de vários populares que se aglomeravam ao redor da cena. Aurora foi conduzida para a Invernada de Olaria, onde continuou sendo torturada por policiais do DOI-CODI/RJ e integrantes do Esquadrão da Morte.

Aurora viveu os mais terríveis tormentos nas mãos dos torturadores que, além de utilizarem os tradicionais pau-de-arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras, aplicaram-lhe a “coroa de Cristo”, ou torniquete, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada, esmagando aos poucos o crânio da vítima. Em 10 de novembro, morreu em consequência das torturas, quando jogaram seu corpo crivado de balas na esquina das ruas Adriano com Magalhães Couto, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Seu corpo chegou ao IML/RJ classificado como o de “desconhecida”, pela guia 43 da 26ª DP.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 11 de novembro de 1972, afirmava:

Na madrugada de ontem, Aurora Maria Nascimento Furtado, que fora presa às 9h40min de 9 de novembro, conduzia agentes da polícia carioca a um local do Méier, na Guanabara, onde estaria localizado um “aparelho” (local de encontro) da organização terrorista Aliança [sic] Libertadora Nacional, informa o documento distribuído ontem pelas autoridades de segurança da Guanabara. Chegando à esquina da rua Magalhães Couto e Adriano, Aurora pediu para descer. Disse que preferia, por motivos de segurança, dirigir-se sozinha, a pé, até o “aparelho”, próximo dali. Ao descer, Aurora saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades. Nesse momento, começou um intenso tiroteio entre os agentes da polícia e os ocupantes do carro. Ao terminar o tiroteio, Aurora, baleada, estava morrendo, caída na rua. Preocupados em socorrer Aurora Maria, os agentes procuraram atendê-la. Com isso não alcançaram o grupo do Volkswagen, que arrancou em alta velocidade.

A necropsia feita no IML em 10 de novembro, firmada pelos legistas Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano, confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio e assinala como a *causa mortis* “[...] *ferimentos penetrantes na cabeça com dilaceração cerebral*”. Descreve ainda 29 perfurações por projétil de arma de fogo, não especificando, entretanto, as entradas e saídas dos tiros, não permitindo a reconstituição das trajetórias. Foram encontrados oito projéteis em seu corpo. Os projéteis usados eram de vários calibres, pois as perfurações variaram de 5 a 19 milímetros, com pontas de metal amarelo ou chumbo nu.

O laudo afirma que o tórax e o abdômen foram transfixados por projéteis, mas “[...] *as cavidades pleurais não contêm sangue; a cavidade abdominal não contém sangue; na região glútea direita há três orifícios sem reação vital*”. Ou seja, os tiros, pelo menos parte deles, foram dados quando Aurora já estava morta, apenas para confirmar o tiroteio que não ocorreu e que é assumido como verdadeiro pelos legistas. As lesões no crânio são descritas como feridas irregulares de 60 e 25 milímetros, localizadas nos parietais esquerdo e direito. Essas medidas não são de projéteis, o que confirma a denúncia de que Aurora foi morta sob tortura com a coroa de Cristo.

O ex-comandante do DOI-CODI do I Exército, Adyr Fiúza de Castro, em depoimento publicado no livro *Os Anos de Chumbo*, confirmou que sabia das torturas praticadas no quartel, conforme trecho abaixo:

Do ponto de vista da valentia, há algumas pessoas que eu poderia ressaltar. Certa vez, uma moça – o nome dela é Aurora Maria Nascimento Furtado – estava cobrindo um “ponto” com o chefe da sua organização, debaixo da ponte Benfica ou de Olaria, não sei bem, quando passou uma viatura do pessoal que, naquela época, era encarregado da luta contra o tráfico de entorpecentes, e que achou que aquele caszinho era traficante. [...] Então, deixaram a viatura em cima do viaduto e um agente desceu para interpellá-los – agente da Invernada de Olaria, pessoal meio bruto, acostumado a lidar com traficante. Então, chegou para perto deles, sorratamente, e disse: “Seus documentos!”. Ele ficou meio apavorado, mas ela abriu a bolsa, tirou uma pistola e deu um tiro na cara do agente. E ficou ali com o revólver, enquanto o camarada fugia. Ela combateu todos os outros agentes que assistiram o lance lá de cima do viaduto, crentes que estavam lutando contra uma traficante. Então, fizeram um cerco e ela saiu correndo para a avenida Brasil. [...] um conseguiu segurá-la pelas pernas e, debaixo de muito pau, a pegaram e meteram-na na

viatura. Ela cobriu, com a própria vida, a fuga do chefe. Foi levada para a Invernada de Olaria. [...] Calculo o que fizeram com ela.

[...] Não era das [delegacias de polícia] mais comuns. Era a Invernada de Olaria, célebre pela sua violência. Era o pessoal mais “duro” que existia na Polícia Civil. [...] eu estava no CODI, no I Exército, quando o comandante do DOI me telefonou: “Chefe, recebi informações que capturaram uma moça e agora chegaram à conclusão de que deve ser gente nossa”. Eu mandei um oficial meu ir lá para identificá-la. “Ela está em péssimo estado, não vai resistir nem uma ou duas horas mais. O senhor quer que a traga?” “Não, não traga coisa nenhuma. Quem é ela?” Ele disse o nome [...]. Um livro que um desses camaradas escreveu diz que, na Invernada, ela foi submetida à “coroa de Cristo”, um negócio que aperta a cabeça. Isso não me foi dito nem pelo comandante do DOI, nem pelo oficial que foi à Invernada de Olaria. Mas se eles fizeram isso, fizeram crentes de que estavam lidando com uma traficante fria, que matou um dos seus friamente. Acho que essa moça era muito valente, mas não deu entrada em DOI, não “abriu” coisa alguma.

A declaração do general, feita nos anos 1990, permitiu desmentir a versão oficial dos órgãos de segurança sobre sua morte, isto é, que teria ocorrido durante o tiroteio no Méier.

As fotos de perícia de local (6.507/72), encontradas nos arquivos do ICE/RJ, mostram profundas marcas de torturas no corpo de Aurora: percebe-se o afundamento do crânio e escoriações nos braços e pernas, nos olhos, nariz e boca, que não foram relatados na necropsia, além do Volkswagen DH-4734 atingido por tiros, completando a encenação montada para simular o tiroteio.

A nota oficial divulgou uma pequena biografia de Aurora, não deixando dúvidas de que os órgãos de segurança sabiam quem era ela. Não obstante, a primeira certidão de óbito emitida registra a morte de uma mulher branca, de identidade ignorada. Somente mais tarde, os familiares conseguiram um atestado de óbito com a identificação correta.

Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML/RJ por seus pais e sua irmã, que constataram, além de hematomas e cortes profundos, o afundamento do crânio. Seu corpo foi trasladado para São Paulo em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto.

Providencias posteriores

Sua morte foi denunciada pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos Brasileiros em documento intitulado *Aos Bispos do Brasil*, divulgado em fevereiro de 1973, e encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP.

Não há nenhuma referência à sua morte nos relatórios dos três ministérios militares encaminhados ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993.

O requerimento (194/96) dos familiares de Aurora apresentado à CEMDP foi relatado pelo general Oswaldo Pereira Gomes e aprovado por unanimidade em 2 de abril de 1996.


A trajetória de Aurora e seu sofrimento na tortura foram narrados no romance *Em Câmara Lenta*, de 1977, escrito pelo ex-presos político e cineasta Renato Tapajós.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua situada no Conjunto Habitacional Jova Rural, e a cidade do Rio de Janeiro a uma rua no bairro de Bangu.

Informações extraídas do *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009)

fonte:www.comissaodaverdade.org.br

CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY (1945 – 1971)

	Número do Processo:	168/96
	Filiação:	Maria Helena Dias Fleury e Hermano Pires Fleury Junior
	Data de Nascimento:	05/01/1945
	Local de Nascimento	São Paulo (SP)
	Organização Política ou atividade:	MOLIPO
	Data da morte:	10/12/1971
	Local da morte	Rio de Janeiro (RJ)
	Relator:	Nilmário Miranda
	Deferido em:	18/03/1996
	Data da publicação em DOU:	21/03/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.194

Um dos principais dirigentes do MOLIPO, morto misteriosamente no Rio de Janeiro em 10/12/1971, Carlos Eduardo foi o segundo ex-presos político banido do país a ser executado depois de regressar ao Brasil para novo engajamento na resistência clandestina ao regime militar. Nascido na capital paulista, tinha sido estudante de Filosofia na USP e, simultaneamente, de Direito na PUC/SP. Fora enviado à Argélia em junho de 1970, sendo um dos 40 presos políticos libertados em troca do embaixador alemão no Brasil, seqüestrado numa operação conjunta entre a VPR e a ALN.

Sua prisão anterior, como subcomandante do Grupo Tático Armado da ALN, tinha ocorrido em São Paulo, em 30/09/1969. Naquela ocasião, foi torturado dias seguidos na OBAN. Transferido para o Presídio Tiradentes, escreveu uma carta ao seu antigo professor na Faculdade de Direito e ministro interino da Justiça, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, denunciando as torturas sofridas por ele e por seus companheiros de prisão. Denunciou na mesma carta que Virgílio Gomes da Silva, dado como desaparecido, tinha sido, na verdade, assassinado a pancadas e choques no pau-de-arara, na antevéspera do seu próprio suplício.

“Não vou enumerar exatamente o que sofri momento a momento, vou dar alguns exemplos dos métodos de interrogatórios que sofri: o pau-de-arara, telefone, choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no resto do corpo todo como o mostram as cicatrizes que tenho até hoje. Os choques que levei no 2º dia de tortura foram de 220 volts e durante mais de cinco horas seguidas pendurado no pau-de-arara, o que me causou uma parada cardíaca. Quando isto ocorreu estavam chegando, naquele momento, na OBAN, os delegados do DOPS, Tucunduva, Fleury e Raul Ferreira. Foram estas pessoas que me fizeram voltar à vida, através de massagem no coração, fricção com álcool pelo corpo, etc, pois o pessoal da OBAN deu-me como clinicamente morto. Esta sessão de cinco horas de 220 volts foi precedida por uma tarde inteira de agressões e choques na cadeira do dragão, além de ter ficadona noite anterior das 22h30 até 6h30 da manhã deste dia no pau-de-arara, levando choques”.

Preferindo morrer a prosseguir naquelas sevícias, Carlos Eduardo inventou um encontro falso na avenida Brigadeiro Luís Antônio, escapou dos agentes, entrou em uma loja, apossou-se de uma tesoura e a enfiou no peito, embora a lâmina não tenha atingido órgão vital. Levado para o Hospital das Clínicas, recuperou-se e, conforme relata na carta ao ministro, voltou ao pau-de-arara e à cadeira do dragão quando levado de volta à prisão. A respeito de sua morte, o laudo de necropsia registra que Carlos Eduardo teria sido encontrado morto no interior de um veículo com um tiro. Seu corpo foi registrado no

IML/RJ com o nome de Nelson Meirelles Riedel, pela Guia nº 235, da 23ª Delegacia de Polícia. Nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança afirma que sua morte ocorreu ao final de tiroteio na praça Avaí, nas proximidades do Méier, cidade do Rio de Janeiro, após tentar abandonar o carro que fora abordado pelos agentes, por volta de 3h30 da madrugada. A versão apresentada, além de inverossímil, é contraditória nos próprios documentos oficiais examinados. O relator da CEMDP analisou laudo de necropsia e as fotografias da perícia de local. Carlos Eduardo tinha marcas perceptíveis de algemas nos pulsos, o que por si só já confirma sua prisão com vida e derruba a credibilidade da versão oficial. Os ferimentos em seu corpo comprovam: a trajetória dos 12 tiros que recebeu é de frente para trás, o que dificilmente corresponderia aos ferimentos de alguém que estivesse em um banco traseiro do automóvel metralhado dos quatro lados. A imprensa, que divulgou amplamente sua morte, chamou atenção para o fato de o corpo ter sido encontrado exatamente no mesmo local onde, tempos atrás, agentes policiais tinham sido rendidos, foram algemados e tiveram a viatura incendiada. Um dos jornais do Rio noticiou o fato como sendo a morte do sucessor de Marighella.

Por unanimidade, a CEMDP acompanhou o voto do relator Nilmário Miranda pelo deferimento do processo.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.194

CATARINA HELENA ABI-EÇAB (1947 – 1968)



Número do Processo:	090/02
Filiação:	Helena Xavier Ferreira e Trajano Xavier Ferreira
Data de Nascimento:	20/01/1947
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	08/11/1968
Local da morte	Vassouras (RJ)
Relator:	Belisário dos Santos Junior
Deferido em:	02/08/2005
Data da publicação em DOU:	22/08/2005

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.89

João Antônio e Catarina eram estudantes de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e casaram-se em maio de 1968. Militavam no movimento estudantil. João

participou da Comissão de Estruturação de Entidades no XVIII Congresso da UEE de São Paulo, realizado em Piracicaba, de 4 a 9 de setembro de 1965. Participou também do Diretório Acadêmico da sua faculdade, em 1966. Em 1967, esteve detido no DOPS/SP, quando foi indiciado por “terrorismo” e solto por meio de habeas corpus.

Em função da falta de informações à época, o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964 publicou a versão policial que atribuiu a morte do casal à explosão do veículo em que viajavam, em consequência da detonação de explosivos que transportavam, em 8 de novembro de 1968, às 19 horas, no km 69 da BR-116, próximo a Vassouras (RJ).

A versão divulgada na imprensa foi a de que eles dois foram vítimas de um acidente de automóvel: “[...] *chocaram-se contra a traseira de um caminhão que transportava pessoas em sua caçamba*”. No veículo em que estavam, teria sido encontrada uma mala com armamentos e munição.

No boletim de ocorrência, que registrou o suposto acidente, consta:

Foi dada ciência à Polícia às 20h de 08/11/68. Três policiais se dirigiram ao local constatando que na altura do km 69 da BR116, o VW 349884-SP dirigido por seu proprietário João Antônio dos Santos Abi-Eçab, tendo como passageira sua esposa Catarina Helena Xavier Pereira (nome de solteira), havia colidido com a traseira do caminhão de marca De Soto, placa 431152-RJ, dirigido por Geraldo Dias da Silva, que não foi encontrado. O casal de ocupantes do VW faleceu no local. Após os exames de praxe, os cadáveres foram encaminhados ao necrotério local.

Suspeitas recaíram sobre o acidente desde o início, conforme notícia publicada no jornal Última Hora, de 20 de novembro de 1968, com o título “Marighella: polícia procura outro estudante”:

Apareceu, também, um motorista que teria visto o Volks em que viajavam João Antônio e Catarina. Disse o chofer – cuja identidade é mantida em sigilo – que o carro dos estudantes era perseguido por uma viatura policial e que os agentes da lei disparavam sem cessar contra o Volks.

Uma bala teria atingido João Antônio, que perdeu a direção e o carro bateu na traseira de um caminhão. Em resultado do choque violento, ambos os estudantes morreram. No jornal Última Hora, de 22 de novembro de 1968, cuja manchete era “Esta confusa história da metralhadora”, o investigador de polícia da delegacia de Vassouras, Antônio Lanzzerotti, que foi ao local do acidente, afirmou à reportagem:

É impossível acontecer um desastre da forma como ocorreu no quilômetro 69. É verdade que na Rio–Bahia sempre há uma batida ou outra, mas nunca numa reta de quatro quilômetros. [...] Há suspeitas de que o casal vinha sendo seguido e mais tarde empurrado contra o caminhão. Eu acho que é bem provável que isso tenha ocorrido.

Na matéria consta também o depoimento de Júlio Hofgeker, que fazia o trabalho fotográfico para a polícia de Vassouras. Irritado, quando lhe proibiram de documentar o material das sacolas encontradas no carro, ele afirmou:

“Não é por nada [...] mas sempre me chamaram para ajudá-los. A delegacia daqui vive de ajuda, pois nem carro tem.

No dia do desastre, bateram em casa e contaram que havia um acidente feio na estrada, com vítimas. Pediram para auxiliá-los. Peguei a máquina e, no local, fiz o trabalho. Fotografei os dois carros de vários ângulos diferentes e quando pretendia fotografar as sacolas, o comissário disse que não podia e em seguida foi embora com elas.

No chão, pude ver algumas balas de revólver e mais nada. Não sei qual foi a opinião do pessoal sobre o desastre, mas eu não acredito em acidente. Alguma coisa aconteceu, não sei o que, mas desconfio. Naquela reta é impossível bater”.

E sobre a metralhadora, Júlio tem quase a mesma opinião da cidade: – Acho que foi plantada... poderiam tê-la colocado na sacola, quem sabe...

A CEMDP teve acesso à cópia do processo 206/69, arquivado no STM, com informações dos órgãos de repressão sobre o caso, e à cópia do processo E-06/070928/2004, instaurado pelo Estado do Rio de Janeiro, que não apresentaram dados conclusivos.

tentativa de obter informações sobre as circunstâncias da morte do casal, o relator Belisário dos Santos Júnior, colheu também os depoimentos de Aluísio Elias Xavier Ferreira e de Márcio Edgard Paoliello, incumbidos pelas famílias de buscar os corpos na cidade de Vassouras.

Reportagens feitas pelo jornalista Caco Barcellos, veiculadas no Jornal Nacional (TV Globo) em abril de 2001, desmentiram a versão policial de acidente e demonstraram que João e Catarina foram executados.

Caco Barcellos entrevistou o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira, que relatou algumas operações de segurança, entre elas a prisão, a tortura e a execução de um

casal de estudantes. O casal era suspeito de ter participado da execução do capitão do Exército norte-americano Charles Rodney Chandler, em 12 de outubro de 1968, feita pela ALN e pela VPR. Valdemar reconheceu Catarina como uma das pessoas que foram presas, torturadas e executadas em um sítio em São João do Meriti e afirmou que os órgãos de repressão, após a execução, forjaram o acidente.

O jornalista entrou em contato com a família de Catarina, que concordou em proceder a exumação de seus restos mortais. O laudo da exumação, elaborado pelos legistas Carlos Delmonte e Isaac Jaime Saieg, em 23 de julho de 2000, concluiu que a morte foi consequência de “traumatismo crânio-encefálico” causado por “ação vulnerante de projétil de arma de fogo”. Sua morte ocorreu em decorrência de um tiro que a atingiu pelas costas. Além disso, os legistas não encontraram sinais de autópsia feita anteriormente. A causa mortis apresentada em 9 de novembro de 1968, pelos médicos Pedro Saullo e Almir Fagundes de Souza, do IML de Vassouras, foi “fratura de crânio, com afundamento (acidente)”.

O relator Belisário dos Santos Júnior, na tentativa de obter mais informações, realizou diligência ao CRM/RJ e conseguiu entrevistar, por telefone, o médico Almir Fagundes de Souza, cujo nome consta no Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964 como um dos legistas, que, “[...] admite a possibilidade de o Dr. Pedro Saullo, diante das informações prestadas pela Polícia e dada sua pouca experiência, sequer ter necropsiado a calota craniana. [...] que acredita que esse caso possa ser um dos primeiros casos analisados de Pedro Saullo”.

Para o relator, as teses de acidente ou de detonação de explosivos ficaram descartadas. Segundo ele “[...] a reportagem de Caco Barcellos e as providências que a ela se seguiram introduziram duas novas possíveis versões: 1) prisão, tortura e execução do casal, seguida de uma cena de acidente na seqüência; 2) perseguição do VW por agentes do Estado, com disparos fatais”. Para ele, ambas as hipóteses são verossímeis e estão amparadas na prova e conduzem ao mesmo resultado, o da responsabilização do Estado. Assim, concluiu: “[...] presentes as condições legais e após detida análise de toda a prova defiro o pedido inaugural, reconhecida a condição de Catarina Helena Abi-Eçab e de João Antônio dos Santos Abi-Eçab como mortos por ação de agentes do Estado, no período previsto pela Lei”.

Na CEMDP, os casos de Catarina Helena Abi-Eçab (090/02) e de João Antônio Santos Abi-Eçab (026/02) foram aprovados por unanimidade, em 2 de agosto de 2005.

Seus nomes constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, no capítulo “Outras Mortes”, porque, embora as mortes fossem suspeitas, até então a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos dispunha apenas da versão policial.

Informações extraídas do livro *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009).

fonte:www.comissaodaverdade.org.br

CHael CHARLES SCHREIER (1946 – 1969)



Número do Processo:	260/96
Filiação:	Emília Brickmann Schreier e Ire Schreier
Data de Nascimento:	23/09/1946
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	VAR-PALMARES
Data da morte:	22/11/1969
Local da morte	Rio de Janeiro (RJ)
Relator:	Suzana Keniger Lisboa
Deferido em:	23/04/1996
Data da publicação em DOU:	25/04/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 109

Dirigente da VAR-Palmares, cursava o 5º ano de Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em 1968, integrando a Executiva da União Estadual dos Estudantes. Após a decretação do AI-5, passou a atuar na clandestinidade. Tinha sido antes militante da DISP. Participou da redação e distribuição de um jornal denominado *Luta Operária*. Documentos dos órgãos de segurança registram sua participação em algumas ações armadas em São Paulo, inclusive em dois assaltos a banco onde ocorreram mortes.

Foi preso no dia 21/11/1969, em uma casa no bairro de Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro, onde residia com Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Dora, e Antônio Roberto Espinosa, também integrantes da VAR-Palmares. Os três foram levados para o Batalhão da Polícia do Exército e Chael morreu no dia seguinte, submetido a indescritíveis torturas, como chegou a ser noticiado pela revista *Veja*, driblando a rigorosa censura de imprensa vigente na época. O

caso também foi publicado em veículos internacionais como o New York Times, Le Monde e The Times.

A versão oficial, registrada em documento do II Exército encontrado nos arquivos do DOPS/SP, resumia: *“reagiram violentamente com disparos de revólver, espingarda e mesmo com bombas caseiras. Da refrega, os três terroristas saíram feridos, sendo Chael o que estava em estado mais grave. Foram medicados no HCE, entretanto Chael sofreu um ataque cardíaco, vindo a falecer”*.

Em depoimentos à Auditoria Militar, Dora e Espinoza denunciaram a morte de Chael e a tortura sofrida pelos três. Marcada profundamente pela violência a que foi submetida, Maria Auxiliadora viria a cometer suicídio em 1976, atirando-se nos trilhos do metrô na Alemanha. Na última vez em que ambos viram Chael na Polícia do Exército, ele tinha o pênis dilacerado e o corpo ensopado de sangue. Apontaram, em juízo, o nome dos torturadores e responsáveis pela morte de Chael: capitão João Luís, tenente Celso Lauria e capitão Airton Guimarães, sendo este último um conhecido expoente do jogo de bicho no Rio de Janeiro, preso mais de uma vez em anos recentes por contravenções e crimes mais graves. Outro importante depoimento constante do processo de Chael na CEMDP é do coronel Carlos Luiz Helvécio da Silveira Leite, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 24/02/1988. Conforme declarou na entrevista, esse oficial estava de plantão quando recebeu a comunicação da Vila Militar de que o universitário paulista havia falecido naquela dependência durante o interrogatório.

O coronel, que fora membro do Centro de Informações do Exército, declarou que o oficial por ele enviado para esclarecer os fatos lhe disse: *“Fiquei encabulado de ver o corpo despido e o número de equimoses e sevícias que o cadáver apresentava”*.

Em *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari acrescenta mais informações e analisa: *“Havia um cadáver na 1ª Companhia da PE. Em casos anteriores esse tipo de problema fora resolvido com um procedimento rotineiro. Fechava-se o caixão, proclamava-se o suicídio e sepultava-se o morto. O método já dera certo duas vezes, naquele mesmo quartel. Em maio, com Severino Viana Colou, e em setembro, com Roberto Cieto.*

Tratava-se de seguir o manual, e Helvécio despachou para a PE de Deodoro o tenente-coronel Murilo Fernando Alexander, do CIE.

O cadáver de Chael foi levado por Alexander para o hospital central do Exército. ‘Não concordaram em aceitá-lo como se tivesse entrado vivo’, contou o tenente-coronel Helvécio. A decisão fora tomada pelo próprio diretor do hospital, general Galeno da Penha Franco. Pior: o general reteve o morto e determinou que se procedesse à autópsia. O CIE tinha dois

problemas. O tiroteio e as prisões da rua Aquidabã eram públicos, pois haviam sido noticiados pelas rádios. Ademais, os presos foram três, e dois estavam vivos. Isso excluía a fórmula do sumiço do corpo, usado dois meses antes na Operação Bandeirante, depois do assassinato de Virgílio Gomes da Silva. O atestado de óbito excluía a versão de suicídio. A origem social de Chael, um ex-estudante de medicina saído de uma família judia da classe média paulista, cortava o caminho ao funeral de indigente que ajudara a abafar a morte de Severino Colou”.

No parecer acatado por unanimidade na CEMDP, a relatora realçou como prova definitiva a natureza das lesões descritas pelos legistas Rubens Pedro M. Janini, Oswaldo Caymmi Ferreira e Guilherme Achilles de Faria Mello: “contusão abdominal, ruptura dos mesocólons transversos e mesetéricos, e hemorragia interna”. No laudo da necropsia, não consta qualquer descrição de entrada ou saída de projéteis no corpo de Chael.

O corpo do estudante foi entregue à família em caixão lacrado. Militares do II Exército acompanharam o traslado dos restos mortais para São Paulo, proibindo a realização do ritual judaico de sepultamento no cemitério israelita do Butantã, que inclui um banho no cadáver, para que as verdadeiras circunstâncias de sua morte não ficassem estampadas.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.111

EDMUR PÉRICLES CAMARGO (1914-1974)



Número do Processo:	Não foi aberto
Filiação:	Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça
Data de Nascimento:	04/11/1914
Local de Nascimento	São Paulo
Organização política ou atividade:	M3G
Data desaparecimento:	Julho 1974
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 - 04/12/95

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 393

As informações acerca da prisão e desaparecimento de Edmur são ainda mais imprecisas do que o restante dos desaparecidos. Inicialmente, constou que teria integrado o grupo de

militantes mortos em Medianeira (PR), conforme relatado acima, mas essa informação não se confirmou.

Paulista da capital, afrodescendente e jornalista, Edmur foi militante do PCB e atuou durante as mobilizações camponesas que esse partido dirigiu, entre 1951 e 1953, na região de Porecatu, no Paraná, representando mais um capítulo histórico na luta pela reforma agrária no Brasil, incluindo choques armados e cidades ocupadas .

Exilado no Uruguai depois de abril de 1964, retornou ao Brasil e trabalhou em duas publicações do PCB, Tema e Combate. Acompanhou Marighella na cisão do partido que gerou o Agrupamento Comunista de São Paulo, depois ALN. Os órgãos de segurança do regime militar

o acusavam de responsável pela morte do fazendeiro José Gonçalves Conceição, conhecido como Zé Dico, em 24/11/1967, em Presidente Epitácio, interior de São Paulo.

Zé Dico era acusado pelos posseiros da região de ter grilado suas terras para constituir a fazenda Bandeirante, empregando para isso capangas que mataram, agrediram ou ameaçaram muitos camponeses. Segundo documentos dos órgãos de repressão, Edmur teria matado o fazendeiro por ordem de Marighella, sendo a notícia da morte publicada como ato de justiça social na primeira edição do jornal O Guerrilheiro, da organização clandestina, em abril de 1968.

Conhecido também como “Gauchão”, Edmur teria se desentendido com Marighella depois de enviado por ele ao estado de Goiás, para efetuar levantamentos pertinentes à implantação de uma área de guerrilhas na região de Formosa, em agosto de 1968. O levantamento teria demonstrado a inviabilidade da proposta, mas Edmur se apegou à idéia de que seria possível desencadear o trabalho no município mineiro de Unaí.

Descontente com o desfecho da divergência, Edmur deslocou-se para o Rio Grande do Sul em maio de 1969, constituindo ali uma pequena organização clandestina, de âmbito local, que realizou pelo menos cinco assaltos a banco entre junho de 1969 e março de 1970. A onda de prisões que se seguiu a uma tentativa frustrada da VPR de seqüestrar o cônsul norte-americano em Porto Alegre terminou atingindo Edmur, que foi preso em abril de 1970. Essa organização se chamava M3G, significando Marx, Mao, Marighella e Guevara.

Banido do país em janeiro de 1971, após o seqüestro do embaixador suíço no Brasil, foi para o Chile junto com outros 69 presos políticos.

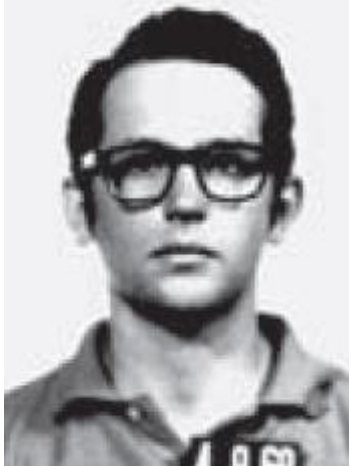
Permaneceu naquele país até o golpe que derrubou Salvador Allende, em setembro de 1973, quando se refugiou na Argentina.

A única informação positiva que foi possível colher a respeito de seu desaparecimento surgiu no Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa. Nesse documento, existe a seguinte referência a Edmur: “Jun/75, preso por autoridades brasileiras e argentinas quando seu avião fez pouso em Buenos Aires, em viagem do Chile para o Uruguai”.

Edmur é um dos 136 nomes que compõem a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. No entanto, como seus familiares nunca foram localizados, a CEMDP não podia formalizar um processo sobre ele para efeitos de indenização.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.393

EREMIAS DELIZOIKOV (1914 – 1974)

	Número do Processo:	162/96
	Filiação:	Liubovi Gradinar Delizoicov e Jorge Delizoicov
	Data de Nascimento:	27/03/1951
	Local de Nascimento	São Paulo (SP)
	Organização Política ou atividade:	VPR
	Data da morte:	16/10/1969
	Local da morte	Rio de Janeiro (RJ)
	Relator:	Paulo Gustavo Gonet Branco
	Deferido em:	02/12/1997
	Data da publicação em DOU:	04/12/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 108

O estudante paulista Eremias Delizoicov foi morto aos 18 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 16/10/1969. Militante da VPR, estava na sua residência, na Vila Cosmos, quando a casa foi cercada pela Polícia do Exército.

Criado no bairro da Mooca, na capital paulista, Eremias militava no Movimento Estudantil secundarista, como aluno da escola estadual MMDC, tendo se engajado na campanha para obter fundos de solidariedade à greve dos metalúrgicos de Osasco, em julho de 1968.

Em 1967, fora aprovado no exame de seleção da Escola Técnica Federal de São Paulo e cursou, simultaneamente ao colegial no MMDC, o curso de mecânica. Estudava música e praticava esportes. Com 11 anos, havia disputado, em 1962, o torneio paulista de judô, obtendo a primeira colocação na sua categoria. Em 1967, integrou a equipe de remadores do Corinthians e começou a treinar capoeira. Em 1969, ao saber que fora identificado pelos órgãos de segurança, comunicou aos pais sua militância política. Tentaram convencê-lo a sair do país, mas o filho optou pela luta na clandestinidade.

O corpo de Eremias deu entrada no IML/RJ sem identificação e foi enterrado com o nome de José de Araújo Nóbrega, o sargento Nóbrega, militante da VPR que ainda vive. Conforme documento da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier e recolhido ao ossuário geral cinco anos depois, sendo incinerado, ‘como de praxe’.

Os pais de Eremias somente foram informados de sua morte pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em janeiro de 1970, mas nunca receberam os restos mortais. Somente 23 anos depois obtiveram judicialmente o atestado de óbito. O processo levou mais de um ano para ser votado na CEMDP após o relator propor o indeferimento em reunião do dia 18/03/96. Foi feito um pedido de vistas pela conselheira Suzana Lisbôa e o processo foi encaminhado para parecer do perito Celso Nenevê.

A perícia oficial registra que Eremias foi atingido por disparos de armas de fogo e apresentava ferimentos lácero-contusos, cuja procedência seria verificada na necropsia, sendo citados pelo menos 29 disparos nas paredes da casa. Os legistas Elias Freitas e Hygino de Carvalho Hércules atestaram ferimento transfixante da cabeça com dilaceração do encéfalo e não lhes bastou todo o alfabeto – de ‘a’ a ‘z’- para a identificação dos orifícios de entrada e saída dos projéteis de arma de fogo. Sendo insuficiente o número de letras, iniciaram uma nova série, de ‘a’ a ‘f’’, com acréscimo de novo símbolo, e ainda, para viabilizar o trabalho, passaram a identificar os orifícios de forma agrupada. Ao todo, são descritas 19 lesões de entrada e 14 de saída de projéteis.

O perito criminal Celso Nenevê analisou os laudos de perícia e de exame cadavérico, comparando-os com as fotos anexadas. Constatou que os responsáveis pela perícia de local, estranhamente, não verificaram ou não descreveram disparos feitos do interior para o

exterior da residência cercada. Ressaltou que a posição do corpo, pela foto, não é compatível com sua posição de repouso final, nem tampouco é condizente a mancha de sangue que aparece na parede com a posição do corpo. Pôs em dúvida que, no local, pudesse ter havido explosão capaz de causar as lesões descritas, já que até os fragmentos de vidro oriundos dos tiros nas janelas são identificados.

Quanto ao exame cadavérico, Nenevê descreve que *“a vítima apresenta contusões profundas (...) com características daquelas produzidas por onda de choque, oriunda da detonação de artefato explosivo. Dada a grande intensidade das lesões que experimentou a vítima em função da onda de choque, é praticamente certo o estado de, no mínimo, morte cerebral da vítima”*, impossibilitando que ela tivesse condições de ataque, defesa ou fuga. Mas registra a impossibilidade de uma conclusão definitiva, deixando indagações em aberto: *“onde estas lesões se produziram, já que a residência não foi este local, e ainda como foi ter naquele local após a explosão, estes são questionamentos que não puderam ser esclarecidos pela falta de elementos materiais no processo”*.

O relatório de vistas, depois de analisado o parecer de Celso Nenevê, foi pelo deferimento do processo. Houve mais um pedido de vistas do conselheiro Luís Francisco Carvalho Filho, após o voto contrário de Paulo Gustavo Gonet Branco.

Na reunião de 02/12/1997 o relatório de vistas de Luís Francisco ressaltou: *“mesmo admitindo, em tese, que o militante resistira armado ao cerco da polícia política, a prova dos autos aponta para uma execução, não para a imobilização e detenção do infrator, como autoriza e autorizava a lei em vigor”*. O processo foi então aprovado pela CEMDP.

Os familiares de Eremias, ao receberem a indenização doaram o valor para a criação do site www.desaparecidospoliticos.org.br, construído e alimentado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que o denominou Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 108

IARA IAVELBERG (1944 – 1971)



Número do Processo:	253/96 e 071/02
Filiação:	Eva Iavelberg e David Iavelberg
Data de Nascimento:	07/05/1944
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	VPR/MR-8
Data da morte:	20/08/1971
Local da morte	Salvador (BA)
Relator:	Suzana Keninger Lisbôa
Deferido em:	01/12/2004
Data da publicação em DOU:	07/12/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 175

Iara nasceu em 7 de maio de 1944, primeira filha de Davi Iavelberg e Eva Iavelberg, família judia que morava no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Tinha três irmãos: Samuel, Rosa e Raul. Estudou na Escola Israelita do Cambuci. Casou-se aos 16 anos. Temas como a liberdade sexual e o movimento feminista lhe interessavam. Ingressou na faculdade Psicologia da USP em 1963, onde encontrou outras causas e engajou-se no clima da política nacional. Abominava a ditadura militar, defendia a universidade livre, a justiça social, o fim da miséria e a derrota do Imperialismo. Esses e outros detalhes constam na sua trajetória narrada no livro Iara: uma reportagem biográfica, escrito pela jornalista Judith Patarra.

Viveu a efervescência do movimento estudantil, as passeatas e os conflitos da Maria Antônia. Em 1968, Iara trabalhava como professora-assistente na USP. Integrou a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR_Palmares), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Devorou muitos livros adotados pela esquerda brasileira. Ela era um grande quadro intelectual. Militou ao lado da atual presidente Dilma Rousseff. Decidiu tornar-se guerrilheira. Namorou Carlos Lamarca e viveu uma relação intensa, amaram-se. Da VPR, Iara e Lamarca foram juntos para o MR-8. Clandestinos, estavam entre os mais procurados pela repressão política, com cartazes espalhados em diversos lugares.

Dados sobre sua morte

Além da sua forte atuação política, Iara também era alvo por ser companheira de Carlos Lamarca, que havia conquistado o ódio do exército brasileiro após sair do quartel cheio de armas para lutar contra a Ditadura. Conseguiram escapar do cerco no eixo Rio-São Paulo e partiram para a Bahia.

Iara foi descoberta e morreu em 20 de agosto de 1971 em um apartamento no bairro da Pituba, em Salvador. O corpo passou pelo IML Nina Rodrigues, na Bahia, mas o laudo sobre sua morte não foi encontrado. Apenas rascunhos assinados pelo médico-legista Charles Pittex. No papel, havia alguns detalhes como qual roupa que Iara usava, o tipo de hímen, mas não havia descrição sobre seus ferimentos. No rascunho e no atestado de óbito o legista colocou uma interrogação ao lado da palavra suicídio. A notícia da morte abalou a família, tiveram que aceitar que a filha fosse enterrada na ala dos suicidas no Cemitério Israelita do Butantã, o que significava grande humilhação. Alguns familiares de Iara saíram do Brasil após sua morte.

Documentos oficiais e publicações

O Exército mencionou a morte de Iara no relatório oficial da chamada Operação Pajussara:

No dia 19/08/1971 foi montada uma operação pelo CODI/6 para estourar este aparelho, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20, resultando na prisão de Jaileno Sampaio Filho, “Raimundo”, “Orlando”, e de Nilda Carvalho Cunha, “Adriana”. Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se.

Em 1993, os relatórios das Forças Armadas foram encaminhados ao ministro da Justiça, apresentando divergências nas versões apresentadas sobre essa morte. Enquanto o da Marinha afirmou “[...] foi morta em Salvador (BA), em ação de segurança”, o da Aeronáutica, dizia: “[...] se suicidou em Salvador (BA) em 06/08/1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia”.

Documentos oficiais e publicações

O Exército mencionou a morte de Iara no relatório oficial da chamada Operação Pajussara:

No dia 19/08/1971 foi montada uma operação pelo CODI/6 para estourar este aparelho, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20, resultando na prisão de Jaileno Sampaio Filho,

“Raimundo”, “Orlando”, e de Nilda Carvalho Cunha, “Adriana”. Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se.

Em 1993, os relatórios das Forças Armadas foram encaminhados ao ministro da Justiça, apresentando divergências nas versões apresentadas sobre essa morte. Enquanto o da Marinha afirmou “[...] foi morta em Salvador (BA), em ação de segurança”, o da Aeronáutica, dizia: “[...] se suicidou em Salvador (BA) em 06/08/1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia”.

Providências posteriores

Somente na década de 1990 a família conseguiu iniciar a batalha para poder provar que sua irmã não havia se suicidado, com o aparecimento de denúncias. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) registrou o depoimento prestado pelo jornalista Bernadino Furtado, em 23 de setembro de 1997, no gabinete do então secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., no qual afirmou:

[...] quando entrevistou o dr. Lamartine [Lima] visando obter informações sobre o laudo cadavérico de Lamarca; nessa ocasião o médico lhe relatou o seguinte: o sargento Rubem Otero em consulta médica, em estado grave de saúde, confidenciou-lhe que [...] participou do cerco ao apartamento de Iara Iavelberg; que quando já se encontravam dentro do apartamento, sem que tivessem encontrado qualquer pessoa, perceberam que a porta de um dos cômodos se encontrava fechada; o sargento teria disparado uma rajada de metralhadora contra essa porta, não tendo havido qualquer reação dentro do referido cômodo, o sargento chutou a porta e ali encontrou uma mulher agonizando [...]. O depoente ouviu de Leônia Cunha, irmã de Lúcia Bernardete Cunha, que era hospedeira de Iara naquela época, a seguinte informação: a senhora Evandir Rocha, conhecida por Vanda, zeladora do edifício naquela época, relatou a Leônia que ouviu Iara gritar que se entregava às forças da repressão, tendo em seguida ouvido os tiros.

Segundo a proprietária do apartamento, Shirlei Freitas Silveira, havia sinais de outros três tiros no banheiro onde Iara havia supostamente se suicidado com um único tiro. Vizinhos do apartamento também afirmaram ter escutado vários disparos e o grito de rendição de Iara.

Na CEMDP, o primeiro requerimento para que o Estado reconhecesse sua responsabilidade quanto à morte de Iara foi indeferido. O segundo requerimento, protocolado sob o número

072/02 foi aprovado por unanimidade quando a lei passou a aceitar casos de suicídio de mortos em tiroteios.

Com as denúncias reunidas e grande esforço dos familiares, amigos e parte da comunidade judaica foi possível conseguir da Justiça autorização para exumar o corpo de Iara e finalmente o novo laudo sobre sua morte. A sociedade Chevra Kadisha, responsável pelo Cemitério Israelita do Butantã, dificultou o quanto pôde, mas a exumação aconteceu em 2003 com peritos da USP, sob a supervisão do médico Daniel Romero Muñoz e o novo laudo confirmou que Iara foi assassinada.

Parte da sua vida foi contada no livro Lamarca: o capitão da guerrilha e no filme baseado no livro do cineasta Sérgio Rezende. A jornalista Judith Patarra dedicou longa investigação e escreveu o livro Iara: Uma reportagem biográfica. A real causa da morte foi registrada depois. Os familiares puderam finalmente provar e tiraram Iara da ala dos suicidas. A mãe, Eva, que durante todo o tempo passou angustiada, morreu sem conhecer a verdade.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

ÍSIS DIAS DE OLIVEIRA (1941 – 1972)



Número do Processo:	104/96
Filiação:	Felícia Mardini de Oliveira e Edmundo Dias de Oliveira
Data de Nascimento:	29/08/1941
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data do desaparecimento	30/01/1972
Local da morte	Rio de Janeiro (RJ)
Data da publicação em DOU:	Leino. 9140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 283

Nasceu em 29 de agosto de 1941, em São Paulo (SP). Filha de Edmundo Dias de Oliveira e Felícia Mardini de Oliveira. Estudava piano e fez curso de pintura na Fundação Álvares Penteado. Em 1965, iniciou o curso de Ciências Sociais na FFLCH da USP e foi morar no CRUSP. Em 1967, passou a trabalhar no cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia e

casou-se com José Luiz Del Royo, também militante da ALN, de quem se separou posteriormente. No primeiro semestre daquele ano, trancou sua matrícula no 3º ano do curso. Em 1968, viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha.

No fim de 1969, voltou clandestinamente ao Brasil e, em junho de 1970, se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro. Ísis figurou em seis processos, nos quais foi julgada à revelia. Foi acusada de ter assaltado o Hospital da Ordem Terceira da Penitência, no Rio de Janeiro; de ter depredado dois postos de gasolina onde se encontravam cartazes de militantes políticos procurados pela polícia; de ter participado do assalto à agência do Bradesco da rua Miguel Lemos, no qual foi ferida sem gravidade. Em três processos, foi absolvida e os demais foram arquivados por insuficiência de provas.

Em sua homenagem, a praça em frente à casa onde Ísis passou parte de sua vida, no Alto da Lapa, em São Paulo, desde 11 de setembro de 1997, tem o seu nome. As cidades do Rio de Janeiro e Recife (PE) também a homenagearam dando o seu nome a ruas nos bairros Recreio dos Bandeirantes e Macaxeira, respectivamente.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Em 30 de janeiro de 1972, Ísis Dias de Oliveira e Paulo César Massa, que também era militante da ALN foram presos e levados para o DOI-CODI/RJ. Eram companheiros de militância e viviam clandestinos na mesma casa. Desde esse dia, Ísis não compareceu aos encontros marcados com os companheiros.

A família de Ísis a procurou em unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em prisões e em arquivos de 13 cemitérios controlados pela Santa Casa de Misericórdia e outros em Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Itaguaí e São Gonçalo, cidades fluminenses. O texto de Felíciaardini de Oliveira, mãe de Ísis, retrata uma história semelhante à de diversas mães de desaparecidos:

Em 16 de junho de 1970, Ísis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio, vinha sempre visitar-nos em São Paulo. Outras vezes nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré combinados. Um dia, ao despedir-se, ela disse: “Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês”. Eu fiquei muito nervosa com essa informação.

No dia seguinte, conforme havíamos combinado, eu fui ao seu encontro. Esperei por várias horas, Ísis não apareceu. Nunca mais a vi. Em 22 de novembro de 1971, Ísis fez um telefonema para a casa de um vizinho, chamando-me. Disse não ter sido possível ir ao meu

encontro, conforme havíamos combinado, mas que tudo estava bem com ela. Foi a última vez que ouvi sua voz.

Em 23 de janeiro de 1972, Ísis encontrava-se em apuros. Chegou pela madrugada em casa de uns amigos em Niterói. Dormiu e passou o dia seguinte lá. Fez um curativo em um ferimento que tinha no pescoço, indo embora no final da tarde. O nosso amigo foi com ela até as barcas. Foi a última pessoa a ver Ísis.

Em 4 de fevereiro de 1972, meu marido recebeu, em seu escritório, um telefonema de uma moça dizendo: “Ísis foi presa, no Rio de Janeiro, pelo I Exército. Vocês devem tomar providências para localizá-la, porque ela corre perigo de vida”. Mais tarde soubemos que a autora do telefonema era a companheira de Ísis, Aurora Maria do Nascimento Furtado, posteriormente assassinada pela repressão, que fora também colega da Ísis aqui na USP.

Em 10 de fevereiro de 1972, a advogada Eny Raimundo Moreira, que fora contratada por meu marido, impetrou um habeas corpus em favor de Ísis. Negaram sua prisão. Ao todo foram cinco habeas corpus. A partir do terceiro a resposta era: Ísis Dias de Oliveira “encontra-se foragida”.

Sua mãe conseguiu apurar parte do trânsito de Ísis pelos órgãos de repressão:
Em meados de fevereiro de 1972, esteve presa no DOI-CODI/RJ.

Março de 1972, quando era transferida do Rio para São Paulo, juntamente com outros presos, foi desligada desse grupo por apresentar problemas renais. No mesmo mês de março, pelos mesmos problemas renais, esteve hospitalizada em São Paulo.

Ainda no mês de março, foi transferida para a base Aérea de Cumbica (SP). Em 13 de abril de 1972, uma Assistente Social, Maria do Carmo de Oliveira, lotada no Hospital da Marinha (Ilha das Cobras) no Rio, informa a mim e a minha sobrinha Sônia: “Ísis Dias de Oliveira foi presa pelo I Exército, com duas identidades, encontra-se incomunicável na Ilha das Flores”. Esta informação Maria do Carmo recebeu por telefone de um primo, lotado no serviço de Telex do I Exército.

No dia seguinte, Maria do Carmo, eu e minha sobrinha Sônia fomos intimadas a comparecer no I Exército. Lá nos atendeu um coronel e o primo da Maria do Carmo. Alegaram que “fora um lamentável engano”.

Logo em seguida, a Dra. Eny esteve na Ilha das Flores, onde foi negada sua presença. Eu estive por três vezes na Ilha, sem nada conseguir. Mas foi lá que conheci Leda Medeiros, esposa de Jorge Medeiros. Leda me falou ter conhecimento de uma família denominada “Massa”. Foi assim que eu cheguei até a família do Paulo César Botelho Massa, companheiro de Ísis, que teria sido preso antes da minha filha.

Paulo César Botelho Massa, desaparecido político, filho do general Cristóvão Massa e sobrinho de mais três generais, encontra-se desaparecido como Ísis, sem nenhuma informação a mais.

Em 21 de junho de 1972, soubemos que Ísis estivera no CENIMAR, de lá teria sido transferida para o Aeroporto do Campo dos Afonsos (RJ). Em 20 de fevereiro de 1974, um conhecido do meu marido, que atuava com Seguros e também no DOPS, prometia conseguir informações da Ísis para nós. Chegando de uma excursão de turismo no exterior, disse-nos que a guia que os acompanhou na cidade de Londres era uma brasileira de nome Íris, e que tinha tudo para ser Ísis.

Mostrou fotos da Ísis para outras pessoas que participaram da excursão. Todos acharam que de fato poderia ser Ísis. Meu marido havia sofrido uma cirurgia cardíaca.

Então, eu e meu filho não tivemos outra alternativa senão tirar tudo a limpo.

Em 4 de março de 1974, viajamos para Londres e encontramos a moça, que trabalhava na agência de turismo Meliá-Marsans. Realmente era uma brasileira e nada mais, não tinha nada a ver com nossa filha Ísis. Nós chegamos à triste conclusão que todas essas séries de desinformações serviam a um objetivo específico, que era de confundir-nos e fazer-nos reaver a cada sinal uma esperança.

Cartas

Foram escritas muitas. Eu as escrevia, com sacrifício, para poupar meu marido que havia sofrido um grave enfarte do miocárdio. Com o passar do tempo, fui vendo que os destinatários eram os mesmos, a quem as outras famílias de desaparecidos escreviam: Presidente da República, Ministros das três armas, Comandante do I e do II Exércitos, OAB, OEA, ONU, Anistia Internacional, Arcebispo do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Foram tantas as cartas e inúteis que não gosto de lembrar. Só não esquecerei uma em especial, pelo trabalho e pela satisfação que me deu.

Nós, familiares dos presos políticos desaparecidos, pedíamos informações ao Governo, sobre o destino dos nossos parentes, quando o Ministro da Justiça, através do líder José Bonifácio, vem de público enumerar uma série de delitos praticados por eles. Eu não me conformei com aquelas informações. Achei que era o fim de tudo. Nós queríamos saber o paradeiro deles e não o que eles haviam praticado. Escrevi uma carta de contestação. Mas, como publicar minha carta? A censura não respeitava nem o malote dos deputados. Não tive dúvidas. Fui pelo caminho mais longo, mas o que me pareceu seguro. Viajei 20 horas até Brasília para entregar minha carta ao deputado Lisâneas Maciel. O deputado Lisâneas não se encontrava em Brasília, entreguei então a minha carta em mãos do deputado Fernando Lira.

Mais 20 horas de volta. No meio do caminho, em uma parada de ônibus, comprei um jornal “O Estado de S. Paulo”. Lá estava a minha carta publicada. Valeu-me uma grande satisfação no momento. Mas foi só. Porque até hoje estou esperando saber o que eles fizeram com minha filha Ísis.

Informações dadas por agentes policiais publicadas na imprensa:

A morte de Ísis e Paulo e de mais outros dez desaparecidos foi confirmada pelo general Adyr Fiúza de Castro, quando suas declarações foram publicadas em off, em 28 de janeiro de 1979, em matéria do jornalista Antônio Henrique Lago na Folha de S.Paulo. Fiúza de Castro foi criador e primeiro chefe do CIE, chefe do DOI-CODI do I Exército, comandante da PM/RJ e depois da VI Região Militar.

Em 8 de abril de 1987, a revista IstoÉ, na matéria “Longe do Ponto Final”, publicou declarações de Amílcar Lobo, que reconheceu ter visto Ísis no DOI-CODI/RJ, sem precisar a data. No Arquivo do DOPS/PR, em uma gaveta com a identificação “falecidos”, foi encontrada sua ficha.

Informações tiradas do Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009)

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOÃO ANTÔNIO SANTOS ABI-EÇAB (1943 – 1968)



Número do Processo: 026/02

Filiação: Beatriz Abi-Eçab e João Abi-Eçab

Data de Nascimento: 04/06/1943

Local de Nascimento: São Paulo (SP)

Organização Política ou atividade: ALN

Data da morte: 08/11/1968

Local da morte: Vassouras (RJ)

Relator: Belisário dos Santos Junior

Deferido em: 02/08/2005

Data da publicação em DOU: 22/08/2005

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 89

João Antônio e Catarina eram estudantes de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e casaram-se em maio de 1968. Militavam no movimento estudantil. João participou da Comissão de Estruturação de Entidades no XVIII Congresso da UEE de São Paulo, realizado em Piracicaba, de 4 a 9 de setembro de 1965. Participou também do Diretório Acadêmico da sua faculdade, em 1966. Em 1967, esteve detido no DOPS/SP, quando foi indiciado por “terrorismo” e solto por meio de habeas corpus.

Em função da falta de informações à época, o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964 publicou a versão policial que atribuiu a morte do casal à explosão do veículo em que viajavam, em consequência da detonação de explosivos que transportavam, em 8 de novembro de 1968, às 19 horas, no km 69 da BR-116, próximo a Vassouras (RJ).

A versão divulgada na imprensa foi a de que eles dois foram vítimas de um acidente de automóvel: “[...] chocaram-se contra a traseira de um caminhão que transportava pessoas em sua caçamba”. No veículo em que estavam, teria sido encontrada uma mala com armamentos e munição.

No boletim de ocorrência, que registrou o suposto acidente, consta:

Foi dado ciência à Polícia às 20h de 08/11/68. Três policiais se dirigiram ao local constatando que na altura do km 69 da BR116, o VW 349884-SP dirigido por seu proprietário João Antônio dos Santos Abi-Eçab, tendo como passageira sua esposa Catarina Helena Xavier Pereira (nome de solteira), havia colidido com a traseira do

caminhão de marca De Soto, placa 431152-RJ, dirigido por Geraldo Dias da Silva, que não foi encontrado. O casal de ocupantes do VW faleceu no local. Após os exames de praxe, os cadáveres foram encaminhados ao necrotério local.

Suspeitas recaíram sobre o acidente desde o início, conforme notícia publicada no jornal Última Hora, de 20 de novembro de 1968, com o título “Marighella: polícia procura outro estudante”:

Apareceu, também, um motorista que teria visto o Volks em que viajavam João Antônio e Catarina. Disse o chofer – cuja identidade é mantida em sigilo – que o carro dos estudantes era perseguido por uma viatura policial e que os agentes da lei disparavam sem cessar contra o Volks.

Uma bala teria atingido João Antônio, que perdeu a direção e o carro bateu na traseira de um caminhão. Em resultado do choque violento, ambos os estudantes morreram.

No jornal Última Hora, de 22 de novembro de 1968, cuja manchete era “Esta confusa história da metralhadora”, o investigador de polícia da delegacia de Vassouras, Antônio Lanzzerotti, que foi ao local do acidente, afirmou à reportagem:

É impossível acontecer um desastre da forma como ocorreu no quilômetro 69. É verdade que na Rio–Bahia sempre há uma batida ou outra, mas nunca numa reta de quatro quilômetros. [...] Há suspeitas de que o casal vinha sendo seguido e mais tarde empurrado contra o caminhão. Eu acho que é bem provável que isso tenha ocorrido.

Na matéria consta também o depoimento de Júlio Hofgeker, que fazia o trabalho fotográfico para a polícia de Vassouras. Irritado, quando lhe proibiram de documentar o material das sacolas encontradas no carro, ele afirmou:

“Não é por nada [...] mas sempre me chamaram para ajudá-los. A delegacia daqui vive de ajuda, pois nem carro tem.

No dia do desastre, bateram em casa e contaram que havia um acidente feio na estrada, com vítimas. Pediram para auxiliá-los. Peguei a máquina e, no local, fiz o trabalho. Fotografei os dois carros de vários ângulos diferentes e quando pretendia fotografar as sacolas, o comissário disse que não podia e em seguida foi embora com elas.

No chão, pude ver algumas balas de revólver e mais nada. Não sei qual foi a opinião do pessoal sobre o desastre, mas eu não acredito em acidente. Alguma coisa aconteceu, não sei o que, mas desconfio. Naquela reta é impossível bater”.

E sobre a metralhadora, Júlio tem quase a mesma opinião da cidade: – Acho que foi plantada... poderiam tê-la colocado na sacola, quem sabe...

A CEMDP teve acesso à cópia do processo 206/69, arquivado no STM, com informações dos órgãos de repressão sobre o caso, e à cópia do processo E-06/070928/2004, instaurado pelo Estado do Rio de Janeiro, que não apresentaram dados conclusivos.

Na tentativa de obter informações sobre as circunstâncias da morte do casal, o relator Belisário dos Santos Júnior, colheu também os depoimentos de Aluísio Elias Xavier Ferreira e de Márcio Edgard Paoliello, incumbidos pelas famílias de buscar os corpos na cidade de Vassouras.

Reportagens feitas pelo jornalista Caco Barcellos, veiculadas no Jornal Nacional (TV Globo) em abril de 2001, desmentiram a versão policial de acidente e demonstraram que João e Catarina foram executados.

Caco Barcellos entrevistou o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira, que relatou algumas operações de segurança, entre elas a prisão, a tortura e a execução de um casal de estudantes. O casal era suspeito de ter participado da execução do capitão do Exército norte-americano Charles Rodney Chandler, em 12 de outubro de 1968, feita pela ALN e pela VPR. Valdemar reconheceu Catarina como uma das pessoas que foram presas, torturadas e executadas em um sítio em São João do Meriti e afirmou que os órgãos de repressão, após a execução, forjaram o acidente.

O jornalista entrou em contato com a família de Catarina, que concordou em proceder a exumação de seus restos mortais. O laudo da exumação, elaborado pelos legistas Carlos Delmonte e Isaac Jaime Saieg, em 23 de julho de 2000, concluiu que a morte foi consequência de “traumatismo crânio-encefálico” causado por “ação vulnerante de projétil de arma de fogo”. Sua morte ocorreu em decorrência de um tiro que a atingiu pelas costas. Além disso, os legistas não encontraram sinais de autópsia feita anteriormente. A causa mortis apresentada em 9 de novembro de 1968, pelos médicos Pedro Saullo e Almir Fagundes de Souza, do IML de Vassouras, foi “fratura de crânio, com afundamento (acidente)”.

O relator Belisário dos Santos Júnior, na tentativa de obter mais informações, realizou diligência ao CRM/RJ e conseguiu entrevistar, por telefone, o médico Almir Fagundes de Souza, cujo nome consta no Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964 como um dos legistas, que, “[...] admite a possibilidade de o Dr. Pedro Saullo, diante das informações prestadas pela Polícia e dada sua pouca experiência, sequer ter necropsiado a calota craniana. [...] que acredita que esse caso possa ser um dos primeiros casos analisados de Pedro Saullo”.

Para o relator, as teses de acidente ou de detonação de explosivos ficaram descartadas. Segundo ele “[...] a reportagem de Caco Barcellos e as providências que a ela se seguiram introduziram duas novas possíveis versões: 1) prisão, tortura e execução do casal, seguida de uma cena de acidente na seqüência; 2) perseguição do VW por agentes do Estado, com disparos fatais”. Para ele, ambas as hipóteses são verossímeis e estão amparadas na prova e conduzem ao mesmo resultado, o da responsabilização do Estado. Assim, concluiu: “[...] presentes as condições legais e após detida análise de toda a prova defiro o pedido inaugural, reconhecida a condição de Catarina Helena Abi-Eçab e de João Antônio dos Santos Abi-Eçab como mortos por ação de agentes do Estado, no período previsto pela Lei”.

Na CEMDP, os casos de Catarina Helena Abi-Eçab (090/02) e de João Antônio Santos Abi-Eçab (026/02) foram aprovados por unanimidade, em 2 de agosto de 2005.

Seus nomes constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, no capítulo “Outras Mortes”, porque, embora as mortes fossem suspeitas, até então a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos dispunha apenas da versão policial.

Informações extraídas do livro *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009).

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOSÉ LAVECHIA (1919 – 1974)



Número do Processo:	156/96
Filiação:	Felícia de Matheu e Leo Lavecchia
Data de Nascimento:	25/05/1919
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	VPR
Data desaparecimento	13/07/1974
Local de desaparecimento	13/07/1974
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 04/12/95

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 388

Lavecchia fazia parte de uma organização clandestina que praticamente já não existia mais no Brasil, tendo sido desmobilizada no início de 1973.

Decididos a retornar do exílio para combater o regime militar, juntamente com Onofre, Daniel e Joel esses militantes entraram clandestinamente no território nacional, pela região de Foz do Iguaçu, em julho de 1974. Os tinham sido banidos entre 1969 e 1971 e foram atraídos para uma cilada e executados no município de Medianeira (PR), no interior da mata do Parque Nacional do Iguaçu.

Os nomes de Lavecchia, Onofre, Joel, Daniel e Ernesto integram a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Lavecchia tinha 55 anos, era sapateiro de profissão e antigo quadro do PCB. Descontente com os rumos do partido em relação à luta contra o regime militar, ingressou na VPR e foi preso na área de treinamento do Vale do Ribeira, em 27/04/1970. Ali ele cumpria o papel de fachada para o sítio comprado pela VPR, figurando como marido de Tercina Dias de Oliveira, a quem todos chamavam de ‘Tia’.

Lavecchia testava os couros das botas para os guerrilheiros, desfazendo-as e costurando novamente, para que fossem mais confortáveis e resistentes. Logo que a área foi descoberta pelos órgãos de segurança, Tercina foi presa, enquanto Lavecchia permaneceu se deslocando pela mata com outros militantes, até ser preso dias depois. Ambos foram soltos em junho, em troca do embaixador da Alemanha no Brasil, Ludwig Von Holleben.

Foram levados para a Argélia, seguindo algum tempo depois para Cuba, onde Lavecchia participou de treinamento militar. Mesmo com 51 anos, tornou-se uma referência junto aos mais jovens, por sua disciplina e força física. Mais tarde, transferiu-se para o Chile e, com o golpe fascista de Pinochet, refugiou-se na Argentina.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa a respeito dele que “em 12/10/1973 seu nome constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo político na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir”. O Relatório da Marinha não cita seu nome e o da Aeronáutica menciona que é dado como desaparecido na Argentina em 1973, não havendo dados que confirmem.

Os irmãos Joel José e Daniel José de Carvalho faziam parte de uma família que, na década de 1950, migrou de Minas Gerais para São Paulo em busca de melhores condições de vida e trabalho, deixando para trás a vida camponesa. Chegaram ao ABCD paulista no início da instalação

da indústria automobilística. Além de Joel e Daniel, os outros irmãos, Devanir, Jairo e Derly também participaram de organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura militar. Só sobreviveram Jairo e Derly. Devanir foi morto sob torturas em 1971 em São Paulo.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOSÉ ROMAN (1926 – 1974)



Número do Processo:	161/96
Filiação:	Trenida Gonzalez e Manoel Roman
Data de Nascimento:	04/10/1926
Local de Nascimento:	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data desaparecimento:	16/03/1974
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/95

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 375

José Roman tinha dois filhos de seu casamento com a Lidia Pratavieira Roman. Foi metalúrgico durante alguns anos e participava do sindicato da categoria. Mais tarde trabalhou como corretor de imóveis.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer a função de motorista do PCB.

Em 1966, voltou para São Paulo e continuou exercendo suas atividades partidárias.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Encontra-se desaparecido desde que foi buscar David Capistrano, membro do Comitê Central do PCB, na cidade de Uruguaiana (RS), em março de 1974.

Seu filho, Luiz, recebeu, no dia 21 de março de 1974, um telefonema que informava sobre a prisão do pai.

Mais informações ver o caso de David Capistrano.

Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95, como reconhecimento de sua prisão e morte sob responsabilidade do estado.

Informações tiradas do Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009)

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

MANUEL JOSÉ NURCHIS (1940 – 1972)



Número do Processo:	122/96
Filiação:	Rosalina de Carvalho Nurchis e José Francisco Nurchis
Data de Nascimento:	19/12/1940
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	PCdoB
Data do desaparecimento:	29 ou 30/09/1972
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/95

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 217

Era operário. Foi preso por motivos políticos em junho de 1963. Em razão da perseguição política após o golpe de 1964, foi forçado a deixar seu trabalho na fábrica para viver clandestinamente na região do rio Araguaia, passando a integrar o movimento guerrilheiro organizado pelo PC do B. Residiu na região do rio Gameleira, onde se estabeleceu o Destacamento B da guerrilha.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Desapareceu após um confronto, quando o grupo comandado por João Carlos Haas Sobrinho foi atacado na região de Caianos.

Dower Cavalcante conta que o general Bandeira comentou nunca ter visto “um homem tão macho” quanto Nurchis. Segundo o ex-guerrilheiro, Nurchis enfrentou os paraquedistas em um combate que durou cerca de duas horas e só morreu após receber o 12º tiro de metralhadora.

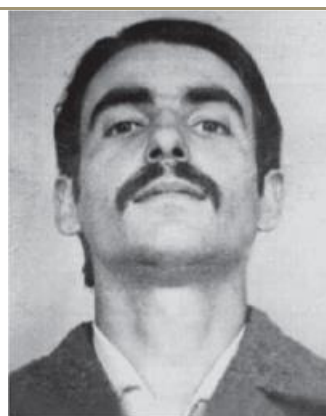
Essa mesma versão foi relatada por outra guerrilheira que foi presa, Regilena de Carvalho Leão de Aquino, atribuindo-a ao guerrilheiro Idalísio Soares Aranha Filho e não a Manoel.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, afirma que “[...] Manoel foi preso em jun./63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em out. 72 - morto em combate em Xambioá”. Os Relatórios dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica, também de 1993, informam apenas que ele era “[...] *militante do PCdoB e atuou na guerrilha do Araguaia*”. O do Ministério do Exército acrescentou ainda que Manoel utilizava os “[...] *codinomes Gil, Gilberto e Guilherme, tendo também realizado o curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim/China*”.

Fonte: Informações tiradas do Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009).

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

MÁRCIO BECK MACHADO (1943 -1973)



Número do Processo:	291/96
Filiação:	Edena Beck Machado e Octavio Menezes Machado
Data de Nascimento:	16/01/1943
Local de Nascimento	São Paulo (SP)
Organização Política ou atividade:	MOLIPO
Data Desaparecimento	Mai 1973
Local de desaparecimento	Rio Verde (GO)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/95

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.344

Nasceu em 16 de janeiro de 1943, em São Paulo (SP), filho de Octávio Meneses Machado e Edena Beck Machado.

Era estudante de Economia da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Dados sobre sua militância e processos

Foi preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968. Em 1º de abril de 1970, teve sua prisão preventiva decretada.

Foi indiciado, também, nos Inquéritos Policiais de números 7/72 e 9/72. Em 23 de outubro de 1972, teve novamente sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria Militar, referente ao processo 100/72.

Militante da ALN, no fim de 1969, após diversas prisões e a morte de Carlos Marighella, viajou para Cuba, onde realizou treinamento militar. Retornou clandestinamente ao Brasil, como militante do Molipo, indo morar no interior de Goiás.

Dados sobre a morte e desaparecimento de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado

Márcio e Maria Augusta Thomaz foram mortos em maio de 1973, em uma fazenda situada entre as cidades de Rio Verde e Jataí, em Goiás.

Em 1980, jornalistas descobriram a localização da sepultura do casal baseando-se em depoimentos que afirmavam que eles haviam sido enterrados na Fazenda Rio Doce, em Rio Verde, a cerca de 240 quilômetros de Goiânia, por ocasião dos assassinatos. O fazendeiro Sebastião Cabral e seu empregado foram encarregados de enterrar os corpos de Márcio e Maria Augusta, esfacelados por tiros. Os policiais lhes recomendaram que o sepultamento fosse feito a “[...] *pelo menos 200 metros do asfalto*”.

Ao saberem das investigações sobre o caso e antes que a descoberta viesse a público, três homens foram à fazenda e exumaram os restos mortais, deixando nas covas abertas apenas alguns dentes e pequenos ossos.

No Boletim Informativo do Ministério do Exército de janeiro de 1976, os nomes de Márcio e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos, mas as mortes não foram assumidas publicamente.

Em 1992, após a abertura dos arquivos do extinto DOPS/SP, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos descobriu um documento intitulado “Retorno de Exilados”, endereçado em 1978 ao então delegado Romeu Tuma, diretor do DOPS/SP. O documento informava as mortes de Márcio e Maria Augusta em 1973. Assim mesmo, as autoridades policiais jamais informaram as mortes aos seus familiares.

O artigo intitulado “DPF Frustra Identificação de Desaparecidos, Diz CBA”, publicado na Folha de S.Paulo, de 10 de agosto de 1980, noticiou a acusação do CBA/SP de que agentes da Polícia Federal teriam violado as sepulturas de Maria Augusta e de Márcio para impedir suas identificações. Testemunhas confirmaram a remoção dos restos mortais. Segundo o jornal:

“A morte de Maria Augusta e Márcio teria sido comentada nos corredores do DOI-CODI paulista, segundo o depoimento de vários presos políticos, detidos naquele órgão à época. Ainda segundo essas versões, Márcio tivera sua cabeça decepada por tiros de metralhadora e transportada para Goiânia. Depoimentos de testemunhas que presenciaram a retirada das ossadas, antontem, por policiais, afirmam que uma delas estava sem o crânio. Indício que confirmaria a versão da cabeça decepada.

Os familiares de Márcio Beck Machado acataram, segundo informações do CBA, a versão da sua morte sem insistir na elucidação das circunstâncias. Consta que à época, sem o saber, o então secretário da Segurança Pública de Goiás, coronel PM Euvaldo Vaz, tomou conhecimento da caçada a Maria Augusta e Márcio, mas só foi reconhecer Márcio Beck como parente seu (filho de seu primo-irmão), depois de ver a cabeça do rapaz.

Segundo depoimentos de testemunhas, o então secretário Euvaldo Vaz teria tomado um avião em Goiânia, vindo a São Paulo e levado seu primo para reconhecer o filho. O pai fez, segundo a versão do CBA, o reconhecimento do filho e pediu um atestado de óbito, negado com a afirmação de que a “única coisa que não poderiam fornecer seria um atestado de óbito”.

A Folha de S.Paulo, de 17 de agosto de 1980, relatou como foi o assassinato de ambos:

“Neuza e Raimundo, levantem para morrer”. O grito que cortou a madrugada fria de 7/05/1973, na Fazenda Rio Doce, soou como uma sentença definitiva. Pelo relato emocionado, repleto de palavras simples do lavrador Eurípedes João da Silva, conclusão a que chegaram os integrantes da comissão especial de juristas e parlamentares leva a uma única constatação: a morte de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz

não se tratou de uma operação policial militar dos chamados órgãos de segurança sim de um assassinato frio de dois militantes exaustivamente perseguidos”.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Márcio “[...] *teria sido morto em tiroteio juntamente com Maria Augusta Thomaz, numa fazenda em Rio Verde (GO), no dia 17/5/73*”. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, atesta que, Márcio “[...] *em maio/73, foi morto em Goiás, em tiroteio, durante ação de segurança*”.

O ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, em entrevista à revista IstoÉ, de 24 de março de 2004, declarou que a operação de exumação das ossadas dos dois militantes foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército que trabalhava no CIE de Brasília (DF) em 1981, depois de ter atuado no DOI-CODI/SP sob o codinome de Dr. Edgard. A matéria assim descreve os fatos:

[...] segundo Marival, em 1980 o Doutor Edgard comandou, por exemplo, uma expedição que retirou de uma fazenda em Rio Verde, em Goiás, as ossadas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomas, integrantes do MOLIPO (Movimento de Libertação Nacional), mortos em 1973 num confronto com agentes do CIE. De acordo com o fazendeiro Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados por três homens em 1980, que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas.

Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.


Na CEMDP, seus casos foram protocolados com os números 039/96 e 291/96, respectivamente, de Maria Augusta e de Márcio.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br



**Nascidos em outras localidades e mortos
ou desaparecidos na cidade de São Paulo**

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA (1943 – 1970)

	Número do Processo:	060/96
	Filiação:	Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva
	Data de Nascimento:	25/05/1943
	Local de Nascimento	Cachoeira do Sul (RS)
	Organização Política ou atividade:	VPR
	Data da morte:	17/05/1970
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Paulo Gustavo Gonet Branco
	Deferido em:	18/03/1996
	Data da publicação em DOU:	21/03/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.13

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nascida a 25 de maio de 1943, em Porto Alegre, RS, filha de Oscar da Silva e Odila Gomes da Silva. Logo depois, mudou-se para Canoas, onde fez o 2º grau.

Em Canoas, trabalhou no escritório da fábrica Michelletto, onde começou a participar do movimento operário. Era sócia do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Em seguida, através de um advogado do Sindicato, entrou em contato com a VPR. Ela era uma moça baixinha, magra, muito alegre, entusiasmada pela luta. Em setembro de 1970, esteve em Cachoeira do Sul, despedindo-se de sua família, quando disse a sua irmã Clélia que ia para São Paulo para lutar contra a ditadura militar.

Foi assassinada juntamente com Antônio dos Três Reis Oliveira, em São Paulo, no dia 17 de maio de 1970, quando sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança.

O laudo necroscópico é assinado pelos médicos legistas João Pagenoto e Paulo Augusto Q. Rocha.

Seus pais, Odila e Oscar, foram informados de sua morte pelo detetive da Delegacia de Polícia de Canoas de apelido "Dois Dedos", assim conhecido por faltar-lhe dois dedos da mão. Era conhecido em Canoas pela sua ferocidade e avisou à família que nada fizesse porque, caso contrário, seriam todos mortos. Não deu nenhum detalhe da morte. A família soube apenas isso. Não recebeu atestado de óbito, nem foi informada do local de sua sepultura.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que Alceri "foi ferida e, posteriormente, veio a falecer no dia 17 de maio de 1970".

Fonte: desaparecidospolíticos.org.br

ALEX DE PAULA XAVIER PEREIRA (1942 – 1972)



Número do Processo:	205/96
Filiação:	Zilda Paula Xavier Pereira e João Baptista Xavier Pereira
Data de Nascimento:	09/08/1949
Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	20/01/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Paulo Gustavo Gonet Branco
Deferido em:	23/04/1996
Data da publicação em DOU:	25.04.1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 278

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 9 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro, filho de João Baptista Xavier Pereira e Zilda Xavier Pereira.

Foi morto aos 22 anos de idade.

Participou do movimento estudantil secundarista e foi diretor do Grêmio do Colégio Pedro II, no Rio, em 1968, junto com Luiz Afonso de Almeida, Aldo de Sá Brito e Marcos Nonato da Fonseca, os dois últimos mortos na luta contra a ditadura militar.

Conheceu desde cedo a perseguição e a repressão que atingiu sua família com o golpe militar de 1964 e ingressou, ainda muito jovem, no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Quando dentro do PCB surgiu nova perspectiva revolucionária, alinhou-se com aqueles que defendiam a luta armada contra a ditadura, unindo-se ao grupo liderado por Carlos Marighella e ingressando na ALN.

Logo tornou-se chefe de um Grupo Tático Armado da ALN, empreendendo intensa atividade política. Passou a viver na clandestinidade e respondeu a alguns processos policiais-militares. Foi fuzilado em 20 de janeiro de 1972, por policiais pertencentes à Equipe B do DOI-CODI/SP, quando se encontrava em um carro junto com Gelson Reicher, igualmente assassinado.

Logo tornou-se chefe de um Grupo Tático Armado da ALN, empreendendo intensa atividade política. Passou a viver na clandestinidade e respondeu a alguns processos policiais-militares. Foi fuzilado em 20 de janeiro de 1972, por policiais pertencentes à

Equipe B do DOI-CODI/SP, quando se encontrava em um carro junto com Gelson Reicher, igualmente assassinado.

A nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança descrevia a morte de Alex e Gelson como consequência de um tiroteio nas imediações da Av. República do Líbano, em São Paulo, em decorrência de um acidente com o carro dos mesmos, acidente este que, segundo os moradores do local, nunca aconteceu.

A família de Alex procurou incansavelmente por seu corpo, sem encontrá-lo. Apesar de morto oficialmente, continuava a ser processado. Tal situação permaneceu a ponto de Alex ter sido anistiado em 1979.

Na verdade, Alex foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob o nome de João Maria de Freitas. Tal nome é publicado na nota oficial informando sua morte, demonstrando a clara intenção dos órgãos de segurança em ocultar seu corpo, sob falsa identidade.

Isto é confirmado no Relatório do Ministério da Aeronáutica, que diz: "o laudo de necrópsia foi feito em nome de João Maria de Freitas, nome falso de Alex". Tal laudo falso foi assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini.

O nome verdadeiro de Alex, juntamente com sua foto apareceram estampados nos cartazes da repressão com os dizeres "Bandidos Terroristas procurados pelos órgãos de Segurança Nacional", portanto sua identidade era conhecida pela polícia.

Em novembro de 1980, os restos mortais de Alex e de seu irmão Iuri, também assassinado, foram exumados de Perus e trasladados para o Cemitério de Inhaúma/RJ, por seus familiares juntamente com os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) de São Paulo e Rio de Janeiro.

Fonte: desaparecidospolíticos.org.br

ALEXANDER JOSÉ IBSEN VOEROES (1952 – 1972)



Número do Processo:	050/02
Filiação:	Carmem Ibsen Chateau e Alexander Voerões Toth
Data de Nascimento:	05/07/1952
Local de Nascimento	Santiago (Chile)
Organização Política ou atividade:	MOLIPO
Data da morte:	27/02/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	André Sabóia Mrtins
Deferido em:	07/10/2004
Data da publicação em DOU:	11/10/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.289

Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO). Nasceu em 05 de julho de 1952, em Santiago, Chile, filho de Alexander Voeroes Toth e Carmem Ibsen Chatean.

Morto aos 19 anos de idade. Era estudante secundarista.

Metralhado no dia 27 de fevereiro de 1972, juntamente com Lauriberto José Reyes, na rua Serra de Botucatu, bairro de Tatuapé, em São Paulo.


O autor da rajada que vitimou Alexander e Lauriberto foi o torturador de apelido "J.C.", ou "Jesus Cristo", identificado como sendo o investigador de polícia Dirceu Gravina.

Foi enterrado no dia 1 de março de 1972, pela família, em caixão lacrado por determinação policial, no Cemitério da Saudade, quadra 68, sepultura 28, em Vila Sônia, São Paulo.

Assinaram o laudo os médicos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg.

Fonte: desaparecidospolíticos.org.br

ALEXANDRE VANUCCHI LEME (1950 – 1973)

	Número do Processo:	020/96
	Filiação:	Egle Maria Vannucchi Leme e José de Oliveira Leme
	Data de Nascimento:	05/10/1950
	Local de Nascimento	Sorocaba (SP)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	17/03/1973
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
	Deferido em:	18/01/1996
	Data da publicação em DOU:	25/01/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 339

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). Nasceu em 5 de outubro de 1950, em Sorocaba, SP, filho de José de Oliveira Leme e Egle Maria Vanucchi Leme

Foi morto, aos 22 anos de idade, em São Paulo.

Fez o ginásio no Instituto de Educação Estadual Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, em Sorocaba/SP. Cursava o quarto ano de geologia na USP quando foi assassinado. Foi preso por agentes do DOI/CODI-SP no dia 16 de março de 1973, por volta das 11 horas. As

torturas infligidas a Alexandre iniciaram-se assim que deu entrada nas dependências do DOI/CODI, tendo sido a equipe C a primeira a torturá-lo.

Tal equipe era chefiada pelo delegado de polícia conhecido pelo nome de "Dr. Jorge" e composta pelos seguintes elementos: escrivão de polícia Gaeta, tenente da PM Mário, investigador de polícia conhecido como "Oberdan" e o carcereiro do DOI/CODI conhecido como "Marechal"

No dia seguinte, Alexandre foi torturado pelos membros da equipe A, chefiada pelo torturador de nome "Dr. José" e pelo investigador conhecido por "Dr. Tomé" e composta por: "Caio" ou "Alemão", "Dr. Jacó", "Silva", "Rubens", todos orientados diretamente pelo comandante daquele departamento, o então major Carlos Alberto Brillhante Ulstra. As torturas prolongaram-se até pouco depois do meio-dia, tendo então Alexandre sido colocado na cela-forte.

Por volta das 17 horas, o carcereiro conhecido pelo nome de "Peninha" foi retirá-lo da cela para levá-lo para mais uma sessão de tortura. Alexandre não respondia aos gritos do carcereiro que, intrigado, entrou na escura cela-forte e constatou que estava morto, saindo da cela aos gritos de "o homem morreu". Os torturadores correram todos para ver o corpo de Alexandre e o retiraram da cela-forte, arrastando-o pelas pernas. Tal cena, assistida por todos os demais presos recolhidos às dependências do DOI-CODI naquele dia era brutal: Alexandre sangrava abundantemente na região do abdômen.

A morte de Alexandre foi justificada pelos torturadores, perante a acusação dos demais presos, como tendo sido provocada por suicídio com auxílio de uma lâmina de barbear. Somente no dia 23 de março os órgãos de segurança divulgaram sua morte, com a notícia de que fora atropelado ao tentar fugir da prisão.

Tal versão foi desmentida categoricamente nos depoimentos prestados no mês de julho de 1973, perante a 1ª Auditoria Militar, pelos seguintes presos políticos: Luis Vergatti, Cesar Roman dos Anjos Carneiro, Leopoldina Brás Duarte, Carlos Vítor Alves Delamônica, Walkiria Queiroz Costa, Roberto Ribeiro Martins, José Augusto Pereira, Luís Basílio Rossi e Neide Richopo. Tais depoimentos foram citados pelo Ministro do STM Rodrigo Otávio Jordão Ramos no dia 26 de abril de 1978.

Como a nota oficial só foi divulgada vários dias após o assassinato de Alexandre, sua família só pôde localizar o corpo quando este já se encontrava enterrado. Detalhe bastante significativo é que Alexandre fora enterrado sem qualquer espécie de caixão, em cova rasa e forrada de cal-virgem, a fim de que a decomposição do corpo fosse acelerada e apagadas as marcas evidentes das torturas que o levaram à morte.

Um fato importante que evidencia a farsa montada para encobrir o assassinato de Alexandre sob tortura é a declaração do delegado Sérgio Fleury à família Vanucchi Leme que, em evidente e cínica confissão de "fracasso" dizia "não ter sido possível obter de Alexandre sequer o local de sua própria residência". Segundo o livro "Gritos de Justiça", de Mário Simas, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, seus pais, em 20 de março de 1973, receberam um telefonema anônimo informando que Alexandre se encontrava preso no DOPS/SP. Lá e em outros órgãos da repressão onde o procuraram sempre ouviram negativas. Dias depois, quando sua morte já havia sido publicada pela imprensa, no IML/SP, foram informados que havia sido enterrado como indigente no Cemitério de

Perus.

Apesar de terem constituído advogado imediatamente após a notícia de sua prisão, somente 10 anos depois puderam resgatar seus restos mortais. Foi instaurado um inquérito pelo DEOPS para apurar a morte de Alexandre e encaminhado para a 2ª Auditoria Militar, onde o Juiz Auditor Nelson da Silva Machado Guimarães o encaminhou para o Comandante do II Exército e, como era de se esperar, foi arquivado sem solução.

A necrópsia, feita no IML/SP, em 22 de março de 1973, pelos Drs. Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, confirma a falsa versão oficial publicada de que teria se atirado sob um veículo, sofrendo contusão na cabeça. A certidão de óbito, falsamente atesta sua morte em 17 de março de 1973, após atropelamento na Rua Bresser, em São Paulo, SP, quando era levado ao Hospital das Clínicas.

Em 1983, finalmente os restos mortais de Alexandre foram trasladados para Sorocaba, sua terra natal.

Alguns trechos de matéria sobre ele publicado no "O Jornal do Campus/USP":

"Desde muito cedo revelou inteligência viva, muito aberta a todos os conhecimentos humanos. Interessava-se por tudo e, assim que foi alfabetizado, foi tomado por um gosto enorme pela leitura. Não parou mais de ler.

Só depois de sua morte, seus pais souberam que Alexandre fora classificado em 1º lugar no vestibular para a Geologia da USP. Era um típico sorocabano, caipirão. Andava sempre com umas botinhas de cano curto, calças curtas. Era um nativo. Cara gozador, colocava apelido na escola inteira. Tirava um sarro de todo o mundo que não se adaptava às condições de campo nas excursões da Geologia. Cara que não conhecesse passarinho, cobra e história de assombração, ele pegava no pé do coitado. Uma antiga tradição da Geologia, da USP, reza que todo calouro deve receber um apelido. Alexandre ficou conhecido como Minhoca, talvez por ser baixinho, franzino e pelo grande interesse que demonstrou pela profissão. Tinha uma coisa que ele gostava de fazer: traduzir artigos estrangeiros sobre filosofia, política, economia. Ele já estava se especializando em teorias econômicas do 3º mundo, questões do subdesenvolvimento ou análise da história da pobreza.

Partilhava de todas as lutas comuns aos estudantes da época: contra o ensino pago, contra a falta de verbas, contra o fechamento do CRUSP. Por outro lado, como estudante de Geologia, foi extremamente preocupado com a questão dos recursos naturais do país devastados pelo capital estrangeiro. Sobre o ciclo da exploração do ferro, editou um boletim especial do Centro Acadêmico da Escola, no qual enumerava as principais jazidas e empresas exploradoras. Tomou posição contra a Transamazônica, do modo como estava sendo feita. E passou a fazer, junto com outros colegas, exposições e palestras em outras faculdades e escolas do 2º grau. Ninguém viu Alexandre ser preso, mas no dia 16 de março de 1973, ele já estava sendo torturado na Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP). Seus gritos o testemunhavam. Para a cela, voltou carregado da sala de torturas. Ainda pôde dizer aos outros presos: "Meu nome é Alexandre Vanucchi Leme, sou estudante de Geologia, me acusam de ser da ALN... eu só disse meu nome..."

No final da tarde do dia 17, os presos foram obrigados a ficar no fundo das celas, de

costas. Mesmo assim, puderam ver um corpo ser arrastado, espalhando sangue por todo o pátio da carceragem. Alexandre fora assassinado.

No dia 30 de março de 1973, foi celebrada uma missa, na Catedral da Sé, por D. Paulo Evaristo Arns com a presença de 3 mil pessoas que chegaram até a Igreja, apesar da intensa repressão policial.

No dia seguinte, 31 de março, o governo comemorou o aniversário do Golpe de Estado de 64, a seleção brasileira jogou, as Forças Armadas marcharam e o general Médici discursou. A nota oficial de sua morte divulgada pelos órgãos de segurança nacional e publicada na grande imprensa informava que Alexandre era terrorista, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) - dissidência do PCB que tentou a luta armada - e morreu atropelado.

As práticas terroristas das quais foi acusado ocorreram quando Alexandre convalescia de uma operação de apendicite, conforme testemunhou seu médico, Dr. Cássio Rosa; ou quando assistia às aulas, como testemunharam colegas e professores. Os presos políticos na época declararam ao Superior Tribunal Militar que foram testemunhas da morte de Alexandre Vanucchi Leme nas dependências da Operação Bandeirantes, sob torturas. Mesmo diante de tantas provas, o caso foi arquivado. O Ministro Rodrigo Otávio Jordão tentou reabri-lo em 1978, mas seu voto foi vencido por 13 a 1."

Fonte: desaparecidospoliticos.org.br

ALUÍSIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA (1922 – 1971)



Número do

Processo:217/96

Filiação: Henise Palhano Ferreira e João Alves Pedreira Ferreira

Data de Nascimento: 05/09/1922

Local de Nascimento Pirajuí (SP)

Organização Política ou atividade: VPR

Data de desaparecimento: 09/05/1971

Local de desaparecimento São Paulo (SP)

Data da publicação em DOU: Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 161

Militante da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu a 5 de setembro de 1922, em Pirajuí/SP, filho de João Alves Pedreira Ferreira e

Henise Palhano Pedreira Ferreira. Desaparecido aos 49 anos de idade.

Trechos de um texto escrito por Branca Heloysa, sua cunhada:

"Em 1929, Aluísio e seu irmão Honésio, com 7 e 8 anos respectivamente, foram internados no Colégio Mackenzie, em São Paulo. Três meses depois, Aluísio apareceu sozinho em Pirajuí, a 350 km de São Paulo. Não havia se conformado com o regime do internato. Em 1932, com a morte de seu pai, a família mudou-se para Niterói. Mais uma vez foi internado, desta vez no Colégio Salesiano, em Santa Rosa/Niterói. Uma vez mais Aluísio se rebelou contra o internato.

Terminou o curso secundário no Colégio Plínio Leite e trabalhou como bilheteiro no Cine Royal, em Niterói.

Aos 21 anos ingressou no Banco do Brasil onde trabalhou até ser cassado pelo Ato Institucional n.1 (AI-1) em 1964. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Por duas vezes foi presidente do Sindicato dos Bancários. Em 1947, casou-se com Leda Pimenta e tiveram dois filhos, Márcia e Honésio. Em 1963 foi eleito presidente da CONTEC (Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito) e vice-presidente da antiga CGT.

Com o golpe de 1964, Aluísio teve seus direitos políticos cassados e passou a ser literalmente caçado pelos órgãos de repressão. Em fins de maio de 1964 asilou-se na Embaixada do México, indo posteriormente para Cuba.

Em 1969, representou o Brasil na OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), em Havana, Cuba. Em 1970, regressou clandestino ao Brasil. Manteve contato com familiares por ocasião do casamento de sua filha. Em 24 de abril desse mesmo ano ainda fez contato com a família. Depois desse dia, o silêncio.

Em 1976 correram os primeiros boatos de sua morte, confirmados em 1978 através de carta de Altino Dantas Jr., seu companheiro de prisão, encaminhada ao Ministro do Superior Tribunal Militar, General Rodrigo Otavio Jordão Ramos, denunciando o assassinato de Aluísio Palhano nas dependências do DOI-CODI da Rua Tutóia, em São Paulo, na madrugada de 21 de maio de 1971. Segundo esse relato, Aluísio esteve prisioneiro durante 11 dias, sofrendo as piores torturas.

A Anistia Internacional confirmou esse depoimento.

"O preso político Nelson Rodrigues Filho também denunciou que esteve no DOI-CODI/RJ com Aluísio Palhano.

Apesar de todos estes testemunhos, os órgãos de segurança não reconheceram, até hoje, a prisão e a morte de Aluísio.

Foi preso no dia 9 de maio de 1971 e assassinado pelo torturador Dirceu Gravina no dia 21 de maio de 1971.

Inês Etienne Romeu, em seu Relatório, afirmou que Aluísio foi levado para a "Casa da Morte", em Petrópolis, em 13 de maio de 1971. Informou que quem o viu pessoalmente

naquele aparelho clandestino da repressão foi Mariano Joaquim da Silva, também desaparecido desde aquela época, que presenciou sua chegada, narrando o seu estado físico deplorável. Inês ouviu a voz de Aluísio várias vezes, quando interrogado na "Casa da Morte".

Os relatórios dos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica não fazem referências à sua morte.

O nome de Aluisio Palhano foi encontrado, em 1991, no arquivo do DOPS/PR numa gaveta com a identificação "falecidos".

Em 21/05/86, em homenagem à Aluísio Palhano, foi inaugurada rua com seu nome no bairro Campo Grande, no Rio de Janeiro, pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Em 1994, Aluísio Palhano recebeu a Medalha Pedro Ernesto, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, proposta pelo vereador Adilson Pires. E, em 2000, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência outorgada pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, por indicação do Sindicato dos Bancários.

Fonte: desaparecidospoliticos.org.br

ANA MARIA NACINOVIC CORREA (1947 – 1972)



Número do Processo:	189/96
Filiação:	Anadir de carvalho Nacinovic e Mario Henrique Nacinovic
Data de Nascimento:	25/03/1947
Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	14/06/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbõa
Deferido em:	24/04/1997
Data da publicação em DOU:	29/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 302

Militante da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 25 de março de 1947, no Rio de Janeiro, filha de Mário Henrique Nacinovic e Anadyr de Carvalho Nacinovic.

Depoimento da mãe de Ana Maria:

"Teve uma infância feliz, apesar da separação de seus pais quando tinha apenas 7 anos de idade, vivendo a partir desta época na companhia da mãe, tia e avós, que procuraram suprir, com muito carinho, a ausência do pai.

Fez o primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo, de freiras, em Ipanema. Destacou-se sempre durante o seu curso pelo companheirismo e cumprimento de suas obrigações escolares. Simultaneamente, estudava piano com o professor Guilherme Mignone. Possuindo um ouvido privilegiado, era estimulada pelo seu mestre a dedicar-se mais à arte.

Terminou o científico com 17 anos e sua grande inclinação para a matemática levou-a a freqüentar um curso pré-vestibular com o objetivo de futuramente tornar-se uma engenheira. Um casamento mal-sucedido interrompeu seus estudos. Aos 21 anos, ingressou, como segunda colocada, na Faculdade de Belas Artes.

Para a idealista que era, o que sempre demonstrou no seu dia-a-dia em atitudes de solidariedade em relação ao próximo, caíram em campo fértil as sementes de rebelião contra o regime autoritário que dominava o país. Era a época aterrorizante do ditador Emílio Garrastazú Médici. Aquela mocinha inexperiente, mal saída dos bancos escolares e de um casamento frustrado, aos poucos se converteria na guerrilheira cujos retratos nos aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos, apontavam como uma subversiva perigosa.

Seguiu-se uma época de aflição e angústia para sua mãe e demais familiares, até que chegasse o momento fatal. Momento em que toda a ternura daquele coraçãozinho que só aspirava à igualdade entre os homens, daqueles imensos olhos azuis que só queriam contemplar o lado bom da vida, converteu-se em escuridão e trevas.

Ana Maria foi metralhada e morta na Moóca, em 14 de junho de 1972. Estava com 25 anos de idade. Com ela morreram Marcos Nonato da Fonseca e Iúri Xavier Pereira."

Enquanto Ana Maria, Iúri, Marcos Nonato e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no Restaurante Varella, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, que era alcagüete da polícia, telefonou para o DOI-CODI/SP, avisando da presença de algumas pessoas que tinham suas fotos afixadas em cartazes de "Procurados", feitos na época pelos órgãos de segurança.

Os agentes do DOI-CODI, assim que se certificaram da presença dos quatro companheiros, montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando um grande contingente de policiais.

De imediato, foram fuzilados Iúri e Marcos Nonato. Ana Maria ainda vivia quando um policial, ouvindo seus gritos de protesto e de dor, impotente perante a morte iminente, aproximou-se desferindo-lhe uma rajada de fuzil FAL, à queima-roupa, estraçalhando-lhe o corpo.

Ato contínuo, os policiais fizeram uma demonstração de selvageria para a população que

se aglomerou em volta daquela já horrenda cena. Dois ou três policiais agarravam o corpo de Ana Maria e o jogavam de um lado para o outro, às vezes lançando-o para o alto e deixando-o cair abruptamente no chão. Descobriram-lhe também o corpo ensanguentado, lançando improperios e demonstrando o júbilo na covardia de tê-la abatido. Não satisfeitos, desfechavam-lhe ainda coronhadas com seus fuzis

Tal cena repetiu-se com o corpo de Iúri e Marcos Nonato, sendo entretanto Ana Maria o alvo preferido.

A população, revoltada com tamanha violência e selvageria, esboçou, dias depois, uma reação de protesto, tentando elaborar um abaixo-assinado que seria encaminhado ao Governador do Estado. Mas, devido ao clima de terror existente no País naquela época, somado ao pânico de que aquelas cenas de verdadeiro horror pudessem se repetir com eles, a iniciativa foi posta de lado. Também as ameaças feitas pelos policiais, na hora do crime, intimidaram os populares.

Anos depois, em 1992, populares da Móoca que ainda lembravam do trágico episódio, sugeriram seu nome para uma creche municipal. A então prefeita Luiza Erundina aceitou a sugestão popular.

Da emboscada conseguiu escapar, ferido, Antônio Carlos Bicalho Lana (morto em 30 de novembro de 1973).

No entanto, a versão de morte na rua, em tiroteio, não pôde ser confirmada após a abertura dos arquivos do DOPS com informações que indicam a morte sob tortura. O Relatório do Ministério da Aeronáutica contém a falsa versão de que Ana Maria foi ferida após assalto em que resistiu à voz de prisão, "ocasião em que a nominada saiu gravemente ferida, vindo a falecer posteriormente". Após o tiroteio, os três foram enviados ao DOI-CODI, quando tiveram fichas abertas, levando a crer que dentre eles estivesse algum vivo após a emboscada, vindo a morrer nos interrogatórios no DOI-CODI.

Portanto, não há dados e perícias que possam comprovar a morte em tiroteio, tais como fotos, relação de armas utilizadas, exame de corpo delito nem dos militantes, nem dos policiais feridos na versão oficial. Por outro lado, contrariamente ao alegado à época, os corpos não foram levados para o necrotério, mas sim para as dependências do DOI-CODI do II Exército, onde foram vistos pelo preso político Francisco Carlos de Andrade, conforme seu depoimento:

"Fui preso no dia 27 de novembro de 1971 por um grupo de militares subordinados ao II Exército, que atuavam clandestinamente com o nome de Operação Bandeirantes e usavam como sede a delegacia de polícia situada na rua Tutóia, em São Paulo. Fiquei detido nessa delegacia até novembro de 1972, sendo então transferido para a Casa de Detenção de São Paulo. Numa data que não posso precisar ao certo do ano de 1972, devido às condições que nos impunham os carcereiros, vi no pátio dessa delegacia três corpos estendidos no chão. Reconheci, de imediato, tratar-se de Iuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Correa; o terceiro corpo não reconheci. Minha certeza de que se tratava de Iuri e Ana vem de que os conheci muito bem durante meu período de militância na ALN, organização na qual os dois também militavam. Tempos depois, vim a saber que o terceiro corpo estendido naquela delegacia era de um terceiro companheiro que não havia conhecido e que se chamava Marcos Nonato da Fonseca."


Além disso, há que se explicar o fato de o tiroteio ter ocorrido às 14 horas e os corpos só terem chegado às 17 horas no IML. Onde estiveram durante estas 3 horas? Outra questão que impede a versão de mortos em tiroteio é o fato dos corpos terem chegado ao IML já despídos. Onde teriam sido despídos? De acordo com o relato acima de Francisco de Andrade, os corpos estiveram no DOI-CODI onde foram despídos e, provavelmente, torturados.

Assinam o laudo de necrópsia os médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini

Em 16 de outubro de 1973, apesar de morta oficialmente, é condenada à revelia a 12 anos de prisão com base no artigo 28 do Decreto lei n. 898/69

Fonte: desaparecidospolíticos.org.br

ANTONIO BENETAZZO (1941 – 1972)

	Número do Processo:	261/96
	Filiação:	Giulietta Sguazzardo Benetazzo e Pietro Benetazzo
	Data de Nascimento:	01/11/1941
	Local de Nascimento:	Verona (Itália)
	Organização Política ou atividade:	MOLIPO
	Data da morte:	30/10/1972
	Local da morte:	São Paulo (SP)
	Relator:	Oswaldo Pereira Gomes
	Deferido em:	14/05/1996
	Data da publicação em DOU:	17/05/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 317

Nasceu em 1º de novembro de 1941, em Verona, na Itália, filho de Pietro Benetazzo e Giulietta Squazzardo Benetazzo. Morto em 30 de outubro de 1972. Dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Mudou-se para o Brasil em 1950, quando tinha 9 anos. Em 1962, ingressou no PCB, integrando-se ao setor estudantil, tendo destacada atuação nos movimentos culturais e políticos, principalmente naqueles promovidos pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Estudava Arquitetura e Filosofia na USP. Foi presidente do Centro Acadêmico do Curso de Filosofia e professor de História e Educação Artística. Como professor de cursos de preparação para vestibulares universitários, em especial o Cursinho Universitário, Benetazzo procurou transmitir uma visão crítica da História e da realidade.

Em junho de 1965, fez parte da Greve das Panelas¹, também chamada de “Greve do

Fogão”, contra o aumento de preço das refeições servidas aos estudantes no restaurante do CRUSP, e a favor de melhorias na alimentação.

Em 1967, desligou-se do PCB, passando a militar na DISP, Dissidência Estudantil do PCB/SP, e em 1969 ingressou na ALN.

Participou da preparação do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968. Em julho de 1969, deixou a universidade e as escolas em que lecionava e passou a viver na clandestinidade.

Além da política, Benetazzo também se dedicava às artes, como a pintura e a fotografia. Era conhecido como Benê e foi um dos criadores de O Amanhã, um dos primeiros jornais alternativos que surgiu durante a ditadura e um dos precursores da imprensa nanica. Atuava na área cultural em diversas atividades. Participou como ator do filme Menina Moça, de Francisco Ramalho Jr., gravado em super-8. Foi cenógrafo de Anuska, Manequim e Mulher (1968), do mesmo diretor, tendo no elenco Francisco Cuoco, Jairo Arco e Flecha, Ruthinéa de Moraes e Marília Branco. Fez também a capa do primeiro livro de Mário Prata, O Morto que Morreu de Rir, publicado em 1969.

Viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e voltou ao Brasil clandestinamente, em 1971, integrado ao Molipo, sendo o redator do jornal Imprensa Popular, órgão oficial da organização e membro de sua direção.

Dados sobre sua prisão e morte.

Foi preso em 28 de outubro de 1972, ao entrar na casa do operário e militante político Rubens Carlos Costa, na Vila Carrão, em São Paulo, e levado ao DOI-CODI/SP. Lá permaneceu por dois dias, sendo torturado até a morte.

Foram publicadas diversas versões oficiais para sua morte na imprensa. Em O Diário da Noite, de 2 de novembro de 1972, temos:

[...] os órgãos responsáveis pela segurança interna conseguiram localizar, no último sábado, um “aparelho terrorista” pertencente ao MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), prendendo o subversivo Antônio Benetazzo. Durante o interrogatório Benetazzo indicou que teria um encontro com um companheiro de sua organização na segunda-feira seguinte, dia 30 às 15 horas, na rua João Boemer, no Brás. Na hora aprazada, compareceram ao local o terrorista preso e os agentes de segurança, oportunidade em

que Benetazzo, conseguindo se desvencilhar das autoridades, tentou empreender fuga, atravessando, em desabalada carreira, a rua João Boemer, foi colhido pelas rodas de um caminhão marca “Scania Vabis”, que não conseguiu frear a tempo. Caiu mortalmente ferido, falecendo a caminho do pronto socorro

Ainda durante o interrogatório a que foi submetido, Benetazzo forneceu às autoridades o endereço de outro membro do MOLIPO. Perto das 20 horas da última segunda-feira, os agentes perceberam que dois homens entraram na casa tendo sido perseguidos pelas autoridades. Houve violenta troca de tiros e um dos terroristas caiu morto, mais tarde identificado como João Carlos Cavalcante Reis enquanto que o segundo, ferido na perna, conseguiu fugir

Em 3 de novembro, o jornal O Estado de S. Paulo, afirmou que “[...] Antônio Benetazzo, quando preso, forneceu o endereço de um ‘simpatizante’ do MOLIPO que morava no bairro de Vila Carrão”. Isto é, o endereço onde o próprio havia sido preso em 28 de outubro.

Como outras vítimas da repressão política em São Paulo, foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, de Perus, no dia 31, dois dias antes da divulgação da sua morte na imprensa. Seus restos mortais foram trasladados mais tarde por seus familiares. Os legistas Isaac Abramovitch e Orlando J. Brandão assinaram o laudo necroscópico confirmando a versão de morte por atropelamento.

Em documento encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP, marcado como “secreto”, lê-se: “[...] Ao ‘cobrir’ um ponto, atirou-se sob as rodas de um caminhão, na rua João Boemer”.

No relatório para instruir o Inquérito 6/73 sobre o Molipo, à página 3, no item “Das Provas”, há a confirmação da prisão de Benetazzo e o seu suposto “suicídio”, quando se refere “[...] a declarações de Nelson Aparecido Franceschini, motorista do caminhão que atropelou Antônio Benetazzo, quando este atirou-se debaixo do mesmo”.

Na época em que ocorreu a morte de Benetazzo, familiares e amigos fizeram uma investigação sobre os fatos relatados pela imprensa, constatando, então, a inexistência de qualquer acidente no dia, hora e lugar do suposto atropelamento a que se refere a versão oficial dos órgãos de segurança, responsáveis pelo assassinato.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, encaminhados ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, confirmam a falsa versão de morte por atropelamento, e o relatório do Exército, em cujas dependências Benetazzo foi morto, afirma não ter registros a respeito de seu destino.

Benetazzo teve sua prisão decretada em 16 de janeiro de 1973, pela 2ª Auditoria, pouco depois de morto.

A pedido da Comissão de Familiares, legistas fizeram observações sobre o laudo de necropsia de Antônio Benetazzo, na segunda metade da década de 1990, após a votação do seu caso na CEMPD, para instruir os processos disciplinares contra legistas acusados de falsificar laudos de dissidentes assassinados durante a ditadura no Conselho Regional de Medicina de São Paulo. O médico Antenor Chicarino afirmou ter a impressão de que o laudo foi feito por um leigo, pois não usa nomenclatura técnica adequada. Não descreve o ferimento externo ou lesão que certamente existiria na região da fratura da abóbada craniana. Menciona como causa mortis choque traumático por politraumatismo, mas a descrição indica traumatismo cranioencefálico.

O médico Dolmevil afirmou também que as fraturas do lado direito do crânio teriam, necessariamente, que deformar a fisionomia da vítima, o que não foi registrado. Para produzir as lesões cranianas sem afetar o rosto, o pescoço e o tronco, as mesmas teriam que ser produzidas perpendicularmente no lado direito do crânio, o que não condiz com a versão sobre atropelamento. Se o esmagamento do crânio se deu como resultado da compressão pelos pneus do veículo contra o solo, por que não foram detectadas marcas de pneus no corpo? Não faz referência a estragos ou sujeira nas roupas. Examinando a foto encontrada no arquivo do DOPS/SP, não constatou nenhuma escoriação no rosto e, além disso, o laudo não descreve o hematoma na região superior da pálpebra direita, nem o inchaço do lado direito da mandíbula, resultantes do ferimento à bala existente na orelha direita. Isto sugere que não se trata de atropelamento e, sim, de ferimento por arma de fogo disparada encostada ao crânio.

PROVIDÊNCIAS POSTERIORES

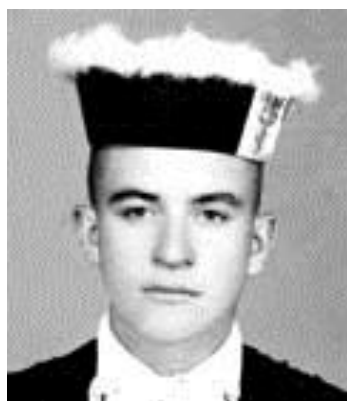
Na CEMDP, seu caso (261/96) foi aprovado por unanimidade em 14 de maio de 1996, tendo como relator o general Oswaldo Pereira Gomes, considerando sua prisão e o suposto suicídio condições enquadradas nas exigências da lei 9.140/95. Nilmário Miranda e

Suzana K. Lisbôa fizeram constar em ata a certeza de que Antônio Benetazzo fora preso e morto sob torturas, sendo falsa a versão oficial de suicídio.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu o seu nome a uma praça localizada atrás do Museu de Arte de São Paulo.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

ANTÔNIO DOS TRÊS REIS DE OLIVEIRA (1948 – 1970)



Número do Processo:	068/96
Filiação:	Glauca Maria de Oliveira e Argeu de Oliveira
Data de Nascimento:	19/11/1948
Local de Nascimento	Tiroes (MG)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	17/05/1970
Local da morte	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, *Direito à Memória e à Verdade*, p.130

Embora militantes de organizações clandestinas distintas, Antônio dos Três Reis de Oliveira foi morto juntamente com Alceri Maria Gomes da Silva, no dia 17/05/1970, em São Paulo. Ambos os nomes constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, Alceri na lista de mortos e Antonio como desaparecido, tendo seu nome integrado o Anexo da Lei nº 9.140/95.

Antônio era natural de Tiroes, Minas Gerais. Fez o curso ginásial no Colégio Nilo Cairo e estudava Economia na Faculdade de Apucarana. Foi membro da União Paranaense de Estudantes e produzia programas para a rádio local, junto com José Idésio Brianesi, também militante da ALN. Foi processado por participar do 30º Congresso da UNE, em 1968, em Ibiúna (SP).

Depoimento dos presos políticos de São Paulo denunciou a morte desses dois militantes por agentes da OBAN, chefiados pelo capitão Maurício Lopes Lima. Ambos foram

enterrados no Cemitério de Vila Formosa e os corpos nunca foram resgatados, apesar das tentativas feitas

em 1991, a cargo da Comissão de Investigação da Vala de Perus. As modificações na quadra do cemitério, feitas em 1976, não deixaram registros de para onde foram os corpos dali exumados.

Apesar da prisão ou morte de Antônio ter sido negada pelas autoridades de segurança, no Relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993 consta que ele morreu no dia 17/05/1970, no bairro do Tatuapé, em São Paulo, quando uma equipe dos órgãos de segurança averiguava a existência de um “*aparelho*”. Os documentos acerca de sua morte somente foram encontrados na pesquisa feita no IML/SP em 1991. Ali, foi localizada uma requisição de exame, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, determinando que o corpo somente fosse enterrado após a autorização do órgão. Os legistas João Pagenoto e Albeylard Queiroz Orsini assinaram a certidão de óbito, dando como causa da morte lesões traumáticas crânio-encefálicas, causadas por um tiro que penetrou no olho direito e saiu pela nuca. Apesar da confirmação da morte após tantos anos de busca, seu nome continuou a fazer parte da lista de desaparecidos políticos por decisão da Comissão de Familiares.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.130

ANTÔNIO SÉRGIO DE MATOS (1948 – 1971)



Número do Processo:	233/96 e 083/02
Filiação:	Maria de Lourdes Pereira de Mattos e Armano Mattod
Data de Nascimento:	18/02/1948
Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	23/09/1971
Local da morte	São Paulo 9SP)
Relator:	Nilmário Miranda/ Suzana Keniger Lisboa
Deferido em:	26/08/2004
Data da publicação em DOU:	03/09/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.184

No dia 23/09/1971, quatro militantes da ALN caíram em uma emboscada montada pelos órgãos de segurança na rua João Moura, em frente ao número 2358, bairro do Sumarezinho, na capital paulista. Ana Maria Nacinovic Corrêa era a única mulher do grupo e conseguiu escapar e sobreviver, descrevendo os acontecimentos aos seus companheiros, antes de ser também executada no ano seguinte. Da ação, resultaram mortos Antonio Sérgio de Matos, Manuel José Nunes Mendes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca. A versão oficial foi de que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar um jipe do Exército.

Antonio Sérgio estudava Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando iniciou sua militância política no Movimento Armado Revolucionário - MAR. Fazia parte da Associação de Auxílio aos Reclusos, que prestava assistência aos presos políticos. Em 1969, tinha colaborado para a fuga de nove presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, já mencionada neste livro-relatório, pelo que foi obrigado a viver na clandestinidade. No final de 1970 passou a atuar em São Paulo, tornando-se dirigente regional da ALN. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o incluem como um dos participantes da execução do industrial Henning Albert Boilesen, dirigente do grupo Ultra e financiador da Operação Bandeirante.

Os processos referentes aos três casos foram analisados em conjunto na Comissão Especial. Houve muitas controvérsias e intensos debates, com voto inicial de indeferimento e mais de um pedido de vistas. Apesar de terem ocorrido três mortes violentas, causou muita estranheza a integrantes daquele colegiado não ter sido realizada nenhuma perícia de local.

As fotos dos corpos mostraram equimoses e edemas não descritos. A de Antônio Sérgio exibia apenas o rosto, com o tórax encoberto e um objeto junto ao pescoço, que se assemelha a um gancho. A de Manuel José mostrava evidentes sinais de tortura, sendo que nenhum dos tiros que recebeu seria fatal. Como e onde morreram, não foi possível determinar pelos documentos apresentados.

Os processos foram relatados em conjunto, mas as discussões e votações se deram em separado. O relator votou pela aprovação do processo de Antônio Sérgio e Eduardo Antonio.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.184

ARNALDO CARDOSO ROCHA (1949 – 1973)



Número do Processo:	255/96
Filiação:	Annete Cardoso Rocha e João de Deus Rocha
Data de Nascimento:	28/03/1949
Local de Nascimento	Belo Horizonte (MG)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	15/03/1973
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Luis Francisco Carvalho Filho
Deferido em:	24/04/1997
Data da publicação em DOU:	29/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.337

Juntamente com Francisco Emmanuel Penteado e Francisco Seiko Okama, integrantes da ALN foram capturados, feridos a bala, após um cerco policial previamente montado pelos agentes do DOI-CODI/SP, em 15/03/1973, na rua Caquito, proximidades do cemitério da Penha, na capital paulista. Baleados pelos agentes, foram os três levados ao DOI-CODI. A versão oficial, divulgada pela imprensa, foi de que pouco antes das 14h 30min os três militantes teriam sido localizados na rua Caquito, por um carro que patrulhava a zona leste. Ao receberem voz de prisão, teriam reagido a tiros. Dois deles teriam morrido no local, em frente ao nº 247, e um conseguiu fugir, morrendo logo após, ao enfrentar a tiros outro grupo de agentes. A mesma versão consta das requisições de exame encaminhadas pelo DOPS ao IML e nos laudos necroscópicos, feitos por Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

Arnaldo Cardoso nasceu em Belo Horizonte e começou cedo sua participação política, inspirado pelo pai, João de Deus Rocha, velho militante comunista. cursou o primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásio no Colégio Padre Machado, militando no setor secundarista

do PCB. Ex-soldado do exército, trabalhou no Colégio Militar, na Pampulha. Arnaldo deixou o PCB junto com vários outros jovens que constituíram em Minas Gerais a Corrente, organização que mais tarde se incorporou à ALN. Em 1969, passou a atuar na clandestinidade.

No início de 1971, era o principal dirigente da ALN e integrou o comando nacional da organização. Foi deslocado para o Nordeste durante alguns meses, tendo participado de assalto à Coletoria de impostos de Bodocó, no sertão pernambucano. No segundo semestre de 1972, após a morte de Iuri Xavier Pereira, Arnaldo foi deslocado para São Paulo.

Os órgãos de segurança o acusavam de participação em várias ações armadas e incluíam seu nome entre os integrantes do comando da ALN que executou, em 21/02/1973, o dono do restaurante onde foram cercados, em junho do ano anterior, Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Marcos Nonato da Fonseca e Antonio Carlos Bicalho Lana. Panfletos da organização acusaram o comerciante de ter delatado ao DOI-CODI/SP a presença daqueles militantes em seu estabelecimento, o que resultou na prisão e morte dos três primeiros.

Seus familiares souberam da notícia da morte de Arnaldo pela televisão. Viajaram imediatamente para São Paulo e conseguiram trasladar o corpo para que fosse enterrado em Belo Horizonte, no Cemitério Parque da Colina. Ele morreu sem conhecer o filho, que sua companheira Iara Xavier Pereira estava esperando. Arnaldo Xavier Cardoso Rocha nasceu em 1974.

As reais circunstâncias das mortes dos três jovens nunca foram totalmente restabelecidas, mas a versão oficial passou a ser questionada ainda na década de 80, quando integrantes da Comissão de Familiares estiveram na rua Caquito buscando informações. Ao conversar com os moradores da rua, souberam que dois meninos haviam assistido ao ocorrido. Conseguiram localizar um deles, de nome Carlos, que relatou o que observou enquanto andava de bicicleta com um amigo. Segundo ele, *“um rapaz moreno corria rua abaixo e, após cambalear, dobrara as pernas e caíra de bruços”*, quase na sua frente.

Os detalhes contados por Carlos foram fundamentais para a conclusão de que essa pessoa era Arnaldo Cardoso Rocha, visto que Okama era nissei e Penteado era louro. Ao tombar, ele foi imediatamente colocado no banco traseiro de um Volkswagen verde, ao lado de uma mulher com uma mecha branca no cabelo, agente não identificada nominalmente mas que por suas características já participara de outras incursões dos agentes do DOI-CODI, conforme relato de militantes sobreviventes.


Em depoimento à relatora da CEMDP, o professor universitário baiano Amílcar Baiardi, preso no DOI-CODI na época, ofereceu o testemunho que faltava. Contou que viu, pela janela, à distância, dois jovens feridos jogados na quadra de esportes e aparentemente sendo interrogados, em meio a regozijos e comemorações ruidosas dos agentes. Ali foram

deixados por mais de uma hora, até serem recolhidos por um rabeção do IML. Amílcar calcula que os viu depois do meio dia. Estavam vivos com certeza. Um tinha traços orientais e era chamado pelos agentes de “japonês”. Quando foi libertado, Amílcar teve acesso aos jornais e associou o fato à morte dos três militantes da ALN.

O relato encontra solidez nos laudos de necropsia feitos pelos legistas do IML. Em Arnaldo, são descritos sete tiros, três na perna direita, os que provavelmente o fizeram tombar junto à testemunha. Mas é registrado também um tiro fatal, no canto externo do supercílio direito – local idêntico ao registrado no laudo de Francisco Seiko Okama – e outro que causou diversas fraturas na mão direita, característica de lesão de defesa, quando o atirador está perto e a mão é levantada instintivamente buscando proteção.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.337

AYLTON ADALBERTO MORTATI (1946 – 1971)

	Número do Processo:	054/96
	Filiação:	Carmem Sobrinho Mortati e Umberto Mortati
	Data de Nascimento:	13/01/1946
	Local de Nascimento:	Catanduva (SP)
	Organização Política ou atividade:	MOLIPO
	Data do desaparecimento	04/11/1971
	Local de desaparecimento	São Paulo (SP)
	Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 187

A prisão de Aylton nunca foi assumida pelos órgãos de segurança e seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Aylton nasceu em Catanduva, interior de São Paulo, em 13/01/1946. Fez o primário, o ginásial e o colegial em sua cidade natal. Depois foi cursar Direito em São Paulo, no Mackenzie, onde recebeu o apelido de “Tenente” por assistir às aulas com a farda de aluno

do CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Engajou-se no Movimento Estudantil e teve atuação destacada até ser preso no 30º Congresso da UNE, em 1968. Era excelente pianista e faixa preta de caratê. Depois dessa primeira prisão, ingressou na ALN e viajou para Cuba em 1970.

Seu codinome era Umberto, em homenagem ao próprio pai, mas todos o conheciam por “Tenente”. Nessa época, sua carta patente de oficial da reserva foi cassada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

A mãe de Aylton, Carmem Mortati, viveu os anos de 1970 e 1971 sob constante pesadelo:

“Minha vida e de minha família passou a ser de constante vigilância e provocação por parte de agentes de segurança, que estacionavam carros à frente de minha residência, subiam no telhado da casa, usavam o banheiro existente no fundo do quintal, revistavam compras de super-mercado, censuravam o telefone, espancaram meus sobrinhos menores e, ao que pude deduzir, provocaram um início de incêndio em minha residência/pensionato. Os agentes que vigiavam minha residência e meus passos por duas vezes atentaram contra minha vida, jogando o carro em minha direção. Nestas oportunidades escudei-me atrás do poste. A partir de então recebi, com constância e permanência, bilhetes ameaçadores, onde estava escrito que meu filho ia morrer e vinha junto o desenho de uma cruz, em preto, nos bilhetes. Quando eu recebia esses bilhetes ameaçadores, os levava de imediato ao Comando da Aeronáutica e os entregava a um capitão, que me havia interrogado anteriormente e que, de tanto eu levar-lhe bilhetes, resolveu me fornecer uma carta onde se consignava que a Aeronáutica tinha feito uma vistoria em minha residência e que eu não tinha nada a ver com as atividades de meu filho”.

Carmem Mortati contratou o advogado Virgílio Lopes Eney para procurar e defender Aylton. Certo dia, o advogado viu sobre uma mesa na 2ª Auditoria do Exército, em São Paulo, uma certidão de óbito em nome de Aylton Adalberto Mortati. Por tentar ler o documento, foi preso e levado para o DOI-CODI do II Exército, onde os militares o interrogaram e tentaram convencê-lo de que seu cliente nunca havia sido preso.

Em 1975, os presos políticos de São Paulo enviaram documento ao presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, denunciando a prisão, tortura e morte de Aylton, dentre outros casos. Nenhuma informação oficial sobre sua prisão foi divulgada.

No Arquivo do DOPS do Estado do Paraná foi encontrada uma gaveta com a identificação “falecidos”, onde constava o nome de Aylton. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, confirma sua morte nos seguintes termos telegráficos: “*neste órgão consta que foi morto em 04/11/1971, quando foi estourado um aparelho na rua Cervantes, nº 7, em São Paulo. Na ocasião usava um passaporte, em nome de Eduardo Janot Pacheco*”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 187

CARLOS MARIGHELLA (1911 – 1969)



Número do Processo:	272/96
Filiação:	Maria Rita do Nascimento Marighella e Carl Augusto Marighella
Data de Nascimento:	05/12/1911
Local de Nascimento	Salvador (BA)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	04/11/1969
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Luís Francisco de Carvalho Filho
Deferido em:	11/09/1996
Data da publicação em DOU:	18/09/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 110

Líder da ALN e considerado inimigo número 1 do regime militar em 1969, foi atingido na aorta por uma bala disparada quase à queimaroupa, e não por projéteis desferidos à distância em um tiroteio, como alegaram os órgãos de segurança. Entre estas e outras evidências inquestionáveis, um parecer médico legal confirmou: o corpo de Marighella não poderia estar na posição em que se encontrava nas fotos, dentro do carro, caso a versão oficial correspondesse à realidade.

Carlos Marighella era um dirigente comunista conhecido nacionalmente há três décadas e vivia na clandestinidade quando foi morto, em São Paulo, no dia 04/11/1969. Baiano de Salvador, filho de um imigrante italiano e de uma negra descendente de escravos, rebelde desde os tempos em que estudava Engenharia, passou por diversas prisões desde 1932,

quando, recém-filiado à Juventude do Partido Comunista, escreveu um poema criticando o interventor de Getúlio Vargas na Bahia, Juracy Magalhães. Preso novamente em 1936, foi torturado durante 23 dias. Solto por decisão do ministro Macedo Soares em 1937, voltou às masmorras de Filinto Muller em 1939, derrotando novamente os seus torturadores.

Foi libertado em 1945, depois de anos nos cárceres de Fernando de Noronha e da Ilha Grande. Na CPI que investigou as violências praticadas durante a ditadura de Vargas, o médico Nilo Rodrigues afirmou nunca antes ter presenciado tamanha resistência a maus tratos e tanta bravura.

Foi eleito deputado pelo Partido Comunista à Assembléia Constituinte de 1946, ocupando a tribuna 195 vezes em apenas dois anos para fazer inflamados discursos. Perdeu o mandato quando foi cassado o registro legal do Partido, no governo Dutra, sendo impelido à militância clandestina até sua morte. Logo após abril de 1964, foi ferido a bala quando tentou resistir à prisão pela polícia política do Rio de Janeiro, num cinema da Tijuca. Em 1967, rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando uma organização político-militar que em 1969 adotaria o nome ALN.

Morreu em uma via pública de São Paulo, durante emboscada de proporções cinematográficas, na qual teriam participado cerca de 150 agentes policiais equipados com armamento pesado e inúmeros processos por liderar um grupo de extermínio de marginais, auto-intitulado Esquadrão da Morte. A gigantesca operação foi montada a partir da prisão de religiosos dominicanos que atuavam como apoio a Marighella.

Na versão oficial, um deles foi levado pelos policiais à livraria Duas Cidades, onde recebeu ligação telefônica com mensagem cifrada estabelecendo horário e local de encontro na alameda Casa Branca.

As versões de sua morte guardam contradições e alimentam agudas polêmicas. Em algumas delas, chegam a ser mencionados dois tiroteios simultâneos, em esquinas diferentes. Na versão de um relatório policial, Marighella foi precedido por um batedor e apareceu disfarçado, usando peruca. Alguns documentos mencionam que ele chegou de carro, outros dizem que chegou andando. Para uns, puxou uma armada cintura; segundo outros, trazia dois revólveres em uma pasta, junto com granadas. Seus protetores teriam fugido pulando um muro ou

utilizando um furgão. Existe até mesmo um relato de que ele teria provocado sua própria execução, gritando “*Abaixo a ditadura! Viva a democracia!*”. *Carlos Marighella foi enterrado sem atestado de óbito. O sepultamento baseou-se em um ofício com seus dados*

peçoais,

fornecido pelos órgãos de repressão. Além disso, existe apenas uma guia policial assinada pelo legista Harry Shibata, médico que alcançaria notoriedade em 1975, ao assinar um laudo farsante sobre a suposta morte por suicídio de Vladimir Herzog.

A precariedade de documentos, o confronto das versões, contradições e inverdades flagrantes constituíram o foco do trabalho da CEMDP e a base para julgar se Carlos Marighella tinha morrido num enfrentamento ou se tinha sido executado. O relatório final apoiou-se, inclusive,

em documentos do DOPS e da Secretaria de Segurança Pública. O processo teve um pedido de vistas por parte do general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas na Comissão Especial, mas acabou sendo deferido em setembro de 1996.

Fato inegável é que o local da ocorrência não foi devidamente preservado ou não houve a necessária perícia, pois inexistiam fotografias e exames dos objetos que comprovariam a tentativa de reação do emboscado. A suposta pasta e a arma do guerrilheiro apareceram no Instituto Criminal de Balística 22 dias depois. Embora cientes da impossibilidade de recompor plenamente os fatos, passados tantos anos, membros da CEMDP solicitaram parecer do médico legista Nelson Massini, que forneceu elementos conclusivos para afastar a possibilidade de Marighella ter sucumbido em uma troca de tiros.

Uma das informações decisivas no parecer do médico é a de que o líder da ALN foi morto com “um disparo fatal no tórax esquerdo dado com uma arma a curtíssima distância”. Além disso, segundo o perito, o local não foi devidamente preservado pela polícia. Após analisar a foto do militante morto, o perito concluiu: “A posição do cadáver não é natural e sim forçada, revelando claramente que o corpo foi colocado no banco traseiro do veículo. Esta informação é baseada nos sinais de tracionamento do corpo para dentro do veículo, revelado pelas rugas da calça e seu abaixamento da cintura, bem como a elevação da camisa, indicando que o corpo foi puxado pela mesma

(...) o corpo jamais teria caído para dentro do veículo na posição em que se encontrava (...).”

O laudo revela, ainda, incompatibilidade entre os ferimentos sofridos por Marighella e as perfurações encontradas no veículo. “Os projéteis que atingiram o corpo do senhor

Carlos Marighella não tem correspondente na lateral do veículo por ele utilizado”. Ele se referia aos tiros que atingiram ambos os músculos glúteos. Como a vítima se encontrava sentada, deveriam existir pelo menos os furos correspondentes de entrada do projétil na lateral direita do veículo. Também não há perfuração correspondente do lado esquerdo, onde ele foi atingido na coxa.

Ao final de consistentes ponderações, derivadas da análise das contradições detectadas e do parecer de Nelson Massini, o relator do processo na CEMDP justificou seu voto favorável concluindo: “A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal (...) foi morto com um tiro à curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim (...), que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo (...)”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 110

CARLOS NICOLAU DANIELLI (1929 – 1972)



Número do Processo:	052/96
Filiação:	Virginia Silva Chaves e Pascoal Egídio Danielli
Data de Nascimento:	14/09/1929
Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
Organização Política ou atividade:	PCdo B
Data da morte:	30/12/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	08/02/1996
Data da publicação em DOU:	12/02/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.325

Danielli nasceu em 14 de setembro de 1929, em Niterói (RJ), filho de Pascoal Egídio Danielli e Virgínia Silva Chaves. Morto em 30 de dezembro de 1972. Dirigente do Partido

Comunista do Brasil (PCdoB)

Era casado e pai de quatro filhos. Destacado dirigente comunista, era membro da Comissão Executiva do Comitê Central do PCdoB, responsável pelo Setor de Organização. Muito jovem, com 15 anos de idade, começou a trabalhar nos estaleiros de construção naval em São Gonçalo (RJ). Tomou contato com o movimento operário, tornando-se assim um ativista sindical. Em 1946, entrou para a Juventude Comunista, chegando a ser um dos seus dirigentes.

Em 1948, passou a integrar as fileiras do PCB e, em 1954, no IV Congresso, foi eleito membro do Comitê Central. Em meados de 1962, juntamente com Ângelo Arroyo, Danielli viajou para Cuba com o objetivo de prestar solidariedade ao povo e ao governo cubano durante a chamada “Crise dos Mísseis”. Nesse mesmo ano, participou com outros militantes comunistas da organização do PCdoB, uma dissidência do PCB.

Participou de vários eventos internacionais e buscou estreitar laços de amizade e solidariedade entre os povos e os partidos comunistas. Tornou-se responsável pelo jornal do partido, A Classe Operária, editado de forma clandestina e distribuído de mão em mão em vários estados do país. Participou ativamente da preparação da Guerrilha do Araguaia, recrutando e encaminhando militantes, arrecadando equipamentos, remédios e outros recursos necessários.

Dados sobre sua prisão e morte.

Carlos Nicolau Danielli foi morto sob tortura nas dependências do DOI-CODI/SP, na madrugada de 30 de dezembro de 1972, conforme denúncia feita em depoimentos prestados na Auditoria Militar em 4 e 7 de julho de 1973, pelos militantes Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, presos com ele.

Maria Amélia, César e Danielli foram presos em São Paulo, em 28 de dezembro de 1972, e submetidos a sessões de torturas.

Agentes policiais envolvidos

Durante três dias, Danielli foi torturado ostensivamente sob o comando do então major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, do capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo e do Capitão Ubirajara, codinome do delegado de polícia Aparecido Laerte Calandra. Apesar das torturas, seus algozes não conseguiram arrancar dele nenhuma informação. Danielli foi

assassinado lentamente; mesmo com o corpo todo esfolado, respondeu sempre de maneira altiva a seus inquisidores: “É disso que vocês querem saber? Pois é comigo mesmo, só que eu não vou dizer”. Afirmou diversas vezes: “Só faço o meu testamento político”.

No primeiro dia, foi torturado pela Equipe C, chefiada pelo capitão Átila e integrada pelo capitão Olavo, Mangabeira (apelido do escrivão de polícia de nome Gaeta), Oberdan ou Zé Bonitinho. No segundo dia, ficou nas mãos da Equipe A, chefiada por Dr. José e integrada por Jacó, Rubens, Matos, Capitão Tomé e o investigador do Departamento de Polícia Federal Maurício, vulgo *Lungaretti*.

No terceiro dia, foi torturado pela Equipe B, chefiada pelo capitão do Exército Orestes, vulgo Ronaldo, e seus subordinados: Capitão Castilho, o ex-policia do DOPS Pedro Mira Granzieri e o soldado da Aeronáutica Roberto, vulgo Padre. Finalmente, no quarto dia, novamente nas mãos da Equipe C, Carlos Nicolau foi assassinado.

A versão apresentada pelo DOI-CODI/SP foi a de que Danielli teria sido morto em tiroteio com policiais ao tentar fugir. O depoimento judicial de César Augusto Teles desfaz a versão policial:

Foram apresentadas a mim e à minha esposa manchetes de jornais que anunciavam a morte de Carlos Danielli como tendo tombado num tiroteio com agentes policiais. Sob nossos protestos de que ele havia sido morto em consequência e a cabo das torturas que sofreu na OBAN, fomos ameaçados de termos o mesmo destino.

Em seguida, foi exigido que assinássemos um documento confirmando que teríamos um encontro com uma pessoa de nome “Gustavo” e que nós poderíamos morrer. Como nos negássemos a assinar tal documento, como absurdo, pois ninguém em sã consciência assina sua própria sentença de morte, fomos torturados e, no fim de um certo tempo, um torturador assinou o documento em meu nome. E ficamos durante 5 meses incomunicáveis, certamente, por termos assistido ao brutal assassinato de Carlos Nicolau Danielli.

Na Justiça Militar, há ainda declarações do ex-presos político José Auri Pinheiro, que foi informado por um torturador, na Polícia Federal do Ceará, que Danielli havia sido “exterminado”. No julgamento de Maria Amélia e César, no STM, em virtude de recurso impetrado pelo promotor, mais uma vez a denúncia da morte de Danielli veio à tona.

A notícia foi divulgada pela imprensa, em 24 de abril de 1978, em O Estado de S. Paulo:

No STM, novas denúncias em julgamento de presos. A advogada, Rosa Cardoso declara que Nicolau Danielli, cuja morte foi atribuída a um confronto com a polícia, é no mínimo suspeita. Isso porque Danielli foi preso juntamente com César e Maria Amélia Teles e não parece possível que uma pessoa presa pela polícia possa ser armada por ela mesma. As denúncias feitas no STM fizeram com que o ministro general Rodrigo Octávio Jordão requeresse a apuração dos fatos que envolveram a prisão e a morte de Carlos Nicolau Danielli, ainda que tivesse seu voto vencido.

Em consequência das denúncias do casal César e Maria Amélia, as torturas e o assassinato de Danielli chegaram a ser objeto de apreciação no STM, conforme foi divulgado em artigo publicado na Folha de S. Paulo, de 9 de maio de 1978:

O Superior Tribunal Militar negou a apuração das denúncias sobre as mortes do estudante Alexandre Vanucchi Leme e Carlos Nicolau Danielli, que teriam ocorrido no DOI-CODI do II Exército, pois somente o general Rodrigo Otávio pediu a apuração dos fatos, que considerou graves, assim como as várias denúncias de torturas feitas pelos acusados. Em seu voto solitário, o general Rodrigo Otávio pediu que as peças referentes às torturas e sevícias fossem encaminhadas ao procurador-geral da Justiça Militar, para apuração dos possíveis crimes previstos nos artigos 209 do Código Penal Militar e 129 do Código Penal Comum.

No seu voto, o general justificou sua atitude demonstrando que “[...] a fragilidade das provas, trazidas como respaldo à veracidade da segunda hipótese, indicariam a necessidade de uma apuração mais completa sobre evento tão contundentemente grave”.

Danielli foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, em Perus, na capital paulista, pelos agentes do DOI-CODI/SP.

Providências posteriores

Após a promulgação da Lei de Anistia, seus familiares e amigos puderam sepultar seus restos mortais em 11 de abril de 1980, em Niterói (RJ).

A relatora do caso (052/96) na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa, destacou ainda em seu

voto que:

O laudo necroscópico, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Paulo A. de Queiroz Rocha, no dia 02/01/1973, não descreve as torturas sofridas por Danielli e confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio. No formulário de requisição de exame e da certidão de óbito, no item profissão, foi preenchido como “terrorista”, num flagrante desrespeito aos direitos humanos. O recorte de jornal de 05/01/973, encontrado nos arquivos do DOPS/SP, confirma a prisão de Danielli, quando afirma: Carlos Danielli, o Antônio, havia sido preso poucos dias antes de morrer.

O caso foi aprovado por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

CARLOS ROBERTO ZANIRATO (1949 – 1969)



Número do Processo:	328/96
Filiação:	Ernestina Furtado Zanirato e Hermínio Zanirato
Data de Nascimento:	09/11/1949
Local de Nascimento	Ourinhos (SP)
Organização Política ou atividade:	VPR
Data da morte:	29/06/1969
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	27/08/1996
Data da publicação em DOU:	29/08/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.

Nasceu em Ourinhos (SP), em 9 de novembro de 1949, filho de Hermínio Zanirato e Ernestina Furtado Zanirato. Morto em 29 de junho de 1969. Soldado e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Foi um dos que desertaram do Exército junto com o capitão Carlos Lamarca, ao saírem do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco (SP), levando fuzis FAL e outras armas para se aliarem à luta armada contra a ditadura, em 24 de janeiro de 1969.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Foi preso em 23 de junho de 1969 pelo DEOPS/SP. Segundo a versão policial, em 29 de junho foi conduzido pelos policiais a um encontro com seus companheiros. O encontro se realizaria no cruzamento da rua Bresser com a avenida Celso Garcia, em São Paulo. Lá chegando, aproveitou um descuido dos policiais que o conduziam e jogou-se contra um ônibus em movimento, vindo a morrer em consequência das fraturas sofridas.

O laudo necroscópico (30.757) do IML refere-se a ele como a um desconhecido que se suicidou atirando-se sob um ônibus. Na requisição de exame necroscópico pode-se ler: “[...] apresentava um par de algemas com a corrente partida ficando uma algaema em cada pulso, estas foram serradas, retiradas e entregues sob recibo ao sr. Moacir Gallo, guarda civil 22.548”. Isto não deixa dúvidas de que o suposto suicida se encontrava preso, o que torna inverossímil que tenha sido considerado um desconhecido, conforme consta na solicitação de exame necroscópico.

Além disso, na requisição de exame necroscópico, estava registrada a qualificação pessoal do preso. Tal situação fortalece a hipótese de que a real intenção dos agentes de segurança era a de ocultar seu cadáver. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Assinaram o laudo necroscópico os médicos legistas José Manella Netto e Orlando Brandão, confirmando a falsa versão oficial.

Os relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica entregues ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, confirmam sua morte como suicídio, e o da Marinha faz referências, até, ao fato de que ele se encontrava algemado. Documentos do DOPS informam que fora preso por agentes da 4ª RI/SP.

A relatora do caso na CEMDP, Suzana Lisbôa, concluiu que: [...] ficou comprovada a prisão e morte por torturas, já que o corpo parece não ter espaço onde não haja equimoses, escoriações ou fraturas (todas as costelas no lado direito, osso íliaco, clavículas e úmero); e ainda ferimentos, escoriações, ruptura do pulmão – certamente o resultado de seis dias de tortura no DOPS de São Paulo.

O pedido foi acolhido por unanimidade, em 27 de agosto de 1996; o general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco discordaram da ressalva da relatora sobre a versão oficial.

DÊNIS CASEMIRO (1942 – 1971)



Número do Processo: 110/96

Filiação: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro
Sobrinho

Data de Nascimento: 09/12/1942

Local de Nascimento: Votuporanga (SP)

Organização Política ou
atividade: VPR

Data do desaparecimento: 18/05/1971

Local do desaparecimento: São Paulo (SP)

Data da publicação em DOU: Lei no. 9.140/95 –
04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.

Nasceu em Votuporanga, interior de São Paulo, no dia 9 de dezembro de 1942. Filho de Antônio Casemiro e Maria Casemiro. Em sua cidade natal foi pedreiro e trabalhador rural. Frequentava o Sindicato dos Lavradores de Votuporanga. A partir de 1967 vai para São Bernardo do Campo trabalhar na Volkswagen. Nesse período travou contato com Devanir José de Carvalho, também assassinado pelo aparato repressivo do regime militar, e seus irmãos Jairo e Daniel, este, hoje, faz parte da lista dos desaparecidos políticos. Dênis passa, então, a fazer oposição à ditadura, quando entra para Ala Vermelha e posteriormente à vpr. Desloca-se para o sul do Pará e depois vai cuidar de um sítio perto de Imperatriz (ma). Nessa local estava em seu horizonte de expectativa levar a termo um trabalho de alcance político e militar no meio rural.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Em abril de 1971 foi localizado e preso pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que o trouxe para o dops/sp, onde seria torturado durante quase um mês e assassinado pelo

próprio Sérgio Fleury. A infâmia e flagelo a que foi submetido assim encontra-se relatado no Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985): “[No Dops/sp] onde permaneceu sendo torturado por quase um mês. Durante esse período era sempre transportado pelos corredores daquele órgão policial com um capuz cobrindo seu rosto para impossibilitar sua identificação pelos demais presos. Um deles, Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis, chegou a conversar com ele por alguns minutos. Ele estava confiante de que a retirada do capuz era um sinal de que as torturas acabariam e que o perigo de ser assassinado havia passado”, no entanto, Dênis foi fuzilado em 18 de maio de 1971 pelo delegado Fleury, tendo sido enterrado como indigente além de seus dados serem alterados para não possibilitar sua identificação.

No livro de registro do cemitério onde encontrava-se seu corpo, consta que teria 40 anos, quando na verdade, à época, tinha 28 anos. A elucidação de sua prisão, tortura e morte começou a ser esclarecida em 1979 durante a campanha da Anistia. Seus restos mortais foram finalmente encontrados na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo (SP).

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo i, da lei 9.140/95. Preso e assassinado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (1943 – 1971)



Número do Processo:	127/96
Filiação:	Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho
Data de Nascimento:	15/07/1943
Local de Nascimento	Muriaé (MG)
Organização Política ou atividade:	MRT
Data da morte:	Entre 05 e 07/04/1971
Local da morte	São Paulo 9SP)
Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	29/02/1996
Data da publicação em DOU:	06/03/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.157

Nasceu em Muriaé (MG), em 15 de julho de 1943, filho de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho.

Casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos, Carlos e Ernesto.

Nos anos 1950, seus pais se mudaram para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Ele e seus irmãos, Derli, Joel, Jairo e Daniel, foram trabalhar no ABCD paulista no início da instalação das indústrias metalúrgicas e automobilísticas. Ainda adolescente, aprendeu com o irmão mais velho o ofício de torneiro-mecânico e desde então passou a trabalhar nas indústrias da região, como Villares e Toyota.

Em 1963, ajudou a fundar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando ativamente de sua organização e da realização de greves. Ingressou no PCdoB e, após o golpe de 1964, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro (RJ), onde passou a trabalhar como motorista de táxi.

Em 1967, começou a militar na Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB, voltando para São Paulo (SP). Em 1969, desligou-se da Ala Vermelha e, com outros companheiros, fundou o MRT em outubro daquele ano.

Devanir fez treinamento de guerrilhas na China, participou e comandou inúmeras ações armadas contra a ditadura. Ele e Eduardo Collen Leite, o Bacuri, dirigente da Rede (Resistência Democrática), deram início ao que viria ser depois a Frente Armada Revolucionária, junto com a VPR ao realizar o seqüestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo (SP), Nobuo Okuchi, em março de 1970, quando cinco prisioneiros políticos e três crianças foram trocados pelo diplomata.

Dados sobre sua prisão e morte

Documento do Serviço de Informação do DOPS/SP informa que em “[...] 5/4/71 - 11h00 - 9:50 hs o terrorista Devanir José de Camargo [sic], ocupando o Volks, cor azul, chapa “fria” AE-3248, portando metralhadora, manteve tiroteio com policiais, que resultou

ferimentos graves no terrorista que não resistindo aos ferimentos morreu”.

Segundo a requisição de exame necroscópico, foi morto em via pública na rua Cruzeiro, 111. Conforme o depoimento de Ivan Seixas, ex-presos político e militante do MRT à época, Devanir foi capturado ferido nessa Rua Cruzeiro, 111, no bairro do Tremembé, zona norte de São Paulo, quando tentava resgatar um companheiro e sua família que moravam nesse endereço. Levado vivo para o DOPS/SP, Devanir foi torturado até a morte durante três dias seguidos.

Segundo Ivan, o delegado Sérgio Fleury, por diversas vezes, mandara avisar a Devanir que fazia questão de prendê-lo vivo para torturá-lo até a morte. Ivan Seixas relatou o que ouviu:

[...] quando fui preso, em 16/04/1971, ouvi vários torturadores do DOI-CODI do II Exército contarem detalhes sobre a morte de “Henrique”, nome de guerra de Devanir. Esses torturadores diziam que fariam comigo “o que Fleury fez com teu chefe, o Henrique”. Quando fui transferido para o DOPS/SP, ouvi de vários carcereiros e policiais que “teu chefe agüentou três dias de tortura e não falou nada”. [...] quando fui levado para interrogatório pelo torturador “Carlinhos Metralha” (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury.

O laudo da necropsia, assinado pelos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmou a versão policial de que Devanir teria sido morto em tiroteio, em 5 de abril, apontando como causa mortis “[...] choque hemorrágico e anemia aguda decorrente de hemorragia traumática externa e interna por disparos de arma de fogo”. Descreve seis entradas e saídas de projéteis, sendo um na cabeça, quatro no tórax e um na coxa esquerda. Não apresenta, porém, a descrição das trajetórias dos projéteis. A requisição de exame necroscópico está assinalada com um T em vermelho e registra como sua profissão: “terrorista”. A resposta ao quarto quesito do laudo, onde consta a pergunta se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, a resposta é “prejudicado”.

As fotos da necropsia de Devanir nunca foram encontradas nos arquivos do IML (Instituto

Medico Legal) ou do DOPS/SP.

O corpo de Devanir José de Carvalho foi sepultado no Cemitério de Vila Formosa. Mas, segundo a Certidão de Óbito, emitida em 20 de outubro de 1995, teria sido sepultado no cemitério de Perus. Seus restos mortais nunca foram recuperados, visto que seus pais, irmãos, esposa e filhos tiveram que se exilar para escapar da repressão militar.

A família Carvalho, além de Devanir, perdeu dois outros membros, Daniel e Joel, que constam da lista dos desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Na CEMDP, o caso de Devanir teve como relator Nilmário Miranda e foi deferido por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte (MG) deu o seu nome a uma rua do bairro das Indústrias.

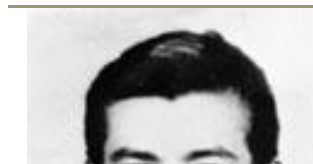
Agentes policiais

Preso pela equipe do DOPS/SSP e Esquadrão da Morte, chefiado pelo delegado Sérgio Fleury, a serviço da ditadura militar.

As torturas aplicadas em Devanir foram comandadas pelo Delegado Sérgio Fleury e sua equipe, mas contou também com a participação ativa do Capitão Ênio Pimentel Silveira, de vários agentes do DOI/CODI do II Exército e da provável supervisão do cônsul dos EUA em São Paulo, Claris Rowney Halliwell, como já foi denunciado em audiência pública sobre as informações do livros de entrada do DOPS/São Paulo

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO (1946 – 1971)



Número do Processo: 183/96

Filiação: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho

Data de Nascimento: 06/03/1946

Local de Nascimento	Votuporanga (SP)
Organização Política ou atividade:	MRT
Data da morte:	Entre 17 e 19/04/1971
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	14/05/1996
Data da publicação em DOU:	17/05/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.159

Nasceu em 6 de março de 1946, em Votuporanga (SP), filho de Antônio Casemiro Sobrinho e Maria dos Anjos Casemiro.

Dimas era casado com Maria Helena Zanini, com quem teve um filho, Fabiano César Casemiro.

Trabalhou como corretor de seguros, vendedor e tipógrafo. Dimas atuou no movimento estudantil em Votuporanga (SP). Foi militante do PCdoB, de uma sua dissidência – Ala Vermelha – e da VPR, antes de se tornar militante do MRT.

Dados sobre sua prisão e morte

Segundo a versão policial, Dimas teria sido morto no interior do “aparelho” ou “esconderijo” na rua Elísio da Silveira, 27, bairro da Saúde, em São Paulo (SP), ao resistir à voz de prisão, durante troca de tiros com forças de segurança.

Seus familiares acreditavam na versão de que Dimas teria morrido em tiroteio. Contudo, após investigação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no arquivo do antigo DOPS/SP, concluíram, com base nos documentos policiais, que a versão de tiroteio foi uma farsa forjada pelos órgãos de repressão política.

De acordo com a requisição de exame necroscópico, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e assinalada com o T de “terrorista”, sua morte se deu às 13 horas de 17 de abril de 1971. Entretanto, o corpo de Dimas só deu entrada no IML às 14 horas, de 19 de abril, sendo enterrado às 10 horas de 20 de abril. As fotos do corpo de Dimas mostram lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz e, principalmente,

nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo necroscópico e, certamente, provocadas por tortura.

O laudo, assinado por João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, corrobora a versão oficial e descreve

[...] quatro ferimentos causados por arma de fogo, ficando retido apenas um projétil. Um dos projéteis lesou vasos importantes, artérias e nervos do pescoço produzindo-se abundante hemorragia interna e externa e conseqüente morte. Deve-se considerar ainda que a vítima sofreu lesão de laringe, por onde houve penetração de sangue que foi aspirado para os pulmões provocando asfixia

Em 15 de abril de 1971, uma ação conjunta do MRT e ALN justicou o então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, financiador e instrutor de torturas da Oban, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. A ditadura colocou em ação uma vasta operação de assassinatos para dar uma resposta macabra à perda de seu grande financiador.

Nos dias 16 e 17, foram presos e, em seguida, assassinados, Dimas e Joaquim Alencar de Seixas, militantes do MRT acusados de participar da execução de Boilesen. A repercussão na imprensa do país, controlada pela ditadura foi imediata e coerente:

O Diário Popular, de 18 de abril de 1971, publicou matéria com o título “*Morto Ontem Chefe dos Assassinos de Boilesen*”, em que afirma que Antônio Casemiro “[...] *foi morto ontem à tarde, no interior de um ‘aparelho’, ao resistir à bala ao cerco das forças de segurança*”.

A revista O Cruzeiro, de 28 de abril de 1971, escreveu: “*Sábado [...], era a vez de Dimas Antônio Casemiro [sic] (Rei ou Celso) [ser morto], em tiroteio num aparelho varejado pelas autoridades paulistas de segurança. Ao condenar Henning Boilesen, o terror pode ter assinado sua própria sentença de morte*”.

Dimas foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, na capital paulista. Seu irmão, Dênis Casemiro, também foi assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura um mês


após sua morte. Dênis foi considerado desaparecido político até que seus restos mortais foram resgatados da Vala de Perus, em 1990, e identificados, em agosto de 1991.

Providencias posteriores

O caso (183/96) na CEMDP foi requerido pelo filho de Dimas Casemiro, Fabiano, tendo como relatora Suzana Keniger Lisbôa, e foi deferido por unanimidade, em 14 de maio de 1996.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

DIOGENES DE ARRUDA CÂMARA (1914 – 1979)

	Número do Processo:	022/02
	Filiação:	Julia Lopes Câmara e José Bezerra Câmara
	Data de Nascimento:	23/12/1914
	Local de Nascimento	Afogados da Ingazeira (PE)
	Organização Política ou atividade:	PCdoB
	Data da morte:	25/11/1979
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Enviado para a Comissão de Anistia em 30/09/2003	

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 463

Em 1962, Arruda Câmara alinhou-se com João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar na criação do PCdoB, que se apresentou como reorganização do partido fundado em 1922. Integrou a direção da nova sigla, mas sem a mesma força política dos três nomes anteriores.

Em 1969 foi preso em São Paulo e torturado a ponto de perder a vista direita e sofrer duas paradas cardíacas. Quebraram-lhe dedos das mãos, para que nunca mais escrevesse, diziam os torturadores.

Adquiriu tuberculose na prisão, restando-lhe outras sequelas no pulmão e coração. Seu comportamento diante dos torturadores foi avaliado como heróico pelos demais presos

políticos do Presídio Tiradentes. Apresentou uma declaração escrita ao Conselho de Justiça da II Auditoria, afirmando:

“Não me norteia a vida um viver tranqüilo e pacato, um viver de aconchegos e comodidades, encerrado no círculo estreito dos interesses individuais. Meu caráter, meu temperamento, minhas idéias, meus critérios de valor, meu senso político, tudo, preserva-me da reflexão egoística, do acomodamento circunstancial, do silêncio velhaco, do servilismo oportunista, da sonegação da verdade. É difícil viver com dignidade, mas somente assim vale a pena viver, porque, por maiores que sejam as dificuldades, se está sempre numa paz interior, feliz, enfim.

Na vida, valor real é saber pensar, decidir, fim. agir, e vencer”.

Foi solto em 1972 e, após viajar pela América Latina, exilou-se na França. Retornou ao Brasil em outubro de 1979, incorporando-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos. Seu coração parou no dia em que retornava ao Brasil seu companheiro de partido João Amazonas.

O pedido não chegou a ser examinado pela CEMDP, considerando despacho da conselheira Maria Eliane Menezes de Farias, que encaminhou administrativamente para a Comissão de Anistia, *“que tem ‘in casu’, competência para analisar o pedido formulado nos autos”.*

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 463

DORIVAL FERREIRA (1931 – 1970)



Número do Processo: 083/96

Filiação: Alvina Ferreira e Domingos Antonio Ferreira

Data de Nascimento: 05/12/1931

Local de Nascimento: Osasco (SP)

Organização Política ou atividade: ALN

Data da morte: 03/04/1970

Local da morte: São Paulo (SP)

Relator: Maria Eunice Paiva

Deferido em: 29/02/1996

Data da publicação em DOU: 06/03/1996

Militante da ALN, operário era filiado ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Osasco e Região – do qual foi candidato à presidência em 1965. Casado, pai de seis filhos, Dorival Ferreira morreu aos 38 anos, após ser preso pelos agentes do DOI-CODI/SP. Na noite de 02/04/1970, agentes de segurança invadiram a tiros sua casa em Osasco, à rua Zuma Sá Pereira, 18, quando foi ferido e preso.

A versão oficial alegou que Dorival morreu em tiroteio e documentos dos órgãos de segurança registram que ele pertenceria ao setor de apoio da ALN mas seria responsável pela fabricação de explosivos. A relatora do processo na CEMDP assim analisou os fundamentos do pedido: *“foi preso em sua própria casa, em Osasco-SP, em 02/04/1970, depois de receber um tiro nas costas, na altura dos quadris, logo que atendeu a um chamado, no portão de sua casa”*.

As provas que contrariam a versão oficial vieram do IML, da perícia técnica e do DOPS. No Termo de Declarações do pai de Dorival – Domingos Antônio Ferreira –, prestado ao delegado Edsel Magnotti, colhido no DEOPS no dia 2 de junho, consta que ao chegar na casa do filho só encontrou policiais que lhe disseram que Dorival tinha sido preso, sem informar para onde fora levado. Também veio do DOPS uma ficha de Dorival, com data de 30/04/1970, informando que ele morreu em 03/04/1970, isto é, no dia seguinte à sua prisão.


Jornais da época – *Notícias Populares* e *Última Hora* -, anexados ao processo na CEMDP, divulgaram a versão oficial, mas também informaram que *“depois do tiroteio Dorival foi detido, e que foi solicitado reforço policial, principalmente, para as imediações da Delegacia de Polícia de Osasco”*. A cópia do laudo necroscópico, assinado por Otavio D’Andrea e Antônio Valentini, não está muito clara em alguns trechos, mas nas duas últimas linhas se pode ler: *“retiramos um projétil de calibre maior que os anteriores e localizado na articulação coxo femural esquerda”*.

O relatório da Polícia Técnica identifica, nas seis fotos que o acompanham, 11 ferimentos perfuro-contusos, número muito superior ao tiro nas costas que teria recebido ao ser preso. A relatora concluiu que as notícias oficiais e as reproduzidas nos jornais confirmavam os relatos da família de que Dorival Ferreira estava vivo quando foi levado para a prisão. Seu voto favorável ao deferimento foi acompanhado por todos os integrantes da Comissão

Especial.

Direito à Memória e à Verdade,p.123

EDGAR DE AQUINO DUARTE (1941 – 1973)

	Número do Processo:	029/96
	Filiação:	Francisca Maria Duarte e José Geraldo Duarte
	Data de Nascimento:	22/02/1941
	Local de Nascimento	Bom Jardim (PE)
	Organização Política ou atividade:	Não definida
	Data desaparecimento:	Junho de 1973
	Local do desaparecimento:	São Paulo (SP)
	Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.346

Edgar ingressou na Marinha tão logo terminou o colegial. Chegou a ser cabo do Corpo de Fuzileiros Navais. Participou da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil quando foi dado o golpe militar, em 1964.

Devido a sua destacada atuação junto a famosa revolta dos marinheiros que se deu ainda no governo civil de João Goulart, Edgar foi obrigado a se exilar no México. De lá foi para Cuba.

Retornou ao Brasil em 1968 e viveu clandestinamente em São Paulo até sua prisão em junho de 1971, realizada pelo DOPS/SP e DOI-CODI/SP. Nessa ocasião, trabalhava na Bolsa de Valores.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Foi preso em seu apartamento à Rua Martins Fontes, 268, apto. 807, Consolação, São Paulo, SP.

É importante destacar que o Cabo Anselmo (agente infiltrado que causou graves danos às organizações de esquerda) encontrava-se hospedado em sua residência. E o Cabo Anselmo teria sido preso antes dele, segundo informações do próprio Edgar, que achava que o Cabo o teria entregado para a Polícia.

Edgar Aquino ficaria nas prisões (DOI-CODI/SP E DOPS/SP, por dois anos , quando então teria desaparecido, em de 22 de junho de 1973, última data em que foi visto pelos presos políticos nas dependências do DOPS/SP.

Agentes Policiais

Preso e assassinado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

EDSON NEVES QUARESMA (1939 – 1970)



Número do Processo:	222/96
Filiação:	Josefa Miranda Neves e Raimundo Agostini Quaresma
Data de Nascimento:	11/12/1939
Local de Nascimento	Apodi (RN)
Organização Política ou atividade:	VPR
Data da morte:	05/12/1970
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	30/01/1997
Data da publicação em DOU:	18/02/1997

No dia 05/12/1970, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori, militantes da VPR, trafegavam de carro pela Praça Santa Rita de Cássia, na capital paulista, quando foram interceptados por uma patrulha do DOI-CODI/SP. Os fatos foram relatados à CEMDP por Ivan Akselrud de Seixas, que por sua vez colheu depoimento, na época, de um motorista de táxi que presenciara o ocorrido. O taxista descreveu, detalhadamente, que Fujimori caiu no meio da praça e Quaresma numa rua de acesso, sendo carregado por dois policiais e agredido na Praça até a morte. Fujimori chegou com vida ao DOI-CODI/SP, fato declarado a Ivan pelos policiais Dirceu Gravina e “Oberdan” durante seu interrogatório naquela unidade de repressão política, em 1971.

Nascido em Itaú, que naquela época pertencia ao município de Apodi (RN), Quaresma era afro-descendente e estudou até a quinta série do curso primário em Natal. Em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Recife (PE), da qual saiu como grumete em 1959.

Logo em seguida, foi deslocado para o Rio de Janeiro, tendo servido no cruzador Tamandaré. Foi tesoureiro da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Após a deposição de João Goulart, ficou preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, durante um ano e dois meses. Em 31/12/1964 foi expulso da Armada. A partir de 1965, passou a atuar na clandestinidade, vinculado ao MNR, Viajou para Cuba e lá recebeu treinamento de guerrilha. Teria regressado ao Brasil em julho de 1970, já integrado à VPR. Quaresma mantinha estreita ligação com o agente infiltrado cabo Anselmo. Depoimento prestado pelo cabo ao DOPS, localizado nos arquivos secretos desse departamento policial, explica que Quaresma tinha retornado de Cuba ao Brasil com a missão de preparar a chegada de próprio Anselmo. No voto da relatora do processo junto à CEMDP existem referências à possibilidade de que a eliminação sumária desses dois militantes, de elevada importância na estrutura da VPR, tenha nexos com a necessidade de manter sob sigilo a atuação infiltrada do cabo Anselmo.

Ambos foram sepultados como indigentes no Cemitério de Vila Formosa, Quaresma, sob nome falso. Os laudos de necropsia foram assinados por Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues. A solicitação de exame necroscópico de Quaresma foi feita pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e registra que o corpo deveria ser fotografado de frente

e perfil. Mas não foram encontradas fotos de seu corpo, que deu entrada no IML quatro horas depois do suposto horário da morte. O laudo registra que uma das cinco balas encontradas em seu corpo atingiu as costas e as outras quatro foram disparadas na cabeça, uma na região auricular direita. A relatora argumentou, em seu parecer, que era praticamente impossível uma pessoa morrer em tiroteio com quatro tiros na cabeça.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.139

EDUARDO ANTÔNIO DA FONSECA (1947 – 1971)



Número do Processo: 307/96

Filiação: Lucinda Miquelina Braga e Joaquim da Fonseca Junior

Data de Nascimento: 23/02/1947

Local de Nascimento Belo Horizonte (MG)

Organização Política ou atividade: ALN

Data da morte: 23/09/1971

Local da morte São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 09/02/1998

Data da publicação em DOU: 18/02/1998

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.184

No dia 23/09/1971, quatro militantes da ALN caíram em uma emboscada montada pelos órgãos de segurança na rua João Moura, em frente ao número 2358, bairro do Sumarezinho, na capital paulista. Ana Maria Nacinovic Corrêa era a única mulher do grupo e conseguiu escapar e sobreviver, descrevendo os acontecimentos aos seus companheiros, antes de ser também executada no ano seguinte. Da ação, resultaram mortos Antonio Sérgio de Matos, Manuel José Nunes Mendes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca. A versão oficial foi de que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar um jipe do Exército.

Eduardo ainda era secundarista em 1968, em Belo Horizonte, quando se ligou a um

pequeno agrupamento de esquerda denominado PSRB – Partido Socialista da Revolução Brasileira. Em 1969, esse grupo se desfez e Eduardo se filiou à Corrente/MG, que em seguida se incorporaria à ALN. Ao final do mesmo ano, com a prisão de ativistas da Corrente, teve de passar à militância clandestina e mudou-se para São Paulo, participando de inúmeras ações armadas da ALN, conforme registros dos órgãos de segurança.

Os processos referentes aos três casos foram analisados em conjunto na Comissão Especial. Houve muitas controvérsias e intensos debates, com voto inicial de indeferimento e mais de um pedido de vistas. Apesar de terem ocorrido três mortes violentas, causou muita estranheza a integrantes daquele colegiado não ter sido realizada nenhuma perícia de local. As requisições de exame ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e os laudos necroscópicos pelos legistas Isaac Abramovitch e Antonio Valentini, conhecidos campeões de laudos que, invariavelmente, buscaram legitimar as versões farsantes divulgadas pelos órgãos de segurança.

Contradições e indícios de execução após terem sido feridos foram detectados nos próprios documentos oficiais. Antônio Sérgio e Manuel teriam sido encontrados mortos às 16h, enquanto Eduardo teria sido encontrado às 15h. Os corpos dos três deram entrada no IML às 18h40, apesar de o local da emboscada ser muito próximo à sede do IML paulista. No laudo de Antônio Sérgio, os legistas relatam dois ferimentos à bala, no pescoço e traquéia, e descrevem ferimentos não causados por arma de fogo, feitos por instrumento não identificado, mas que leva a supor que tenham sido feitos com proximidade física do agressor. Indício eloqüente de tortura ou espancamento.

O laudo de Eduardo apresentava dois tiros na região glútea e dois nas pernas, capazes de imobilizá-lo, mas jamais de provocar a morte imediata. O corpo de Manuel apresentava orifício de entrada de projétil de arma de fogo na face dorsal da mão direita, característico de reação de defesa para disparo à curta distância. E ainda um orifício de entrada de projétil na altura do omoplata esquerdo, com saída na face anterior do hemitorax esquerdo após fraturar a clavícula e os segundo e terceiro arcos anteriores esquerdos – tiro dado de cima para baixo e, pela descrição da trajetória, poder-se-ia deduzir que disparado quando a vítima estava dominada e de joelhos. Escoriações nos dois joelhos e no nariz foram anotadas pelos legistas.

As fotos dos corpos mostraram equimoses e edemas não descritos. A de Antônio Sérgio exibia apenas o rosto, com o tórax encoberto e um objeto junto ao pescoço, que se assemelha a um gancho. A de Manuel José mostrava evidentes sinais de tortura, sendo que

nenhum dos tiros que recebeu seria fatal. Como e onde morreram, não foi possível determinar pelos documentos apresentados.

Os processos foram relatados em conjunto, mas as discussões e votações se deram em separado. O relator votou pela aprovação do processo de Antônio Sérgio e Eduardo Antonio. O de Manuel José havia sido protocolado fora do prazo, o que impedia o deferimento, por ser intempestivo, apesar de que, no mérito, preenchia os critérios exigidos pela lei para aprovação. Houve pedido de vistas aos processos por Luís Francisco Carvalho Filho e, posteriormente, pelo general Osvaldo Pereira Gomes.

Nilmário Miranda e Luís Francisco destacaram que as lesões sofridas e descritas nos laudos cadavéricos não indicavam que o óbito dos três militantes tinha sido imediato. Mesmo tendo ocorrido o tiroteio alegado, havia fortes indícios de que um ou dois deles não morreram no local, permanecendo vivos em poder dos agentes públicos até a morte. Não foi essa, entretanto, a opinião da maioria dos integrantes da CEMDP. Somente o processo de Eduardo Antonio da Fonseca foi aprovado nessa primeira fase, registrando-se voto contrário do general Osvaldo Pereira Gomes. Os outros dois casos foram reapresentados posteriormente, obtendo deferimento em 2004.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.184

ELSON COSTA (1913 – 1975)



Número do Processo:	021/96
Filiação:	Maria de Novaes Costa e João Soares da Costa
Data de Nascimento:	26/08/1913
Local de Nascimento	Prata (MG)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data do desaparecimento:	14/01/1975
Local do desaparecimento:	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 411

Elson iniciou sua vida política no Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade de

Uberlândia (MG), onde liderou uma greve de caminhoneiros. Trabalhou na divulgação do jornal do Partido, *A Classe Operária*. Foi membro do Comitê Central, atuou em Belo Horizonte (MG), Niterói (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Campo Grande (MT), Recife (PE), Curitiba (PR) e, finalmente, em São Paulo. Conheceu vários países do Leste Europeu na década de 1950.

Com o golpe militar de 1964, passou a atuar clandestinamente. Em 1966, foi condenado a dois anos de reclusão pela Justiça Militar pelo processo referente às cadernetas de Luis Carlos Prestes (à época, Secretário Geral do PCB). Cumpriu pena em Curitiba e, quando foi solto, voltou à clandestinidade.

No Rio de Janeiro, foi novamente preso e torturado em 1970. Cumpriu pena e foi solto em 1973, quando veio para São Paulo, voltando a viver na clandestinidade, trabalhando e divulgando o jornal *A Voz Operária*.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Elson morava na Rua Timbiras, nº 199, bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Na manhã do dia 15 de janeiro de 1975, foi preso no bar ao lado de sua casa onde fora tomar café. Os vizinhos que o conheciam como sendo Manoel de Souza Gomes, protestaram contra a sua prisão feita por seis homens.

No dia 7 de fevereiro de 1975, sua esposa, Aglaé de Souza Costa, depois de procurá-lo por diversos órgãos policiais, enviou telegrama ao ministro da Justiça, e no dia 18 daquele mês enviou carta ao General Geisel, Presidente da República.

No dia 1º de março, Aglaé conseguiu publicar uma nota por ela assinada, descrevendo como se deu o desaparecimento de Elson Costa.

Documentos dos órgãos policiais

a) Pedido de busca no. 79-E/2-75, do II Exército, datado de 07 de abril de 1975, encontrado nos arquivos do antigo DOPS/PR, no qual se lê:

[...] no dia 15 jan.75, o 11º. DP registrou a ocorrência sobre Manoel de Souza Gomes, conforme BO no. 315/75, cópia anexa (não foi encontrada a referida cópia).

Mais adiante, o documento afirma:

Na possibilidade de vir a ser preso em função das prisões já efetuadas pelos órgãos de Segurança Interna, evadiu-se de sua residência, às pressas, sendo levado por elementos do partido conforme testemunhas. [...]

Aglaé de Souza Costa, ao ter ciência do “desaparecimento” de seu marido, em vez de procurar as autoridades da Segurança Interna, logo de imediato, como tem ocorrido com outras famílias de presos, recorre sim a Aldo Lins e Silva que a orientou no sentido de:

1 – Procurar as seguintes autoridades:

Ministro da Justiça,

Presidente da República

Cardeal Arcebispo de São Paulo;

2 – Escrever cartas para:

Jornal do Brasil

Folha da Tarde

Estas atitudes estranhas levam a crer que procura-se fazer exploração política desse “desaparecimento” configurada na campanha desencadeada no sentido de denegrir as autoridades à opinião pública interna e externa

Documentos obtidos pelos familiares de Elson Costa

Atestado de óbito por morte presumida por meio de ação judicial.

Informações do ex-agente do DOI-CODI do II Exército /SP, Marival Dias Chaves do Canto, em entrevista à revista Veja, de 18/11/1992:

Outro que está ai no rio [na cidade de Avaré, SP] é Elson Costa, assassinado em 1975.

[...] Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois Elson ainda recebeu injeção para matar cavalo

[...] no rio debaixo de uma ponte que liga a cidade de Avaré(SP) , no interior de São Paulo, à Rodovia Castelo Branco [...]. Existe ali um cemitério debaixo d’água.

Pela Lei 9140/95, anexo I, Elson Costa foi reconhecido como morto sob a responsabilidade do Estado.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo e Belo Horizonte deram o seu nome a ruas nos bairros Toca e das Indústrias, respectivamente. Em Belo Horizonte, também foi homenageado em 2004, pela Câmara Municipal, com a Medalha Tributo à Utopia, que lembrou as vítimas da ditadura.

Documentos achados no IML/SP

Laudo de exame de corpo delito: laudo de exame de lesão corporal do IML/SP, de 16/05/75, realizado por Wlademar V. Júnior e Roberto C. Alves. Indica lesão leve causada por paulada e tijolada, no dia 29/03/75. Os dados do laudo não são de Elson, apenas seu nome .

Informações tiradas do Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009)

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

EMMANUEL BEZERRA DOS SANTOS (1943 – 1973)



Número do Processo:	219/96
Filiação:	Joana Elias Bezerra e Luiz Elias dos Santos
Data de Nascimento:	17/06/1947
Local de Nascimento	São Bento do Norte (RN)
Organização Política ou atividade:	PCR
Data da morte:	04/09/1973
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Oswaldo Pereira Gomes
Deferido em:	23/04/1996
Data da publicação em DOU:	25/04/1996

Fonte: **Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.352**

O relator do caso de Emmanuel na CEMDP argumentou que a morte do militante deu-se da mesma forma, data, local e circunstâncias que a de Manoel Lisbôa de Moura, cujo

“requerimento da família teve apreciação unânime, pelo deferimento, desta Comissão”, concluindo que, “a versão da morte em tiroteio de um elemento já preso, que é levado ao encontro de outro e desse tiroteio não há notícia de ferimento em nenhum elemento da Segurança não convence o relator, como não convenceu no caso de Manoel Lisbôa de Moura”. As fotos do IML anexadas ao processo na CEMDP mostram um corte no lábio inferior de Emmanuel, produzido pelas torturas, que o legista Harry Shibata afirmou ser fruto de um tiro. Segundo denúncia dos presos políticos na época, Emmanuel foi morto sob torturas no DOI-CODI, onde o mutilaram, arrancando-lhe os dedos, umbigo, testículos e pênis.


Emmanuel era filho de pescadores e fez o curso primário na Escola Isolada de São Bento do Norte (RN), onde nasceu. Em 1961, transferiu-se para Natal, para estudar no Colégio Atheneu. Na 3ª série ginásial Emmanuel fundou com outros colegas o jornal *O Realista*, de denúncia política. Logo em seguida, já durante o regime militar, Emmanuel criou *O Jornal do Povo*, publicação com correspondentes em vários municípios do Rio Grande do Norte. Ingressou na Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto, em 1967, onde foi militante ativo do Diretório Acadêmico “Josué de Castro”. Ainda em 1967, foi eleito presidente da Casa do Estudante e delegado ao 29º Congresso da UNE em São Paulo. Tornou-se, em 1968, diretor do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desempenhando função de liderança no meio universitário. Nesse mesmo ano organizou a bancada dos estudantes potiguares para o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), onde foi preso. Enquadrado no decreto 447, foi expulso da universidade.

Emmanuel tinha militado no PCB e incorporou-se ao PCR em 1967. Logo após a decretação do AI-5, foi preso, condenado e cumpriu pena até outubro de 1969. Libertado, Emmanuel passou a atuar na clandestinidade, em Pernambuco e Alagoas, já como dirigente nacional do seu partido. Realizou viagens ao Chile e Argentina em missão partidária, buscando aglutinar exilados brasileiros. Além de militante político, Emmanuel era uma pessoa ligada à arte e à cultura, tendo participado de diversas manifestações artísticas em Natal.

A Escola Isolada de São Bento do Norte e o Grêmio Estudantil da Escola Estadual João XXIII têm hoje o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, assim como uma rua no bairro de Pitimbu, em Natal. Em novembro de 1994.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.352

FLÁVIO CARVALHO MOLINA (1947 – 1971)

	Número do Processo:	018/96
	Filiação:	Maria Helena Carvalho Molina e Álvaro Andrade Lop Molina
	Data de Nascimento:	08/11/1947
	Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
	Organização Política ou atividade:	MOLIPO
	Data da morte:	07/11/1971
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
	Deferido em:	18/01/1996
	Data da publicação em DOU:	25/01/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.190

Flávio foi o quarto militante morto, em poucos dias, do referido grupo de 28 integrantes do MOLIPO. A data mais provável de sua prisão é o dia 06/11/1971, mas seus companheiros na organização clandestina tinham perdido contato com ele, em São Paulo, desde o dia 4. Somente no ano seguinte a imprensa divulgou as primeiras informações provenientes dos órgãos de segurança dando-o como morto.

Apaixonado por camping, alpinismo e música clássica, Molina nasceu no Rio de Janeiro, onde cursou o primário nos colégios São Bento e São José. Despertou precocemente para a militância política, quando cursava o científico no Colégio Mallet Soares. Em 1968, era calouro na Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, quando foi preso durante a histórica investida repressiva das forças policiais, na sexta-feira 21 de junho, que ensejou a reação popular da Marcha dos Cem Mil, cinco dias depois.

Naquela data, foi invadido o campus onde Molina estudava e centenas de jovens como ele foram levados presos para o antigo campo de futebol do Botafogo, ao lado do Hospital Rocha Maia, onde foram fichados.

Em 1969, já denunciado perante a Justiça Militar no Rio de Janeiro, Molina fez opção pela luta clandestina contra o regime militar, passando a militar na ALN. Seguiu para Cuba em novembro daquele ano, de onde voltou em meados de 1971. Enviou regularmente notícias à família até 1970. Em agosto de 1972 os jornais publicaram referências genéricas à morte

de Flávio, mas sem qualquer informação adicional.

Sua família procurou as autoridades, tentando saber onde estava enterrado, mas foi em vão. A própria Justiça Militar sustentou que a notícia era infundada e Flávio continuou a ser processado como revel. Seu nome foi excluído dos autos apenas na data do julgamento, quando foi extinta sua punibilidade por morte, a partir de informação prestada pelo então diretor geral do DOPS, Romeu Tuma. Mesmo assim, a família não recebeu qualquer notificação oficial confirmando a morte e informando o local de sepultamento.

Somente em julho de 1979, através da localização, pelo Comitê Brasileiro de Anistia/SP, da documentação contendo essas informações, os familiares tomaram conhecimento inequívoco da morte de Flávio. O ofício localizado era datado de 07/08/1978, sendo endereçado ao Juiz Auditor e assinado por Romeu Tuma. Trazia em anexo o atestado de óbito, lavrado com a identidade de Álvaro Lopes Peralta.

O delegado assumia a prisão de Flávio ao informar ao Juiz que, por ocasião do “estouro do aparelho” onde havia sido preso José Roberto Arantes, teriam localizado manuscrito de encontro com André, que, na verdade, era Álvaro Lopes Peralta ou Flávio Carvalho Molina, preso no dia 06/11, na rua Agostinho Gomes. Informa também que, ao ser “ouvido”, André declarou ter um encontro na Rua Padre Marchetti, no Ipiranga, em São Paulo, às 13 horas do dia 07/11. Levado ao local pelos agentes policiais, teria tentado fugir e sido baleado mortalmente.

Enterrado no dia 9 como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram exumados e transferidos para a mencionada vala clandestina alguns anos depois. A requisição de exame necroscópico no IML/SP, com a identidade falsa de Álvaro Lopes Peralta, já estava associada à verdadeira identidade. Em documento dos arquivos do DOPS/SP constam todos os seus dados, nomes falsos e codinomes.

Ofício do CENIMAR nº 0396, de 13/07/70, também informa que ele usava o nome falso de Álvaro Peralta – tudo comprovando que o sepultamento com outra identidade foi intencional, para acobertar as reais circunstâncias de sua morte.

De posse de documentos oficiais, em outubro de 1979 a família abriu processo exigindo retificação de assentamento de óbito e a reconstituição de identidade, ganhando a causa em 1981. Em 09/10/1981, ao buscar os restos mortais de Flávio, a vala comum do Cemitério de Perus foi aberta para a família, que constatou ser impossível identificar a ossada de Flávio naquele momento.

Mas não desistiu de resgatar seu corpo. Somente com a abertura da Vala de Perus, em

04/09/1990, um conjunto de ossadas pode ser transferido para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

O processo de Flávio foi levado à votação na primeira reunião da CEMDP, obtendo deferimento unânime. Passados 15 anos da abertura da vala clandestina de Perus e depois de várias tentativas de extração do DNA, os restos mortais de Flávio Molina foram finalmente identificados pelo Laboratório Genomic, de São Paulo, em setembro de 2005, para onde tinham sido enviados pela Comissão Especial.

Esse foi o primeiro passo para a constituição do Banco de DNA dos mortos e desaparecidos políticos, efetivado em 2006.

Em 10/10/2005, um ato público no auditório da Procuradoria da República, em São Paulo, marcou a entrega da urna com os restos mortais de Molina ao seu irmão, Gilberto.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 190

FRANCISCO EMMANUEL PENTEADO (1952 – 1973)



Número do Processo:	180/96
Filiação:	Nair Pereira Pinto e Francisco Santa Cruz Negreir Penteado
Data de Nascimento:	29/12/1952
Local de Nascimento:	Taquaratinga (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	15/03/1973
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Luís Francisco S. carvalho Filho
Deferido em:	24/04/1997
Data da publicação em DOU:	29/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.337

Francisco Emmanuel foi um dos três integrantes da ALN capturados, feridos a bala, após um cerco policial previamente montado pelos agentes do DOI-CODI/SP, em 15/03/1973, na rua Caquito, proximidades do cemitério da Penha, na capital paulista. Baleados pelos agentes, foram os três levados ao DOI-CODI. A versão oficial, divulgada pela imprensa, foi de que pouco antes das 14h 30min os três militantes teriam sido localizados na rua Caquito, por um carro que patrulhava a zona leste. Ao receberem voz de prisão, teriam reagido a tiros. Dois deles teriam morrido no local, em frente ao nº 247, e um conseguiu fugir, morrendo logo após, ao enfrentar a tiros outro grupo de agentes. A mesma versão consta das requisições de exame encaminhadas pelo DOPS ao IML e nos laudos necroscópicos, feitos por Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

Francisco Emanuel era estudante secundarista de um grupo de militantes da ALN que foi estruturado, a partir de 1969, na cidade de Taquaritinga, no interior paulista, e que gradualmente se transferiu para a capital onde seus integrantes passariam a cursar a universidade.

Estudando e, ao mesmo tempo, participando de pequenas ações armadas, teve de passar à clandestinidade entre o final de 1971 e início de 1972, quando pessoas desse grupo começaram a ser presas, algumas ligadas à ALN, outras ao MOLIPO. Incorporou-se, então, à subequipe coordenada por Gelson Reicher, no Grupo Tático Armado. Sua prisão preventiva tinha sido decretada pela Justiça Militar em 23/10/1972.

Os órgãos de segurança também incluíam seu nome como integrante, ao lado de Arnaldo, do Comando Aurora Maria Nascimento Furtado, responsável pela execução do comerciante acusado de ser delator, conforme já mencionado. Chico Penteado, como era conhecido entre os amigos, foi morto logo após completar 20 anos de idade, sendo sepultado pela família no Cemitério Gethsêmani, em São Paulo.

As reais circunstâncias das mortes dos três jovens nunca foram totalmente restabelecidas, mas a versão oficial passou a ser questionada ainda na década de 80, quando integrantes da Comissão de Familiares estiveram na rua Caquito buscando informações.

O relato encontra solidez nos laudos de necropsia feitos pelos legistas do IML. Francisco Emanuel recebeu três tiros, sendo que um foi desferido de cima para baixo.

A prova definitiva de que foi montado previamente um cerco no local surgiu mais de 10 anos depois, quando foi desvendada pelo jornalista Expedito Filho, da revista *Veja*, a atuação do agente infiltrado na ALN João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado de “Jota” em sua

atuação como “cachorro” dos órgãos de segurança. No dia 02/03/1973, Arnaldo tinha escapado de um cerco policial, ferido na perna, logo após se encontrar com esse Jota, evidenciando que o encontro do DOI-CODI com os três militantes na Rua Caquito não foi casual, e sim consequência de uma operação de infiltração.

Os três casos foram relatados em conjunto na CEMDP, por Luís Francisco Carvalho Filho, que registrou outras fragilidades da versão oficial: *“as armas que teriam sido encontradas em poder dos militantes só foram formalmente apreendidas pela autoridade militar em 19 de março, quatro dias depois, e não há notícia de que tenham sido submetidas a exame perícia”*.

O relator afirmou ainda que, *“a evidência mais gritante de que os militantes não foram conduzidos diretamente para o IML é o registro oficial de suas vestes. Segundo a requisição do IML e os próprios legistas, os três estariam sem calças, vestindo camisas, cuecas, meias e sapatos.*

Houve até uma certa confusão em relação às cuecas de Arnaldo e Francisco Penteado, ora vermelha, ora preta, mas em relação às calças, há unanimidade: nem sinal delas”. O fato é que os próprios registros oficiais demonstram que, antes dos corpos chegarem ao IML, os três militantes foram conduzidos para algum lugar. Se chegaram sem calças ou despídos, este dado é importante, segundo o relator, porque contradiz a versão oficial. Com efeito, não há uma explicação razoável para o fato de eles não usarem calças e o único lugar para onde poderiam ser levados, naquelas circunstâncias, era o DOI-CODI.

Luís Francisco concluiu seu voto a favor do deferimento dos três processos declarando: *“Registra-se que o número de tiros (15 certos) confere credibilidade à tese dos requerentes, de que os militantes foram executados. Mostra disposição de matar não de deter. A palavra ‘eliminação’,*

por outro lado, pelo extraordinário clima de tensão política e de guerra daquela época, não causava tanta estranheza. ‘Segurança elimina três terroristas, registrou a imprensa no dia seguinte. Se eliminar faz parte da lógica da guerra, não faz parte da lógica do Direito, que disciplinava as ações dos agentes do poder público. Seu dever, naquele momento, era cumprir a ordem de prisão da Justiça Militar”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 337

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA (1943 – 1971)



Número do Processo: 157/96

Filiação: Maria das Neves Knalfec Oliveira e Olívio Oliveira

Data de Nascimento: 05/04/1943

Local de Nascimento: Cabrália Paulista (SP)

Organização Política ou atividade: MOLIPO

Data da morte: 05/11/1971

Local da morte: São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/03/1996

Data da publicação em DOU: 21/03/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.189

Francisco José de Oliveira, conhecido pelos amigos como “Chico Dialético”, era aluno de Ciências Sociais na USP, participante do Movimento Estudantil e foi militante da DISP até 1968. Ingressou na ALN em 1969 e conseguiu escapar, em 03/09/1969, da perseguição policial que levou à morte de José Wilson Sabag, em São Paulo. Pouco depois desse episódio, decidiu refugiar-se em Cuba, onde participou de treinamentos de guerrilha.

Retornou ao Brasil em 1971, como militante do MOLIPO. Segundo a versão oficial, Chico morreu em São Paulo (SP), no dia 05/11/1971, após enfrentamento com agentes do DOI-CODI/SP na rua Turiassu, zona oeste da capital paulista. Comunicado dos órgãos de segurança informou que, no tiroteio ocorrido, teria sido baleado na perna o delegado Antonio Vilela, que servia naquele DOI. Conseguiu escapar do cerco policial a militante do MOLIPO Maria Augusta Thomaz, que relatou a seus companheiros de clandestinidade ter visto Francisco sendo atingido por disparos dos policiais. Ela também seria morta em 1973 e seu nome integra a lista de 136 desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95 .

Antes do exame da documentação sobre o caso no processo formado junto à CEMDP, os familiares denunciavam que Francisco José tinha sido morto naquela rua, alvejado por uma rajada de metralhadora nas costas, quando tentava fugir. Enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram colocados na vala comum descoberta em 1990, conforme já mencionado neste livro-relatório.

Existe a possibilidade de que corresponda a ele uma das ossadas que aguardam identificação científica a partir dos exames de DNA, sob os cuidados da CEMDP.

O laudo de necropsia foi lavrado com o nome falso de Dario Marcondes, sendo assinado

pelos legistas Mario Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, que descrevem vários tiros, entre eles um que provavelmente abateu Francisco: o projétil penetrou na região lombar, linha média, contornou a coluna, lesou alças intestinais delgadas e se alojou na parede anterior do abdômen, ao nível da cicatriz umbilical.

A relatora do processo na CEMDP destacou que o laudo registra ainda outros seis tiros, sendo digno de nota um que sugere ter sido disparado quando Francisco já estava abatido: o projétil penetrou no ângulo nasogeniano esquerdo, lesou a língua, desceu por diante da coluna cervical, passou por trás da clavícula esquerda e se exteriorizou na região axilar direita.

Contradição flagrante foi detectada na comparação entre esse laudo, que não descreve edemas e escoriações no rosto, queixo, olho direito e pescoço, e a foto do IML onde esses sinais estão perfeitamente visíveis. Além disso, o laudo está lavrado com nome falso, embora haja anotações ao lado com a identidade verdadeira. A requisição de exame ao IML, marcada com um “T” (terrorista) em vermelho e registrada como homicídio, foi feita em nome de Dario Marcondes, apesar de ter sido fichado e fotografado, conforme requisição encontrada no DOPS, com a data de 5 de novembro, 16 horas.

No verso da requisição, a data de entrada no necrotério é do dia 4, às 20 horas. Seu corpo, portanto, teria dado entrada no IML, semroupas, antes da data da morte no suposto tiroteio, mas teria saído para o Cemitério de Perus às 10h do dia 06/11. A mesma requisição de exame foi encontrada no DOPS com o nome verdadeiro – Francisco José de Oliveira, vulgo Amaro – e sem a identificação da ocorrência de homicídio.

A relatora na CEMDP ponderou em seu voto que Francisco dera entrada no necrotério quase 24 horas antes de ser morto, com nome falso e fotografado como desconhecido, apesar de identificado pelos órgãos de segurança. Concluiu pela evidente tentativa de ocultação da prisão, tortura e morte, votando pelo deferimento, no que foi acompanhada pelos demais integrantes da Comissão Especial, com exceção de um voto discordante.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 189

FRANCISCO SEIKO OKAMA (1947 – 1973)



Número do Processo:	235/96
Filiação:	Yocico Okama e Masahares Okama
Data de Nascimento:	02/05/1947
Local de Nascimento	São Carlos (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	15/03/1973
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Luís Francisco Carvall Filho
Deferido em:	24/04/1997
Data da publicação em DOU:	29/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 337

Francisco Seiko foi um dos três integrantes da ALN capturados, feridos a bala, após um cerco policial previamente montado pelos agentes do DOI-CODI/SP, em 15/03/1973, na rua Caquito, proximidades do cemitério da Penha, na capital paulista. Baleados pelos agentes, foram os três levados ao DOI-CODI. A versão oficial, divulgada pela imprensa, foi de que pouco antes das 14h 30min os três militantes teriam sido localizados na rua Caquito, por um carro que patrulhava a zona leste. Ao receberem voz de prisão, teriam reagido a tiros. Dois deles teriam morrido no local, em frente ao nº 247, e um conseguiu fugir, morrendo logo após, ao enfrentar a tiros outro grupo de agentes. A mesma versão consta das requisições de exame encaminhadas pelo DOPS ao IML e nos laudos necroscópicos, feitos por Isaac Abramovitch e Orlando Brandão

Francisco Seiko era operário metalúrgico em São Carlos (SP) antes de militar na ALN. Morto aos 26 anos, foi enterrado por seus pais no Cemitério de Mauá. Também era acusado de participação no Comando Aurora Maria Nascimento Furtado.

Antes da montagem dos processos para análise na CEMDP, a informação disponível era de que os três teriam morrido no cerco montado no local. Novos elementos surgiram a partir da pesquisa detalhada dos documentos do IML e da localização de uma nova testemunha.

As reais circunstâncias das mortes dos três jovens nunca foram totalmente restabelecidas, mas a versão oficial passou a ser questionada ainda na década de 80, quando integrantes da Comissão de Familiares estiveram na rua Caquito buscando informações.

O relato encontra solidez nos laudos de necropsia feitos pelos legistas do IML. Seiko recebeu cinco tiros;

A prova definitiva de que foi montado previamente um cerco no local surgiu mais de 10 anos depois, quando foi desvendada pelo jornalista Expedito Filho, da revista *Veja*, a atuação do agente infiltrado na ALN João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado de “Jota” em sua

atuação como “cachorro” dos órgãos de segurança. No dia 02/03/1973, Arnaldo tinha escapado de um cerco policial, ferido na perna, logo após se encontrar com esse Jota, evidenciando que o encontro do DOI-CODI com os três militantes na Rua Caquito não foi casual, e sim consequência de uma operação de infiltração.


Os três casos foram relatados em conjunto na CEMDP, por Luís Francisco Carvalho Filho, que registrou outras fragilidades da versão oficial: *“as armas que teriam sido encontradas em poder dos militantes só foram formalmente apreendidas pela autoridade militar em 19 de março, quatro dias depois, e não há notícia de que tenham sido submetidas a exame perícia”*.

O relator afirmou ainda que, *“a evidência mais gritante de que os militantes não foram conduzidos diretamente para o IML é o registro oficial de suas vestes. Segundo a requisição do IML e os próprios legistas, os três estariam sem calças, vestindo camisas, cuecas, meias e sapatos.*

Houve até uma certa confusão em relação às cuecas de Arnaldo e Francisco Penteado, ora vermelha, ora preta, mas em relação às calças, há unanimidade: nem sinal delas”. O fato é que os próprios registros oficiais demonstram que, antes dos corpos chegarem ao IML, os três militantes foram conduzidos para algum lugar. Se chegaram sem calças ou despídos, este dado é importante, segundo o relator, porque contradiz a versão oficial. Com efeito, não há uma explicação razoável para o fato de eles não usarem calças e o único lugar para onde poderiam ser levados, naquelas circunstâncias, era o DOI-CODI.

Luís Francisco concluiu seu voto a favor do deferimento dos três processos declarando: *“Registra-se que o número de tiros (15 certos) confere credibilidade à tese dos requerentes, de que os militantes foram executados. Mostra disposição de matar não de deter. A palavra ‘eliminação’, por outro lado, pelo extraordinário clima de tensão política e de guerra daquela época, não causava tanta estranheza. ‘Segurança elimina três terroristas, registrou a imprensa no dia seguinte. Se eliminar faz parte da lógica da guerra, não faz parte da lógica do Direito, que disciplinava as ações dos agentes do poder público. Seu dever, naquele momento, era cumprir a ordem de prisão da Justiça Militar”*.

FREDERICO EDUARDO MAYR (1948 – 1972)

	Número do Processo:	019/96
	Filiação:	Gertrud Mayr e Carlos Enrique Mayr
	Data de Nascimento:	29/10/1948
	Local de Nascimento	Timbó (SC)
	Organização Política ou atividade:	MOLIPO
	Data da morte:	24/02/1972
	Local da morte	São Paulo
	Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
	Deferido em:	18/01/1996
	Data da publicação em DOU:	25/01/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 287

Nasceu em 29 de outubro de 1948, em Timbó (SC), filho de Carlos Henrique Mayr e Gertrud Mayr. Morto em 24 de fevereiro de 1972. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Cursou o primário na escola pública municipal Dr. Cócio Barcellos, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). Fez o curso ginásial e o científico (atual ensino médio) no Colégio Mallet Soares, no mesmo bairro. Gostava da vida em contato com a natureza e dos acampamentos. Praticou pesca submarina na adolescência e foi escoteiro na Tropa Baden Powell. Gostava de artes plásticas. Aos 15 anos de idade, fez sua primeira participação coletiva em uma exposição, apresentando dois trabalhos. Ingressou na Faculdade de Arquitetura da UFRJ aos 18 anos. Na Faculdade de Arquitetura recebeu elogios de artistas plásticos como Illio Burrini e teve como professores Ivan Serpa e Ubi Bava. Participou do movimento estudantil e engajou-se na ALN.

Em 1969, em um dos primeiros processos que respondeu nas Auditorias Militares do Rio de Janeiro, Frederico foi acusado em uma ação penal que tinha como co-réus, dentre outros, o militante Jorge Raymundo Jr., sendo condenado à revelia à pena de três anos. Esta condenação motivou o protesto de Jorge na sessão de julgamento, quando, aos gritos, disse que Frederico era inocente.

A partir dessa condenação, Frederico passou a viver na clandestinidade, quando cursava o segundo ano da Faculdade de Arquitetura. A família recebeu um bilhete dele pedindo para trancar sua matrícula e não recebeu mais informações. Foi para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha e lá se integrou ao grupo dissidente da ALN, o Molipo, regressando para o Brasil em fins de 1971.

Foi baleado e preso pelos agentes do DOI-CODI/SP em 23 de fevereiro de 1972, na avenida Paulista, em São Paulo. No documento encontrado nos arquivos do antigo DOPS/SP, intitulado *Aos Bispos do Brasil*, assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil, datado de fevereiro de 1973, temos:

Foi levado para o DOI/SP, à Rua Tutóia, 721, onde foi intensamente torturado durante todo o dia e toda a noite, submetido a choques elétricos, “cadeira do dragão”, “pau-de-arara” e violentos espancamentos, apesar de ferido no abdômen. Durante o período que estava sendo torturado, foi visto várias vezes. Numa delas, aplicaram-lhe um banho frio no Xadrez 1 do DOI para que se reanimasse. Foi visto, ainda, sentado num banco existente na entrada do prédio onde se localizam as câmaras de torturas, todo ensangüentado e cheio de hematomas, chegando a conversar rapidamente com um preso político. Frederico foi torturado e assassinado pelos policiais: escrivão de polícia Gaeta, policial federal Aderbal Monteiro, um capitão do Exército de alcunha “Átila”, um policial de alcunha “Zé Bonitinho” ou “Oberdã”, um investigador loiro da equipe de identidade desconhecida; todos assistidos diretamente pelo major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que chegou a propor a Frederico a concessão de sua vida em troca de informações. Mayr foi assassinado no dia 5 [sic] de fevereiro de 1972 e existem várias testemunhas dos fatos aqui narrados. A polícia, meses mais tarde, admitiu publicamente a morte de Mayr sem qualquer esclarecimento.

Um dos companheiros que estiveram com ele antes de ser morto, José Carlos Giannini afirma não haver possibilidades de Frederico ter travado tiroteio com os policiais, nem mesmo se tivesse conseguido fugir, pois estava muito debilitado em razão do ferimento à bala e às torturas.

No processo 100/72, da 2ª Auditoria Militar de São Paulo, no qual Frederico estava sendo julgado como revel, vários presos políticos denunciaram sua prisão e morte, quando o juiz Nelson Machado Guimarães fez excluir seu nome, extinguindo sua punibilidade por morte, só reconhecida naquele momento. As várias denúncias feitas não foram registradas em decorrência da negativa do referido juiz. A declaração do ex-presos político Ozeas

Duarte de Oliveira, contudo, ficou registrada: ele afirmou que seus torturadores afirmaram ter assassinado vários presos e os citavam nominalmente, inclusive o nome de Frederico Mayr.

Enterrado com nome falso no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, seus restos mortais estavam na vala clandestina criada em 1976. Sua ossada foi identificada, em 1992, pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Seus restos mortais foram trasladados para o jazigo da família, no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1992, após missa celebrada na Catedral da Sé por D. Paulo Evaristo Arns. Na mesma data, foram trasladados os restos mortais de Hélber José Gomes Goulart e Emanuel Bezerra dos Santos.

Desde o momento da prisão de Frederico, os agentes policiais sabiam de sua identidade. Nos documentos encontrados no DOPS/SP, consta seu nome verdadeiro, e na ficha individual (doc. 30 Z-165-124), além do nome verdadeiro, estão os dados de qualificação, ficha datiloscópica, fotos de frente e de perfil e os nomes falsos. Na ficha individual feita em 24 de fevereiro de 1972, pelo Serviço de Identificação do Exército, constam fotos de Frederico ainda vivo, catalogada no DOI sob o nº 1.112, na qual o local da prisão indicado foi a avenida Paulista, tendo ocorrido em 23 de fevereiro. Sua certidão de óbito, no entanto, foi lavrada em nome de Eugênio Magalhães Sardinha e indica que seu enterro como indigente ocorreu no Cemitério de Perus. No laudo da necropsia, assinado pelos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg, consta como local de sua prisão a rua Pero Correia, no Jardim da Glória, em São Paulo. Além disso, a resposta ao quarto quesito do laudo, onde se pergunta se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, foi negativa.

A versão oficial apresenta detalhes de um inacreditável tiroteio no qual ele teria morrido, confirmado pelo IML. Segundo documento encontrado no DOPS/SP, os guerrilheiros, a bordo de um fusca, “[...] começaram a atirar contra os policiais sem serem provocados”. No combate só Frederico foi morto e os demais ocupantes do veículo não foram mais citados, nem como presos, nem como foragidos.

Sua morte e desaparecimento são relatados por sua mãe, Gertrud Mayr:

No final de 1972, em uma outra ação penal na Justiça Militar do Rio de Janeiro, foi juntado por um advogado um recorte de jornal que noticiava a morte de Flávio de Carvalho Molina. Embora essa notícia não mencionasse Frederico, a família pediu ao

advogado Mário Mendonça que fosse a São Paulo para obter informações. O advogado voltou dizendo que nada constava em São Paulo segundo as informações que recebera das autoridades sobre uma eventual prisão ou morte de Frederico. Foi neste momento que Nelson Lott me perguntou se Frederico ainda estava vivo. A partir desse instante tomei consciência de que meu filho pudesse ter sido preso e eventualmente morto. Foi somente em 1979, quando da promulgação da Lei da Anistia, que vimos o nome de meu filho ser publicado em listas dos Comitês Brasileiros pela Anistia, ora como morto, ora como desaparecido. Membros do CBA/SP procuraram familiares meus no Rio de Janeiro com cópias de documentos do caso, onde as autoridades judiciárias extinguíam sua punibilidade por ter sido morto por órgãos de segurança e enterrado no Cemitério de Perus sob o falso nome de Eugênio Magalhães Sardinha. Na justiça foi feita retificação do assentamento de óbito, substituindo os dados falsos pelos verdadeiros. Após ter sido encontrado enterrado em Perus, sob o nome falso de Nelson Bueno, o perseguido político Luís Eurico Tejera Lisboa (o primeiro desaparecido político encontrado), em 1979, fui ao Cemitério de Perus para buscar informações sobre meu filho e naquele registro não constava o nome de Frederico nem se encontrou anotações com o sobrenome Sardinha. Apesar da informação da morte constar em processo na Justiça Militar, meu filho continuou a responder a outras ações penais em outras auditorias militares. Frederico não foi o filho que eu perdi, mas o meu filho que todos nós perdemos. Quando existe um nascimento, sabemos que vai existir a morte. Mas o que aconteceu comigo, com a minha família e outras em situação semelhante, não segue a lei natural. O que se passou conosco foi uma afronta à dignidade humana. Frederico Eduardo, julgado e absolvido, no Conselho Permanente de Justiça, em 21 de setembro de 1972, inocência confirmada no STM em 15 de fevereiro de 1974, já não era vivo. Baleado, preso e torturado por agentes do DOI-CODI de São Paulo, Frederico Eduardo havia morrido em fevereiro de 1972, fato que só vim a saber muitos anos depois

No livro *A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari comenta que, naquele período, os órgãos de segurança não se preocupavam em esconder a falsidade de suas versões oficiais sobre as mortes e prisões, pois eram nítidas as contradições estampadas nas notas oficiais de informe sobre a morte de “subversivos”:

Tamanha onipotência na manipulação da realidade produziria dois casos patéticos. [...] Outro “cubano”, Frederico Eduardo Mayr, morre três vezes. A primeira, “a caminho do hospital” depois de um tiroteio na avenida Paulista. A segunda, no dia seguinte, fugindo de um “ponto” no Jardim da Glória. A terceira, no mesmo dia, alvejado pelos colegas quando estava dentro de um carro, preso. Na realidade, Mayr foi para o DOI-CODI, onde

o fotografaram e fi charam, dando-lhe o número 1112. Tinha uma bala alojada debaixo da pele da barriga. O ferimento era tão superficial que se podia apalpar o projétil. Conversava normalmente. Mataram-no com três tiros no peito, perfurando- lhe os dois pulmões.

A relatora do caso na CEMDP, Suzana K. Lisbôa, registrou que a foto do corpo mostrando o rosto e o dorso de Frederico, localizada no arquivo do DOPS/SP, indica ter sido tirada algum tempo depois da foto de identificação, já que aparece mais magro e desfigurado. Afirmou ainda que todos os documentos policiais apresentavam seu verdadeiro nome. Até mesmo a requisição de exame ao IML, feita com o nome falso, tem anotada sua identificação. E concluiu:

[...] é evidente que, além de confirmada a prisão, o enterro como indigente, sob nome falso, quando se conhecia plenamente a identidade, foi utilizado pelos órgãos de segurança para acobertar mais um assassinato sob torturas ocorrido nas dependências do DOI-CODI de São Paulo

O caso de Frederico (019/96) na CEMDP foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo colocou seu nome em um Viaduto no Jardim São Luiz e em uma rua no bairro da Casa Verde. Criciúma também homenageou Frederico colocando seu nome em uma rua no bairro Santa Luzia.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

GASTONE LÚCIA DE CARVALHO BELTRÃO (1950 – 1972)



Número do Processo:	0238/96
Filiação:	Zoraide de Carvalho Beltrão e João Beltrão de Castro
Data de Nascimento:	12/01/1950
Local de Nascimento	Coruripe (AL)
Organização atividade:	Política ou ALN
Data da morte:	22/01/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda

Deferido em:	27/08/1996
--------------	------------

Data da publicação em DOU:	29/08/1996
----------------------------	------------

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 280

Trata-se de mais um caso em que o trabalho da CEMDP conseguiu comprovar a falsidade da versão oficial, que prevaleceu durante muitos anos e indicava a morte de Gastone em tiroteio com a polícia. Na verdade, foi executada depois de presa. Alagoana de Coruripe, Gastone manifestou desde jovem preocupação com as desigualdades sociais e, ainda adolescente, visitava os presos comuns

levando-lhes roupas e alimentos. Estudou nos colégios Imaculada Conceição e Moreira e Silva, em Maceió, e concluiu o 2º grau no Rio de Janeiro, onde moravam seus avós.

Em 1968, de volta a Maceió, prestou vestibular para Economia na Universidade Federal de Alagoas, entrando em 3º lugar. A partir de então, sua militância política se tornou mais efetiva, inicialmente na JUC – Juventude Estudantil Católica. Em 1969, já integrada à ALN, viajou para Cuba, onde recebeu treinamento militar.

Foi localizada e morta em São Paulo, pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, quando tinha retornado ao Brasil há menos de um mês. Apenas dois meses depois a mãe de Gastone, Dona Zoraide, e seu pai, o médico sanitário João de Castro Beltrão, receberam de uma freira a informação de que algo acontecera à filha. Dona Zoraide foi imediatamente ao DOPS paulista e, após muito insistir, conseguiu falar com o delegado Fleury, que inicialmente dizia não se lembrar do caso, mas acabou por lhe dizer que a filha era uma moça muito corajosa e forte, e que resistira até a última hora. Gastone tinha sido enterrada como indigente. Foi preciso esperar três anos para que o traslado fosse realizado para Maceió, estando seus restos mortais sepultados hoje na tumba da família Beltrão, no Cemitério Nossa Senhora da Piedade.

Após a abertura de acesso aos arquivos do IML e da polícia técnica de São Paulo, foi possível começar a reconstruir a verdadeira história de sua morte a partir das contradições e omissões dos próprios documentos oficiais. A requisição de exame ao IML e a necropsia registram que Gastone morreu em tiroteio na esquina das ruas Heitor Peixoto e Inglês de Souza, em São Paulo. Assinam o laudo necroscópico os legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg. Gastone deu entrada no IML às 15h30 do dia 22/01/72. Suas vestes e objetos – anota a requisição de exame – foram entregues ao “Sr. Dr. Fleury”.

Por solicitação da CEMDP, o processo de Gastone foi submetido a exame pelo perito criminal Celso Nenevê. Pela análise das fotografias, que o deixaram perplexo pelo absurdo

número de ferimentos, ele constatou que Gastone tinha 34 lesões enquanto o laudo oficial descrevia 13 ferimentos a bala com os respectivos orifícios de saída.

O perito se concentrou em duas lesões, uma na região mamária e outra na região frontal. Ampliou a foto da ferida na região mamária em 20 vezes. Abramovitch descrevera a lesão como resultante de ‘tangenciamento de projétil de arma de fogo’. Nenevê concluiu que, ao invés de tiro, tratava-se de uma lesão em fenda, produzida por faca ou objeto similar.

E agregou que, dado o formato em meia-lua, o ferimento fora produzido com o braço levantado. A lesão estrelada na região frontal indica que o tiro foi disparado com a arma encostada, de cima para baixo. Além das contradições anteriores, essas duas lesões são totalmente incompatíveis com a versão de tiroteio. A lesão produzida por faca ou objeto similar requer a proximidade entre agressor e vítima. O tiro com arma encostada na testa indica execução.

Nenevê concluiu seu parecer afirmando que, considerando a requisição de exame ao IML e o relatório do local, onde é explicitado “violento tiroteio” em alusão ” às circunstâncias em que a vítima fora ferida e, considerando que, no laudo de exame cadavérico, o legista constata “fratura de cúbito e rádio esquerdos, ossos do punho esquerdo e do terço superior do úmero direito”, entendeu o perito que tanto o relatório de local como o laudo médico legal, não estabelecem pormenores que possibilitem compatibilizar as lesões descritas para o cadáver com as circunstâncias em que fora travado o aludido tiroteio. Salientou que Gastone, a partir do momento em que teve os membros superiores inabilitados, não podia oferecer resistência armada.

As circunstâncias da morte não puderam ser restabelecidas com clareza até hoje, mas a CEMDP reconheceu por decisão unânime que Gastone Lúcia Carvalho Beltrão, com estatura de apenas 1.55m, cujo cadáver mostrava 34 lesões, na maioria tiros, mas também facada, marca e disparo à queima-roupa, fraturas, ferimentos e equimoses pelo corpo inteiro, não morrera no violento tiroteio alegado pelo DOPS e pelos documentos do IML e IPT. E sim depois de presa pelos agentes dos órgãos de segurança.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

GRENALDO DE JESUS SILVA (1941 – 1972)



Número do Processo:	048/02
Filiação:	Eneida Estela Silva e Gregório Napoleão Silva
Data de Nascimento:	17/04/1941
Local de Nascimento	Maranhão
Organização Política ou atividade:	Política ou Não definida
Data da morte:	30/05/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Maria Eliane Menezes de Farias
Deferido em:	10/08/2004
Data da publicação em DOU:	16/08/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 300

O maranhense Grenaldo de Jesus da Silva, tinha sido um dos 1509 marinheiros que foram expulsos da Armada em abril de 1964. Foi morto em 30/5/1972, no Aeroporto de Congonhas (SP). Tentava seqüestrar um avião da Varig, que havia decolado para Curitiba, obrigando o piloto a retornar a São Paulo. Depois de ser negociada a saída de todos os passageiros e a maior parte dos tripulantes, a aeronave foi invadida e Grenaldo morto. Agentes do DOI-CODI/SP relataram a vários presos políticos que se encontravam naquela unidade de segurança as condições em que tinham executado o seqüestrador.

A versão oficial divulgada foi de que se suicidara. Somente em 2003, a repórter Eliane Brum, da revista *Época*, foi procurada por uma testemunha com novas informações. Mais do que isso, a matéria permitiu que o filho de Grenaldo de Jesus, Grenaldo Erdmundo da Silva Mesut, que ainda não conhecia as circunstâncias reais da morte do pai, encontrasse sua verdadeira história e sua família.

O nome de Grenaldo de Jesus sempre constou do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*, apesar de não haver contato com seus familiares.

Seu corpo, enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi parar dentre as ossadas da vala clandestina daquele cemitério. A família não apresentou requerimento à CEMDP quando foi editada a Lei nº 9.140/95. Somente em 2002, um dos irmãos entrou com o pedido, cuja responsabilidade foi transferida ao filho quando finalmente localizado. Nascido no Maranhão, o marinheiro Grenaldo era o filho mais velho dentre 12 irmãos. Seu pai era alfaiate, a mãe servente de escola em São Luís (MA). Ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará em 1º/1/1960. Em 30/9/1964, quando era marinheiro de

2ª classe, foi expulso em função de sua participação política e terminou sendo condenado a 5 anos e dois meses de prisão, a mais alta pena dentre os 414 marinheiros julgados.

Para evitar a prisão, mudou-se para Guarulhos, na Grande São Paulo. Durante cinco anos, trabalhou como porteiro e vigilante da empresa Camargo Corrêa. Casou-se com Mônica e tiveram um filho. Num dia de 1971, Grenaldo saiu de casa, nervoso após receber cartas que provavelmente lhe avisavam que fora descoberto. A mulher só voltou a saber dele quando foi divulgada sua morte por ocasião do seqüestro. O menino Grenaldo tinha 4 anos e cresceu sem saber do pai.

A requisição de exame ao IML, marcada com o “T” que identificava os militantes políticos, foi assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho. O laudo de necropsia foi assinado pelos legistas Sérgio Belmiro Acquesta e Helena Fumie Okajima, que definiram a morte por “*traumatismo craniano encefálico*”.

A história começou a ser desvendada quando a foto de Grenaldo foi publicada em matéria da revista *Época*, de março de 2003. Uma testemunha do seqüestro procurou a revista. Era José Barazal Alvarez, sargento especialista da Aeronáutica e controlador de tráfego aéreo no aeroporto de Congonhas, que estava trabalhando no dia da tentativa de seqüestro e alternava com os colegas a comunicação com a tripulação do avião. Quando a tentativa de seqüestro acabou, ele recebeu a missão de reunir os pertences do seqüestrador e redigir um relatório.

Há 30 anos sofria pesadelos ao lembrar da carta-testamento para o filho, que ele mesmo retirou do peito de Grenaldo, junto a um segundo tiro em seu corpo. Percebeu então que Grenaldo não se suicidara com um único tiro, como afirmaram a Aeronáutica e os legistas do IML. Mas José Barazal decidiu permanecer calado até rever a foto publicada, quando então decidiu procurar o filho de Grenaldo e contar-lhe a verdade.

Não guardou a carta, mas se lembra que era dirigida ao filho, explicando que seqüestrava o avião para chegar ao Uruguai e que viria buscar a família assim que possível. Mas ninguém conhecia o filho de Grenaldo até que uma cunhada sua, meses depois, viu a mesma revista num consultório dentário e Grenaldo Erdmundo passou a fazer parte desta história. A revista proporcionou um emocionante encontro de José e Grenaldo Erdmundo, resgatando a verdade.

A repórter localizou também o mecânico de vôo Alcides Pegrucci Ferreira, a única pessoa que permaneceu no avião com Grenaldo após a fuga da tripulação pela janela, e que encontrou o corpo caído, viu o buraco da bala, quase na nuca. Afirmou que “*virou piada o seqüestrador suicidado com um tiro na nuca*”. “*A ditadura decidiu que era suicídio e a*


gente teve de aceitar. Botaram um pano em cima”.

A relatora do processo na CEMDP observou que, “embora o IPM seja inconclusivo quanto à motivação política de Grenaldo de Jesus da Silva no seqüestro que culminou em sua morte, assim como não há documentação reunida nos autos que comprove que o falecido participava de uma ação politicamente orientada, fica patente que esse entendimento foi o que conduziu toda a ação policial militar quanto aos fatos”.

Por unanimidade, a Comissão Especial acompanhou o voto da relatora, no entendimento de que “a aeronave em que Grenaldo se encontrava quando morreu se assemelha às dependências policiais, já que a vítima estava sob custódia das forças de segurança”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 300

HAMILTON FERNANDO CUNHA (1941 – 1969)

	Número do Processo:	160/96
	Filiação:	Filomena Maria Rosa e Fernando Manoel Cunha
	Data de Nascimento:	1941
	Local de Nascimento:	Florianópolis (SC)
	Organização Política ou VPR atividade:	
	Data da morte:	11/02/1969
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Suzana Keniger Lisbôa)
	Deferido em:	25/03/1998
	Data da publicação em DOU:	27/03/1998

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.92

Catarinense Hamilton Fernando Cunha, conhecido como “Escoteiro”, afro-descendente e operário da indústria gráfica, foi morto em 11/2/1969, por policiais do DOPS/SP, em seu local de trabalho, a Gráfica Urupês, no bairro paulistano da Mooca. Militante da VPR, Hamilton participava do cotidiano cultural e intelectual de São Paulo, atuando em grupos de teatro e, com voz de tenor, cantava em coral.

A onda de prisões ocorrida logo após o AI-5 atingiu a rede de apoio da VPR, fazendo que, naquele início de fevereiro de 1969, Hamilton estivesse morando na mesma residência de outros dirigentes da organização, entre eles Carlos Lamarca, que abandonara o quartel do Exército em Quitaúna, Osasco, poucos dias antes. Preocupado com a possibilidade de ser identificado pelos órgãos de segurança, Hamilton resolveu se demitir da gráfica onde trabalhava e, ao comparecer para assinar a rescisão trabalhista, por volta de 16 horas daquela data, foi preso e morto.

Na CEMDP, o processo teve dois indeferimentos, tanto no início dos trabalhos desse colegiado, em 18/3/1996, quanto em setembro do ano seguinte, ao ser apresentado recurso relatando novos fatos. Nessa segunda ocasião, houve pedido de vistas e o processo voltou à pauta um ano depois, sendo então aprovado.

Para sustentar que a morte não ocorreu em tiroteio, conforme versão oficial, a Comissão Especial se baseou em documentos do próprio DOPS, que registravam os antecedentes da operação policial e informavam que Hamilton deixara a arma na entrada da gráfica. As demais provas foram extraídas do depoimento de um companheiro, do exame da documentação do IML e da foto de seu corpo.

O laudo necroscópico, assinado por Pêrsio José Ribeiro Carneiro, descreve um único tiro e registra que o fato teria ocorrido às 16 horas, no Alto da Moóca, em São Paulo. Não descreve os grandes edemas na face e na frente, as equimoses e ferimentos corto-contusos visíveis na foto do cadáver. Além disso, o corpo de Hamilton deu entrada no IML somente às 23h30 – sem calças – trajando apenas camisa de náilon verde, meias de lã e sapatos pretos.

Em depoimento prestado a Nilmário Miranda, membro da Comissão Especial, o militante da VPR, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, conhecido como “Roberto Gordo”, que comparecera à gráfica junto com Hamilton, conta que aguardou na recepção por um tempo que lhe pareceu demasiado longo, já que Hamilton dissera ter acertado todos os detalhes anteriormente. De repente, ouviu o companheiro gritando que não era bandido, foi em sua direção e o viu sendo carregado por policiais. Foi José Ronaldo quem reagiu a tiros,

buscando salvar o companheiro. Declarou ter disparado um único tiro, ferindo um dos policiais. Na versão oficial, ele foi responsabilizado pela morte de Hamilton, fato debatido exaustivamente durante o julgamento do caso na CEMDP. Ao aprovar o requerimento, a Comissão levou em conta a diversidade de informações e as contradições constantes nos documentos do DOPS, e desconsiderou a versão oficial, dando como provado que Hamilton estivera sob a guarda de agentes do Estado antes da morte.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.92

HÉLCIO PEREIRA FORTES (1948 – 1972)



Número do Processo:	070/96
Filiação:	Alice Pereira Fortes e Jose Ovidio Fortes
Data de Nascimento:	24/01/1948
Local de Nascimento	Ouro Preto (MG)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	28/01/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	08/02/1996
Data da publicação em DOU:	12/02/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 281

Hélcio Pereira Fortes foi dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Gostava de literatura, cinema e teatro. Participava intensamente das atividades culturais de sua cidade, escreveu em jornais, promoveu jograis, criou e difundiu peças teatrais. Era colaborador

assíduo do *Jornal de Outro Preto* e da *Voz do GLTA* (Grêmio Literário Tristão de Athayde, criado em 1938).

Atuou na União Colegial Oupretense e na Escola Técnica Federal. Ingressou na Escola de Metalurgia, mas não chegou a concluir o curso. Em 1963, passou a militar no PCB. Logo após o golpe de abril de 1964, passou a viver na clandestinidade, inicialmente em Belo Horizonte e em Contagem (MG), onde integrou o Comitê Municipal do PCB. Tornou-se um dos dirigentes da Corrente/MG e atuou junto aos metalúrgicos assessorando as comissões de fábrica da Belgo-Mineira, da Mannesman, da Mafersa e da RCA. Desempenhou papel importante nas greves dos metalúrgicos de 1968. Em 9 de abril de 1969, chegou a ser ferido em um confronto com policiais, mas conseguiu escapar. A partir desse episódio, em que foram presos alguns militantes da Corrente, passou a viver no Rio de Janeiro, já como militante da ALN.

Hélcio, mesmo na clandestinidade, não deixou de se comunicar com a família. Escrevia cartas em que expressava a sua saudade e as razões que o levaram a optar pela luta armada. A última vez que se comunicou com a família foi por meio de um telegrama, no Natal de 1971. Preso em 22 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro, e transferido para o DOI-CODI/SP, foi morto sob torturas no dia 28.

A versão oficial distribuída à imprensa, que consta na requisição de exame ao IML/SP, informava que, “[...] *após travar violento tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em consequência, veio a falecer*”. O jornal *Estado de Minas*, de 1º de fevereiro de 1972, descreveu a versão policial sobre sua morte:

[...] *Hélcio Pereira Fortes, morreu sexta-feira em São Paulo, na avenida dos Bandeirantes ao tentar fugir, aproveitando-se de tiroteio entre agentes de segurança e outro terrorista com o qual Hélcio tinha um encontro marcado*

No sábado anterior, dia 23 de janeiro, Hélcio Pereira Fortes [...] conseguiu escapar à perseguição policial na Guanabara, quando tentou manter contato com uma terrorista na Tijuca. Fugindo para São Paulo, foi preso dia 26, na Estação Rodoviária por agentes de segurança da Guanabara e de S. Paulo, que acompanhavam seus passos desde o Rio.

Os legistas Isaac Abramovitch e Lenilso Tabosa Pessoa definiram como causa da morte

“anemia aguda traumática”.

Nos arquivos do DOPS/SP, foram localizados depoimentos prestados por Hércio, comprovando sua prisão.

No documento elaborado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil em fevereiro de 1973, com o título *“Aos Bispos do Brasil”*, encontramos:

Preso, não se sabe se no Rio ou em S. Paulo, entre 22 e 26 de janeiro de 1972. Hércio esteve enclausurado no DOI/SP sendo que inúmeros presos políticos atestam a sua presença naquele destacamento. Submetido a dolorosas torturas, pelas equipes policiais, Hércio veio a sucumbir no dia 28 de janeiro. No dia 1º de fevereiro, os órgãos de repressão, através dos jornais, publicaram uma nota oficial onde informavam que Hércio havia sido morto em tiroteio numa tentativa de fuga. Era por demais óbvio que ele não podia sequer caminhar, em decorrência das torturas. Seu corpo foi visto ao ser retirado do DOI.

Em documento encontrado no antigo DOPS/PR, lê-se: *Encaminhamento 087/72-CO/DR/PR - origem CIE/ADF - morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão. Conforme recorte do “O Globo” e “Folha de S. Paulo”, de 4 de janeiro de 1972, consta que o fichado foi reconhecido pelos órgãos de segurança.*

Comparando os relatórios dos ministérios militares, encaminhados ao ministro da Justiça em 1993, constatam-se contradições entre as versões sobre sua fuga. No relatório da Aeronáutica, lê-se: *“[...] faleceu no dia 28 de janeiro de 1972 ao dar entrada no hospital das Clínicas em São Paulo, após travar tiroteio com agentes de segurança que o perseguiram”*. No relatório da Marinha, assim está registrado: *“Morto no dia 28 de janeiro de 1972 em tiroteio com agentes de segurança ao tentar fugir em um fusca após estabelecer contato com um companheiro”*.

A família tomou conhecimento de sua morte no mesmo dia, pela televisão, e imediatamente se dirigiu para São Paulo, mas o corpo já havia sido enterrado no Cemitério D. Bosco, de Perus, em São Paulo. Em 1975, seus restos mortais foram trasladados para Ouro Preto (MG), onde foi enterrado na Igreja São José.

A requisição de necropsia, encontrada no IML/SP, tem a marca T em vermelho de

“terrorista”, conforme tratamento dispensado aos perseguidos políticos.

O legista Antenor Chicarino analisou o laudo, a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, para instruir os processos éticos contra os médicos legistas que assinaram laudos falsos no Cremesp. Suas observações ressaltaram que o laudo não descreve as características das lesões por projéteis, não faz referência à distância, apenas as definindo como entrada e saída, e antecipa, no exame externo, as trajetórias dos projéteis, não o fazendo no exame interno. As lesões descritas não foram imediatamente mortais e os projéteis não foram retirados e encaminhados para inquérito, mesmo estando localizados em tecidos de fácil acesso.

O médico legista Dolmevil acrescentou também à instrução dos processos éticos no Cremesp que o primeiro projétil descreveu trajetória da esquerda para direita, de cima para baixo e ligeiramente de frente para trás, indicando que foi disparado a média ou curta distância, ato típico de execução.

O relator do caso na CEMDP, Nilmário Miranda, afirmou que a prisão e morte de Hércio Pereira Fortes ficaram demonstradas por vários depoimentos e documentos, entre eles o encaminhamento 087/72-CO/DR/PR encontrado no arquivo do antigo DOPS/PR, onde se lê que “[...] *para conhecimento desse órgão, este Centro encaminha cópia do expediente de referência, versando sobre depoimento de Hércio Pereira Fortes, morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão*”.

Nilmário Miranda citou também o depoimento de Darcy Toshiko Miyaki, presa por agentes do DOI-CODI/RJ, no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1972. Darcy perdeu a noção do tempo, pois foi submetida a intensas torturas, mas calcula que no dia 27 recebeu roupas e, encapuzada, soube que seria removida. Num corredor, pela costura esgarçada do capuz, viu Hércio encostado na parede. Foram transportados na mesma viatura – Hércio no chiqueirinho, e ela entre o motorista e um agente – e conduzidos ao DOI-CODI/SP. Ali, foi colocada em uma cela isolada, no segundo andar, onde ficou por vários dias sendo torturada e ouvindo os gritos de Hércio durante a tortura.

Sem saber precisar o dia, mas, após nova sessão de tortura, não mais foi conduzida à cela onde estava, mas a uma outra, com porta de ferro, sem luz e sem ventilação, e, antes de ser colocada nessa solitária, ouviu do carcereiro que desse local havia saído um “*presunto fresquinho*”.


Darcy convenceu-se de que o corpo retirado da solitária era o de Hécio Pereira Fortes, porque, a partir de então, não mais ouviu os seus gritos.

O relator destacou que a versão oficial ora se referia a um tiroteio na avenida Bandeirantes, onde Hécio teria um encontro com outro militante (dando a entender que não se encontrava preso), ora falava de uma suposta fuga da prisão, quando Hécio teria sido baleado. Em função das contradições e dos depoimentos colhidos, o relator pediu o deferimento, concluindo que ficou demonstrada a farsa de morte em consequência de tiroteio, sendo o caso 70/96 deferido por unanimidade em 8 de fevereiro de 1996.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa, e a cidade do Rio de Janeiro fez o mesmo no bairro Paciência.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

HELBER JOSÉ GOMES GOULART (1944 – 1973)

	Número do Processo:	241/96
	Filiação:	Jandyra de Souza Gomes e Geraldo Goulart
	Nascimento	
	Data de Nascimento:	19/09/1944
	Local de Nascimento:	Mariana (MG)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	16/07/1973
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Nilmário Miranda
	Deferido em:	14/05/1996
	Data da publicação em DOU:	17/05/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 349

Militante da ALN, Helber adotava o nome de guerra Euclides e foi preso e morto pelos

agentes do DOI-CODI/SP. Nota oficial dos órgãos de segurança informou que ele morreu em tiroteio, às 16h do dia 16/07/1973, nas imediações do Museu do Ipiranga, em São Paulo.

Nascido em Mariana, Minas Gerais, Helber estudou até a segunda série ginasial em sua terra natal, no Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Começou a trabalhar muito cedo, aos 11 anos, entregando jornais; aos 13 anos, no escritório da fábrica de tecidos de Mariana; pouco depois como datilógrafo na Prefeitura.

Mudou-se para São Paulo em 1961, com 17 anos, em busca de melhores condições de trabalho, permanecendo nessa cidade até 1963. Trabalhou como apontador na construção da hidrelétrica de Urubupungá, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), retornando a Mariana em 1968 e se mudando para Ouro Preto em 1969.

Interessado desde cedo nas questões políticas por influência do pai, militante comunista, passou a ser perseguido após abril de 1964 e respondeu a processo na Auditoria Militar de Juiz de Fora. Pertenceu ao PCB e chegou à ALN após ter se vinculado à Corrente. Em 1971, já atuando na clandestinidade, foi deslocado para São Paulo. A partir de então, os contatos com a família foram sendo feitos através de cartas e de raros encontros. Os últimos foram nos meses de março e junho de 1973, pouco antes de sua morte.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar informam que Helber escapou de ser preso, em 09/11/1972, quando ele e Aurora Maria Nascimento Furtado foram abordados numa blitz em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, sendo aquela militante presa após balear um policial da Invernada de Olaria, conforme já relatado neste livro. Esses documentos incluem também Helber como um dos participantes do assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio, em 02/09/1971, que deixou três vigilantes mortos.

Helber foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP). Os restos mortais foram exumados e identificados por uma equipe da Unicamp. Traslados para Mariana (MG) em 13/07/1992, foram sepultados no Cemitério de Santana após missa celebrada por Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

As provas que contestam a versão dos órgãos de segurança do regime militar foram encontradas nos próprios documentos oficiais. O atestado de óbito, assinado por Harry Shibata, registra que Helber morreu às 16h. Na requisição de exame ao IML, assinada pelo então delegado Romeu Tuma, consta também que ele morreu às 16h, mas no verso mostra

que o corpo deu entrada no necrotério às 8h do mesmo dia.

Oito horas, portanto, antes do horário da morte registrada na requisição de Romeu Tuma, e 3h30min antes de ser abordado por agentes de segurança nos jardins do Museu do Ipiranga, conforme divulgaram as autoridades.

Segundo o relator do processo na CEMDP Helber já estava morto no dia 16 de julho. O relator considerou que ele morreu antes das 8h da manhã, horário da entrada de seu corpo no necrotério. O laudo necroscópico descreve equimoses e registra que morreu por *“choque hemorrágico oriundo de ferimento transfixante do pulmão no seu lobo inferior”*. O relator observa que, dadas as características do ferimento, a trajetória do projétil foi de frente para trás, da esquerda para a direita e de cima para baixo. Como Helber media 1,88m, *“o disparo só pode ter sido efetuado com o corpo caído ao chão”*. Na foto em que ele aparece sem barba, são visíveis marcas no pescoço, não descritas no laudo.

Após o deferimento unânime da CEMDP, o relator Nilmário Miranda mostrou ao perito Celso Nenevê a foto do corpo de Helber e o perito fez uma observação chocante: Helber não estava morto quando aquela foto fora tirada. Havia nela o registro de um nítido rictus de dor, com vincos marcando a testa, incompatíveis com o rosto de um cadáver

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 349

HIRAN DE LIMA PEREIRA (1913 – 1975)



Número do Processo:	294/96
Filiação:	Maria Marieta de Lima Pereira e Hilário Amândeo Pereira
Data de Nascimento:	03/10/1913
Local de Nascimento	Caicó (RN)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data de desaparecimento:	15/01/1975
Local de desaparecimento:	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 397

Nascido em Caicó, no sertão do Seridó, Rio Grande do Norte, esse dirigente do PCB

também integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Além de militante comunista, trabalhou como jornalista e também desenvolveu atividades teatrais. Era casado com Célia Pereira e pai de quatro filhas.

Foi preso pela primeira vez no Rio de Janeiro, após a insurreição dirigida pela ANL – Aliança Nacional Libertadora, em 1935, permanecendo cerca de um ano na prisão. Dez anos mais tarde, com a derrubada do Estado Novo, foi eleito deputado pelo Partido Comunista no Rio Grande do Norte. Logo em seguida, o partido foi declarado ilegal e Hiran teve o mandato parlamentar cassado.

Mudou-se para Recife, em 1949, passando a trabalhar como redator do jornal Folha do Povo, órgão oficial do partido. Assumiu o posto de vogal numa das Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho sediada na capital pernambucana. Ao lado de David Capistrano da Costa, Gregório Bezerra, Paulo Cavalcanti e outros líderes comunistas, engajou-se ativamente na construção da Frente do Recife, que conquistou a prefeitura em 1955 com o engenheiro Pelópidas Silveira, cujo sucessor foi Miguel Arraes, eleito prefeito da capital em 1959 e governador em 1962. Hiran foi secretário municipal de Administração por três mandatos consecutivos.

Em agosto de 1961, durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, mesmo estando no exercício pleno desse cargo, foi seqüestrado por agentes do IV Exército, juntamente com David Capistrano e outros dirigentes comunistas, desaparecendo por dez dias até ser levado para a ilha de Fernando de Noronha. Após sair da prisão, retornou às funções de secretário do Executivo Municipal de Recife e atuou como ator do grupo profissional Teatro Popular do Nordeste, na peça A Pena e a Lei, de Ariano Suassuna, com direção de Ermilo Borba Filho.

Após o Golpe de Estado de 1964, a esposa Maria Cecília e a filha Sacha Lídice Pereira foram detidas por agentes do IV Exército em sua casa, permanecendo presas no Regimento de Obuses de Olinda. Hiran permaneceu atuando clandestinamente em Recife até 1966, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para a cidade de São Paulo. Teve os seus direitos políticos cassados em 20/02/1967.

Até 1975 participou das ações do PCB na clandestinidade, como membro de seu Comitê Central e do jornalismo partidário. Seus familiares sabiam que, nesse período, ele usava o nome de José Vanildo de Almeida, identidade de um parente já falecido.

O último contato com a família ocorreu no início de 1975. Ele chegou a marcar três pontos alternativos para encontros nos dias 13, 15 e 17/01/1975, mas não compareceu a nenhum

deles. Sua esposa foi presa no dia 15/01/1975 e permaneceu nas dependências do DOI-CODI da rua Tutóia, em São Paulo, sendo torturada por três dias, enquanto agentes do órgão permaneceram na casa de sua filha Zodja. Pela forma como foi conduzido o interrogatório, a esposa chegou à conclusão de que Hiran fora morto na mesma ocasião. Célia conta que chegou a vislumbrar, entre as várias pessoas conduzidas às sessões de torturas, um homem encapuzado com características físicas que lhe pareceram ser de Hiran. Cerca de um mês depois, duas filhas de Hiran, Zodja e Sacha, foram presas e interrogadas encapuzadas no DOI-CODI.

Em 06/03/1975, os advogados Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach e José Carlos Dias, que seria posteriormente ministro da Justiça, entraram com petição na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar tentando localizar seu paradeiro e a esposa, Célia Pereira escreveu carta-denúncia, no dia 12 do mesmo mês, apelando à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo nos seguintes termos:

“Apelo para que ajudem a encontrá-lo. Trata-se de um homem de 62 anos, cujo estado de saúde já nos inspirava cuidados mesmo antes disso, uma vez que sofre de problemas circulatórios e cardíacos, é herniado e está quase cego por conta de catarata e glaucoma. Precisamos encontrá-lo urgentemente, pois, conhecendo os métodos desumanos usados pelos seus coatores, receamos não chegar a tempo de proporcionarlhe a assistência médica de que tanto necessita”.

Em 20/09/1976, Hiran foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria da Marinha. O relatório do Exército, de 1993, menciona apenas que, em março de 1991, uma reportagem no *Jornal do Brasil*, após a abertura dos arquivos do DOPS (PE), informa que no seu prontuário havia um extrato bancário do dia 28/01/1975, que seria a data de sua morte. O relatório do Ministério da Marinha alude à sua prisão por agentes de segurança em abril de 1975. Um documento encontrado no DOPS/RJ, em 1992, identificado como DI/DGIE do RJ, datado de 07/12/1979, informa que Hiran teria sido preso em 15/01/1975, estando desaparecido a partir de 26/06/1976, conforme publica um manifesto do MDB. Nos arquivos secretos do DOPS/PR


foi encontrada uma ficha com o nome de Hiran na gaveta contendo 17 nomes sob a identificação “falecidos”.

Até hoje, a informação mais contundente e taxativa a respeito do destino desse desaparecido político brasileiro foi dada pelo ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival

Chaves, ao jornalista Expedito Filho, da *Veja*, conforme publicado em sua edição de 18/11/1992. O ex-sargento cita explicitamente Hiran de Lima Pereira entre os membros do Comitê Central do PCB que teriam sido mortos pelo DOI-CODI e jogados na represa de Avaré, interior de São Paulo.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 397

HIROAKI TORIGOE (1944 – 1972)

	Número do Processo:	080/96
	Filiação:	Tomiko Torigoe e Hiroshi Torigoe
	Data de Nascimento:	02/12/1944
	Local de Nascimento	Lins (SP)
	Organização Política ou atividade:	MOLIPO
	Data da morte:	05/01/1972
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Maria Eunice Paiva
	Deferido em:	29/02/1996
	Data da publicação em DOU:	06/03/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 275

Hiroaki era estudante em São Paulo e cursava o quarto ano da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa ao passar à clandestinidade entre 1969 e 1970, quando era militante da ALN. Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, mas não há outros registros sobre sua biografia.

Foi ferido e preso pelo DOI-CODI-SP no dia 05/01/1972, na rua Albuquerque Lins, bairro de Santa Cecília, em São Paulo, pela equipe chefiada pelo delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., quando integrava o MOLIPO, dissidência da ALN. Sua foto estava estampada em milhares de cartazes distribuídos por todo o país com os dizeres “terroristas procurados”. Os órgãos de segurança o acusavam de ter participado de inúmeras ações armadas em São Paulo, inclusive de um assalto a banco na Lapa onde morreu um militante da ALN, atingido por engano.

Segundo informações desses órgãos, Torigoe era integrante do Comando Nacional do

Molipo.

A versão oficial da morte de Torigoe foi que, ferido em tiroteio, após baleiar um policial e um pedestre, cujos nomes não foram divulgados, morreu a caminho do hospital. O laudo necroscópico, assinado por Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini, informa a existência de nove ferimentos produzidos por arma de fogo. Nenhuma outra lesão, além dos tiros, foi descrita.

A fotografia de seu corpo, onde aparece apenas o tórax, localizada nos arquivos secretos do DOPS/SP, demonstra, no entanto, a falsidade do laudo e as reais circunstâncias da morte de Torigoe. São visíveis múltiplas lesões na face e tórax, sendo que o braço esquerdo, em posição anômala, denuncia ter sofrido fratura não exposta.

A mandíbula mostra grande inchaço, podendo indicar fratura. Há também ferimento a bala na boca, cortes produzidos provavelmente por faca e escoriações não descritos. Além disso, Torigoe, segundo o laudo, teria dado entrada no IML despido. A requisição de exame, feita no nome falso, tem anotado à mão o nome verdadeiro. Mas é com o nome de Massahiro Nakamura que o atestado de óbito foi lavrado, assinado por Isaac Abramovitch, e tendo como declarante Miguel Fernandes Zaninello, da PM.

No site www.desaparecidospoliticos.org.br é apresentada uma detalhada descrição das condições em que foi torturado no DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, incluindo o nome e codinome de seus algozes e, até mesmo, uma polêmica entre dois grupos de torturadores a respeito de terminar de matar ou garantir socorro médico a Torigoe.

Enterrado no cemitério Dom Bosco, em Perus, com o nome falso, a família não conseguiu resgatar os restos mortais. Em 1976 recebeu apenas a informação de que Hiroaki tinha sido exumado, não sabendo o destino dado ao corpo. Em 1990 foi feita a exumação de uma ossada naquele cemitério, na sepultura apontada como sendo sua. A ossada que pertenceria a Torigoe não tinha crânio. Fora exumada e re inumada, havendo outras duas ossadas enterradas na mesma sepultura. Levadas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, por Badan Palhares, foram entregues posteriormente ao legista Daniel Munhoz, sem a anotação de que apenas a ossada sem o crânio deveria ser examinada. Foram necessários 14 anos para que, em 2004, se soubesse que nenhuma das três ossadas poderia pertencer a Torigoe, já que nenhuma era compatível com as características antropométricas de um oriental. Num pequeno oratório na casa da família, a foto de Hiroaki Torigoe busca suprir a ausência de suas cinzas. A dor dos familiares foi narrada pelo repórter Caco Barcellos no Globo Repórter sobre a Vala de Perus, gravado em 1990 e

exibido pela emissora em 1995.

A relatora do processo sobre Torigoe junto à CEMDP, Eunice Paiva, viúva de Rubens Paiva, tomando como base os documentos citados e, em especial a foto de seu corpo, votou pelo deferimento afirmando que, “*Hiroaki foi torturado e morto em dependências policiais, enterrado pelos seus algozes como indigente e com identidade falsa, com laudo assinado pelo médico Abramovitch, o mesmo autor de outros laudos examinados na Comissão Especial e que não obedecem aos princípios de ética profissional a que os peritos médicos estão sujeitos*”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 275

IEDA SANTOS DELGADO (1945 – 1974)



Número do Processo:	265/96
Filiação:	Eunice Santos Delgado e Odorico Arthur Delgado
Data de Nascimento:	09/07/1945
Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data de desaparecimento	11/04/1974
Local de desaparecimento	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.381

Carioca e afro-descendente, Ieda era advogada e funcionária do Ministério de Minas e Energia há cerca de quatro anos. Embora militante da ALN, conseguiu manter a vida em completa legalidade até ser presa em São Paulo, em 11/04/1974, quando desapareceu. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Sua atuação política teve início entre 1967 e 1968, em Brasília, quando estudava Direito na UnB e participava discretamente das mobilizações estudantis que marcaram o período. Formou-se advogada em 1969 e falava francês, italiano, inglês e espanhol. Como funcionária do Ministério de Minas e Energia, fez curso de especialização na PUC do Rio de Janeiro, de setembro de 1971 a março de 1972.

No mesmo ano, fez também outros cursos na Faculdade Cândido Mendes.

Tinha trabalhado como assistente da assessoria jurídica do Ministério da Educação e

Cultura, no Plano Nacional de Educação, de 1967 a 1970. Foi estagiária e, depois, assistente jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia e, em 1973, foi secretária jurídica do Centro de Pesquisas Experimentais. Ao ser presa, aguardava sua transferência para Brasília. Durante algum tempo, trabalhou também no suplemento literário do jornal Tribuna da Imprensa.

Ieda viajou para São Paulo durante os feriados da Semana Santa de 1974, no dia 11 de abril, para buscar passaportes para um casal de militantes da ALN que precisava deixar o país. Não retornou ao Rio de Janeiro. Por telefonema anônimo, sua família soube que ela tinha sido presa em São Paulo.

Sua mãe, Eunice, imediatamente viajou para São Paulo e iniciou uma busca desesperada pelo paradeiro da filha. Chegou a obter a informação, através de um general seu amigo, de que Ieda estivera presa em Campinas (SP), tendo sido hospitalizada em função das torturas, e também em Piquete (SP), onde permanecera por pouco tempo. Tais informações, oficiosas, nunca foram confirmadas.

Os diversos *habeas-corporis* impetrados foram negados. Um mês depois da prisão da filha, Eunice passou a receber cartas de Ieda, o que a deixou ainda mais aflita. Inicialmente, em cinco linhas, em carta postada em Belo Horizonte, Ieda dizia para que a família não se preocupasse, que estava bem. Um mês depois outra carta, nos mesmos termos, postada do Uruguai. Nessa última, sua letra estava muito tremida.

Eunice fez exames grafológicos e constatou que a letra era de Ieda.

Nesse período do regime militar em que o desaparecimento se tornou regra sistemática nos órgãos de segurança, repetiram-se várias vezes episódios como esse em que, além do violento trauma trazido pelo desaparecimento, os familiares passaram a ser submetidos a verdadeiras operações de contra-informação e, muitas vezes, foram alvo de chantagem para obtenção de dinheiro em troca de informações que, em nenhum dos casos, se comprovaram verdadeiras.

Ieda Santos Delgado foi homenageada, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, com a denominação de ruas em bairros da periferia.

ISSAMI NAKAMURA OKANO (1945 – 1974)



Número do Processo: 155/96

Filiação: Sadae Nakamura Okano e Hideu Okano

Data de Nascimento:	23/11/1945
Local de Nascimento	Cravinhos (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data de desaparecimento	14/05/1974
Local da morte	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU: Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995	

Fonte: Brasil, *Direito à Memória e à Verdade*, p. 385

Estudava Química na USP, onde se tornou assistente de laboratório do Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física da mesma Universidade. Foi no movimento estudantil que Issami começou sua atividade política e acabou tornando-se militante da ALN.

Por essa razão e também por manter contatos com pessoas ligadas à VAR-Palmares, acabou preso em setembro ou outubro de 1969 e foi condenado a dois anos de reclusão pela Auditoria da Guerra da 2ª CJM de São Paulo no dia 24 de março de 1971, cumpriu pena no Presídio Tiradentes e foi libertado em outubro de 1972.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

A segunda e última prisão de Issami Nakamura foi consequência do trabalho de **infiltração** do médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI/SP de *Jota*, citado como modelo de infiltração nas organizações clandestinas.

No dia 14 de maio de 1974, Issami foi preso por agentes do DOI-CODI/SP em sua casa, no bairro de Pinheiros, e está desaparecido até hoje. No dia 7 de fevereiro de 1975 o então ministro da Justiça, Armando Falcão, informou à imprensa que Issami havia sido preso e que estava foragido.

Na época, o advogado Idibal Piveta contestou essa versão, já que Issami havia cumprido pena e voltado a trabalhar, o que não justificou seu sequestro.

Issami chegou a ser julgado em outro processo, sendo absolvido em 11 de fevereiro de 1974.

No relatório da Marinha de 1993, que foi encaminhado ao então ministro da Justiça

Maurício Corrêa, consta que Issami desapareceu quando se dirigia de casa para o trabalho.

Testemunhas/Agentes Policiais envolvidos

Marival Dias Chaves do Canto, ex-agente do DOI-CODI/SP, disse ao jornalista da *Veja* Expedito Filho, em entrevista publicada no dia 18 de novembro de 1992, que a atuação do infiltrado “Jota” permitiu a eliminação de pelo menos vinte pessoas. Os nomes foram citados na revista, incluindo o de Issami.

Providencias posteriores

Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95, a qual reconhece a responsabilidade da morte de militantes políticos desaparecidos e indeniza os seus familiares.

O caso foi protocolado sob o número 155/96 na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Em sua homenagem, São Paulo deu o seu nome à rua situada no Jardim Nova América

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

IURI XAVIER PEREIRA (1948 – 1972)



Número do Processo:	256/96
Filiação:	ZILDA Paula Xavier Pereira e João Baptista Xavier Pereira
Data de Nascimento:	02/08/2948
Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	14/06/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisboa
Deferido em:	24/04/1997
Data da publicação em DOU:	28/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 302

Iuri foi morto na emboscada da Mooca. Enquanto os militantes da ALN, Ana Maria Nacinovic Correa, Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Antônio Carlos Bicalho Lana

almoçavam no restaurante Varella, no bairro da Mooca, em São Paulo, no dia 14/6/1972, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, telefonou para a polícia avisando da presença em seu restaurante de algumas pessoas cujas fotos estavam nos cartazes de terroristas procurados. Rapidamente, os agentes do DOI-CODI montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando grande contingente policial. Como saldo da operação, morreram Ana Maria, Iuri e Marcos Nonato, ao passo que Antônio Carlos Bicalho Lana conseguiu escapar ferido, e relatou o ocorrido a seus companheiros.

Iuri foi o primeiro filho de João Baptista e Zilda de Paula Xavier Pereira militantes comunistas e membros do PCB. Era irmão de Alex de Paula Xavier Pereira, também militante da ALN, morto em janeiro de 1972. Em 1965, ingressou na Escola Técnica Nacional e atuou intensamente na organização dos estudantes técnicos, fundando e dirigindo a UNETI.

Na militância clandestina participou ativamente da luta interna no PCB, transformando o Comitê Secundarista num foco de crítica às teses defendidas pelo PCB na preparação do seu VI Congresso, a partir do qual acompanhou Carlos Marighella na fundação da ALN. Sempre preocupado com a formação dos militantes e com o desenvolvimento da imprensa revolucionária, fundou e dirigiu órgãos informativos no Movimento Estudantil: *O Moita*, que depois passou a se chamar *Radar*, na Escola Técnica, e *O Micro*, órgão oficial da AETI. Na ALN, junto com Gelson Reicher, produziu os jornais *1º de Maio* e *Ação*, ao mesmo tempo em que retomou a publicação de *O Guerrilheiro*. Em 1970, passou a integrar o Comando Nacional da ALN.

Sua mãe foi presa e torturada em 1969, conseguindo fugir da prisão e refugiar-se em Cuba depois de algum tempo na militância clandestina.

Iuri era um dos militantes mais temidos pelos agentes dos órgãos de segurança e tinha escapado da morte muitas vezes, furando os cercos policiais. Os órgãos de segurança incluem seu nome entre os membros do alcunhado “3º Exército”, da ALN, o grupo de militantes que recebeu treinamento de guerrilhas em Cuba, em 1969. Era acusado de participação em dezenas de operações armadas, inclusive da execução do industrial Albert Henning Boilesen. Em dezembro de 1971, escreveu à mãe: “*Quero que você tenha a*

certeza que, haja o que houver, serei sempre fiel ao seu exemplo e ao de Marighella. Não mancharei a firmeza que me deram. Qualquer coisa que houver, saberei preservar a organização, pois a vacilação diante do inimigo não faz parte do que aprendi”.

Iuri foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP) e somente em 1982 seus restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro, junto com os do irmão Alex. Agentes policiais estiveram presentes na cerimônia em São Paulo e acompanharam ameaçadoramente a chegada dos corpos no Rio de Janeiro, portando metralhadoras.

No contexto da política repressiva vigente na época em que Iuri, Ana Maria e Marcos foram mortos, quando a execução já vinha se tornando rotina para os acusados de participação direta em ações armadas, a relatora do processo na CEMDP afirmou que foi montado um esquema destinado a empreender um cerco definitivo aos militantes, com o objetivo prévio de eliminá-los.

“Eles ocupavam posições de destaque dentro da luta armada e estavam sendo caçados pelos agentes policiais. A partir do momento em que o dono do Restaurante Varella denunciou ao DOI-CODI a presença dos quatro em seu estabelecimento, os agentes policiais viram a possibilidade de matá-los. Visando tal fim a permaneceram durante algum tempo nas proximidades do restaurante, organizando cuidadosamente o cerco”.

Os familiares exumaram os restos de Iuri e Alex. Foram também exumados e examinados os corpos de Ana Maria e Marcos. A identificação das ossadas de Iuri e Alex foi assumida pela família, sendo feita por meio de exame de DNA no Serviço de Huellas Digitales Genéticas – Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Buenos Aires, aos cuidados do Dr. Daniel Corach.

Os restos mortais de Iuri foram examinados pelo legista Nelson Massini, que comparou as fotos de seu corpo e o laudo de Isaac Abramovitch e, ainda, o mesmo laudo com os restos ósseos. O legista afirmou que Iuri foi atingido por pelo menos seis projéteis de arma de fogo e não apenas três como indicou o laudo do IML; que seu corpo apresentava lesões evidenciando que foi agredido em vida e, portanto, antes de ser atingido pelos disparos fatais ou ocorrência da morte; destacou duas perfurações de entrada de arma de fogo sobre o coração, não descritas no laudo necroscópico, sendo esses disparos característicos de alvo parado e assim denominados de disparos de misericórdia ou execução.


Segundo o legista, “esses disparos apresentam como características a sua localização, próximos um do outro sendo denominados de disparos em ‘peneira’, e representam alvo parado ou imobilizado. Devido à região letal que atingiram são interpretados como tiros de misericórdia ou execução.

Não sendo possível pela ausência das vestes determinar-se as distâncias dos disparos nota-se ainda, que houve a intenção no momento da fotografia de esconder as perfurações com a placa de numeração do cadáver”; os disparos que atingiram o crânio, tanto os descritos no laudo do IML como os encontrados no ato exumatório, foram efetuados com trajetória de cima para baixo, indicando que a vítima encontrava-se em plano inferior ao atirador, fato esse que se choca com a versão de confronto. Para ser atingido desta maneira, Iuri já estaria no chão e dominado.

CEMDP concluiu não restar dúvidas de que a morte de Iuri, Ana Maria e Marcos Nonato ocorrera quando estavam em poder dos agentes do Estado, aprovando por maioria de votos os três requerimentos em 24/04/1997.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 302

JOÃO BATISTA FRANCO DRUMMOND (1942 – 1976)

	Número do Processo:	214/96
	Filiação:	Zila de Carvalho Drummond e João Batista Mou Drummond
	Data de Nascimento:	28/05/1942
	Local de Nascimento	Varginha (MG)
	Organização Política ou atividade:	PCdoB
	Data da morte:	16/12/1976
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Nilmaríio Miranda

Deferido em:	23/04/1996
--------------	------------

Data da publicação em DOU:	25/04/1996
----------------------------	------------

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.424

Nasceu em 28 de maio de 1942, na fazenda das Posses, em Varginha (MG), filho de João Batista Drummond e Zilah de Carvalho Drummond. Morto em 16 de dezembro de 1976. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Era casado com Maria Esther Cristelli Drummond e tiveram duas filhas, Rosamaria e Sílvia. cursou o 1º grau (atual ensino fundamental) no Ginásio Salesiano Dom Bosco, de Cachoeira do Campo (MG), e o 2º grau (atual ensino médio) no Colégio Loyola, em Belo Horizonte (MG). Em 1961, ingressou no curso de Economia da FACE/UFMG, concluído em 1966. Exerceu a presidência do diretório acadêmico daquela faculdade no período de 1964-1965 e foi um dos principais organizadores dos 27º e 28º congressos da UNE.

Além de sua militância na política estudantil, participou, desde 1963, do movimento camponês no Sul de Minas e das campanhas eleitorais, com o líder operário *Dazinho*. Foi membro da organização Ação Popular (AP) e, posteriormente, da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) – em que exerceu diversas funções, como responsável pela Secretaria de Organização, em 1969, e membro do Comitê Político, em 1971.

Entre 1969 e 1970, foi julgado pela Justiça Militar e teve seus direitos políticos cassados por dez anos, além de ter sido condenado, à revelia, a 14 anos de prisão.

Em 1972, vivendo na clandestinidade, passou a militar no PCdoB, cujo Comitê Central passou a integrar em 1974.

O relatório do Ministério da Aeronáutica entregue ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, diz que João Batista “foi morto em confronto com agentes dos órgãos de segurança”. Segundo o relatório do Ministério da Marinha, “foi morto num tiroteio em 16 de dezembro de 1976 no bairro da Lapa quando a casa em que se encontrava com outros companheiros foi invadida pelos agentes de segurança”.

No entanto, em documento encontrado no IML/SP, a causa da morte é dada como atropelamento na avenida Nove de Julho esquina com a rua Paim, bairro da Bela Vista, local distante da Lapa.

Foi enterrado pela família no Cemitério do Parque da Colina, em Belo Horizonte.

No fim de 1993, a Justiça Federal deu ganho de causa à família de Drummond na ação movida contra a União, quando reconheceu que ele morreu no DOI-CODI/SP na madrugada de 16 de dezembro de 1976. Foi a primeira manifestação da Justiça civil sobre a “*Chacina da Lapa*”, decisão que não deixou dúvidas sobre a responsabilidade dos agentes públicos daquele órgão de segurança.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Braúnas.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOÃO CARLOS CAVANLCANTI REIS (1945 – 1972)



Número do Processo:	167/96
Filiação	Helena Reis Cavalcanti Reis e João Viveiros
Data de Nascimento:	06/08/1945
Local de Nascimento	SALVADOR (BA)
Organização Política ou atividade:	MOLIPO
Data da morte:	30/10/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	07/08/1997
Data da publicação em DOU:	13/08/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.318

Baiano de Salvador, João Carlos Cavalcanti Reis cursava o quinto ano da Faculdade de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, quando se vinculou à ALN e participou de algumas ações armadas durante o ano de 1969. Saiu do país após a onda de prisões que atingiu a organização no final daquele ano, envolvendo um seu sobrinho, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, participante do seqüestro do embaixador norteamericano, Charles Burke Elbrick. Depois de receber treinamento militar em Cuba, retornou clandestinamente ao Brasil, já como militante do Movimento de Libertação Popular – MOLIPO. Foi morto no bairro de Vila Carrão, na capital paulista, no dia 30/10/1972.

A versão oficial anunciava que, após travar tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e morreu.

Os legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão assinaram o óbito alegando como causa da morte lesões traumáticas crânio-encefálicas.

Os familiares viram o corpo no IML, onde também se encontrava o corpo de Antonio Benetazzo, dirigente do MOLIPO morto no mesmo dia. O caixão funerário foi entregue lacrado e soldado, sob o compromisso e a recomendação de jamais ser exumado. Durante o enterro no Cemitério Gethsêmani, um agente de segurança vigiou os procedimentos da família.

Antes da montagem do processo referente a João Carlos para exame na CEMDP, a denúncia que constava no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* era de que fora fuzilado na data e local informados na versão oficial. O exame dos documentos, entretanto, revelou dados novos e levou à conclusão de que a versão oficial era falsa.

Pelo que foi possível reconstruir a partir de vários depoimentos, João Carlos e Natanael de Moura Girardi tinham perdido há dois dias o contato com Antonio Benetazzo. Na busca de notícias, foram à casa do militante Rubens Carlos Costa, onde Benetazzo havia sido preso dois dias antes. Instalados na casa vizinha, estavam os agentes do DOI-CODI. Natanael conseguiu escapar do cerco, mas João Carlos não.

A certidão de óbito, atestada por Isaac Abramovitch, anota que João Carlos Cavalcanti Reis teria falecido no dia 30 de outubro de 1972, às 19 horas. O declarante é o funcionário do DOPS Miguel Fernandes Zaniello.

Abramovitch e Orlando Brandão descreveram duas lesões de entrada na cabeça: no canto externo do supercílio direito, com ferimento de saída na região occipital; e outro ferimento

de entrada no canto direito da rima bucal, que fraturou os incisivos laterais direitos e saiu pela porção inferior da região occipital. Apontam ainda ferimentos no terço inferior de ambas as pernas, sem descrever a natureza das lesões ou os instrumentos que as produziram.

A Requisição de Exame ao IML, encaminhada por um delegado do DOPS no dia 30 de outubro, repete o mesmo horário. No entanto, a ficha do IML encontrada nos arquivos do DOPS/SP informa que João Carlos deu entrada no necrotério às 22 horas, vestindo apenas cueca de náilon castanho e meias de algodão cinza. Considerou a maioria da CEMDP que, com certeza, não era possível que João Carlos, assim trajado, tivesse participado de um tiroteio ocorrido supostamente três horas antes da entrada de seu corpo no IML, sendo falsa a versão oficial dos órgãos de segurança.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOÃO DOMINGUES DA SILVA (1949 – 1969)



Número do Processo:	321/96
Filiação:	Eliza Joaquina Maria da Silva e Antônio José da Silva
Data de Nascimento:	02/04/1949
Local de Nascimento	Sertanópolis
Organização Política ou atividade:	VAR- Palmares
Data da morte:	23/09/1969
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisboa

Deferido em:	09/02/1998
--------------	------------

Data da publicação em DOU:	18/02/1998
----------------------------	------------

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 101

Por volta da meia noite do dia 29/07/69 e início da madrugada do dia 30, os militantes da VAR-Palmares João Domingues da Silva e Fernando Borges de Paula Ferreira foram interceptados por policiais civis na Avenida Pacaembu, proximidades do Largo da Banana, em São Paulo. Na versão oficial, os policiais suspeitaram do veículo utilizado por ambos. Fernando teria morrido imediatamente e João Domingues, apesar de gravemente ferido, conseguiu escapar, refugiando-se na casa de sua irmã, em Osasco, onde foi preso no mesmo dia. Três policiais ficaram feridos, de acordo com documentos dos órgãos de segurança.

O operário João Domingues da Silva tinha sido, ao lado de seu irmão Roque Aparecido da Silva, um dos líderes da greve realizada em Osasco (SP) pelos trabalhadores metalúrgicos, em julho de 1968, passando a ser constantemente ameaçado de prisão e morte. Desde os 10 anos, ajudava o pai no trabalho com o gado, onde viviam, em Jataizinho, no Paraná. Aos 12 anos, trabalhava no matadouro de Ibiporã (PR) e, aos 13, em Osasco, num açougue. Em vários documentos anexados ao processo da CEMDP, a grafia de seu nome aparece como Domingos, no lugar de Domingues. Militante da VPR e, depois, da VAR-Palmares, é mencionado em documentos dos órgãos de segurança do regime militar como participante, no Rio de Janeiro, do roubo de 2,8 milhões de dólares, guardados num cofre que pertencia ao ex-governador paulista Adhemar de Barros, subtraído da casa de sua amante.

Seu processo foi relatado na CEMDP em agosto de 1996 e recebeu dois pedidos de vistas antes de ser aprovado. Ao ser preso na casa da irmã, foi levado para o Hospital das Clínicas, onde os médicos submeteram-no a uma delicada cirurgia. Mesmo correndo risco de vida, agentes do DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais – transportaram-no para o Hospital Geral do Exército - HGE, onde iniciaram um processo de interrogatório e torturas que culminou com sua morte, a 23 de setembro. A família o procurou insistentemente no HGE, onde diziam nada saber. Após 33 dias, a irmã foi chamada para autorizar uma cirurgia, quando seu estado de saúde já era terminal.

Um exame de corpo de delito, assinado pelos médicos José Francisco de Faria e Abeylard

de Queiroz Orsini, descreve “*um único ferimento por arma de fogo, na face anterior do hemitórax esquerdo e vários ferimentos corto-contusos na região occipital*”. O laudo de necropsia inclui, além do ferimento descrito acima, cicatrizes cirúrgicas, escaras de decúbito na região sacra e mais um ferimento perfuro contuso na região vertebral, terço inferior. Assinam o laudo os legistas Octávio D’Andrea e Orlando Brandão, apontando como *causa mortis* ‘*colapso tóxico infeccioso*’.

A CEMDP realizou inúmeras diligências tentando esclarecer os fatos. Oficiou ao HGE, onde João Domingues esteve internado e morreu, obtendo como resposta que esse nome não constava em qualquer prontuário, livro de entrada ou ficha de internação. O Hospital das Clínicas informou que João Domingues fora internado em 30/07/1969, tendo obtido alta no mesmo dia, após ser submetido a uma cirurgia.

A Secretaria de Segurança Pública/SP, dentre outras informações, encaminhou “*Relatório Especial de Informações nº 23*”, do Quartel general do Exército em São Paulo, datado de 01/08/1969, poucos dias depois da prisão. Esse documento contém capítulo dedicado a João Domingues, contando como fora preso e que fora submetido a leve interrogatório devido ao seu estado de saúde. Ressaltando a importância da prisão, o relatório ressalta a expectativa de que viesse a ser convenientemente interrogado quando seu estado de saúde permitisse.

A CEMDP apurou, portanto, que João Domingues deu entrada no Hospital das Clínicas em 30 de julho e foi imediatamente submetido a exame de corpo de delito, sendo constatado o risco de vida. Após “*laparotomia exploratória*”, cirurgia de grande extensão, com “*sutura de estômago, fígado, diafragma e pulmão*”, em vez de ser levado para uma UTI, recebeu alta no mesmo dia para ser levado pelos órgãos de segurança. Foi localizado pela família um mês depois, com estado de saúde muito precário, no Hospital Geral do Exército (que não acusa sua internação), quando sua irmã foi informada de que os médicos necessitavam de uma autorização escrita para a realização de outra cirurgia.

Não restou dúvida de que João Domingues faleceu sob a guarda de agentes do poder público, morrendo de causa não natural.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 101

JOÃO MASSENA MELO (1919 – 1974)



Número do Processo:	195/96
Filiação:	Olimpia Melo Maciel e Sebastião Massena Melo
Data de Nascimento:	16/08/1919
Local de Nascimento:	Água Preta (PE)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data de desaparecimento:	03/04/1974
Local de desaparecimento:	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 378

Começou a se interessar pela política, na adolescência, quando trabalhava como operário tecelão da Fábrica de Tecidos Nova América. Posteriormente tornou-se metalúrgico. Antes, trabalhou como balconista na Baixada Fluminense.

Durante a ditadura do Estado Novo, ficou preso na Ilha de Fernando Noronha, onde conviveu com Agildo Barata e Carlos Marighella.

Em 1947, foi eleito vereador no então Distrito Federal.

Casou-se com Ecila Francisca Massena Melo, com quem teve três filhos.

Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo então Estado da Guanabara, pelo Partido Social Trabalhista (PST). Com o golpe de 1964, foi novamente cassado, conforme art.10 do AI-1 de 9 de abril de 1964.

Em 1970, foi preso e muito torturado sob a acusação de estar reorganizando o partido. Sua família foi presa e levada para a Ilha das Flores. Sua casa foi saqueada. Chegou a ser levado para a Ilha das Cobras. Foi solto em 1973. Ficou morando no Rio com a família.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Permaneceu com a família no Rio e viajou para São Paulo em 19 de março de 1974, onde foi preso em 3 de abril daquele mesmo ano. Desapareceu desde então.

Providências tomadas por seus familiares

Em 24/06/1974, sua filha, Alice Massena Melo, escreveu uma carta ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, solicitando informações sobre o paradeiro de seu pai. A família impetrou habeas corpus no STM (Supremo Tribunal Militar) , protocolado com o número 31.242, que foi distribuído para o ministro Alcides Carneiro, mas foi negado sob a alegação de que Massena não se encontrava preso em nenhuma dependência militar.

A família ainda tomou, como os demais familiares, todas as providencias como ir aos conhecidos órgãos de repressão política, aos hospitais de emergência, cemitérios, institutos médicos legais. Mas não obteve nenhuma informação sobre seu paradeiro.

Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95 e seu caso foi protocolado sob o número 195/96.

Informações tiradas do Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. (IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009)

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS (1922 – 1971)



Número do Processo:	021/96
Filiação:	Maria Pordeus de Alencar Seixas e Estolano Pimen de Seixas
Data de Nascimento:	21/01/1922
Local de Nascimento	Bragança (PA)
Organização Política ou atividade:	MRT
Data da morte:	17/04/1971
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	18/01/1996

Nasceu em 2 de janeiro de 1922, em Bragança (PA), filho de Estolano Pimentel Seixas e Maria Pordeus Alencar Seixas.

Era casado com Fanny Akselrud de Seixas, com quem teve quatro filhos. Operário, iniciou sua militância política aos 19 anos de idade.

Trabalhou como mecânico de aviões em diversas empresas, entre as quais Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego várias vezes, em razão de sua militância política. Na Varig, cujos proprietários eram de origem alemã, apresentou denúncia contra a empresa, mostrando a ligação que havia entre ela e o governo nazista da Alemanha e o de Getúlio Vargas. Por essa razão perdeu o emprego.

No Rio de Janeiro (RJ), tornou-se militante do PCB, partido a que esteve ligado até 1953. Logo após a queda de Getúlio Vargas, em 1954, já casado com Fanny, mudou-se para o Rio Grande do Sul.

Em 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, trabalhava na Petrobrás como encarregado do setor de manutenção e militava no movimento sindical petroleiro. Seixas e vários líderes do movimento simularam um acidente para poderem escapar do cerco organizado pelo Exército, que já havia tomado a Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Usando tanques de guerra, carros de combates e muitos soldados armados, as Forças Armadas prenderam algumas lideranças operárias. Para furar o cerco, o setor de segurança da Refinaria acionou o alarme contra acidentes e as ambulâncias puderam transportar os líderes, cobertos com lençóis.

Durante vários meses, Seixas e seus companheiros sindicalistas tiveram suas casas vigiadas por policiais e ficaram escondidos. Quando diminuiu a perseguição, voltaram ao trabalho e foram demitidos. Seus nomes passaram a fazer parte de listas, o que não lhes permitia encontrar emprego. No fim de 1964, Seixas e a família retornaram ao Rio Grande do Sul, onde ele trabalhou como marceneiro durante dois anos. Depois, montou postos de gasolina, construindo tanques e tubulações de combustíveis até 1967, quando foi contratado como encarregado do setor de mecânica da Pepsi-Cola de Porto Alegre (RS).

Sem abandonar sua atuação política, participou do movimento de resistência à ditadura no

Rio Grande do Sul. Escapou várias vezes de ser preso, mas testemunhou a prisão de companheiros como o ex-sargento do Exército, Manoel Raimundo Soares, morto em 1966, após três meses de torturas nos cárceres gaúchos.

Após ser demitido da Pepsi-Cola, não mais conseguiu emprego. Assim, Seixas e sua família mudaram-se novamente para o Rio de Janeiro. Até conseguir nova colocação, trabalhou como motorista de táxi. Seu último emprego foi na Coca-Cola de Niterói (RJ), como chefe do setor de mecânica e manutenção. Mudou-se para a capital paulista em 1970, onde passou a militar no MRT, tornando-se um de seus dirigentes.

Dados sobre sua prisão e morte

Em 15 de abril de 1971, uma ação conjunta do MRT e ALN justicou o então presidente da Ultragás e diretor da FIESP, Albert Henning Boilesen, financiador e instrutor de torturas da Oban, posteriormente reorganizada como DOI-CODI. A ditadura colocou em ação uma vasta operação de assassinatos para dar uma resposta macabra à perda de seu grande financiador. Nos dias 16 e 17, foram presos e, em seguida, assassinados, Dimas Antônio Casemiro e Joaquim Alencar de Seixas, militantes do MRT acusados de participar da execução de Boilesen. A repercussão na imprensa do país, controlada pela ditadura foi imediata e coerente:

Seixas foi preso em São Paulo (SP) junto com seu filho Ivan na rua Vergueiro, altura do nº 9.000, em 16 de abril de 1971. Do local da prisão, ambos foram levados para a 37ª DP, na mesma rua Vergueiro, na altura do nº 6.000, onde foram espancados no pátio do estacionamento enquanto os policiais trocavam os carros usados naquela operação.

Em seguida, foram levados para o DOI-CODI/SP, onde no pátio de manobras, pai e filho foram novamente espancados. A violência dos espancamentos levou ao rompimento das algemas que os ligavam. Na sala de interrogatório, foram torturados um na frente do outro. Nesse mesmo dia, sua casa foi saqueada e toda sua família presa.

No dia seguinte, 17 de abril, os jornais paulistas publicaram uma nota oficial dos órgãos de segurança estampando a notícia da morte em tiroteio de Joaquim Alencar de Seixas. Contudo, ele não estava morto, pois ainda sofria as torturas, o que foi testemunhado por

seu filho Ivan, sua esposa e suas duas filhas, Ieda e Iara.

Por volta das 19 horas do dia 17, Seixas foi morto. Sua esposa Fanny viu os policiais estacionarem uma perua C-14 no pátio de manobras, forrarem seu porta-malas com jornais e colocarem o corpo que reconheceu ser o de seu marido. Nesse momento, ouviu um policial perguntar a outro: “*De quem é este presunto?*”. E como resposta a afirmação: “*Este era o Roque*”, nome de guerra usado por Seixas

No processo da Justiça Militar, a que responderia se estivesse vivo, consta uma fotografia de seu cadáver com os sinais evidentes dos sofrimentos de que foi vítima e de um tiro na altura do coração, que indicaria a causa mortis do laudo necroscópico. Assinaram o laudo de necropsia os médicos legistas Pêrsio José Ribeiro Carneiro e Paulo Augusto Queiroz da Rocha, confirmando a falsa versão oficial de que Joaquim foi morto com sete tiros durante confronto com policiais. O legista Nelson Massini examinou os documentos relativos à sua morte e identificou oito lesões contusas, em especial na cabeça, e afirmou: “[...] *o Sr. Joaquim Alencar de Seixas sofreu, além dos ferimentos mortais de projéteis de arma de fogo, outras lesões – provenientes de meios e/ou instrumentos – constituídas de forte dor física e sofrimento físico que se define como tortura ou forma cruel de violência*”.

Em 17 de maio de 1995, o Cremesp cassou o registro profissional de Pêrsio José Ribeiro Carneiro, acusado pelo GTNM/RJ de assinar laudo necroscópico falso, confirmando a versão de que Seixas teria sido morto em tiroteio ao reagir à prisão em 16 de abril. O laudo registra uma data que não confere com o dia de sua morte. Além disso, descreve os hematomas, escoriações e fraturas encontrados no corpo, mas responde “não” ao quarto quesito, que pergunta se a morte “*foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel*”.

O laudo necroscópico de Joaquim foi examinado pelo legista Nelson Massini em 13 de julho de 1995. Nas observações finais de seu parecer encaminhado à CEMDP, concluiu: O laudo, apesar de conter omissões importantes que permitiriam se ter uma visão mais completa dos fatos que ocorreram com o Sr. Joaquim Alencar de Seixas, chega a uma causa mortis coerente com a descrição feita. No entanto, o mesmo não se pode dizer da circunstância qualificadora cuja resposta corresponde ao quesito de nº 4 (quarto) do Laudo e que foi respondido NÃO, quando pelas lesões contusas sofridas fica evidente o

processo de crueldade a que foi submetido o Sr. Joaquim Alencar de Seixas antes do desfecho com os tiros de misericórdia. [...].

Portanto, apesar de o Laudo revelar a intenção do relator demonstrar com clareza as lesões encontradas, encontra-se incompleto e incoerente ao responder o quarto quesito, que, a meu ver, deveria ter como resposta SIM.

Na CEMDP, seu caso (021/96) teve como relatora Suzana Keniger Lisbôa e foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996.

Agentes policiais

Os assassinos de Joaquim Alencar de Seixas, identificados por seus familiares e companheiros, foram:

- o então major de Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, vulgo “Doutor Tibiriçá”
- o então capitão de Exército Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, vulgo “Doutor Hermógenes”
- então Capitão de Exército Ênio Pimentel Silveira, vulgo “Doutor Nei” ou “Nazistinha”
- então Capitão de Exército André Leite Pereira, vulgo “Doutor Edgar”
- delegado de polícia civil Davi Araújo dos Santos, vulgo “Capitão Lisboa”
- investigador de polícia civil Pedro Mira Granzieri, vulgo “tenente Pedro Ramiro”
- delegado de polícia civil João José Vetoratto, vulgo “Capitão Amicci”
- vários outros torturadores conhecidos apenas por apelidos.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (1913 1970)



Número do Processo:	132/96
Filiação:	Cleonice Câmara Ferreira e Joaquim Baptista Ferrei Sobrinho
Data de Nascimento:	05/09/1913
Local de Nascimento	Jaboticabal (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	23/10/1970

Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	23/04/1996
Data da publicação em DOU:	25/04/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 136

Joaquim Câmara Ferreira foi preso em São Paulo no dia 23/10/1970 e morto sob torturas no mesmo dia. Mais conhecido por Toledo, era considerado o número 2 da ALN tendo participado diretamente do seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Se encontrava em Cuba quando Carlos Marighella foi morto, em novembro do ano anterior. Retornou então ao Brasil e assumiu o comando geral daquela organização clandestina.

Sua morte foi divulgada na imprensa, mais uma vez, como sendo trunfo do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS paulista, conhecido chefe de torturas, processado várias vezes como líder maior do Esquadrão da Morte. Quem teria levado a polícia a localizar Toledo foi o militante da ALN José da Silva Tavares, preso meses antes em Belém e que teria passado a colaborar com os órgãos de segurança. Joaquim Câmara Ferreira nasceu em Jaboticabal (SP), em 05/09/1913. Era membro do Partido Comunista desde 1933. Jornalista, foi diretor de diversas publicações do partido e, em 1937, passou a atuar de forma clandestina, concentrando seu trabalho no sindicalismo do setor ferroviário.

Durante o Estado Novo foi preso numa gráfica do PCB e torturado no DOPS paulista até perder algumas unhas da mão. Em 1946, elegeu-se vereador em Jaboticabal, mas no ano seguinte, com a cassação do registro eleitoral do PCB, perdeu o mandato. Em 1953, atuou de forma destacada na greve geral de São Paulo. Foi vogal da Justiça do Trabalho.

Em 1964, foi preso em São Bernardo do Campo, onde realizava palestra para operários sobre o papel da imprensa na luta pelas reformas de base, sendo libertado pouco depois. Em 1967, acompanhou Marighella na formação do Agrupamento Comunista de São Paulo, embrião da ALN.

Toledo foi preso por volta de 19 horas do dia 23/10/1970, na avenida Lavandisca, bairro de Indianópolis, em São Paulo. A versão divulgada foi de que Câmara morreria ao entrar em luta corporal com os agentes que buscavam prendê-lo. Na verdade, foi levado para um sítio clandestino pelo delegado Fleury, onde morreu no mesmo dia, por volta da meia-noite, conforme apurou a CEMDP.

Em telex encontrado nos arquivos do DOPS/PE, o II Exército informa que o DOPS localizara e prendera às 19h30min do dia 23 de outubro,

Joaquim Câmara Ferreira, que investira contra os policiais causando em vários deles ferimentos generalizados, tendo falecido no decurso da

diligência. Continua a mensagem: *“Informo ainda foi dado conhecer repórteres imprensa falada escrita seguinte roteiro para ser explorado dentro do esquema montado na área”*.

Um Relatório Especial de Informações nº 7/70, exemplar nº 18, do Ministério do Exército, assinado pelo general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva, Chefe do Estado-Maior do II Exército, encontrado nos arquivos do DOPS/SP com o título de prisão e morte de Joaquim Câmara Ferreira, Toledo ou Velho, registra que o delegado Sérgio Paranhos Fleury, tendo obtido informação de que José da Silva Tavares, esteve com Toledo, antes de seguir para o norte do país, obteve autorização e apoio do II Exército para buscar o preso e trazê-lo para São Paulo.

Depois de cerca de um mês de exaustivo processo de investigação, partindo da colaboração do infiltrado, fora levantada uma pista, no dia 21 outubro. No relatório consta que: *“sendo submetido a interrogatório, Toledo foi acometido de crise cardíaca, que lhe ocasionou a morte, apesar da assistência médica a que foi submetido”*.

A morte de Toledo sob torturas já havia sido denunciada pelos presos políticos da época, baseada nos relatos de Maria de Lourdes Rego Melo e Viriato Xavier de Mello Filho, que também foram torturados no mesmo sítio clandestino do delegado Fleury.

Em depoimento prestado à CEMDP, Maurício Klabin Segall, que é filho de Lasar Segall, um dos mais importantes artistas plásticos do Brasil, e convivia com Câmara Ferreira desde a década de 50, relatou o ocorrido com detalhes bem precisos. Maurício foi preso na tarde do dia 23


de outubro, junto com Maria de Lourdes Rego Melo. Os dois foram levados ao sítio do delegado Fleury. Maurício assim narrou os fatos:

“(...) No sítio, bem primitivo, ao qual chegamos de olhos vendados, a iluminação era de velas, pois não havia luz elétrica. O sítio aparentemente tinha dois quartos, uma sala/cozinha e um banheiro. Os choques elétricos aplicados no pau-de-arara eram gerados num aparelho, acionado por manivela manual. Já estava lá sendo torturado Viriato, recém chegado de Cuba. (...) Tudo que se passava num dos cômodos, mesmo com porta fechada, se ouvia nos demais. (...) Quando fui pendurado, o interrogador era o próprio Fleury. (...) Em meio da minha tortura no pau-de-arara, já de noite, que vinha

durando algum tempo, houve uma agitação coletiva, colocaram uma espécie de apoio nos meus quadris, de forma que fiquei só parcialmente pendurado e a maioria dos policiais deixou às pressas o sítio, deixando apenas dois ou três para trás. Não sei quanto tempo isto durou (no mínimo 2 horas) mas, a um certo momento, fui tirado com as pernas totalmente inermes do pau-de-arara, só podendo andar amparado e fiquei sentado na sala com uma venda nos olhos, mas que deixava uma fresta na parte de baixo. Logo depois, ouvi uma pessoa chegando, arfando desesperadamente, com falta de ar, com sintomas muito parecidos com ataque cardíaco (que eu conhecia pois eram semelhantes daqueles do meu pai, por ocasião de sua morte). Esta pessoa foi levada para o quarto que tinha a cama e não o pau-de-arara. Fiquei sabendo que era Toledo pelos comentários que vinham sendo feitos pelos policiais. Havia muita agitação entre eles e Toledo não parava de arfar. A um certo momento, vi pela fresta inferior da venda dos olhos, passarem duas pernas vestidas de branco, calçadas com sapatos brancos. Não havia dúvida que era um médico. Logo depois, Toledo parava de arfar. Muito rapidamente o acampamento foi levantado e fomos levados de olhos vendados para o DOPS e, a seguir, para a OBAN. (...) Ouvi diversas manifestações de irritação do pessoal da OBAN com o pessoal do Fleury devido à morte de Toledo sem que eles pudessem tê-lo interrogado também (...) Soube depois, também, que Maria, Viriato e eu termos sobrevivido ao sítio se deveu, em boa parte, à morte prematura de Toledo”. Com base em todas essas informações, coletadas e sistematizadas no parecer apresentado à Comissão Especial na reunião de 23/04/1996, o caso foi deferido por unanimidade.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 136

JOELSON CRISPIM (1948 – 1970)

	Número do Processo:	128/96
	Filiação:	Encarnación Lopes Peres e José Maria Crispim
	Data de Nascimento:	16/04/1948
	Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
	Organização Política ou atividade:	VPR
	Data da morte:	22/04/1970
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Nilmário Miranda

Deferido em:	29/02/1996
--------------	------------

Data da publicação em DOU:	06/03/1996
----------------------------	------------

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.125

Nasceu em 16 de abril de 1946, filho de José Maria Crispim e de Encarnación Lopez Perez, na cidade do Rio de Janeiro. Morto em 22 de abril de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

O pai, ex-sargento do Exército e preso político durante o Estado Novo, integrou a bancada Constituinte do PCB, em 1946. Foi cassado em 1947, junto com toda a bancada do PCB, logo após o término da Constituinte. Sua mãe, Encarnación, militante da VPR, foi presa e banida do país em 13 de janeiro de 1971, por ocasião do seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. A irmã de Joelson, Denise Peres Crispim, era companheira de Eduardo Collen Leite, o Bacuri, dirigente da Rede (Resistência Democrática) assassinado sob tortura em 8 de dezembro de 1970.

Desde criança, revelou algumas características que marcaram sua curta existência. Era calmo, dotado de fi no senso de humor e, apesar de tímido, era alegre. Chamava a atenção por sua grande habilidade manual. Muito cedo Joelson começou a trabalhar como operário em fábricas e oficinas de rádios e aparelhos elétricos. Apesar das dificuldades, conseguiu cursar a Escola Técnica Urubató, em São Paulo (SP).

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Joelson Crispim foi assassinado em uma emboscada montada por agentes do DOI-CODI/SP, chefiados pelo capitão Coutinho da PM. Após a abertura dos arquivos do DOPS/SP, em 1992, foi possível localizar um relatório da Casa de Saúde D. Pedro II, para onde Joelson teria sido levado, ferido, “[...] vindo a falecer antes de intervenção cirúrgica”. Segundo o relatório, ele deu entrada no hospital com cinco ferimentos perfurantes por projétil de arma de fogo.

Apesar de identificado, como mostram os documentos do DOPS, deu entrada no IML como desconhecido, com requisição marcada com T em vermelho, indicando tratar-se de “terrorista”, e identificado com o nome falso de Roberto Paulo Wilda, sendo registrado em

cartório do Brás, bairro paulistano. Assinam o laudo Sérgio de Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que confirmaram a versão de morte por tiroteio.

No laudo consta que as balas seguiram uma trajetória de trás para frente, o que, segundo o relator, descaracteriza a existência de tiroteio. Nas buscas realizadas no cartório, não foi localizado o assento de óbito de Joelson Crispim e o tabelião negou-se a entregar a que estava em nome de Roberto Paulo Wilda, sob a alegação de haver embargo judicial.

Na CEMDP, o relator Nilmário Miranda concluiu seu voto afirmando sua convicção de que “[...] a identificação falsa de Joelson e seu sepultamento como indigente constituem as evidências maiores de que sua morte deu-se por execução sumária pelos agentes da repressão”.

Joelson foi enterrado como indigente, sob o nome falso de Roberto Paulo Wilda, no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Suas irmãs, Denise e Olga, solicitaram que a CEMDP localizasse e identificasse seus restos mortais, o que ainda não se concretizou em função das modificações procedidas na quadra de indigentes do cemitério e pela falta de registros exatos do local de sepultamento.

Na CEMDP, o caso (128/96) foi deferido por unanimidade em 29 de fevereiro de 1996.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA (1911 – 1975)



Número do Processo: 269/96

Filiação: Olympia Ferreira D’Almeida e Joaquim Josi Ferreira

Data de Nascimento: 16/12/1911

Local de Nascimento: Piracaia (SP)

Organização Política ou atividade: PCB

Data da morte: 08/08/1975

Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Oswaldo Pereira Gomes
Deferido em:	17/10/1996
Data da publicação em DOU:	22/10/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 403

Este caso ocorreu no DOI-CODI de São Paulo menos de três meses antes da morte de Vladimir Herzog, no mesmo local e em circunstâncias muito semelhantes. José Ferreira de Almeida era tenente da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi preso em 07/07/1975, com 63 anos de idade, acusado de ser militante do PCB, juntamente com muitos outros opositores políticos do regime, em boa parte integrantes da mesma corporação militar. Passou um mês incomunicável, sofrendo torturas físicas e psicológicas. Em 08/08/1975, segundo nota do Exército, o tenente apareceu morto, enforcado, *“ao amarrar o cinto do macacão que os presos utilizavam a uma das grades da cela”*.

O corpo do tenente foi velado no Hospital Cruz Azul da Polícia Militar, sob ostensiva vigilância de agentes de segurança do II Exército.

No entanto, o caixão foi aberto durante o velório e seus familiares, bem como o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, puderam observar as marcas das torturas sofridas. O atestado de óbito teve como um dos signatários o legista Harry Shibata, que se tornaria nacionalmente conhecido após atestar “suicídio” no assassinato de Vladimir Herzog. No atestado de óbito de José Ferreira de Almeida, consta a data da morte, mas em hora ignorada, na sede do DOI-CODI, na rua Thomaz Carvalhal, 1030, Vila Mariana (SP).

Mesmo se fosse aceita a versão oficial de suicídio, a morte do tenente, ocorrida comprovadamente em dependência policial, preenchia todas as condições para que a CEMDP aprovasse o processo iniciado pela família. Ocorreu, no entanto, que o requerimento foi encaminhado por dois sobrinhos, quando a lei impede o pleito por parentes indiretos. A esposa de José Ferreira de Almeida, Maria Sierra, já tinha falecido, o casal não deixou filhos e também seus ascendentes já tinham morrido. Portanto, de acordo com os quesitos legais, não existia mais nenhum parente que pudesse receber a devida indenização. Apesar de indeferido o pedido, a CEMDP reconheceu a responsabilidade dos agentes do Estado brasileiro pela morte do tenente.

Pelo menos três presos políticos pertencentes à Polícia Militar, o major Carlos Gomes Machado, o capitão Manoel Lopes e o tenente Atílio Geromin, denunciaram na Justiça Militar as torturas sofridas pelo tenente. Nos arquivos secretos do DOPS/SP foi encontrada uma única folha sobre ele, datada de 04/11/1975. Trata-se de um relatório sucinto de

enfermaria, com datas, prescrições e horários, iniciadas em 08/07/1975, com o nome e a idade do paciente, sem referências a clínica, quarto ou leito. Nessa ficha, no dia 06/08/1975, lê-se: “*entorse no tornozelo direito*” e “*enfaixamento*”; mas no dia 08/08/1975, na coluna medicamento consta: “*suicidou-se*”.

Numa carta às autoridades, Carlos Gomes Machado, 62 anos, formalizou a denúncia nos seguintes termos: Além disso, embora sabendo ser eu cardíaco, não podendo sofrer emoções, levaram-me para ver outros colegas meus serem torturados, como foram os casos do tenente Aflíio Geromin, que ficou com marcas indeléveis nas duas pernas, visto que fora amarrado em uma cadeira de braços chamada, pelos interrogadores, de “cadeira do dragão”; te-nente José Ferreira de Almeida que, apesar de seus 63 anos de idade, foi levado à morte em virtude das torturas que lhe foram aplicadas, tais como “pau-de-arara”, choques elétricos, palmatória, etc., que se repetiam diariamente;

Cabe transcrever, por fim, a passagem do livro *A Ditadura Encurralada* em que Elio Gaspari aborda a morte de José Ferreira de Almeida:

“Enquanto Golbery lutava pela vida em Barcelona, a ofensiva sobre o PCB chegara a um veio rico e inesperado. Descobriria-se uma base do Partidão dentro da Polícia Militar paulista. Ela estivera invicta desde sua montagem, em 1946. Funcionava sob as rígidas normas de segurança do Setor Mil, ligando-se diretamente a um representante pessoal do secretário-geral do PC. Segundo o CIE, conseguira infiltrar um sargento no DOI por dois anos. Na sua liquidação, prenderam-se 63 policiais. Entre eles, nove oficiais da ativa, inclusive um tenente-coronel, e doze da reserva. O tenente reformado José Ferreira de Almeida, o Piracaia, tinha 64 anos e mais de vinte de militância. Foi preso no dia 7 de julho. No princípio de agosto, deitado num colchão de carceragem do DOI, despediu-se de um capitão: ‘Eu não agüento mais... Vou morrer’. Acareado com um cabo, pediu-lhe ‘pelo amor de Deus’ que contasse o que sabia. ‘Deus está de férias, vá tomar no...’, corrigiu um dos interrogadores. O II Exército informou que no dia 8 de agosto Piracaia se enforcara. Teria amarrado o cinto do macacão à grade da cela, de forma que seu corpo pendeu com as pernas dobradas e os pés no chão. Segundo o SNI, Piracaia se matara ‘quando havia indícios de que iria nomear os prováveis contatos em outras áreas militares’. Oficialmente, era o 36º preso a se suicidar dentro de uma prisão da ditadura, o 16º enforcado, sétimo a fazê-lo sem vão livre”

JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI (1946 – 1970)



Número do Processo:	266/96
Filiação:	América Tomioto Brianezi e José Paulino Brianezi
Data de Nascimento:	23/03/1946
Local de Nascimento	Londrina (PR)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	13/04/1970
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	07/08/1997
Data da publicação em DOU:	13/08/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 123

Nascido em Londrina, participou de atividades estudantis em Jandaia do Sul e Apucarana, tendo participado do 19º Congresso Paranaense de Estudantes Secundaristas, em Cornélio Procopio, em 1968. Trabalhou na secretaria do Colégio 7 de Setembro, em Apucarana. Em 1969, integrou-se à ALN de São Paulo, juntamente com Antônio dos Três Reis de Oliveira, que seria morto no mês seguinte. Documentos dos órgãos de segurança registram que ele seria um dos subcomandantes do Grupo Tático Armado da ALN, em São Paulo, no início de 1970. A certidão de óbito traz a versão de que faleceu em 13/04/1970, na pensão onde morava, à rua Itatins, nº 88, no Campo Belo, capital paulista.

Os legistas do IML Cypriano Oswaldo Mônico e Paulo Queiroz Rocha determinaram como causa da morte hemorragia interna traumática. A versão oficial é de que ele morreu em tiroteio com agentes da OBAN (DOI-CODI/SP). Foi encontrada somente uma parte da documentação do IML relativa a essa morte, nos arquivos do DOPS/SP, não havendo informações de horário de entrada do corpo.

A prova decisiva examinada pela CEMDP foi a foto de seu corpo, encontrada no arquivo do DOPS, onde aparece o dorso nu, com a barba por fazer há dias, hábito que não era seu e que contrariava as regras de segurança dos militantes, de acordo com depoimento anexado aos autos. Além disso, a foto contradizia informações da única folha do laudo que foi localizada, onde consta que Brianezi dera entrada no IML vestindo “*camisa de seda*

fantasia, calça de brim zuarte, calção”. O relator solicitou exame do perito Celso Nenevê, que analisou os documentos, mas não conseguiu reconstituir os fatos em decorrência de imprecisões do laudo, da falta de fotografia da necropsia e dperícia de local, apesar da referência documental de que dois agentes de segurança haviam sido feridos.

Nenevê concluiu que o laudo não permite caracterizar a distância dos disparos, mas sustentou que pelo menos dois tiros – o primeiro, que provocou lesão de entrada na região carotidiana esquerda e de saída na região occipital, e o segundo, que penetrou na linha axilar esquerda e se alojou nos músculos dorsais – apresentaram trajetórias de frente para trás, e não de trás para frente como descrito no laudo.

O relator descartou a exumação dos restos mortais para exame porque os pais, que retiraram o corpo do Cemitério de Vila Formosa, onde fora enterrado como indigente, levantaram dúvidas se o corpo entregue pertencia realmente ao filho. Concluiu, em seu voto, que o fato de Brianezi medir 1m84, conforme descrito no laudo de necropsia, era um forte indício de execução sumária, pois ele levou três tiros de frente para trás com evidente diferença de nível entre o corpo e os autores dos disparos.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 123

JOSÉ JULIO ARAÚJO (1943 – 1972)



Número do Processo:	032/96
Filiação:	Maria do Araújo Correa Araújo e José Araújo
Data de Nascimento:	22/07/1943
Local de Nascimento	Itapecerica (MG)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	18/08/1972
Local da morte	São Paulo (SP)

Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	08/02/1996
Data da publicação em DOU:	12/02/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 310

Nascido em Itapecerica (MG), foi um dos organizadores, em 1967/1968, da Corrente de Minas Gerais, organização que mais tarde se incorporou à ALN. Em sua cidade natal, onde o pai era comerciante, estudou no Colégio Herculano Paz. Com a mudança de sua família para Belo Horizonte, José Júlio estudou no Grupo Escolar Cesário Alvim e no Colégio Anchieta. Aos 14 anos começou a trabalhar no Banco da Lavoura de Minas Gerais, passando a militar muito cedo no PCB. Ao sair do Banco da Lavoura, com 20 anos, foi trabalhar na Socima, empresa de atacados onde seu pai era um dos sócios.

Em 1968, em função de perseguições políticas, José Júlio viajou para São Paulo, onde passou a viver e atuar na clandestinidade. Seguiu para Cuba e lá recebeu treinamento militar em 1969. Residiu um ano no Chile antes de retornar ao Brasil. Na última carta que escreveu para a mãe, em abril de 1971, além de reafirmar o amor pela família, pedia aos irmãos Vinicius e Márcio que visitassem os companheiros que estavam presos em Juiz de Fora, levando-lhes cigarros e doces.

José Júlio retornou clandestinamente ao Brasil num período em que a política de eliminação física dos militantes já estava evidente, atingindo especialmente os que retornavam de Cuba. Foi preso em companhia de sua companheira Valderez Nunes Fonseca, no dia 18/08/1972, em um bar do Largo Ana Rosa, na Vila Mariana, em São Paulo, pela equipe C do DOI-CODI. A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança é de que teria sido baleado e morto em uma esquina da rua Teodoro Sampaio, em Pinheiros, para onde teria levado os agentes com a informação de que haveria ali um encontro com companheiros.

Chegando ao local, conseguiu apoderar-se da arma de um segurança bancário ou de um dos agentes, existindo as duas versões na imprensa, sendo morto no tiroteio que se seguiu. O laudo necroscópico, mais uma vez assinado por Isaac Abramovitch e também por José Henrique da Fonseca, descreve quatro tiros: no lábio, no ombro direito, na cabeça e no peito, sendo os dois últimos com trajetória de cima para baixo.

Valderez sobreviveu à prisão e testemunhou por escrito que, no DOI-CODI de São Paulo, ela e José Júlio foram colocados em celas diferentes.

Na primeira fase de seus interrogatórios, os agentes queriam unicamente saber informações sobre José Júlio. Na madrugada do dia seguinte, Valderéz foi transferida para uma sala onde estavam todas as roupas com as quais José Júlio havia sido preso, ensangüentadas, algumas rasgadas, e nada mais lhe foi perguntado a respeito dele. José Júlio foi enterrado como indigente no cemitério de Perus.

Sua família viveria ainda outra tragédia, só conhecida em toda sua extensão 20 anos depois, quando um encanador, que era também informante policial e fazia serviços na casa da mãe de José Júlio, em Belo Horizonte, denunciou à polícia o encontro de uma caixa com ossos humanos no sótão da residência. Foi aberto inquérito contra a mãe e a irmã de José Júlio, por ocultação de cadáver, e mais um capítulo doloroso na vida dessa família foi tornado público.

Márcio, psiquiatra, o irmão que fisicamente mais se assemelhava a José Júlio, viajou para São Paulo em agosto de 1975, obedecendo o prazo estabelecido pelo cemitério para recuperar os restos mortais no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Havia adquirido uma sepultura no Cemitério da Lapa, também em São Paulo, onde pretendia realizar o enterro do irmão. Mas sua dor e sua ligação com José Júlio eram tão fortes, que não conseguiu separar-se do que restara dele. Levou a caixa de madeira com os restos mortais do irmão para Belo Horizonte e a escondeu no sótão da casa, sem contar a ninguém.

Acometido de profunda crise depressiva, Márcio suicidou-se no ano seguinte, 1976. Após a morte de Márcio, a mãe, desconfiada do caixote no sótão, guardado com tanto cuidado, descobriu os ossos de José Júlio e optou por manter o segredo, já que não dispunha de qualquer documento sobre o ocorrido para que pudesse oficializar o enterro. Somente após os exames periciais e o resgate público da história, o inquérito foi encerrado e José Júlio sepultado, em 6/12/1993, no Cemitério Parque da Colina. Esse exame pericial contribuiu, entretanto, para refutar definitivamente a falsa versão divulgada em 1972. Os legistas mineiros descreveram a trajetória de uma bala no crânio que não seria compatível com a descrição de que José Júlio fugia em ziguezague, sendo mais indicativa de um tiro de misericórdia.

No processo formado junto à CEMDP, todos os integrantes do colegiado acompanharam o voto do relator a favor do deferimento do caso.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 310

JOSÉ MARIA FERREIRA ARAÚJO (19141 – 1970)

	Número do Processo:	223/96
	Filiação: Maria da Conceição Ferreira de Araújo e Jo Alexandre de Araújo	
	Data de Nascimento:	06/06/1941
	Local de Nascimento	Fortaleza (CE)
	Organização Política ou atividade:	VPR
	Data da morte:	23/09/1970
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Data da publicação em DOU: Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995	

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 134

Conhecido na militância clandestina da VPR como Aribóia ou Araribóia, foi morto em São Paulo em 23/09/1970, sendo enterrado no cemitério de Vila Formosa sob a identidade falsa de Edson Cabral Sardinha, nome que acabou constando em várias listas que denunciavam as mortes e desaparecimentos políticos durante o regime militar.

Cearense de Fortaleza, com a família residindo no interior da Paraíba, José Maria ingressou na Marinha em 1959, no Rio de Janeiro. Logo após a deposição de João Goulart, foi preso e acusado de ser um dos organizadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Permaneceu incomunicável na Ilha das Flores, Rio de Janeiro, por quatro meses, sendo expulso da Armada em dezembro de 1964.

Mais tarde, foi condenado pela 1ª Auditoria da Marinha a 5 anos e 1 mês de prisão.

José Maria esteve em Cuba como integrante do grupo de militantes do MNR. Era um dos contatos frequentes de José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, com quem atuara nas mobilizações dos marinheiros no início dos anos 60, e que mais tarde seria desmascarado como agente infiltrado, responsável pela prisão e morte de um número incalculável de militantes das organizações clandestinas de resistência ao regime militar. Naquele país, foi casado com a militante de origem paraguaia Soledad Barret Viedma, com quem teve uma filha. Soledad seria morta em 1973, em Pernambuco, quando militava na VPR e estava grávida de seu parceiro cabo Anselmo, que já trabalhava ativamente para os órgãos de

repressão.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar registram a informação de que José Maria foi morto em 23/09/1970, num terminal de ônibus no Anhangabaú, no centro da capital paulista, quando reagiu à prisão que seria efetuada por agentes do DOI-CODI/SP. Na véspera, os agentes desse órgão de repressão teriam detido Mário de Freitas Gonçalves, também militante da VPR, conhecido como Dudu, que informou sobre o encontro com Aribóia, conseguindo fugir espetacularmente quando José Maria reagiu, sendo esse um primeiro episódio em que a VPR se viu envolvida com a possibilidade de existir infiltração em suas fileiras.

As condições da morte de José Maria somente obtiveram algum esclarecimento em 1990, a partir da abertura da Vala de Perus, em São Paulo, e do acesso aos arquivos do IML/SP. Uma requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, datada de 23/09/1970, informa que preso por atividades terroristas, faleceu ao dar entrada na Delegacia Distrital, presumindo-se de mal súbito. Conforme a própria requisição, a Delegacia Distrital em questão localizava-se na Rua Tutóia e era a própria sede do DOI-CODI de São Paulo.


O laudo necroscópico assinado por Sérgio Belmiro Acquesta e Paulo Augusto de Queiroz Rocha descreve diversas equimoses e escoriações: no queixo – a única visível na foto de seu corpo encontrada nos arquivos – e ainda nos braços, região glútea e sacra, e em forma de colar em torno dos dois punhos, o que foi visto na CEMDP como prova de que José Maria foi preso. Os legistas afirmam, no entanto, que não puderam determinar a causa da morte. Sugerem duas possibilidades: envenenamento com alguma substância volátil não identificada no exame toxicológico, ou a morte súbita em função da comoção causada pela prisão. Assim, a certidão de óbito, lavrada no Cartório da Vila Mariana tem como declarante Paulino de Paula Almeida e a causa da morte consta como “indeterminada”.

Posteriormente, foram localizados nos arquivos do DOPS/SP outros documentos oficiais que contradizem a versão apresentada, tal como a resposta que o mesmo delegado Alcides Cintra Bueno Filho enviou ao Coronel Lima Rocha, chefe da 2ª Secção do II Exército: *“falecido em consequência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança”*. Outro documento, também assinado pelo mesmo delegado Cintra Bueno, datado de 07/01/1971, informa: *“não foi instaurado inquérito policial a respeito do óbito, dada a flagrante evidência da naturalidade do óbito. Diante do exposto, determino o arquivamento do presente, protocolado no Arquivo Geral deste Departamento, para fins*

de prontuário”. Os restos mortais jamais puderam ser encontrados, apesar das inúmeras tentativas feitas durante o governo da prefeita Luiza Erundina, em função das transformações introduzidas nas quadras do cemitério, sem o devido registro documental das mudanças.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 134

JOSÉ MILTON BARBOSA (1939 – 1971)

	Número do Processo:	264/96
	Filiação:	Maria das Dores de Paulo
	Data de Nascimento:	22/10/1939
	Local de Nascimento	Bonito (PE)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	05/12/1971
	Local da morte	São Paulo
	Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
	Deferido em:	10/04/1997
	Data da publicação em DOU:	16/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 193

Pernambucano de Bonito, morto na capital paulista em 05/12/1971, o afrodescendente José Milton tinha sido sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de Sargento das Armas. Foi cassado em 1964, logo após a deposição de João Goulart, militou no PCB, transferiu-se ao PCBR e teve breve passagem pelo MR-8 antes de ingressar na ALN, da qual foi dirigente. Documentos dos órgãos de segurança o indicam como participante do seqüestro do embaixador alemão, da execução do industrial Albert Henning Boilesen e como sendo uma das 21 pessoas mais procuradas em todo o país, no momento de sua prisão e morte.

Em 1967 ingressou no curso de Economia da antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ, onde estudou até o 3º ano, quando foi forçado a entrar para a clandestinidade. Até fevereiro de 1969, trabalhou na SUNAB.

Antes de a CEMDP analisar o caso, praticamente a única informação que constava no

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos era que José Milton fora morto em tiroteio no bairro Sumaré, ao lado do cemitério do Araçá, na data citada, sendo enterrado como indigente em Perus, sob o nome falso de Hélio José da Silva.

Nos arquivos secretos do DOPS/SP foi encontrada uma requisição ao IML, marcada com o característico “T” de “terrorista”, tendo como declarante Altino Pinto de Carvalho. Lavrada com o referido nome falso, informa que ele morreria às 16 horas do dia 5 de dezembro. Mas trazia em anexo a ficha datiloscópica de José Milton. Constava também o local do tiroteio – esquina das ruas Tácito de Almeida e Cardoso de Almeida – e o horário de entrada do corpo no IML: 21 horas.

Na CEMDP, o parecer da relatora apontou, como evidências de que José Milton não morreu no alegado tiroteio, a diferença de cinco horas entre a morte e a entrada no IML, realçando também o fato de conhecerem os órgãos de segurança a verdadeira identidade do morto. Como elemento determinante, enfatizou as contradições detectadas na análise das fotos do corpo e do laudo necroscópico. Assinado por Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca, o laudo de necropsia aponta quatro orifícios de entrada de projétil de arma de fogo, nenhum na cabeça, mas ao exame interno observaram edema e anemia do encéfalo. O exame da foto, encontrada nos arquivos do DOPS/SP, mostra que, em pleno verão, José Milton trajava roupa pesada, com grossa japona de lã e calça de veludo, tendo o pescoço suspeitamente envolto em lenço ou cachecol, com a possível intenção de acobertar sinais de violência.

Mesmo assim, a foto permite visualizar, com nitidez, os ferimentos que provavelmente causaram o edema registrado no laudo: lesões e equimoses no nariz, canto do olho esquerdo, queixo e testa, estranhamente não descritos no laudo.

Apresentado o voto pela aprovação do requerimento em 19/11/1996, o general Oswaldo Pereira Gomes manifestou-se pelo indeferimento e Paulo Gustavo Gonet Branco pediu vistas dos autos. O processo voltou à pauta em 10/04/1997 e o revisor estabeleceu uma comparação entre as fotografias do corpo e o laudo necroscópico que, embora minucioso, não fazia qualquer referência aos visíveis ferimentos em diversas partes do rosto. Com o argumento de que, *“as fotografias emprestam significado relevante à demora ocorrida entre o momento da morte e o da entrega do corpo ao IML, certo de que a polícia, neste período tinha o domínio da situação e ainda que transmitem, de iguais sorte, importância à indicação de nome equivocado do cadáver e subsequente enterro sob o mesmo nome incorreto”*, Paulo Gustavo Gonet Branco acompanhou o voto da relator

JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA (9143 – 1975)



Número do Processo:	138/96
Filiação:	Maria dos Santos Montenegro e Francis Montenegro de Andrade
Data de Nascimento:	27/10/1943
Local de Nascimento	Itapipoca (CE)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data de desaparecimento:	29/09/1975
Local de desaparecimento:	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.407

Era participante ativo do movimento estudantil em Fortaleza quando estudava na Escola Técnica Federal do Ceará e conhecido como Magrão. Integrou a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais - UNETI.

Com o golpe militar de 1964, foi indiciado pelo IPM – Inquérito Policial Militar, o que lhe impediu de concluir o curso . Mudou-se para o Rio de Janeiro onde passou a viver na clandestinidade. A partir daí, dedicou-se à organização da Juventude Comunista.

Em 1970, dadas as prisões de vários membros do PCB, Montenegro mudou-se para São Paulo onde viabilizou a saída para o exterior de vários dirigentes ameaçados de serem presos.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Com as prisões generalizadas dos dirigentes do PCB devido à Operação Radar (operação dos DOI-CODI de todo o país para sequestrar e desaparecer com dirigentes do PCB), José

Montenegro de Lima foi preso em 29 de setembro de 1975, em São Paulo.

No livro *Brasil Nunca Mais*, encontram-se as seguintes informações sobre Montenegro:

[...] pesquisador de mercado foi preso em 29 de setembro de 1975, em sua residência no bairro da Bela Vista, São Paulo (SP) por quatro agentes policiais e foi testemunhado por seus vizinhos e conhecidos [...].

Posteriormente, em interrogatório judicial, Genivaldo Matias da Silva, em processo do PCB, assegurou ter visto José Montenegro de Lima detido nas dependências do DOICODI do II Exército.

Em *A Ditadura Encurralada*, Elio Gaspari relatou que :

No final de setembro, de acordo com a documentação oficial do II Exército, havia doze presos na carceragem do DOI de São Paulo. Pelo menos dois prisioneiros estavam em outra escrita, a de calabouços clandestinos. José Montenegro de Lima, encarregado da reconstrução do aparelho gráfico onde se voltaria a imprimir a Voz Operária, foi capturado na Bela Vista. Viram no DOI. Transferido para o sítio do CIE na rodovia Castello Branco, assassinaram-no com uma injeção de matar cavalos

Agentes Policiais

Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento e ex-agente do DOI-CODI/SP, em reportagem de Expedito Filho, publicada na revista *Veja*, de 18 de novembro de 1992:

O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima, mas esse é um caso especial. Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do “Voz Operária”, Montenegro recebeu do partido, 60.000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com injeção [para matar cavalos] e depois foi na sua casa pegar os 60.000 dólares. O dinheiro foi rateado com a equipe do DOI.

Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95 (lei dos desaparecidos políticos), ou seja, o Estado reconhece sua morte sob sua responsabilidade.

JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA (1943 – 1971)



Número do Processo:	271/96
Filiação:	Ainda Martoni de Almeida e Jose Arantes de Almeida
Data de Nascimento:	07/02/1943
Local de Nascimento	Pirajuí (SP)
Organização Política ou atividade:	MOLIPO
Data da morte:	04/11/1971
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	23/04/1996
Data da publicação em DOU:	25/04/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 187

Arantes foi preso juntamente com Mortati no dia 04/11/1971, na Rua Cervantes, número 7, bairro de Vila Prudente, na capital paulista, por agentes do DOI-CODI/SP. Foram os dois primeiros militantes mortos, de um grupo de 28 exilados que participaram de treinamento de guerrilha em Cuba e retornaram clandestinamente ao Brasil como integrantes do MOLIPO, dissidência da ALN. A prisão de Aylton nunca foi assumida pelos órgãos de segurança e seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Arantes nasceu em Pirajuí, no interior paulista, mas era ainda criança quando sua família se mudou, em 1956, para Araraquara (SP), onde seu pai assumiu o posto de professor de Botânica na Faculdade de Farmácia e Odontologia. Foi escoteiro, tocou piano, praticou natação e pólo aquático, colecionando medalhas esportivas. Estudou no IEBA – Instituto de Ensino Bento de Abreu, daquela cidade. Em 1958, foi porta-bandeira de um desfile patrocinado pelo Clube Pan-Americano de Araraquara carregando o pavilhão nacional de Cuba, o que pode ter sido uma premonição, na medida em que nem Cuba e nem José

Arantes eram socialistas ainda.

Em 1961, foi aprovado no disputado vestibular para Engenharia no ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Em 1964, em virtude de suas atividades políticas, foi expulso do ITA e levado preso para a Base Aérea do Guarujá. Libertado, retomou os estudos na Faculdade de Filosofia

da USP, onde iniciou o curso de Física. Em 1966, foi eleito presidente do Grêmio da Filosofia. Em 1967, tornou-se vice-presidente da UNE.

Em 1968, preso na repressão ao 30º Congresso da entidade, em Ibiúna (SP), Zé Arantes, como era conhecido, conseguiu fugir de dentro do DOPS, pela porta da frente, disfarçando-se no meio da balburdia produzida por quase 800 estudantes que lotavam as dependências daquela

repartição no largo general Osório, em São Paulo.

Era companheiro de Aurora Maria Nascimento Furtado, liderança estudantil na Psicologia da USP, conhecida pelo apelido Lola, que seria torturada até a morte em 1972, como integrante da ALN. Arantes iniciou sua militância partidária no PCB, tornando-se, já em 1967, uma das principais lideranças da DISP – Dissidência Comunista de São Paulo, cujos quadros, a partir de 1969, se integrariam em boa parcela à ALN. Antes da montagem de seu processo para exame na CEMDP, a única informação disponível era a de que fora fuzilado pelos agentes do DOI-CODI.


A foto de Arantes morto, encontrada nos arquivos do DOPS/SP, contradiz frontalmente o laudo do IML. Enquanto o laudo afirma que o corpo tinha dois ferimentos perfuro-contusos, de formato ovular, medindo três centímetros na maior dimensão, localizados na parte média da região frontal, a foto não mostra esses dois ferimentos a bala, e sim grandes equimoses na região esquerda, sinais evidentes de tortura. Focaliza também a camisa encharcada de sangue do lado esquerdo do tórax, enquanto o laudo não se refere a qualquer ferimento na região.

O relator do processo na Comissão Especial ponderou que *“Arantes já fora preso na Base Aérea de Santos e em Ibiúna, em 1968. Os órgãos repressivos sabiam de suas ligações com a ALN e o Molipo e, no entanto, foi enterrado com nome falso, como indigente. A ocultação do cadáver visava, sem sombra de dúvidas, encobrir as torturas visíveis na foto e a execução com ferimentos não descritos no laudo”*. Informações reunidas pelos familiares de Aylton dão conta de que ele permaneceu por cerca de 15 dias no DOI-CODI/SP, desaparecendo desde então. Em 1978, os estudantes da Faculdade de Ciências e

Letras de Araraquara decidiram homenagear a memória de Arantes conferindo seu nome ao Diretório Acadêmico daquela unidade da Unesp.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 187

LAURIBERTO JOSÉ REYES (1945 – 1972)

	Número do Processo:	270/96
	Filiação:	Rosa Castralho Reyes e José Reyse Daza Júnior
	Data de Nascimento:	02/03/1945
	Local de Nascimento	São Carlos (SP)
	Organização Política ou atividade:	MOLIPO
	Data da morte:	27/02/1972
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Nilmário Miranda
	Deferido em:	07/08/1997
	Data da publicação em DOU:	13/08/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 289

Lauriberto, foi morto, juntamente com Alexander José Ibsen Voerões, militantes do Molipo, São Paulo por agentes do DOI-CODI/SP em 27/2/1972.

Paulista de São Carlos, Lauriberto era estudante da Escola Politécnica da USP, morador do CRUSP, versado no debate de questões culturais, tendo em 1968 polemizado intensamente sobre temas como o tropicalismo e a relação entre militância política e criação artística. Integrou a diretoria da UNE e foi um dos organizadores do 30º Congresso da entidade em Ibiúna, em 1968, onde foi preso, sendo libertado no dia seguinte para comparecer ao enterro do pai em sua terra natal. Integrou a Dissidência Estudantil do PCB/SP até a formação da ALN. Conforme já mencionado na apresentação do caso Ruy Berbert, os órgãos de segurança do regime militar acusavam Lauriberto de ser um dos três militantes reconhecidos entre os nove que seqüestraram um avião da Varig na rota Buenos Aires-Santiago, em 4/11/1969, desviando-o para Cuba. Há informações de que, efetivamente, Lauriberto esteve em Cuba recebendo treinamento militar, ocasião em que se integrou ao grupo dissidente da ALN gerador do MOLIPO, retornando ao Brasil em 1971. Os mesmos

organismos de repressão o incluíam como um dos guerrilheiros envolvidos num choque em que morreu um sargento da PM de São Paulo, poucas semanas antes de sua própria morte.

A nota policial, publicada em fevereiro de 1972, dizia que Alexander e Lauriberto foram mortos na rua Serra de Botucatu, no bairro do Tatuapé, zona leste de São Paulo, depois de intenso tiroteio, sendo também morto um funcionário público aposentado, Napoleão Felipe Biscaldi, morador do local.

O processo de Lauriberto foi o primeiro a ser julgado pela CEMDP. O atestado de óbito, firmado por Isaac Abramovitch e emitido no dia 29/02/72 registra que Lauriberto faleceu às 17 horas do dia 27/2/1972, apresentando como causa da morte lesões traumáticas crânioencefálicas.

A requisição de exame feita pelo DOPS ao IML/SP dá como histórico: *“Após travar tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em consequência veio a falecer”*. No exame necroscópico realizado pelo mesmo legista, consta a descrição de quatro tiros: no ombro esquerdo, na coxa direita, e dois na cabeça – um no olho esquerdo e outro na porção média da região frontal.

A Comissão de Familiares voltou ao local, na rua serra de Botucatu, no Tatuapé (SP), exercendo exaustiva pesquisa com vários moradores da rua e imediações. Em relatório apresentado à CEMDP, constam depoimentos comprovando que o local estava ocupado por verdadeira operação militar, incluindo a presença de uma metralhadora com tripé. Um dos depoentes relatou ter visto um rapaz bem jovem, que tentava correr, mancando e segurando a perna. Viu também um opala branco com policiais armados de metralhadora, com metade do corpo para fora, que atiraram em Napoleão Felipe Biscaldi, que procurava atravessar a rua e, em seguida, atiraram no rapaz que mancava. Segundo o mesmo morador, *“parecia uma guerra — todo mundo viu ou ouviu que Napoleão foi morto pela polícia, mas era um tempo que todo mundo tinha medo de falar”*.

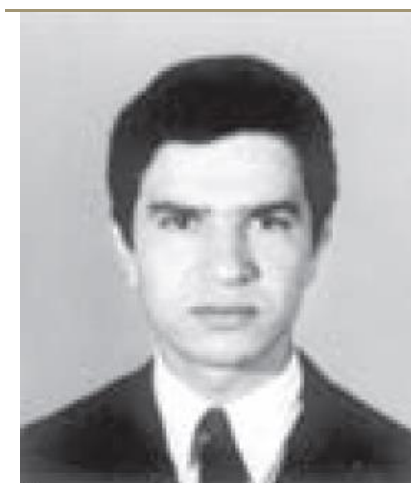
Pelos relatos colhidos no local, todos foram testemunhas da execução dos militantes e do vizinho Napoleão, cujo corpo ficou cinco horas na rua, enquanto os corpos de Lauriberto e Alexander foram levados de imediato. Não foi feita qualquer perícia de local. De acordo com a pesquisa, concluiu-se que o rapaz morto junto ao Sr. Napoleão foi Alexander, sendo Lauriberto morto no outro quarteirão. É referida também a presença entre os policiais de uma jovem portando as características típicas de outra militante do MOLIPO, que estava

presa e pode ter sido levada a informar o local de encontro com os companheiros mortos. O relator do processo de Lauriberto na CEMDP considerou evidente a existência de um cerco previamente montado, ressaltando que a ordem não era prender os militantes, e sim eliminá-los. Apesar de não ser possível recuperar a dinâmica do evento, ressaltou os quatro tiros descritos em Lauriberto: dois na cabeça, um no ombro e outro na perna direita, chamando atenção para os dois tiros certos na cabeça, indício forte de execução, uma vez que os outros tiros seriam suficientes para imobilizá-lo.

O caso de Lauriberto foi julgado e deferido pela CEMDP em agosto de 1997. Em São Carlos, existe hoje uma praça batizada com o nome de Lauriberto, no Parque Santa Marta, onde uma placa traz a inscrição: “*Lauriberto José Reyes. Estudante são-carlense que lutou pela liberdade e democracia no Brasil. A vida por uma causa*”. Mais tarde, a homenagem se repetiu quando a Câmara Municipal daquela cidade aprovou projeto de conferir o nome Lauriberto José Reyes ao Centro da Juventude que seria inaugurado no bairro Cidade Aracy.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 289

LUÍS ALMEIDA ARAÚJO (1943 – 1971)



Número do Processo:	028/96
Filiação:	Maria José Mendes de Almeida Araújo e José Rodrigues de Araújo
Data de Nascimento:	27/08/1943
Local de Nascimento	Anadia (AL)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data do desaparecimento	24/06/1971
Local de desaparecimento:	São Paulo
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 168

Militante da ALN, seu nome integra a lista anexa à Lei nº 9.140/95. Desaparecido desde o dia 24/06/1971, quando se deslocava pela avenida Angélica, em São Paulo. Natural de

Anadia (AL), mudou-se para São Paulo em 1957. Começou a trabalhar, aos 14 anos, como *office-boy* em uma loja de confecções da Clipper e estudava à noite em escola pública. Começou a participar do Movimento Estudantil no curso Santa Inês, tendo ligações com a JEC – Juventude Estudantil Católica. Mais tarde, deu aulas de História nesse mesmo curso. Foi preso pela primeira vez em 1964, sendo torturado. Naquele mesmo ano, viajou ao Chile e foi novamente preso ao retornar. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na PUC/SP. Em 1967, foi preso novamente, quando iniciava sua ligação com a ala dissidente do PCB liderada por Carlos Marighella.

Entre 1966 e 1968, ao mesmo tempo em que aprofundava a militância política, engajou-se em atividades artístico-culturais. Fez parte da Escola de Teatro Leopoldo Fróes. Seu grupo de teatro tentou encenar uma peça e, durante a montagem, conheceu a atriz Carmem Monteiro Jacomini, sua futura companheira. Separados em 1968, Carmen se filia a uma organização clandestina e Luiz, por ter emprestado seu carro para uma ação do grupo Marighella, foi identificado e novamente preso. Libertado, viaja imediatamente para Cuba, via URSS, em companhia de Luiz José da Cunha, que seria morto em 1973. Retorna ao Brasil em dezembro de 1970 e se engaja na resistência armada.

Na semana anterior à sua prisão e desaparecimento, passou o dia 16/06/1971 com sua irmã, Maria do Amparo Almeida Araújo, que também militava na clandestinidade e atualmente coordena o Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco. Nesse dia, ela completava 21 anos e foi a última vez que o viu. Quando seqüestrado na Avenida Angélica, Luiz dirigia o mesmo carro que havia levado, pouco antes, Paulo de Tarso Celestino da Silva, da direção nacional da ALN, a um encontro com o agente infiltrado Cabo Anselmo. Paulo de Tarso, que seria preso e desapareceria no mês seguinte, foi a última pessoa a vê-lo vivo. Durante os meses de junho e julho daquele ano, várias pessoas amigas de Luiz e da família foram presas, interrogadas ou molestadas pela polícia. Um deles chegou a contar a sua mãe, Maria José, que ouviu seus gritos durante horas na OBAN (DOI-CODI/SP). Quando Luiz desapareceu, sua companheira Josephina Vargas Hernandes estava grávida e encontrava-se viajando em missão fora do país. Ele morreu sem conhecer a filha, Alina.

Três dias após a prisão, a família foi avisada por um telefonema anônimo. Em seguida, começou a longa busca de sua mãe. Acompanhada do filho Manoel, ela foi até a sede do DOI-CODI/SP. Manoel foi obrigado a prestar depoimento a diferentes pessoas. Foi também obrigado a assinar uma declaração de que entregaria seus irmãos, caso os

encontrasse. Lá permaneceram das 18h às 2h da madrugada. Depois, mãe e filho foram até o DOPS, onde também não conseguiram descobrir nada. Na 2ª Auditoria do Exército, de São Paulo, informaram que Luiz estava foragido, vivendo na clandestinidade. Após inúmeras tentativas, a família procurou diversos advogados, mas nenhum esforço foi suficiente. Em 29/11/1973, Luiz foi absolvido em um processo na 2ª Auditoria, por insuficiência de provas.

O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, afirma sobre ele: *”AGO/71 - teria sido dado como morto”*. Nos arquivos do DOPS/PR, o nome de Luiz consta numa gaveta com a identificação: “falecidos”. O Arquivo do DOPS/RJ contém documento do Ministério do Exército, de nº 129 de 02/08/1971, alguns dias após sua prisão e desaparecimento, enviado ao DOPS/RJ e assinado pelo general Frota, contendo a seguinte passagem reveladora de que os órgãos de segurança estiveram na residência de Luiz: *“Incumbiu-me o Sr. Ministro informar a V.Exa. que, pela análise realizada no II Ex., de documentação apreendida no aparelho de Luiz Almeida Araújo, vulgo Ruy, terrorista da ALN que se encontra foragido..”*..

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 168

LUÍS EDUARDO DA ROCHA MERLINO (1947 – 1971)



Número do Processo:	209/96
Filiação:	Iracema Rocha Merlino e Zeno Merlino
Data de Nascimento:	18/10/1947
Local de Nascimento	Santos (SP)
Organização Política ou atividade:	POC
Data da morte:	19/07/1971
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	23/04/1996
Data da publicação em DOU:	25/04/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 171

Morto aos 23 anos na Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo. Estudou em vários colégios de Santos e participou, enquanto secundarista, do movimento

do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE. Com a idade de 17 anos transferiu-se para São Paulo onde fez parte da primeira equipe de jornalistas do recém-fundado "Jornal da Tarde" (1966), da Empresa "O Estado de São Paulo". Nesse período escreveu algumas reportagens que tiveram grande repercussão, tais como a que denunciava as atividades do "mau patrão" Abdala, da Fábrica de Cimento Perus, em São Paulo, SP, ("Jornal da Tarde", 24/04/67) e as que descreviam a vida e as atividades dos índios Xavantes em Mato Grosso ("Jornal da Tarde", 12/08/67 e 26/08/67). Continuou a trabalhar como jornalista na "Folha da Tarde" (1968) e depois no "Jornal do Bairro" (1969-1970). Participou ainda ativamente da equipe do jornal "Amanhã", editado pelo Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que mais que um semanário estudantil, foi uma publicação voltada para os problemas nacionais e de circulação nos meios operários. Estudante de História na Universidade de São Paulo, esteve presente nos movimentos de 1968. Em abril desse ano participou da manifestação diante do Tribunal Militar de São Paulo, contra a prisão de jornalistas. Estava presente no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, em setembro de 1968, fazendo a cobertura jornalística para a "Folha da Tarde".

Sua qualidade de jornalista permitiu ser ele um dos poucos presentes que não foram presos; assim sendo pôde trazer recados e informar o que realmente havia acontecido. Nessa época já havia ingressado no Partido Operário Comunista (POC). Em dezembro desse ano, quando da decretação do Ato Institucional n. 5, liderou a greve de jornalistas da "Folha da Tarde". A partir de 1969, com o endurecimento da ditadura, passou a participar de atividades clandestinas de combate ao regime militar, sem deixar a vida de jornalista. Nesse período participou na organização clandestina das manifestações estudantis contra a visita de Rockefeller ao Brasil.

Em dezembro de 1970, viajou para a França para um período de estudos e contatos, sobretudo, com a IV Internacional, da qual o POC havia se aproximado. Em maio participou como observador do 2º Congresso da Liga Comunista, organização francesa da IV Internacional, realizado em Rouen.

Cinco dias depois de sua volta da França, que havia sido feita com passaporte legal, uma vez que contra Luiz Eduardo Merlino não pesava nenhuma acusação dos órgãos repressivos, foi preso em casa de sua mãe, em Santos, no dia 15 de julho de 1971. Apresentando-se inicialmente como amigos, os policiais do DOI-CODI rapidamente deixaram cair a máscara. Perguntando agressivamente por sua companheira, Ângela

Mendes de Almeida, que ainda permanecia na França, esses policiais chegaram a agredir sua irmã, Regina Merlino, mas saíram com a promessa de que ele poderia voltar logo à casa.

Na sede da OBAN, na Rua Tutóia, em São Paulo, Luiz Eduardo foi torturado durante cerca de 24 horas seguidas e abandonado numa cela solitária. Apesar de queixar-se de fortes dores nas pernas, fruto da permanência no "pau de arara", ele não teve nenhum tratamento médico. Apenas massagens, acompanhadas de comentários grosseiros por parte de um enfermeiro de plantão que, em tom de brincadeira, falou ao chefe da equipe: "Capitão, o Merlino está reclamando de dores nas pernas e que não pode fazer pipi. Vai ver que andou demais durante a noite"; e puseram-se a rir os dois torturadores. Essa cena foi presenciada por vários presos políticos que se encontravam no DOI-CODI.

As dores nas pernas que Merlino sentia eram, na verdade, uma complicação circulatória decorrente das torturas. No dia 17 foi retirado da solitária e colocado sobre uma mesa, no pátio em frente às celas. Nessa ocasião diversos companheiros puderam ver o seu estado e alguns falaram brevemente com ele. Ele queixava-se então de dormência de suas pernas que não mais lhe obedeciam, fruto de gangrena generalizada. Horas mais tarde, como seu estado piorasse, ele foi removido para o Hospital Geral do Exército, onde veio a morrer. A reconstituição destes fatos foi feita a partir de relatos de companheiros de prisão de Merlino, como Guido Rocha, de Minas Gerais, que esteve todo o tempo na solitária com ele.

As declarações de presos políticos, como as de Eleonora de Oliveira Soares, Ricardo Prata Soares e Lauriberto Junqueira Filho, feitas em Auditorias Militares, à época, confirmaram as torturas sofridas por ele no DOI-CODI. Zilá Prestes Prá Baldi declarou que o viu depois de morto com o corpo cheio de equimoses.

Embora no atestado de óbito conste a data de 19 de julho de 1971, sua morte só foi comunicada à mãe no dia 20, à noite. A primeira versão era de que ele havia se suicidado. Uma segunda versão dada pelos órgãos repressivos diz que ele teria morrido por "auto-atropelamento": tendo sido levado para o Rio Grande do Sul para identificar companheiros, ele teria escapado da guarda e se jogado embaixo de um carro, na BR-116, na altura de Jacupiranga. Não foi identificado o veículo atropelador, nem foi feita ocorrência do fato no local. Apesar desta desculpa mais sofisticada, o corpo não aparecia.

Foi preciso que um parente tivesse acesso ao IML de São Paulo e localizasse o corpo, que ali estava "sem nome". O laudo médico, assinado por Isaac Abramovitch, terminou por definir: "Segundo consta, foi vítima de atropelamento". Jornalistas amigos de Merlino foram até o ponto da estrada para Porto Alegre em que, segundo os órgãos repressivos ele teria sido atropelado ao tentar fugir, e não encontraram sinal de nenhuma ocorrência. Nem sequer a notícia da morte de Luiz Eduardo Merlino pôde ser dada. Quando, um mês depois, em 28 de agosto, foi celebrada missa de trigésimo dia na Catedral da Sé, em São Paulo, o mesmo policial que havia agredido Regina Merlino apresentou-se para dar os pêsames.

No dia 20, os presos do DOI-CODI foram informados pelo PM Gabriel que Merlino havia morrido por problemas do coração.

Na requisição de exame necroscópico, no item referente ao histórico do caso lê-se "no dia e hora supra mencionados (19/07/71 - 19:30 - BR-116 Jacupiranga) ao fugir da escolta que o levava para Porto Alegre, RS, na estrada BR-116 foi atropelado e em consequência dos ferimentos faleceu".

O laudo necroscópico, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard Orsini concluiu que Merlino faleceu em virtude de anemia aguda traumática por rutura da artéria ilíaca direita. Foi enterrado no Cemitério de Santos, pelos seus familiares.

Fonte: desaparecidospoliticos.org.br

LUIZ EURICO TEJERA LISBÔA (1948 – 1972)



Número do Processo:	248/96
Filiação:	Célia Tejera Lisbôa e Eurico Siqueira Lisbôa
Data de Nascimento:	19/01/1948
Local de Nascimento	Porto União (SC)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data de desaparecimento:	Setembro/1972
Local de desaparecimento:	São Paulo
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 311

O nome de Luiz Eurico Tejera Lisbôa fazia parte da lista anexa à Lei nº 9.140/95 e seu caso tornou-se um divisor de águas na luta dos familiares, por ter sido o primeiro desaparecido político a ter seu corpo encontrado, após uma longa e minuciosa busca de sete anos, em meio a um labirinto de boatos e pistas falsas.

Catarinense de Porto União, Luiz Eurico era o mais velho de sete irmãos. Morou em outras cidades daquele estado: Caçador, Tubarão, Itajaí e Florianópolis. Em 1957, a família mudou para o Rio Grande do Sul. Em Caxias do Sul, estudou no Colégio Santa Terezinha e no Colégio Nossa Senhora do Carmo. Quando ocorreu o Golpe de Estado de 1964, cursava o clássico na Escola Cristóvão de Mendonça, em Caxias. Na ingenuidade de seus 15 anos, escreveu e assinou um manifesto contra a ditadura, que saiu a distribuir pela cidade. Acuado pelas conseqüências, mudou-se para Porto Alegre, ingressando no Colégio Estadual Júlio de Castilhos – o Julinho, onde organizadamente começou sua militância política na Juventude Estudantil Católica (JEC). Foi uma das lideranças do Movimento Estudantil secundarista gaúcho, atuando na União Gaúcha dos Estudantes Secundários - UGES.

A militância ativa e a participação destacada de Luiz Eurico chamaram a atenção dos órgãos de segurança, que passaram a prendê-lo preventivamente a cada anúncio de manifestação a ser realizada. Uma dessas prisões selaria seu destino. Em 1969, foi condenado pela LSN a 6 meses de prisão pela tentativa de reabertura de entidade ilegal, no caso o grêmio estudantil do Julinho, que fora fechado pela direção da escola e que ele manteve funcionando numa barraca improvisada em frente ao colégio. Já militando na ALN, passou a viver na clandestinidade.

Foi também membro da direção estadual do PCB até a realização do VI Congresso do partido, quando passou a integrar a Dissidência do Rio Grande do Sul. Após o AI-5, organizou o Movimento 21 de Abril, buscando manter estruturado o Movimento Estudantil gaúcho. Chegou a iniciar o curso de Economia na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Pertenceu ainda à direção regional da VAR-Palmares antes de integrar-se à ALN em 1969. Nesse mesmo ano casou-se com Suzana Keniger Lisbôa. Em 1970 viajou para Cuba, onde fez treinamento militar e regressou ao Brasil no ano seguinte, no auge da repressão política. No final de 1971 voltou a viver em Porto Alegre, buscando reorganizar a ALN no Rio Grande do Sul.

Luiz Eurico desapareceu na primeira semana de setembro de 1972, em São Paulo, e sua

história constava das primeiras matérias publicadas na imprensa sobre o tema, em 1978. Os familiares lidavam, na época, com a contra-informação das autoridades do regime militar, que utilizavam todos os subterfúgios possíveis para negar que os desaparecidos tivessem sido presos.

A denúncia da localização de sua ossada, feita no Congresso Nacional durante a votação do projeto de Anistia, em 22/08/1979, tornou-se um marco no movimento dos familiares de desaparecidos políticos. Enquanto o projeto de Anistia parcial enviado pelo presidente Figueiredo determinava que seria dado um atestado de morte presumida aos desaparecidos, era apresentado à Nação um atestado de morte real, premeditadamente falso para ocultar a verdade dos fatos. Foi denunciado o local de sepultamento clandestino de Luiz Eurico e Denis Casemiro, desaparecidos, e também anunciada a localização de corpos de militantes oficialmente mortos e enterrados com nomes falsos.

Nos primeiros meses de 1979, a família de Luiz Eurico tinha recebido uma informação crucial. Oficiosamente, mas de forma muito peculiar, por ser através de pessoas amigas, o então chefe do SNI, general Otávio Medeiros fizera chegar aos familiares a notícia de que Luiz Eurico estava morando em Montevideu onde assumira outra identidade, vivendo casado e feliz. A família solicitou, então, ao general, o endereço de Luiz Eurico, pois publicamente faria excluir seu nome da lista de desaparecidos políticos. Seria uma vitória para o regime militar, pois a foto de Luiz Eurico figurava no primeiro cartaz com fotos de desaparecidos políticos, organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, de São Paulo. Enquanto os parentes aguardavam a informação prometida pelo general, o corpo foi localizado, sepultado há vários anos.

Reunidos num Encontro Nacional das Entidades de Anistia, no Rio de Janeiro, em abril de 1979, os familiares haviam chegado a uma pista fundamental, trazida com o retorno do exílio de Iara Xavier Pereira, que buscava os corpos de seus irmãos Iuri e Alex Xavier Pereira: o destino dos corpos de muitos militantes tinha sido o cemitério de Perus, onde eram enterrados sob nome falso, como indigentes. Ali foi localizado o registro de Nelson Bueno, morto em 02/09/1972. Somente a partir da denúncia e da ampla divulgação na imprensa, apareceu o Inquérito Policial instaurado na 5ª Delegacia de Polícia, de São Paulo, com a versão de suicídio de Nelson Bueno no quarto de uma pensão no bairro Liberdade.

As fotos desse inquérito mostram Luiz Eurico deitado na cama do quarto da pensão, com um revólver em cada mão e marcas de disparos na parede e num armário. Sobre o corpo,

uma colcha com quatro sinais de esfumaçamento, deixando à mostra os braços e as duas armas. Luiz Eurico teria disparado cinco tiros. A cena foi arrumada para a foto – a colcha sob o corpo, as armas, as mãos. No banheiro da própria pensão, teriam lavado o corpo para outras fotos. A conclusão do inquérito foi de que teria disparado alguns tiros a esmo antes de embrulhar uma das armas na colcha que o cobria para abafar o tiro que dera em sua própria cabeça. O laudo necroscópico, assinado por Octavio D’Andréa e Orlando Brandão, ratificando o suposto suicídio, é propositalmente omissivo. Descreve ferimento perfuro-contuso, sem características de disparo encostado. Não dá detalhes de disparo a curta distância – zona de chama, tatuagem. Não há espargimento de massa encefálica ou sangue, nem na colcha, nem na cama.

Em processo aberto na 1ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, foi solicitada pela família a reconstituição da identidade e retificação do registro de óbito. Com o pedido inicial deferido, o Juiz da 1ª Vara mandou reabrir o inquérito, pois o corpo exumado em fevereiro de 1980 da sepultura que seria de Nelson Bueno, não correspondia ao laudo descrito no processo – os ossos apresentavam fraturas indiscriminadas e não os orifícios correspondentes ao tiro no crânio com que, na versão policial, teria se suicidado. Foram realizadas novas exumações no Cemitério Dom Bosco, de Perus, até ser encontrado um corpo que correspondia às características presentes no inquérito da morte de Luiz Eurico. O perito criminal que acompanhou a exumação foi o mesmo que, em 1972, esteve na pensão. O promotor designado, Rubens Marchi, nada investigou e foi ratificada a conclusão de suicídio. As circunstâncias da morte de Luiz Eurico não foram restabelecidas. As estruturas montadas durante o regime militar ainda permaneciam intactas. Romeu Tuma era diretor do DOPS e respondeu aos ofícios do Juiz da 1ª Vara informando que o órgão nada tinha sobre o caso. Ainda era diretor do IML o legista Harry Shibata, que entregou o corpo à família, trasladado para Porto Alegre, em 2 de setembro de 1982, onde foi enterrado após receber homenagem na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.


Em 1990, o depoimento de um morador da pensão ao repórter Caco Barcellos, para o programa Globo Repórter sobre a vala clandestina do cemitério de Perus, contradisse a versão oficial, afirmando que Luiz Eurico fora assassinado e o suposto suicídio montado no quarto de pensão. Com a abertura dos arquivos do DOPS/SP, novos documentos foram localizados e, ao contrário do que informara Romeu Tuma ao juiz, um documento endereçado a ele, intitulado ‘Retorno dos Exilados’, datado de 1978, se refere à morte de

Luiz Eurico em setembro de 1972, o que comprova que o órgão sabia do que ocorrera com ele em data muito anterior à descoberta dos familiares. Foi através dessa mesma listagem que se tornou possível descobrir o destino e local de sepultamento de Ruy Carlos Vieira Berbert.

Em 1994 a editora Tchê, em parceria com o Instituto Estadual do Livro/RS publicou o livro *Condições Ideais para o Amor* com poesias e cartas de Luiz Eurico.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 311

LUÍS HIRATA (1944 – 1971)

	Número do Processo:	290/96
	Filiação: Hisae Hirata e Tadayoshi Hirata	
	Data de Nascimento:	23/11/1944
	Local de Nascimento	Guaiçara (SP)
	Organização Política ou atividade:	AP
	Data da morte:	20/12/1971
	Local da morte	São Paulo
	Relator:	Sp
	Deferido em:	14/05/1996
	Data da publicação em DOU:	17/05/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p 195.

Filho de imigrantes japoneses e agricultores, paulista de Guaiçara, na região de Lins, Luiz Hirata estudava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba. Em 1969 precisou abandonar os estudos, no quarto ano, por perseguição política: era militante da Ação Popular. Em 1971, antes de ser preso e assassinado sob torturas, era um dos cinco coordenadores do movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo, ao lado de Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira.

Foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS-SP, em 26/11/1971. Morreu em 20/12/1971 como consequência das torturas a que foi submetido ao longo de

três semanas. Heládio José de Campos Leme, preso político no DOPS/SP, conviveu ali com Luiz Hirata cerca de duas semanas. Ficaram na mesma cela. Acompanhou, dia a dia, o agravamento do seu estado de saúde, testemunhando que ele voltava dos interrogatórios carregado pelos policiais. Era Heládio quem carregava Luiz até o sanitário da cela. “*Seu rosto ficou tão inchado que ele não podia abrir os olhos. Chegou um momento em que ele não mais urinava nem comia: foi quando o levaram, quase inconsciente*”.

Em 16 de dezembro, quatro dias antes da morte, Fleury tentou justificar as lesões provocadas pelas torturas. Para isso, chamou ao DOPS o legista Harry Shibata, que se tornaria tristemente célebre a partir de 1975 por assinar o laudo que tentou legitimar a farsa do pretenso suicídio de Vladimir Herzog no DOI-CODI/SP. Prontamente, Shibata atendeu ao pedido e produziu um laudo de corpo de delito onde sustenta a estapafúrdia versão que lhe foi ditada pelo delegado torturador: Luiz Hirata havia colidido com a traseira de um ônibus quando tentava a fuga, em alta velocidade, correndo a pé. O legista considerou, então, “*de bom alvitre remoção ao Hospital das Clínicas para socorro e providências médicas*”.

Pode-se imaginar o estado físico em que se encontrava Luiz Hirata, a ponto de suscitar uma justificativa tão inverossímil como essa: Luiz Hirata teria simplesmente atropelado um ônibus ao tentar fugir. O laudo com as recomendações do legista Harry Shibata foi elaborado às 9h15, mas Fleury levou o preso ao Hospital das Clínicas somente 11 horas depois. De acordo com a documentação oficial, Luiz Hirata morreu nesse hospital no dia 20. A requisição de exame ao IML, assinada por Jair Romeu, estava marcada com o “T” característico utilizado para identificar os presos políticos. Registra que teria morrido por morte natural, sendo diagnosticada insuficiência renal crônica. Os legistas Onildo B. Rogano e Abeylard de Queiroz Orsini confirmaram a versão oficial, embora façam referência à presença de “*lesões não recentes*” no corpo.

Esse segundo médico legista, Abeylard de Queiroz Orsini, teve cassado o exercício da profissão pelo Conselho Federal de Medicina, em 10/04/2002, confirmando decisão anterior do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que havia proferido igual sentença em 9/04/2000, por violação da ética médica, fraude e conivência com a tortura ao assinar aproximadamente 15 laudos de presos políticos executados nos porões dos órgãos de segurança do regime militar.


No voto aprovado por unanimidade na CEMDP, o relator do caso, general Oswaldo Pereira Gomes, destacou que “*as peças do processo dão a plena convicção de que Luiz*

Hirata estava preso na polícia paulista e que foi conduzido ao Hospital das Clínicas em estado terminal irreversível.

Do processo consta declaração do professor Universitário Heládio Jose de Campos Leme, companheiro de prisão de Luiz Hirata que testemunharia a progressiva deterioração do estado físico dele em consequência de maus-tratos; depois das sessões de 'interrogatório', era trazido carregado pela polícia; que apresentava grandes hematomas pelo corpo, principalmente na região dos rins, diz essa testemunha que Hirata precisava ser carregado para fazer uso de vaso sanitário; após alguns dias foi retirado da cela semi-inconsciente para ser encaminhado a um Hospital". E, categoricamente, afirmou: "Isto não coincide com a versão da fuga velocíssima da vítima que em velocidade chocou-se com a traseira de um ônibus".

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p 195.

LUÍS JOSÉ DA CUNHA (1943 – 1973)

	Número do Processo:	308
	Filiação:	Maria Madalena da Cunha e Jose Joviano da Cunha
	Data de Nascimento:	02/09/1943
	Local de Nascimento	Recife (PE)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	13/07/1973
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Suzana Keneiger Lisboa
	Deferido em:	10/04/1997
	Data da publicação em DOU:	16/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.348

Dirigente da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Nasceu em 2 de setembro de 1943 em Recife, Pernambuco, filho de José Joviano da Cunha e Maria Madalena da Cunha.

Foi fuzilado, quando tinha 27 anos, pela equipe do Grupo Especial do DOI-CODI/SP chefiada pelo agente conhecido como "Capitão Nei" e tenente da PM "Lott", na altura do n. 2200 da Av. Santo Amaro, em São Paulo, no dia 13 de julho de 1973.

A emboscada montada para o assassinato de Luiz José se estendia por toda a região próxima ao n. 2000 da Av. Santo Amaro. A versão oficial divulgada pelos assassinos de Luiz José afirma que ele, ao ser abordado em virtude de sua atitude suspeita, teria reagido a tiros, procurando fugir ao tentar tomar à força um carro dentro do qual havia duas moças.

Segundo o testemunho de numerosos populares que assistiram a cena, Luiz José realmente tentou tomar o carro mas, antes de ter qualquer chance de defesa, foi atingido pelas costas.

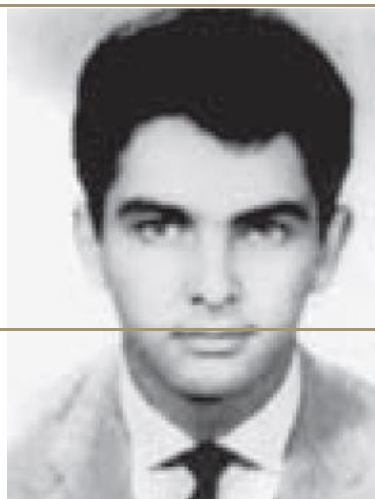
Os tiros que feriram as duas moças, segundo ainda os depoimentos dos populares, seriam provenientes das balas dos agentes, que atiravam constante e indiscriminadamente.

O laudo necroscópico foi assinado pelos médicos legistas Harry Shibata e Orlando Brandão. As fotos de seu corpo evidenciam torturas, o que faz supor que ele teria sido preso e torturado antes de ser morto.

Foi enterrado no Cemitério de Perus, SP como indigente. Seu corpo, exumado em 1991, ainda não foi identificado pela UNICAMP.

Fonte: desaparecidospoliticos.org.br

LUIZ FOGAÇA BALBONI (1945 - 1969)



Número do Processo:	059/96
Filiação:	Francisca Áurea Fogaça Balboni e Luiz Balboni
Data de Nascimento:	25/05/1945
Local de Nascimento	Itapetinga (SP)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	25/09/1969
Local da morte	São Paulo (SP)

Relator:	Nilmário Miranda
Deferido em:	10/04/1997
Data da publicação em DOU:	16/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.103

Estudante da Escola Politécnica da USP, onde cursou até o 3º ano, trabalhava como professor e desenhista da Empresa Geotécnica. Passou a infância em São Miguel Arcanjo (SP), onde sua história se perpetua hoje no “Parque do Zizo” (seu apelido familiar), uma área de preservação ambiental que soma 300 hectares de Mata Atlântica original, implantado por seus irmãos com o dinheiro da indenização aprovada pela CEMDP.

Depois de estudar em Itapetininga (SP), Balboni mudou-se para a capital paulista e integrou a Ala Vermelha até março de 1969, quando passou a militar na ALN. Pela versão oficial, teria morrido fuzilado ao resistir à prisão, em São Paulo (SP), em emboscada montada pelos delegados Sérgio Paranhos Fleury, Rubem Tucunduva e Firminiano Pacheco, do DOPS, dia 24/09/1969, nas proximidades da avenida Paulista.

O laudo necroscópico é assinado pelos legistas Irany Novah Moraes e Antônio Valentini. A requisição de exame, datada de 25/09/1969, informa que morreu à 1h30min no Hospital das Clínicas; vem marcada com um T em vermelho, signo que em vários documentos localizados nos arquivos abertos para consulta é associado à palavra terrorista. Dá como histórico: “*disparo de arma de fogo a esclarecer*”. Seu corpo só deu entrada no necrotério às 17:00 horas do dia 25/09/1969 e foi retirado pela família no dia seguinte, para ser enterrado no cemitério de São Miguel Arcanjo.

Relatório encontrado nos arquivos do DOPS-SP, datado de 09/11/1969 e assinado pelo delegado Ivair Freitas Garcia, descreve o esquema policial montado para matar Carlos Marighella cinco dias antes, pede a promoção de policiais que participaram da operação e faz referência a outras prisões efetuadas, bem como à morte de Luiz Fogaça Balboni, informando que teria ocorrido no Hospital das Clínicas, após ser baleado entre 18 e 18:30 horas na Alameda Campinas.


Na verdade, Luiz Fogaça foi ferido por volta das 15 horas, conforme depoimento prestado por Manoel Cyrillo de Oliveira Neto. Ambos foram surpreendidos pelo cerco policial quando tentavam retirar um veículo que haviam estacionado na área. Manoel conseguiu fugir do cerco montado e relata que, durante a fuga, ouviu Fogaça chamar seu nome. Tinha a camiseta manchada de sangue na altura do peito. Continuava a correr, mas em passo lento. Tentou socorrê-lo, mas em seguida Luiz caiu na calçada.

Buscando melhor documentar os fatos, o relator do processo na CEMDP oficiou ao diretor do Hospital das Clínicas solicitando informações sobre “o horário em que Luiz Fogaça Balboni deu entrada no hospital, causa da morte, laudos etc”. Não tendo a resposta deixado claro o horário de entrada no hospital, foi refeita a solicitação e se obteve, finalmente, a confirmação de que “foi atendido no Pronto Socorro deste Hospital às 18h33min do dia 24.09.1969, quando foi internado, vindo a falecer às 1h30min do dia 25/09/69”.

Provado ficou, portanto, que, apesar de preso com ferimento grave, Luiz Fogaça Balboni permaneceu em poder dos agentes do DOPS por pelo menos três horas, antes de ser encaminhado para o devido socorro médico.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.103

LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (1921 – 1974)

	Número do Processo:	043/96
	Filiação:	Maria Salomé de carvalho Maranhão e Luiz Ignácio
	Data de Nascimento:	25/01/1921
	Local de Nascimento	NATAL (RN)
	Organização Política ou atividade:	PCB
	Data de desaparecimento:	03/04/1974
	Local de desaparecimento:	São Paulo (SP)
	Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 378

Preso juntamente com João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, integrantes do Comitê Central do PCB em São Paulo no dia, 03/04/1974, e seus nomes integram a lista de

desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Luiz Ignácio Maranhão Filho era advogado, jornalista, professor universitário e foi deputado estadual. Teve seu mandato cassado pelo primeiro

Ato Institucional, em abril de 1964. Nascido em Natal (RN), estudou no Atheneu Norteriograndense, escola em que mais tarde seria professor, lecionando também na

Fundação José Augusto e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Seu irmão, Djalma Maranhão, era prefeito de Natal quando da deposição de João Goulart, liderando nessa cidade uma gestão municipal inteiramente engajada na mobilização pelas reformas de base, em sintonia com as propostas de Paulo Freire, através de um programa de alfabetização que teve repercussão nacional: *“De pé no chão também se aprende a ler”*.

Jornalista, colaborou com diversas publicações do Rio Grande do Norte, particularmente com o Diário de Natal. Escreveu vários artigos para a Revista Civilização Brasileira. Filiou-se ao Partido Comunista em 1945, tendo sido eleito para o seu Comitê Central no VI Congresso do partido, em 1967.

Preso em 1952 pela Aeronáutica em Parnamirim (RN), foi brutalmente torturado, constituindo esse episódio um capítulo do livro História Militar do Brasil, de Néelson Werneck Sodré. Em 1958, foi eleito Deputado Estadual pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), desempenhando o mandato até 1962.

No início de 1964, visitou Cuba a convite de Fidel Castro, juntamente com Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas. Com o Golpe de Estado de abril, foi preso e levado para a ilha de Fernando de Noronha, junto com o governador de Pernambuco Miguel Arraes e seu irmão prefeito, todos cassados. Libertado no final do ano, imediatamente passou à clandestinidade, fixando-se no Rio de Janeiro. Durante o período de vida clandestina, atuou em diversas missões e comissões partidárias.

Maranhão foi o dirigente que mais trabalhou no PCB a relação entre cristãos e marxistas, na trilha do diálogo proposto então pelo filósofo marxista Roger Garaudy, filiado ao Partido Comunista Francês. Essa face de sua militância foi estudada pela professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria Conceição Pinto de Góes, que lançou em 1999 o livro *A Aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho – cristãos e comunistas na construção da utopia*. Nesse trabalho a pesquisadora registra que Maranhão organizou a publicação de três encíclicas fundamentais na renovação da Igreja Católica – *Populorum Progressio*, *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra* – sob o título *A Marcha Social da Igreja*, com uma introdução de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde.

No livro do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, *Desaparecidos Políticos*, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa fornecem algumas informações sobre o seu desaparecimento: *“Sua prisão foi testemunhada por algumas pessoas e se deu numa das praças de São Paulo, quando foi cercado por homens que pareciam assaltantes. O que levou testemunhas a acorrerem com o intuito de ajudá-lo. Mas ao constatarem que se*

tratava de agentes policiais – colocaram algemas em seus pulsos – se afastaram, observando que ele foi conduzido num veículo comumente usado para transporte de presos comuns. Desde então Inácio nunca mais foi visto”.

Em maio de 1974, o deputado federal Thales Ramalho, que era secretário-geral do MDB, de sua ala moderada, mas colega de infância do comunista desaparecido, leu da tribuna da Câmara carta de sua esposa denunciando o desaparecimento. Elio Gaspari registrou, em *A Ditadura Derrotada*: “*Ramalho entrincheirou-se no embarço, cobrando explicações do governo. Leu uma carta da viúva e concluiu: ‘É com sentimento de vergonha que transmito a esta Casa esse impressionante depoimento para o conhecimento de todos. Vergonha de que, em meu país, uma carta dessas possa ser escrita. Daqui, quero fazer um apelo ao presidente Ernesto Geisel: mande apurar este caso’”.*

Em 08/04/1987, matéria publicada na revista *IstoÉ* trouxe declarações do ex-médico Amílcar Lobo reconhecendo ter atendido Luís Ignácio no DOI-CODI/RJ, sendo essa a única informação obtida até hoje acerca de seu paradeiro.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 378

MANOEL FIEL FILHO (1927 – 1976)



Número do Processo:	309
Filiação:	Margarida Maria Lima e Manoel Fiel Lima
Data de Nascimento:	07/01/1927
Local de Nascimento	Quebrangulo (AL)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data da morte:	17/01/1976
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Paulo Gonet Branco
Deferido em:	30/05/1996
Data da publicação em DOU:	03/06/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.411

Essa morte ficou registrada na história do regime ditatorial em estreita conexão com a de Vladimir Herzog. Aquela provocou grande repercussão junto à opinião pública brasileira, mas nada alterou na rotina do aparelho de segurança. A morte de Fiel, tendo ocorrido durante o recesso parlamentar e as férias universitárias, gerou noticiário mais discreto e, no entanto, produziu abalos na estrutura do regime militar.

Reagindo a mais um suicídio forjado, o presidente Ernesto Geisel exonerou o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, e tirou da chefia do CIE o general Onúcio Danton de Paula Avelino, abrindo guerra aberta contra o seu ministro do Exército, Sylvio Frota, que seria também demitido no ano seguinte.

Alagoano de Quebrangulo, terra natal também de Graciliano Ramos, Manoel Fiel vivia na capital paulista desde os anos 50. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, trabalhando como prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, há 19 anos. Era casado com Thereza de Lourdes Martins Fiel, tinha duas filhas, e morava num sobrado na Vila Guarani.

Acusado por outro preso político torturado de receber alguns exemplares do jornal Voz Operária, do PCB, foi preso na fábrica, em 16/01/1976, às 12h, por dois agentes do DOI-CODI paulista. No dia seguinte, uma nota oficial informou que Fiel Filho havia se enforcado na cela com as próprias meias. Ocorre que, quando detido, ele usava chinelos sem meias, de acordo com depoimentos dos colegas de trabalho.

Quando os parentes conseguiram a liberação do cadáver para ser enterrado no cemitério da Quarta Parada, verificou-se que o corpo apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio.

O II Exército divulgou nota com o seguinte teor: *“O comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13h do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-CODI/II Exército, o Sr. Manoel Fiel Filho. Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial-Militar, tendo sido nomeado o coronel de Infantaria QUEMA (Quadro do Estado Maior da Ativa) Murilo Fernando Alexander, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Exército”*. O coronel Murilo Alexander – lembra Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada* – era o mesmo oficial que tinha levado o cadáver de Chael Charles Schreier ao Hospital do Exército, no Rio, em 22/11/1969, tentando dissimular aquela morte sob torturas, sendo também apontado como um dos autores de inúmeros atentados terroristas de direita ocorridos em 1968.

O IPM foi concluído no prazo previsto de 30 dias. O procurador militar Darcy de Araújo Rebello, no parecer, datado de 28/04/1976, pediu o arquivamento do processo alegando que: *“As provas apuradas são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do*

suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a segurança nacional. (...) Aliás, conclusão que também chegou o ilustre Encarregado do Inquérito Policial Militar”.

Os companheiros de fábrica de Manoel Fiel publicaram uma nota, por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde relatam com detalhes o ocorrido. *“Manoel Fiel, no dia 16/01/1976, havia sido detido ilegalmente às 12h por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura, na fábrica onde trabalhava, a Metal Arte. Puseram-no num carro, foram até sua casa que foi vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho. Diante de sua mulher – Tereza de Lourdes Martins Fiel – levaram-no para o DOI-CODI do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas ele não voltou. No dia seguinte, um sábado, às 22h, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: ‘O Manoel suicidou-se.*

Aqui estão suas roupas.’ Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário. Sua mulher então começou a gritar:

‘Vocês o mataram! Vocês o mataram!’

O relato prossegue: *“Naquela trágica noite, os parentes que foram até o IML tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre sua morte. No domingo, dia 18, às 8h da manhã, ele foi sepultado. Obrigadas ao silêncio, a viúva e as filhas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, foi exonerado do seu cargo”.* Os operários mostravam-se inconformados e pediam justiça: *“(…) Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu pelo ‘suicídio’. Logo depois, o processo foi arquivado. Dois anos se passaram em silêncio. Até que se pode provar que, antes de morrer, o operário sofrera torturas. Gritava de dor e pedia aos seus torturadores: ‘Pelo amor de Deus, não me matem’. Seus gritos foram sumindo durante as torturas até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio”.*

Em 1978, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, então integrada por José Carlos Dias, José Gregori, Margarida Genevois, Hélio Bicudo, dentre outros defensores dos Direitos Humanos, tomou depoimentos dos presos políticos que

presenciaram as torturas do operário. Em 1980, foi lançado o livro *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?*, de Carlos Alberto Luppi, pela Editora Escrita. No IPM, a família do operário foi representada pelo advogado Belisário dos Santos Junior, que em 2001 passaria a fazer parte da CEMDP, sendo hoje o seu mais antigo integrante. Ação cível proposta contra a União Federal e patrocinada pelos advogados Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Samuel Mac Dowell Figueiredo e Sérgio Bermudes, após vários anos de tramitação na Justiça Federal, foi julgada procedente em 1995, com a condenação da União e o reconhecimento de sua responsabilidade pela prisão ilegal, tortura e morte de Manoel Fiel Filho.

A notoriedade do caso determinou a aprovação unânime pelos membros da CEMDP, sem qualquer controvérsia. A própria exoneração do comandante do II Exército tinha equivalido ao expresse reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte sob torturas de mais um opositor político do regime militar. Na contagem de Elio Gaspari, no livro citado, *“Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime, o 19º a se enforcar. Como Cláudio Manuel das Costas, com as meias, sem vão livre”*.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.411

MANUEL JOSÉ MENDES NUNES DE ABREU (1949 – 1971)



Número do Processo:	363/96 e 032/02
Filiação:	Dulce Souza Mendes de Abreu e José Pereira de Abreu
Data de Nascimento:	01/01/1949
Local de Nascimento	Rossio (Portugal)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	23/09/1971
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Nilmário Miranda/ Suzar Keniger Lisbôa
Deferido em:	07/10/2004
Data da publicação em DOU:	11/10/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p.185

No dia 23/09/1971, quatro militantes da ALN caíram em uma emboscada montada pelos órgãos de segurança na rua João Moura, em frente ao número 2358, bairro do

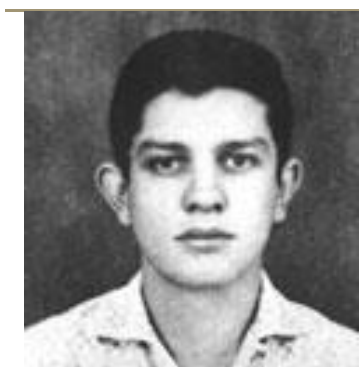
Sumarezinho, na capital paulista. Ana Maria Nacinovic Corrêa era a única mulher do grupo e conseguiu escapar e sobreviver, descrevendo os acontecimentos aos seus companheiros, antes de ser também executada no ano seguinte. Da ação, resultaram mortos Antonio Sérgio de Matos, Manuel José Nunes Mendes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca. A versão oficial foi de que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar um jipe do Exército.

Manuel José, nascido em Portugal, foi estudante da Escola Politécnica da USP, onde despertou para atividades do Movimento Estudantil e rapidamente passou à militância política clandestina. Nos documentos reunidos pela CEMDP não foi possível localizar mais dados biográficos desse estudante de Engenharia, nem dos outros dois militantes mortos na mesma data.

Os processos referentes aos três casos foram analisados em conjunto na Comissão Especial. Houve muitas controvérsias e intensos debates, com voto inicial de indeferimento e mais de um pedido de vistas. Apesar de terem ocorrido três mortes violentas, causou muita estranheza a integrantes daquele colegiado não ter sido realizada nenhuma perícia de local. As requisições de exame ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e os laudos necroscópicos pelos legistas Isaac Abramovitch e Antonio Valentini, conhecidos campeões de laudos que, invariavelmente, buscaram legitimar as versões farsantes divulgadas pelos órgãos de segurança.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.185

MANOEL LISBOA DE MOURA (1944 – 1973)



Número do Processo:	137/96
Filiação:	Iracilda Lisboa de Moura e Augusto de Moura Castro
Data de Nascimento:	21/02/1944
Local de Nascimento	Maceió (AL)
Organização Política ou atividade:	PCR
Data da morte:	04/09/1973
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Maria Eunice Paiva

Deferido em:	18/03/1996
--------------	------------

Data da publicação em DOU:	21/03/1996
----------------------------	------------

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.352

Desde o final de julho de 1973 ocorreu em Recife e em outras cidades da região uma ofensiva dos órgãos de segurança dirigida contra o PCR – Partido Comunista Revolucionário, organização nascida entre 1966 e 1967 como dissidência do PCdoB, cuja atuação se limitou aos estados do Nordeste. Foram apontados como fundadores desse grupo o engenheiro Ricardo Zarattini, banido do Brasil em setembro de 1969 em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, Amaro Luís de Carvalho, o Capivara, assassinado em 1971 na Casa de Detenção de Recife, conforme já relatado neste livro, e Manoel Lisbôa de Moura, um dos três mortos em mais uma operação comandada pelo notório torturador do DOPS/SP Sérgio Paranhos Fleury. Pelo que foi possível reconstituir no âmbito da CEMDP, Manoel Lisbôa e Emmanuel Bezerra foram presos em Recife em 16 de agosto, enquanto Manoel Aleixo foi capturado no dia 29 do mesmo mês.

Quanto aos outros dois mortos, a versão oficial dos órgãos de segurança registrou que, preso em Recife, Manoel Lisbôa informou à polícia ter um encontro marcado para o dia 04/09/1973, no Largo de Moema, em São Paulo, com Emmanuel, que regressava do Chile dias antes da deposição de Salvador Allende. Segundo os policiais, Emmanuel, ao chegar ao local do encontro percebeu que havia sido traído e atirou em Manoel Lisbôa.

Os agentes da repressão então reagiram, matando os dois. Com essa cena fictícia, os órgãos de segurança do regime militar criavam uma versão fraudulenta para a morte dos dois militantes e, ao mesmo tempo, apresentava o dirigente principal do PCR como delator e responsável pela prisão de companheiros, como já tinha se tornado rotina desde o assassinato de Eduardo Leite, Bacuri, no final de 1970. O comunicado oficial ainda os acusava falsamente de participação no atentado contra Costa e Silva, ocorrido no aeroporto dos Guararapes, em Recife, em 1966.

A farsa criada pela polícia não se sustentou. Emmanuel Bezerra e Manoel Lisbôa foram presos em Recife (PE), sendo que este último, com certeza, em 16/08/1973. Esse fato foi confirmado taxativamente pela operária Fortunata, com quem Manoel Lisbôa conversava na praça Ian Flemming, no bairro de Rosarinho, Recife. Ele foi preso sob as ordens do agente policial e conhecido torturador Luís Miranda, de Pernambuco e do delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury. Algemado, foi arrastado para um veículo e conduzido para o DOI-CODI do IV Exército, então situado no parque 13 de Maio. Fortunata, a operária, presenciou a cena. *“Foi uma verdadeira operação de guerra. Quando um*

homem se aproximou, ele fez menção de pegar a arma, mas foi inútil. De todos os lados da praça surgiam homens. Carros e carros surgiram”.

A requisição do exame necroscópico de Manoel Lisbôa foi assinada pelo delegado Edsel Magnotti, e o laudo pelos médicos legistas Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues, que confirmaram a versão oficial. Mas, segundo denúncia de Selma Bandeira Mendes, companheira de Manoel Lisbôa, e de outros presos políticos que se encontravam no DOI-CODI/SP, ele passou 19 dias sob tortura intensa. Apresentava marcas de queimaduras por todo o corpo e estava quase parálítico.


Manoel Lisbôa de Moura era o principal dirigente do PCR e desde seus tempos de escola secundária em Maceió, demonstrou interesse pelos problemas sociais, engajando-se no Movimento Estudantil alagoano. Como secundarista, participou do Conselho Estudantil do Colégio.

A relatora de seu processo na CEMDP votou pelo acolhimento do pedido, registrando que os órgãos oficiais conheciam a identidade de Manoel e que mesmo assim ele fora enterrado como indigente em caixão lacrado e em sepultura que não podia ser identificada pela família.

Na opinião da relatora, isso fazia deduzir que a morte por causas não naturais estava relacionada com a tortura, embora não atestada no exame do corpo do delito.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.352

MARCO ANTÔNIO BRÁS DE CARVALHO (1940 – 1969)

	Número do Processo:	017/92
	Filiação:	Anna Braz de Carvalho e José de Carvalho Filho
	Data de Nascimento:	05/01/1940
	Local de Nascimento	Angra dos Reis (RJ)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	28/01/1969
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	André Sabóia Martins
	Deferido em:	15/12/2004

O desenhista mecânico Marcos Antônio Braz de Carvalho, conhecido como Marquito, foi morto no dia 28/1/1969, na sua residência em São Paulo. Os policiais do DOPS, chefiados pelo delegado Raul Nogueira de Lima, o “*Raul Careca*” (já mencionado no caso José Guimarães), invadiram um apartamento na rua Fortunato, área central da capital paulista, sendo o militante da ALN morto com vários tiros. Os legistas foram Erasmo M. de Castro de Tolosa e Orlando Brandão, que apontaram como causa da morte “*hemorragia interna traumática*”.

As condições de sua morte foram assim descritas pelo jornalista Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*: “*No dia 28 de janeiro, depois de ir a um ‘ponto’ onde deveria encontrar um colega, resolveu procurá-lo no aparelho. Virou a chave na fechadura, e a polícia caiu-lhe em cima.*

Foi morto a tiros”.

Documentos dos órgãos de segurança do regime militar o apontam como pessoa diretamente ligada a Carlos Marighella, com treinamento de guerrilha em Cuba, e que comandava o grupo de fogo do Agrupamento Comunista de São Paulo, depois rebatizado para ALN.

Entre as inúmeras ações armadas a ele imputadas está a execução do capitão do exército norte-americano, Charles Rodney Chandler, em 12/10/1968, acusado, pelos executores, de ser agente da CIA.


Na CEMDP, o relator André Saboia Martins apresentou o caso em reunião de 11/12/2003. O perito do Instituto de Criminalística do Departamento de Polícia Técnica do Distrito Federal, Celso Nenevê, após analisar vários documentos do processo, constatou que “*o depoimento do inspetor Raul Nogueira de Lima não é coincidente com os achados necroscópicos no tocante às regiões atingidas (o depoimento apresenta que Marcos Antônio encontrava-se ‘atirado na perna’) e na quantidade de disparos efetuados (depreende-se da declaração que foram efetuados apenas dois disparos contra Marcos), enquanto que o depoimento constante do processo efetuado pelo irmão da vítima, João Pedro Braz de Carvalho é coincidente com esses achados no tocante aos orifícios de saída na região peitoral e na ausência de lesões nas pernas*”.

Para o relator, as contradições entre a versão oficial sobre as circunstâncias da morte, expressa no depoimento do inspetor Raul Nogueira de Lima, e os achados do laudo de exame de corpo de delito/exame necroscópico, destacadas em parecer criminalístico, favoreceram a consideração da hipótese de que Marcos Antônio teria sido executado por agentes policiais do DOPS/SP.

Concluiu André Saboia que “*a despeito da ausência de parecer conclusivo sobre a dinâmica dos eventos que culminaram no homicídio perpetrado contra Marcos Antônio, em 28/1/1969, os elementos existentes não deixam dúvida de que o caso se enquadra na hipótese prevista na Lei nº 9.140/95*”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.91

MARCOS NONATO DA FONSECA (1953 – 1972)

	Número do Processo:	268/96
	Filiação:	Leda Nonato Fonseca e Octávio Fonseca Filho
	Data de Nascimento:	01/06/1953
	Local de Nascimento	Rio de Janeiro (RJ)
	Organização Política ou atividade:	ALN
	Data da morte:	14/06/1972
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Suzana Keniger Lisboa
	Deferido em:	24/04/1997
	Data da publicação em DOU:	29/04/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 302

Enquanto os militantes da ALN, Ana Maria Nacinovic Correa, Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no restaurante Varella, no bairro da Mooca, em São Paulo, no dia 14/6/1972, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique

de Oliveira, telefonou para a polícia avisando da presença em seu restaurante de algumas pessoas cujas fotos estavam nos cartazes de terroristas procurados. Rapidamente, os agentes do DOI-CODI montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando grande

contingente policial. Como saldo da operação, morreram Ana Maria, Iuri e Marcos Nonato, ao passo que Antônio Carlos Bicalho Lana conseguiu escapar ferido, e relatou o ocorrido a seus companheiros.

Marcos Nonato era estudante secundarista do Colégio Pedro II, em Humaitá no Rio de Janeiro, onde começou sua militância política. De origem humilde e afrodescendente, cuidava dos irmãos menores enquanto seus pais trabalhavam: ela, como manicure, ele, como cozinheiro.

Morava numa casa muito simples em São Conrado. Nutria admiração especial pela vida e atitudes de Dom Helder Câmara em favor dos necessitados. No final de 1969, com 16 anos, já atuava clandestinamente, militando na ALN. Durante alguns meses, atuou no regional de

Minas Gerais, participando do assalto a banco que terminou na prisão e morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto em janeiro de 1971. Depois disso, retornou ao Rio de Janeiro, sendo posteriormente deslocado para São Paulo.

Sua mãe guarda a última carta que escreveu à família, em 30/12/1971: *“Estou escrevendo novamente, depois de um longo tempo sem mandar notícias. (...) O povo perdeu combatentes de valor, como Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca e tantos outros. Mas, apesar disso, nossa*

luta não terminou, porque é a luta de um povo contra seus opressores. Estou me lembrando que amanhã vai fazer dois anos em que estivemos juntos pela última vez. Foi numa passagem de ano de 69 para 70... Não me arrependo do caminho que escolhi... Até uma outra vez. Seu saudoso filho”. Marcos foi morto aos 19 anos, sendo enterrado no Cemitério São João Batista (RJ), por seus familiares.

Quanto às reais circunstâncias da morte dos três, a versão oficial informou sobre o cerco montado pelos agentes de segurança, referindo-se a ferimentos em uma menina, em um transeunte e em dois agentes policiais, não identificados nas matérias publicadas ou nos documentos localizados. Somente a partir da abertura dos arquivos do DOPS/SP começaram a surgir elementos que colocaram em dúvida a versão oficial de que os três teriam morrido em tiroteio. Não foi possível reconstituir toda a verdade dos fatos, mas as mortes certamente não ocorreram no local, conforme a narrativa oficial. Depoimento de uma testemunha, documentos oficiais localizados e perícias realizadas nos restos mortais dos militantes derrubaram a versão de morte em tiroteio.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 302

NEIDE ALVES DOS SANTOS (1944 – 1976)



Número do Processo: 346/96

Filiação: Nair Alves dos santos e Alexandre Alves dos Santos

Data de Nascimento: 12/09/1944

Local de Nascimento: Rio de Janeiro (RJ)

Organização Política ou atividade: PCB

Data da morte: 07/01/1976

Local da morte: São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Braco

Deferido em: 02/10/1997

Data da publicação em DOU: 06/10/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 412

Dados sobre sua prisão e desaparecimento:

A família de Neide conviveu 21 longos anos com a versão policial de que ela se suicidara ao atear fogo ao corpo. Ela deixou uma filha, na época, com 14 anos de idade.

No início de 1975, Neide atuava no setor de propaganda do PCB, próxima ao ex-deputado potiguar Hiram de Lima Pereira (desaparecido em 15 de janeiro daquele ano), quando a repressão política comandava a “*Operação Radar*”, uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar a direção do PCB.

Documentos oficiais confirmam que foi presa em 6 de fevereiro de 1975 e encaminhada para o DOI-CODI/SP e, depois, para o DOPS/RJ. No DOPS/RJ foi identificada e fotografada em 21 de fevereiro de 1975. Ao ser solta, procurou seus familiares que moravam no Rio de Janeiro. Tinha sinais de tortura por todo o corpo. Foi internada em um hospital e depois voltou a trabalhar em São Paulo, quando teria sido novamente presa.

O último contato mantido com os familiares foi no Natal de 1975. Em 8 de janeiro de 1976, a família ficou sabendo que ela havia morrido. De acordo com a versão apresentada pela polícia, Neide teria ateadado fogo ao próprio corpo, em praça pública, e foi encaminhada por duas pessoas não identificadas ao Hospital do Tatuapé.

O laudo necroscópico foi assinado pelo legista Pérsio José Ribeiro Carneiro, médico que assinou outros laudos de militantes assassinados pelos órgãos da repressão política. Ao contrário de outras vítimas do período, o seu nome não aparecia em nenhuma das listas ou dossiês de mortos e desaparecidos da ditadura efetuados pelos familiares. O relator Paulo Gustavo Gonet Branco, representante do Ministério Público na CEMDP na

época, indeferiu o pedido da família por considerar que “[...] *a morte por ateamento de fogo, em si mesma, em praça pública [...] não preenche os requisitos da lei*”.

Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas para analisar o caso. A partir daí começou a ser esclarecido mais um dos crimes cometidos pela ditadura. Em seu voto pelo deferimento do caso, Carvalho Filho chama a atenção para duas particularidades. A versão de suicídio por fogo, tão incomum, e o contexto político da época – a morte de Neide aconteceu alguns dias antes do desfecho oficial da chamada *crise Herzog*, quando houve a morte de Manoel Fiel Filho

– autorizavam pelo menos uma desconfiança: “*Não estaríamos diante de uma espécie de ‘incidente’ ou de ‘acidente’ ocorrido no interior dos órgãos de repressão de São Paulo, dissimulado com sucesso para, por exemplo, evitar uma provável e severa reação presidencial?*”.

Conforme o relator, os indícios, em seu conjunto, bastam para formar uma convicção.

Para aprofundar a apuração do caso, diversas diligências foram desencadeadas. Não foram encontrados boletim de ocorrência, inquérito policial, fichas clínicas de atendimento, notícias de jornal, mas surgiram evidências de que a ocorrência envolvendo Neide Alves dos Santos foi ocultada deliberadamente por agentes do poder público, o que só faz sentido diante de sua motivação política. A requisição de laudo de necropsia da Secretaria de Segurança Pública/SP, obtida um ano após a solicitação da CEMDP, traz, ao lado do nome de Neide, um sinal gráfico que aparece na requisição de laudos relacionados aos militantes da luta armada, típico da década de 1970, a letra T, de “*terrorista*”. Carvalho Filho observa ainda em seu voto que, à época, o PCB estava sendo desmantelado pela chamada “*Operação Radar*”. Neide era ligada a um dirigente *desaparecido* e a procura pelos *desaparecidos* começava a incomodar o regime. Além disso, observa, as condições eram favoráveis ao despiste burocrático que se efetivou: família humilde, sem militância política, assustada e geograficamente distante. Quando os familiares souberam do fato, Neide Alves dos Santos já estava morta.

Por todos os fatos levantados, Carvalho Filho concluiu:

O relatório do DOPS sobre a internação no Hospital do Tatuapé indica que em poder da vítima foi encontrado “um caderno de anotações dizendo que a mesma pertence ao PCB”, além de citar o mesmo “cognome” constante do relatório reservado do DOI-CODI, “Lúcia”. Esta informação afasta qualquer dúvida referente à origem política do caso. Se


não, por que Neide Alves dos Santos foi mantida sob vigilância direta durante, pelo menos, dez dias: da madrugada de 31 de dezembro de 1975 a 9 de janeiro de 1976, quando foi sepultada?

Ainda que permaneçam desconhecidas todas as circunstâncias do caso, a sua natureza política é cristalina, assim como as evidências de que ela se encontrava sob a vigilância de agentes da repressão. A morte não foi natural. A prova indiciária é suficiente para incluir o nome de Neide Alves dos Santos no rol das vítimas fatais da violência do regime militar e para os fins previstos na lei 9.140/95

O conselheiro Paulo Gustavo Gonet Branco reconsiderou o seu voto contrário apresentado na primeira apreciação do caso (de nº 346/96), e o mesmo foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 2 de outubro de 1997.

Fonte: www.comissaoaverdade.org.br

PAULO GUERRA TAVARES (1937 – 1972)

	Número do Processo:	099/03
	Filiação:	MARIA Del pino e Antonio Tavares Dias
	Data de Nascimento:	22/08/1937
	Local de Nascimento	Sapucaia (RJ)
	Organização Política ou atividade:	VPR
	Data da morte:	29/05/1972
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Belisário dos Santos Junior
	Deferido em:	15/12/2004
	Data da publicação em DOU:	27/12/2004

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 299

Fluminense de Sapucaia, Paulo Guerra Tavares, 3º sargento pára-quedista do Exército, era casado com Sueli Madeira Guerra Tavares e tinha três filhos. Em 1963, foi transferido do Rio de Janeiro para João Pessoa. Em julho de 1964, temendo a prisão, abandonou o Exército, sendo excluído por deserção. Viajou para o Uruguai, onde se asilou, tendo a

família viajado ao seu encontro poucos meses depois. Lá ficaram em contato com Leonel Brizola e outros asilados. Em 1965, retornou ao Brasil clandestinamente, com o nome de João Paulo Martins, instalando-se na cidade de Pau D'Alho, no Paraná.

No dia 29/5/1972, foi morto por desconhecidos, em São Paulo (SP). O jornal Notícias Populares do dia seguinte divulgou que fora morto com quatro tiros, por quatro homens que saíram de um Volkswagen de armas em punho, tendo levado seus documentos, mas deixando intacto o dinheiro que portava. A imprensa divulgou também que, pelas características do crime e do morto, bem trajado e usando documentos falsos, deveria estar em São Paulo para algum encontro ilegal. Em seu bolso, a polícia paulista teria encontrado o endereço da família no Rio de Janeiro. Avisado, seu irmão Isaac Tavares Dias esteve na capital paulista para o reconhecimento do corpo, até então identificado como João Paulo Martins, tendo sido enterrado no Cemitério São Pedro.

O primeiro requerimento apresentado à CEMDP não foi analisado, por ser intempestivo. Reapresentado após introdução de nova redação na Lei nº 9.140/95, que reabriu o prazo para novos pedidos, foram juntadas aos autos declarações do médico Almir Dutton Ferreira e de Liszt Benjamim Vieira, integrantes da VPR, presos políticos banidos do país por ocasião do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, em junho de 1970. Ambos testemunham ter militado na VPR com Paulo Guerra Tavares, a quem conheciam por Sargento Guerra, no Rio de Janeiro, durante o ano de 1969. Por esse nome também o conheceu o ex-marinheiro Avelino Capitani, durante o exílio no Uruguai, logo após o golpe militar.

Estranhamente, a morte foi investigada pelo DOPS, conforme relatório de 18/06/1973, assinado pelo investigador Amador Navarro Parra, que afirma ter feito investigações em Londrina, Rolândia, Ubatuba, Arapongas, Cascavel, Foz do Iguaçu, vila de Bananeira e outras vilas intermediárias. Diz que, com o nome de João Paulo Martins, o sargento Guerra exercera funções de dentista ambulante e vendedor autônomo, tendo grande prestígio em Rolândia. Identifica seus amigos e termina supondo, erradamente, que o falecido estaria ligado ao PCBR, tendo sido indiciado em IPM por ser o tesoureiro da organização, onde era conhecido pelo nome de Souza, registrando também que seria ligado ao MR-8.

Na CEMDP, o relator desse processo considerou que os fatos não apontavam para um crime de latrocínio, e sim para uma execução política, praticada no auge da repressão política no Brasil, tendo a votação sido unânime a favor do deferimento do pedido, em 15/12/2004.

PAULO STUART WRIGHT (1933 – 1973)



Número do Processo:	076/96
Filiação:	Maggie Belle Wright e Lothan Ephrain Wright
Data de Nascimento:	02/07/1933
Local de Nascimento	Joaçaba (SC)
Organização Política ou atividade:	APML
Data desaparecimento:	Setembro de 1973
Local de desapareciemnto	São Paulo
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 355

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Filho de missionários presbiterianos norte-americanos, nascido em Joaçaba (SC), Paulo Stuart Wrigth sempre se preocupou com as condições de trabalho dos operários. Essa preocupação o levou a trabalhar na construção civil em Los Angeles (EUA), nas férias dos seus estudos de pós-graduação em sociologia. Nos Estados Unidos também fundou um grupo contrário à discriminação racial. Estava fazendo o doutorado em sociologia quando – filho de americanos que era – foi convocado para a guerra da Coreia. Teve de deixar os Estados Unidos e passou a ser procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil e casado com Edimar Rickli, o casal se engajou num projeto da Igreja Presbiteriana nas fábricas paulistas. Ele aprendeu o ofício de torneiro-mecânico e atuou no bairro operário de Vila Anastácio. Foi golpeado pela morte do seu primeiro filho num

hospital do antigo IAPC, quando a criança faleceu por falta de assistência adequada. Jurou que lutaria para que isso não se repetisse na vida de outros operários. De volta ao seu estado natal, Santa Catarina, ajudou a criar os primeiros sindicatos de Joaçaba, inclusive o dos metalúrgicos. Assumiu uma Secretaria municipal e foi o primeiro candidato protestante à Prefeitura da cidade, em 1960. Concorreu pelo PTB e perdeu por 11 votos. Ainda nesse mesmo ano, tornou-se secretário regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil e dirigiu a Imprensa Oficial de Santa Catarina. Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo PSP.

Denunciou o controle de grupos oligárquicos de Santa Catarina sobre a pesca e organizou 27 cooperativas de pescadores em todo o litoral daquele estado, reunindo-as, em seguida, numa Federação – a Fecopesca – para colocar o controle da pesca nas mãos dos pescadores (o que inspirou Dias Gomes, na novela *O Bem Amado*).

Na véspera do Natal de 1963, sofreu um atentado, mas conseguiu convencer o ex-sargento contratado para matá-lo de que tal crime seria contrário aos interesses da sua própria classe. Esse sargento teria sido contratado pelo suplente de Paulo Wright, um bicheiro ligado a Adhemar de Barros, o corrupto governador paulista que já atuava abertamente em favor de um golpe militar para depor João Goulart. Depois de abril de 1964, a Assembléia Legislativa catarinense, para demonstrar sua adesão ao novo regime e sob pressão da Marinha e da Secretaria de Segurança Pública, sentiu-se na obrigação de cassar o mandato político de algum deputado considerado subversivo. Como Paulo Wright não usava gravata e paletó quando subia à tribuna, acabou sendo cassado por “*falta de decoro parlamentar*”. Registre-se que o próprio PTB, partido do presidente da República deposto, votou a favor da cassação.

Asilou-se no México, de onde voltou, clandestinamente, um ano depois. Começou então a sua militância clandestina como dirigente da AP. De acordo com documentos dos órgãos de segurança, foi o representante oficial dessa organização na reunião da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade, realizada em Havana em agosto de 1967. Teria recebido treinamento militar tanto naquele país quanto em Pequim. Foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo algumas condenações.

Entre 1971 e 1972, ao lado do principal dirigente da AP, Jair Ferreira de Sá, alinhou-se com a ala dessa organização que se opôs à incorporação de seus militantes ao PCdoB, após uma longa disputa interna que culminou, em setembro de 1972, com a separação

definitiva dos dois grupos. A chamada maioria foi incorporada ao PCdoB, entre eles o atual presidente do partido, Renato Rabelo ao passo que Paulo Wright, Jair, Honestino Guimarães e outros militantes mantiveram-se na AP, já rebatizada como Ação Popular Marxista Leninista.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, foi seqüestrado e levado ao DOI-CODI/SP, onde foi morto sob torturas em 48 horas. Segundo informações de Osvaldo Rocha, dentista, militante da APML na ocasião do desaparecimento de Paulo, ambos estavam juntos num trem que ia de São Paulo a Mauá, na Grande São Paulo. Nessa ocasião, ao terem percebido que eram seguidos por agentes da repressão política, Osvaldo desceu do trem em primeiro lugar e Paulo combinou que desceria em outro ponto.

Ao chegar em sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo foi preso por policiais, sendo, em seguida, conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi despido e passou a ser torturado violentamente. Nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava há pouco, quando estavam no trem. Foram impetrados *habeas-corpus* pelo advogado José Carlos Dias em favor de Paulo Stuart Wright e de Pedro João Tinn, nome falso usado por ele nos documentos pessoais. Inúmeras iniciativas foram tomadas visando à sua localização.

A primeira providência foi a ida do seu irmão, Jaime Wright, acompanhado do coronel Teodoro Pupo, ao DOI-CODI, onde falaram com um sargento que demonstrava muito nervosismo. Após essa conversa, o sargento foi ver alguma coisa lá dentro, voltando meia hora depois e informando que não havia ninguém com o nome de Paulo Stuart Wright.

O advogado José Carlos Dias, que pertenceu à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e, posteriormente, seria ministro da Justiça, também apresentou declarações de uma testemunha que esteve com Paulo Wright na sala de identificação do DOI-CODI/SP, Maria Diva de Farias. Além das iniciativas tomadas pelos familiares no âmbito nacional, em virtude da sua dupla cidadania foram realizadas iniciativas também junto ao Departamento de Estado e ao Senado dos Estados Unidos. As autoridades brasileiras, na época, continuaram negando a prisão de Paulo, entendendo que se tratava de uma ingerência do governo norte-americano, porque ele havia sido deputado da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.


Apesar de todos os esforços empreendidos pelos familiares, sua prisão nunca foi confirmada e seu corpo até hoje não foi encontrado. Sua ficha foi encontrada na gaveta dos arquivos secretos do DOPS/PR que continha 17 militantes de oposição ao regime

militar com a anotação “falecidos”.

Esse seu irmão, Jaime Wright, pastor presbiteriano, tornou-se um grande símbolo da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, sendo em outubro de 1975 um dos co-celebrantes do culto ecumênico realizado na Catedral da Sé em protesto contra a morte sob torturas de Vladimir Herzog, e também um dos responsáveis pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, que propiciou profundo inventário das torturas e dos assassinatos perpetrados pelos porões do regime militar.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 355

PEDRO VENTURA FELIPE DE ARAÚJO POMAR (1913 – 1976)

	Número do Processo:	230/96
	Filiação:	Rosa Araujo Pomar e Felipe Cossio Pomar
	Data de Nascimento:	23/09/1913
	Local de Nascimento	Óbidos (PA)
	Organização Política ou atividade:	PCdoB
	Data da morte:	16/12/1976
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Nilmário Miranda
	Deferido em:	23/04/1996
	Data da publicação em DOU:	25/04/1996

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.424

Nasceu em 23 de setembro de 1913, em Óbidos (PA), filho de Felipe Cossio Pomar e Rosa de Araújo Pomar. Morto em 16 de dezembro de 1976. Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Seu pai era peruano, pintor, escritor e um dos criadores da APRA (Aliança para a Revolução Americana). Entre 1918 e 1920, a família viveu em Nova York, e lá o casal se separou. Rosa voltou para Óbidos e encarregou-se de sustentar, sozinha, os filhos Pedro, Roman e Eduardo.

Em 1926, com 13 anos de idade, Pedro saiu de Óbidos para fazer o ginásio em Belém (PA), no Gymnásio Paraense, onde iniciou sua participação política e a sua introdução na

literatura comunista, tornando-se um ativista estudantil.

Em 1930, tomou parte dos movimentos políticos do Pará, encabeçados pelos tenentes liberais, mas logo se desiluiu com eles. Esmagada a revolta, Pedro Pomar teve que viver algum tempo no Rio de Janeiro, em razão das perseguições políticas. Ficou hospedado na casa da escritora Eneida de Moraes, militante comunista e jornalista do *Diário de Notícias*, que o convidou para entrar no PCB.

Em 1933, voltou para Belém e aos 19 anos entrou para a faculdade de Medicina. Nessa época, jogava futebol profissionalmente, como meio-campista, no Clube do Remo. Em 5 de dezembro de 1935, casou-se com Catharina Patrocínia Torres, com quem teve quatro filhos.

Aos 22 anos, em janeiro de 1936, cursando o terceiro ano da faculdade, Pomar foi preso pela primeira vez. Saiu da prisão em 16 de junho de 1937. Com o avanço da repressão política, Pomar foi viver na clandestinidade, abandonou o curso de Medicina e tornou-se militante profissional do PCB.

Voltou a ser preso, em setembro de 1939, em pleno Estado Novo. Alguns companheiros comunistas, como Maurício Grabois e Amarílio de Vasconcelos, organizaram sua fuga em 5 de agosto de 1941. Seguiu para o Rio de Janeiro com outros integrantes do PCB. Ajudou a formar a Comissão Nacional de Organização Provisória, que reorganizou o partido em escala nacional, convocando e realizando a Conferência da Mantiqueira, em 1943. Nesse período, Pomar trouxe para o Rio sua esposa, Catharina, e seus filhos, Wladimir e Eduardo.

Foi um dos dirigentes eleitos na Conferência Nacional do PCB, quando passou a atuar junto ao movimento operário, lidando com os problemas do cotidiano das fábricas, dos bairros populares e do movimento sindical em São Paulo.

Com o fim da ditadura do Estado Novo, a promulgação da Anistia política e o breve período de legalização do PCB, Pomar teve como tarefa partidária atuar no Rio de Janeiro, na área da educação e propaganda do partido. Nessa época, o partido passou a ter aproximadamente 200 mil militantes, necessitando, portanto, de um trabalho de formação política e ideológica mediante a realização de cursos, debates e da edição de publicações e jornais diários.

Pomar foi eleito, em janeiro de 1947, no pleito complementar para a Câmara Federal, pela legenda do PSP (Partido Social Progressista), com outros militantes do PCB. Em 7 de maio de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo governo de Dutra. O Congresso Nacional expulsou os parlamentares comunistas, com exceção de Pomar e de Diógenes Arruda, por terem sido formalmente eleitos pela sigla do PSP.

Na condição de parlamentar, teve atuação de extrema importância: usava a tribuna para denunciar as arbitrariedades da violenta repressão política que se abatia sobre os comunistas; além disso, prestava solidariedade aos presos e facilitava o encaminhamento de companheiros para a clandestinidade.

Nesse ano, tornou-se pai pela terceira vez: nasceu o filho Joram, prematuro e com necessidade de cuidados especiais.

Chefiou a delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz, no México, em setembro de 1949, onde se encontrou com seu pai, que então vivia naquele país.

No início do ano parlamentar de 1950, a Câmara recusou o pedido de cassação do seu mandato encaminhado pelo deputado Nobre Filho, alegando como motivo o discurso proferido no Congresso Mundial pela Paz, na Cidade do México.

Finalizou o mandato parlamentar em 1950. Os comunistas foram proibidos de se candidatar sob quaisquer legendas partidárias. Assim, Pomar viu-se obrigado a viver novamente na clandestinidade, sendo deslocado do secretariado nacional e enviado ao Rio Grande do Sul, onde atuou, com o codinome de *Ângelo*, nas lutas operárias e populares contra a carestia de 1951 e 1952. No Rio Grande do Sul, nasceu seu quarto filho, Carlos. Foi indicado para participar de um comitê especial organizado em São Paulo, com a finalidade de dirigir o processo de lutas grevistas e contra a carestia. No fim de 1953, voltou a morar no Rio de Janeiro, com sua família. Logo depois foi à União Soviética, onde estudou por dois anos, só voltando para o Brasil em 1955.

Retornou para São Paulo, incorporando-se ao Comitê Regional Piratininga, responsável pela organização do partido na Grande São Paulo. Em 1956, integrou a delegação brasileira do PCB ao VIII Congresso do PC chinês. Em 1959, participou do Congresso do PC Romeno e assistiu ao choque entre Krushev, o PC chinês e o Partido do Trabalho da Albânia.

Recebeu a missão de ir a Cuba. Seu pai também se encontrava lá, mas ele não teve essa

informação nos 40 dias que permaneceu no país.

No V Congresso do PCB, em 1960, no qual predominou a luta interna, Pomar ainda foi mantido como membro suplente do Comitê Central.

De 1957 a 1962, participou ativamente da luta interna no PCB, o que lhe valeu a paulatina destituição das posições de direção que ainda ocupava: de dirigente regional passou a dirigente do Comitê Distrital do Tatuapé. Pressionado pela direção, negou-se a voltar ao Pará e, para sobreviver, passou a fazer traduções e a dar aulas. Traduziu alguns livros de economia, uma série de livros de psiquiatria e de outros ramos científicos, tanto do inglês e do francês, como do russo. Traduziu também os dois primeiros volumes de *Ascensão e Queda do III Reich*, de W. Schirer, e *De Moncada à ONU*, de Fidel Castro. Deu aulas de russo. Em razão de sua militância na clandestinidade, a maioria dessas traduções era feita em nome de outras pessoas.

O desfecho das divergências caminhava para a sua expulsão e a criação, em fevereiro de 1962, do PCdoB, com Maurício Grabois, João Amazonas, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo. Eleito membro do Comitê Central do PCdoB e redator chefe de *A Classe Operária*, Pomar dedicou-se a organizar o novo partido.

Com o golpe de 1964, Pomar teve que se retirar para um esconderijo. Sua casa no bairro do Tatuapé, em São Paulo, foi vasculhada e depredada pela polícia e, ainda em abril daquele ano, teve sua prisão preventiva decretada.

No fim de 1964, conseguira reorganizar sua vida com a família, sob a clandestinidade, em um bairro paulistano de classe média. Realizou diversas viagens para Goiás, Maranhão e Sul do Pará para instalar militantes nas áreas rurais. Passava por vendedor de medicamentos.

Teve papel destacado na VI Conferência Nacional do PCdoB, em julho de 1966, apesar das dificuldades enfrentadas, com o desencadeamento de nova crise interna partidária, que levou à formação da Ala Vermelha do partido. Teve úlcera supurada, tendo que se submeter a uma cirurgia de emergência. Teve uma prolongada convalescença, intranquilo com a ocorrência de divisões no partido. Nessa época, continuava morando em São Paulo. Como discordava da linha política e dos métodos adotados pela direção, não integrava o núcleo dirigente mais restrito do partido. Só depois do assassinato de três membros da Comissão Executiva, em fins de 1972, Pomar incumbiu-se da direção da organização. Após a derrota da Guerrilha do Araguaia, escreveu um balanço crítico, em torno do qual


conseguiu reunir a maioria da direção.

Pomar não deveria estar presente à reunião no bairro da Lapa, em São Paulo, naquele dezembro de 1976. Mas sua mulher estava doente e desenganada pelos médicos, o que o levou a desistir de uma viagem à Albânia. E, por uma dessas ironias da vida, vários membros da família se reuniram para despedir-se de Catharina – que viveria até 1986 –, sem saber que na verdade despediam-se de Pedro.

Pomar foi enterrado com nome falso no Cemitério de Perus e, em 1980, sua família fez o traslado de seus restos mortais para Belém do Pará.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA (1948 – 1971)

	Número do Processo:	259/6
	Filiação:	Maria Francisca de Jesus e Pedro Eduardo
	Data de Nascimento:	23/03/1948
	Local de Nascimento	Formiga (SP)
	Organização Política ou atividade:	AP
	Data da morte:	05/01/1971
	Local da morte	São Paulo (SP)
	Relator:	Oswaldo Pereira Gomes
	Deferido em:	14/05/1996
	Data da publicação em DOU:	17/05/1996

Fonte: Brasil, *Direito à Memória e à Verdade*, p. 143

Mineiro de Formiga, Raimundo Eduardo da Silva era um jovem negro, estudante e operário. Militante da AP na cidade de Mauá, no ABC paulista, estudou no Colégio Visconde de Mauá e atuava junto ao grupo de jovens da Igreja Católica, no Jardim Zaíra, região onde se desenvolveu importante trabalho pastoral orientado pelos preceitos da Teologia da Libertação e onde militava clandestinamente, na época, o legendário Betinho, Herbert José de Souza, que dedicou um texto emocionado ao operário morto.

Raimundo foi o mais jovem presidente da Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Zaíra. De 1967 a 1970, trabalhou nas empresas Fertilizantes Capuava, Laminação Nacional de

Metais e Ibrape. Sua morte terminou alcançando grande repercussão de imprensa quando o padre Giulio Vicini e Yara Spadini, dois assessores de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo metropolitano de São Paulo e símbolo da luta pelos Direitos Humanos durante o regime militar, foram presos e torturados porque portavam impressos denunciando a morte sob torturas de Raimundo.

Raimundo Eduardo estava internado em uma casa de saúde da Samcil, de São Paulo, de onde foi retirado por agentes dos órgãos de segurança, no dia 22 de dezembro de 1970. Tinha 22 anos e convalescia de duas operações consecutivas em decorrência de facada recebida ao tentar impedir que seu colega de pensão fosse assassinado em uma briga. Embora seu estado de saúde fosse precário, foi levado para o DOI-CODI/SP e submetido a torturas. Morreu no Hospital Geral do Exército, no bairro do Cambuci, em 5 de janeiro de 1971.

A necropsia foi feita no IML/SP, em 22 de janeiro de 1971, pelos legistas João Grigorian e Orlando José Bastos Brandão, que deram como *causa mortis* “peritonite”. É na documentação do IML que a prova da morte em dependência policial ou assemelhada foi estabelecida pela CEMDP, que deferiu o requerimento sobre o caso por unanimidade: “vítima de agressão a faca em data de vinte e três de novembro de setenta às quinze horas, sendo socorrido pela SAMCIL e posteriormente encaminhado ao Hospital Central do Exército, onde veio a falecer às duas horas e quarenta e cinco minutos de cinco de janeiro de setenta e um”.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 143

RUI OSVALDO AGUIAR PFUTZENEUTER (1942 – 1972)



Número do Processo:	144/96
Filiação:	Leonia Aguiar Pfutzenreuter e Osvaldo Pfutzenreuter
Data de Nascimento:	03/11/1942
Local de Nascimento	Orleans)SC)
Organização Política ou atividade:	PORT
Data da morte:	15/04/1972
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisboa
Deferido em:	29/02/1996

Dirigente do Partido Operário Revolucionário (trotskista), de linha posadista, Rui Osvaldo foi morto em São Paulo em 15/04/1972, por agentes do DOI-CODI/SP. A versão oficial divulgada pelas autoridades do regime militar, de que ele morreu em violento tiroteio com agentes policiais, foi prontamente repelida por qualquer pessoa informada sobre as diferentes orientações políticas existentes entre os grupos de esquerda no Brasil. O PORT era sabidamente adversário das ações de luta armada, seus militantes não utilizavam armamentos e os boletins do partido condenavam as organizações clandestinas que sustentavam a guerrilha urbana. Os agentes e analistas do próprio DOI-CODI sabiam muito bem disso e demonstraram, mais uma vez, o sentimento de completa impunidade de que gozavam, ao divulgar uma farsa que todos sabiam não conter qualquer verossimilhança.

Rui Osvaldo nasceu em Orleans (SC), filho de conceituada família na cidade, onde seu pai era exator federal. Coursou o primário no Grupo Escolar Costa Carneiro, em Orleans e o secundário no Colégio São Ludgero e Colégio Dehon, em Tubarão. Em 1964, graduou-se em Jornalismo e Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Rui desenvolvia intensa atividade teórica, escrevia em jornais clandestinos, organizava grupos de estudos e debates, dava palestras sobre a situação nacional e os caminhos para a revolução brasileira, tornando-se conhecido intelectualmente pela defesa das idéias trotskistasposadistas.

Já tinha sido preso pelo Exército em 1964, em Porto Alegre. Mudou-se para São Paulo com o objetivo de organizar o PORT, do qual foi um dos principais dirigentes. Trabalhou em diversas empresas metalúrgicas, dentre elas a MWM e Chiarioni.

De acordo com a versão oficial, Rui *“foi morto em tiroteio com agentes de segurança em 15/04/1972”*. A requisição de exame registra o horário com precisão digna de nota: Rui Osvaldo faleceu às 00h01 e nesse exato minuto seu corpo foi encontrado à Rua general Salgado Santos, 25, no Parque São Lucas. O exame de necropsia, realizado no dia 16/04/1972, mais uma vez por Isaac Abramovitch e Antonio Valentini, descreve dois tiros: na face anterior do terço médio do antebraço direito, que saiu na face anterior, após fratura de dois ossos do antebraço e na face lateral do hemitorax direito, na linha axilar posterior

na altura do nono espaço intercostal, que se alojou junto da região mamária esquerda – nenhum deles visível na única foto de seu corpo localizada no DOPS/SP. O laudo não registra as escoriações e hematomas perfeitamente visíveis na foto e indicativos de que sofrera torturas.

Depoimentos dos presos políticos Ayberê Ferreira de Sá e Almério Melquíades de Araújo na Justiça Militar, à época, denunciaram a morte de Rui no DOI-CODI/SP. Foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus e, com os esforços de seu pai, acabou tendo os restos mortais trasladados para o jazigo da família, em Santa Catarina. Nessa ocasião, ainda sob o regime militar, a Câmara de Vereadores de Orleans votou a lei que deu o nome do jornalista a uma praça. Na mesma época, os formandos da primeira turma de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina o escolheram como patrono.

Foi o pai quem encaminhou o requerimento à CEMDP, vindo a falecer em maio de 1996, poucos meses depois de ter sido votada a responsabilidade do Estado brasileiro na morte do filho, aprovada por unanimidade. Em outubro de 1995, por ocasião de cerimônia pela passagem dos 20 anos da morte de Vladimir Herzog, Osvaldo Pfützenreuter esteve presente em sua última homenagem pública ao filho, quando foi colocada uma placa com seu nome na Casa do Jornalista, em Florianópolis.

Em 16/5/1972, traumatizado com a violenta morte do filho, Osvaldo não se intimidou perante o clima de terror político imperante e escreveu ao então presidente Emílio Garrastazu Médici:

“Há dias fui avisado de sua prisão pela polícia política, em circunstâncias nebulosas, pois nunca mais foi visto, estando pois desaparecido, desde que foi detido. Em São Paulo (...) dirigi-me à ‘OBAN’ e ao DOPS no dia 7 do corrente, onde me informaram: ‘Nada consta!’ ... Me dirigi novamente ao DOPS no dia 11, onde uma vez mais recebi uma resposta negativa e dali fui à OBAN, onde indignado e angustiado faço um pedido dramático e em alta voz que me dessem notícias de meu filho, que ao menos reconhecessem sua prisão e que me dissessem quando poderia estar com ele. Nada quebrou a frieza dos funcionários, nenhum deles, e todos sabiam da ‘via crucis’ em que havia se transformado minha vida, nenhum deles se dignou a dizer um ‘a’, uma orientação para localizá-lo, nada. Nenhum disse o que todos sabiam e que temiam e temem que seja público. Deste órgão (OBAN) me dirigi, numa última tentativa, ao IML, onde simplesmente me informaram que Rui deu entrada (em linguagem clara, morreu) no dia 15 e no mesmo dia foi enterrado no Cemitério de Perus. A minhas perguntas

responderam simplesmente: 'Vá ao DOPS'. Para obter a autorização para retirar a certidão de óbito e a autorização para transportar o corpo para sua terra natal, um funcionário de nome Jair Romeu me deu um papel com o nome do delegado Dr. Tácito, do DOPS. No DOPS o Dr. Tácito me disse desconhecer o caso e que voltasse na próxima segunda-feira (dia 15). Na data indicada fui ao DOPS, o Dr. Tácito encaminhou-me ao Dr. Bueno, que me mostrou entre vários papéis a certidão de óbito e uma fotografia de meio corpo de meu filho depois de morto. Nesta foto aparecem duas nítidas manchas escuras. E se tomo a iniciativa de denunciar e usar todos os canais para castigar os responsáveis e conseguir dar a meu filho um enterro digno em sua terra natal, é para que amanhã outros pais não tenham que, amargurados e silenciosamente, enterrar seus filhos, como se fosse possível enterrar junto a seus corpos, suas idéias, suas lembranças e a força renovadora de sua juventude. Uma grande lição a vida me ensinou, e meu filho, mais do que ninguém, a lição da solidariedade humana”.

Cópias dessa carta foram remetidas aos líderes dos dois partidos no Senado e na Câmara, aos jornais, aos principais bispos da Igreja Católica, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e aos organismos de Direitos Humanos da ONU e da OEA. Foi lida da tribuna da Câmara dos Deputados pelo parlamentar opositor gaúcho Nadyr Rossetti, em 12/6/1972, sendo apoiado em apertes por outros representantes do MDB: Lysâneas Maciel, Marcos Freire, JG de Araújo Jorge e Jaison Barreto.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.298

SANTO DIAS DA SILVA (1942 – 1979)



Número do Processo:	072/02
Filiação:	Laura Amâncio e Jesus Dias da Silva
Data de Nascimento:	22/02/1942
Local de Nascimento	Terra Roxa (SP)
Organização Política ou atividade:	Sindicalista
Data da morte:	30/10/1979
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	André Sabóia Martins

Deferido em:	01/12/2004
--------------	------------

Data da publicação em DOU:	07/12/2004
----------------------------	------------

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 434

Operário metalúrgico, Santo Dias foi morto pela Polícia Militar quando liderava um piquete de greve, em 30/10/1979, em frente à fábrica Silvânia, no bairro de Santo Amaro, zona sul da capital paulista.

Um dos seus companheiros, Luís Carlos Ferreira, integrante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, fez um depoimento, publicado no boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na época, onde relatava: eu vi o Santo ser atingido na barriga, de lado, e o tiro sair de outro lado. Escutei gritos. E o Santo caiu no chão. (...) Os policiais continuaram a perseguir outros (...) Eu fiquei atrás de um poste e posso, com toda segurança, reconhecer o policial que atirou no Santo: tem cerca de um metro e oitenta, alto, forte e alourado... Em audiência, Luís Carlos identificou o soldado Herculano Leonel como o autor do disparo que foi devidamente processado e condenado.

Santo Dias trabalhava como motorista de empilhadeira na Metal Leve S/A. Tinha sido lavrador, colono, diarista e bóia-fria no interior de São Paulo. Em 1961, foi expulso com a família da fazenda onde morava, por exigir registro na carteira profissional como prevê a lei. Como trabalhador de fábrica, experimentou várias vezes a demissão como represália por sua participação em reivindicações salariais.

Era um líder operário bastante conhecido no meio dos trabalhadores e do movimento sindical, principalmente nas bases da Igreja Católica. Era casado e pai de dois filhos. Participou intensamente do Movimento Contra a Carestia, foi candidato a vice-presidente de uma chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1978. Participou também do Comitê Brasileiro pela Anistia em São Paulo.

A notícia da morte de Santo Dias se espalhou rapidamente e ensejou imediata intervenção de autoridades eclesiásticas da Arquidiocese e da CNBB. Seu corpo foi velado durante toda a noite na Igreja da Consolação, no centro da cidade. Na manhã seguinte, 10 mil pessoas, com faixas e palavras de ordem, acompanharam o cortejo daquela igreja até à Catedral da Sé, gritando palavras-de-ordem como Abaixo a Ditadura e A luta continua, no que foi uma das maiores manifestações populares do período. De lá, a passeata conduziu o caixão até a Catedral da Sé, onde o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns concelebrou com vários outros bispos uma missa de corpo presente, antes de o enterro seguir para o

cemitério do Campo Grande, na zona sul de São Paulo.

Participou daquele enterro e atuou como liderança nas manifestações e discursos o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que em maio daquele ano tinha liderado uma histórica greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista, tornando-se então conhecido nacionalmente.

O presidente nacional do PMDB declarou à imprensa: “Aqui, como em qualquer país em que haja um mínimo de respeito aos Direitos Humanos, é inacreditável que, no curso de uma greve possa um trabalhador ser morto na legítima defesa dos interesses de sua classe”. Em nome da bancada do MDB no Senado, Franco Montoro, que seria eleito governador de São Paulo três anos depois, protestou da tribuna contra a forma violenta de reprimir o exercício de um direito, apontando “injustiça flagrante, com prioridade para o capital diante do trabalho, quando é evidente que, numa perspectiva humana e cristã, a prioridade está para o trabalho e não para o capital”.

Desde então, todos os anos é celebrada uma missa na região e são organizados encontros, caminhadas e concentrações de militantes populares e Comunidades Eclesiais de Base, incluindo visitas ao seu túmulo e ao próprio local onde tombou assassinado. Em São Paulo, um dos principais organismos de defesa dos Direitos Humanos tem o nome Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

O caso somente foi deferido em 2004, sem qualquer controvérsia na CEMDP. Não foi apresentado anteriormente porque a Lei nº 9.140/95 abrangia, inicialmente, apenas as mortes ocorridas até 15/08/1979. Em 2002 foi aprovada a Lei 10.536 ampliando o prazo fixado naquela data para 05/10/1988, data da promulgação da nova Constituição e, efetivamente, data em que renasceu o Estado Democrático de Direito em nosso País.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 434

SÉRGIO ROBERTO CORRÊA (1941 – 1969)



Número do Processo:

Filiação: Helena e Benedito

Data de Nascimento: 27/07/1941

Local de Nascimento Mogi Das Cruzes (SP)

Organização Política ou ALN

atividade:	
Data da morte:	04/09/1969
Local da morte	São Paulo
Relator:	
Deferido em:	
Data da publicação em DOU:	

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p 103

Em 04/09/1969, na madrugada seguinte à prisão de Antenor Meyer e morte de José Wilson Sabag, um veículo Volkswagen placa 44-52-75 explodiu na rua da Consolação, esquina com Maria Antonia, em São Paulo, causando a morte de dois militantes que, segundo informações dos órgãos de segurança, pertenceriam à ALN. Na época, especulou-se que os dois jovens de 28 anos se dirigiam rumo ao edifício sede da Nestlé, poucas quadras adiante, para praticar um atentado a bomba, quando o petardo teria explodido, causando a morte imediata dos ocupantes do automóvel.

Sérgio Corrêa teve o corpo completamente destroçado e foi enterrado como indigente no Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, não tendo sido apresentado, por seus familiares, requerimento à CEMDP em seu nome. Nascido em Mogi das Cruzes em 27/07/1941, filho de

Benedito e de Dona Helena, tendo como irmãos Tom e José. Estudou naquela cidade até concluir o colegial no Instituto de Educação Dr. Washington Luís e ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antonia, por volta de 1966.

Documentos dos órgãos de segurança e da Justiça Militar Federal de São Paulo o incluem como militante da ALN, integrante de seu Grupo Tático Armado, onde adotava o codinome Gilberto e teria participado de várias ações armadas. Teria participado, ainda, de um curso sobre explosivos, ministrado pelo militante Hans Rudolf Manz.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p 103

VIRGÍLIO GOMES DA SILVA (1933 – 1969)



Número do Processo: 065/96

Filiação: Izabel Gomes da Silva e Sebastião Gomes da Silva

Data de Nascimento:	15/08/1933
Local de Nascimento	Santa Cruz (RN)
Organização Política ou atividade:	ALN
Data da morte:	29/09/1969
Local da morte	São Paulo
Data da publicação em DOU: Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995	

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p.106

Virgílio Gomes da Silva era de origem humilde, nascido no Rio Grande do Norte.

Junto à família vagou por diversos pontos do país. Do Rio Grande do Norte, seu estado natal, tendo uma vida sem perspectivas partiu para São Paulo. Chegando na capital paulista trabalhou como garçom, balconista, mensageiro e segurança de empresa, por fim, comprou um bar, vendendo-o pouco depois.

Em 1957, passou a trabalhar como operário da empresa Nitroquímica. No mesmo ano ingressou no PCB e passou a atuar no movimento sindical, mais precisamente no Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. Como dirigente sindical liderou greves importantes da categoria, numa delas, ao tentar paralisar a empresa Lutfalla, ele e um operário foram gravemente feridos por disparos efetuados por um dirigente da empresa. Após esse incidente, Virgílio passou a atuar apenas no Sindicato, de onde saiu só em 1964, por ocasião do Golpe. Por essa época, foi preso por 15 dias, seis meses depois fugiu para o Uruguai, mas ficou por pouco tempo logo retornando ao Brasil.

Em 1967, fez parte da Dissidência do PCB. Já na ALN, partiu para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha, entre os anos de 1967 e 1968. Em 1969, no mês de setembro, comandou a ação do sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick. No mesmo mês foi preso pela OBAN (Operação Bandeirantes), em São Paulo.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

Foi preso no dia 29 de setembro de 1969, na avenida Duque de Caxias, em São Paulo (SP), por agentes da então Operação Bandeirantes (OBAN). Virgílio foi levado encapuzado à sede da OBAN. Lá foi vítima de torturas e sevícias, tendo sido trucidado por seus algozes, não por acaso faleceu doze horas depois de dar entrada no prédio da OBAN.

No mesmo dia foram detidos pela polícia sua mulher, Ida, e três de seus quatro filhos. A esposa ficou presa por nove meses, permanecendo incomunicável enquanto durou a prisão.

Agentes Policiais/Exército

Major Inocêncio Fabrício de Matos Beltrão; major Valdir Coelho; capitão Benone Arruda Albernaz; capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo; capitão Maurício Lopes Lima; Homero César Machado; delegado Otávio Gonçalves Moreira Junior; sargento da PM/SP Paulo Bordini; agente de polícia Maurício de Freitas (vulgo Lungaretti); agente de polícia Paulo Rosa (vulgo Paulo Bexiga); agente da PF conhecido como Américo; delegado Raul Careca; e capitão da PM/SP Coutinho.

Providencias posteriores

Virgílio Gomes da Silva teve seu desaparecimento reconhecido como de responsabilidade do estado conforme Lei 9.140/95.

Em 2010, o Ministério Público Federal moveu ação cível pública pedindo declaração de existência de relação jurídica entre agentes do Estado, que participaram diretamente na repressão e tortura, e a sociedade brasileira, assim como as vítimas da denominada Operação Bandeirantes, onde está incluso Virgílio Gomes da Silva. Na ação é pedido que os réus ressarcam o erário dos prejuízos causados pelos atos ilícitos que praticaram enquanto agentes públicos, uma vez que o Estado pagou indenização para muitos dos afetados pelo regime militar, assim, o MPF quer que os agentes envolvidos devolvam os valores aos cofres públicos e que os mesmos sejam responsabilizados civil e administrativamente.

São réus na ação os militares reformados das Forças Armadas Homero Cesar Machado, Innocencio Fabricio de Mattos Beltrão e Maurício Lopes Lima e o capitão reformado da PM de São Paulo, João Thomaz.

Essa ação, além de demandar contra os acusados, também pede que a União e o Estado de São Paulo devem reparar danos imateriais, mediante pedido de desculpas formal a toda a população. Devem, ainda, União e Estado de São Paulo, tornar públicas todas as

informações relativas às atividades desenvolvidas na OBAN.

Essa ação está inscrita sob o número 0021967-66.2010.4.03.6100, e encontra-se pendente de julgamento nas cortes superiores (STJ e STF).

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

WALTER DE SOUZA RIBEIRO (1924 – 1974)



Número do Processo:	204/96
Filiação:	Maria Natalícia Alves Ribeiro e Benedito Ribeiro
Data de Nascimento:	24/09/1924
Local de Nascimento	Teófilo Otoni (MG)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data de desaparecimento:	03/04/1974
Local de desaparecimento:	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade,p. 379

Era casado com Adalcy Byrro Ribeiro, com quem teve três filhos: Marcos, Marina e Marcelo. Ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (RJ), tornando-se oficial de artilharia do Exército.

Foi reformado em 28 de janeiro de 1950 por incompatibilidade com o oficialato, por haver assinado um documento em defesa da paz mundial.

Em 1959, mudou-se para Brasília (DF), ainda em construção, onde trabalhou como funcionário da Novacap até 1964. Foi demitido por força do A-1.

Era membro do Comitê Central do PCB e atuava na clandestinidade.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento

No livro *A Ditadura Derrotada*, de Elio Gaspari:

No dia 3 de abril de 1974, [Walter de Souza Ribeiro] Ribeiro saiu de uma reunião numa casa em cuja vizinhança havia pessoas consertando a fiação de postes. Foi a um “ponto” conversar com Luiz Ignácio Maranhão [sic]. Ex-deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, defensor da anticandidatura de Ulysses Guimarães à presidência da República e amigo pessoal do cardeal Eugênio Sales, Maranhão era assim uma espécie de chanceler do Partidão.[...] Também iria a esse encontro João Massena Melo[sic].[...] Sumiram todos.

Providências tomadas pelos seus familiares

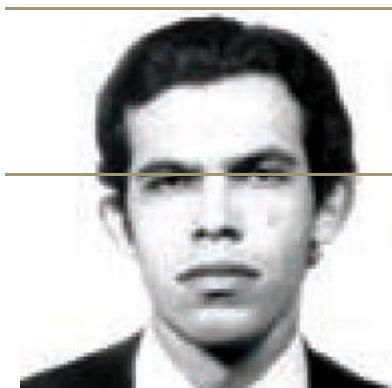
A família, por meio do então deputado federal Fábio Fonseca telefonou para o general Gentil Marcondes, chefe do Estado Maior do II Exército, em São Paulo. Este informou que o Walter se encontrava preso. Em 23 de maio, o irmão de Walter, major Tibúrcio Geraldo, veio a São Paulo falar com o general Gentil Marcondes numa tentativa para visitar o irmão preso. Recebeu do general a resposta de que Walter não se encontrava preso.

A família entrou em contato com o deputado federal Freitas Nobre em 31 de maio, que afirmou ter obtido a notícia de que Walter estivera no DOPS/SP naquele mês, por meio do Sindicato dos Jornalistas.

Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95, e o caso foi protocolado com o número 0204/96.

Fonte: www.comissaodaverdade.org.br

WILSON SILVA (1942 – 1974)



Número do Processo:	178/96
Filiação:	Lygia Villaça da Silva e João Silva
Data de Nascimento:	21/04/1942
Local de Nascimento	Taubaté (SP)

Organização Política ou atividade:	ALN
Data de desaparecimento:	22/04/1974
Local de desaparecimento	São Paulo (SP)
Data da publicação em DOU:	Lei no. 9.140/95 – 04/12/1995

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 381

Wilson era formado pela Faculdade de Física da USP, tinha especialização em processamento

de dados e trabalhava na empresa Servix. Os dois conciliavam seu trabalho e estudos com a militância política na ALN. Ambos os nomes estão incluídos na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

Wilson era conhecido na ALN pelo codinome Rodrigues, sendo um dos poucos membros dessa organização clandestina que tinha conseguido manter sua militância por mais de cinco anos, sem ser preso ou sair do país. Em 1961, aos 19 anos, saiu de Taubaté (SP) para estudar em São Paulo, já trazendo consigo o interesse pela política, que nasceu em seus tempos de Escola Estadual Monteiro Lobato. Foi militante da Polop entre 1967 e 1969, ligou-se à ALN a partir desse ano e sempre priorizou a atuação junto ao setor operário.

No dia 22/04/1974, sua esposa Ana Rosa saiu do trabalho na Cidade Universitária e foi ao centro da cidade para almoçar com Wilson, num dos restaurantes próximos à Praça da República. Ele saíra do escritório da empresa, na avenida Paulista, junto com seu colega de trabalho Osmar

Miranda Dias, para fazer um serviço de rotina também no centro. Terminado o serviço, Wilson separou-se de seu colega e avisou que almoçaria com sua esposa e depois voltaria para o escritório. O casal desapareceu nas proximidades da Praça da República.

Os colegas de Ana Rosa na USP estranharam sua ausência e avisaram a família Kucinski, que imediatamente começou a tomar providências para sua localização. Ao procurarem Wilson, souberam que ele também havia desaparecido. As duas famílias passaram a viver o tormento

da busca por informações. O *habeas-corpus* impetrado pelo advogado Aldo Lins e Silva foi negado, pois nenhuma unidade militar ou policial reconhecia a prisão do casal. A família foi a todos os locais de prisão política em busca de notícias e informações. A Comissão de Direitos

Humanos da OEA foi acionada, como recurso extremo, no dia 10/12/1974, data em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, completava 26 anos. O pedido de investigação daquela instância interamericana foi respondido, meses depois, pelo governo

brasileiro, afirmando não ter responsabilidade alguma sobre o destino do casal e que não tinha informações sobre o caso.

O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu, conforme já registrado, uma audiência em Brasília com o general Golbery do Couto e Silva e obteve como resposta promessas de investigação. Pouco tempo depois, o ministro de Justiça, Armando Falcão publicou a insólita nota oficial informando sobre o destino dos desaparecidos políticos, onde Ana Rosa e Wilson Silva foram citados como ‘terroristas foragidos’.

Anos depois, o tenente-médico Amílcar Lobo, que serviu no DOI-CODI/RJ e na “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), concedeu entrevista denunciando os assassinatos políticos que presenciara naquelas unidades militares. Procurado por Bernardo Kucinski, o médico reconheceu Wilson Silva como sendo uma das vítimas de torturas atendidas por ele. Ao ver a foto de Ana Rosa, o militar a identificou como uma das presas, mas sem demonstrar convicção ou certeza. Também o ex-agente do DOI-CODI/SP, em entrevista à *Veja* de 18/11/1992, informou:

“Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 381

WLADIMIR HERZOG (1937 – 1975)



Número do Processo:	210/96
Filiação:	Zora Herzog e Zigmund Herzog
Data de Nascimento:	27/05/1937
Local de Nascimento	Osijek (Croácia)
Organização Política ou atividade:	PCB
Data da morte:	25/10/1975
Local da morte	São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em:	02/04/1996
--------------	------------

Data da publicação em DOU:	11/04/1996
----------------------------	------------

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 409

O caso Vladimir Herzog produziu uma comoção nacional que fez mudar a atitude da sociedade civil frente às torturas praticadas contra presos políticos. As violências vinham se repetindo há muitos anos, como já ficou claro nas páginas anteriores deste livro-relatório. Mas, até então, os casos eram denunciados no exterior e em segmentos numericamente restritos, dentro do País, como universidades, igrejas, parlamentares e entidades vinculadas à defesa dos Direitos Humanos.

Ocorreram exceções a essa regra geral, em alguns poucos episódios, como a missa celebrada na Sé de São Paulo na morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, em março de 1973, que reuniu milhares de pessoas. Mas prevaleceu na sociedade brasileira, desde os primeiros casos que foram noticiados, como a morte do sargento Manoel Raimundo Soares, cujo corpo foi encontrado boiando no rio Guaíba, no Rio Grande do Sul, em 1966, uma postura de ceticismo que repetia, em escala reduzida, o fenômeno alemão da recusa em acreditar que os campos de concentração realmente existiam.

A morte de Vladimir Herzog ocorreu quando a censura à imprensa começava a ser abrandada e os cidadãos perdiam o medo de discordar e protestar. A repercussão das denúncias trouxe profundos danos à credibilidade do regime militar e permitiu que explodisse um forte sentimento de indignação em todos os meios capazes de formar opinião. A falsidade do alegado suicídio já ficou patente nas próprias fotos que mostravam o jornalista enforcado nas dependências do DOI-CODI paulista, onde tinha se apresentado para depor, atendendo a uma intimação recebida na véspera.

Nascido na Croácia, antiga Iugoslávia, Vladimir Herzog chegou ao Brasil aos nove anos de idade. Brasileiro naturalizado, começou a carreira de jornalista em 1959 no jornal *O Estado de São Paulo*, onde foi repórter, redator e finalmente chefe de reportagem. Em 1965, se estabeleceu em Londres durante dois anos, onde trabalhou como produtor e locutor da BBC. De volta ao Brasil trabalhou durante cinco anos como editor cultural da revista *Visão*.

Em 1971, elaborou uma extensa reportagem de capa para a revista sobre os problemas das TVs educativas no Brasil. Em 1973, passou a trabalhar como secretário do jornal *Hora da Notícia* na *TV Cultura* e, em seguida, assumiu o cargo de diretor do departamento de

telejornalismo. Nessa função, começou a colocar em prática seu conceito de *“responsabilidade social do jornalismo”*. Defendia que a TV Cultura deveria produzir um jornalismo profissional, que não fosse servil o Estado e que, mais do que educativo ou cultural, fosse público. Para Herzog, o jornalismo não podia praticar um monólogo, e sim um diálogo com a sociedade, superando todo tipo de paternalismo e incorporando *“os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige”*. Também era professor universitário e tinha escrito uma peça de teatro.

Vladimir Herzog entrou na lista dos visados pelos órgãos de repressão por ser suspeito de integrar o PCB. Foi convocado e compareceu voluntariamente ao DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, bairro do Paraíso, às 8 horas da manhã do dia 25/10/1975. No mesmo dia, por volta de 15 horas, teria sido encontrado morto por seus carcereiros e algozes, enforcado com o cinto do macacão de presidiário, mais uma vez com os pés apoiados no chão, em suspensão incompleta. Seus companheiros de prisão foram unânimes em declarar que o macacão obrigatório para todos eles não possuía cinto.

Essa farsa terminou de ser desmascarada quando se tornaram públicos os depoimentos de George Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos no mesmo local, que testemunharam ter ouvido os gritos de Herzog sendo torturado. Evidências inquestionáveis da tortura tinham sido identificadas pelo comitê funerário judaico, responsável pela preparação do corpo para o sepultamento. Por essa razão, Herzog não foi enterrado na área do cemitério destinada aos suicidas, conforme preceitos religiosos do Judaísmo. Por fim, as afirmações contraditórias dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, durante a ação judicial movida pela família, também contribuíram para desmontar a versão de suicídio. Ao receberem a notícia da morte, jornalistas paralisaram muitas redações em São Paulo, sendo que os responsáveis pelas empresas precisaram negociar para que os profissionais garantissem a edição do dia seguinte.

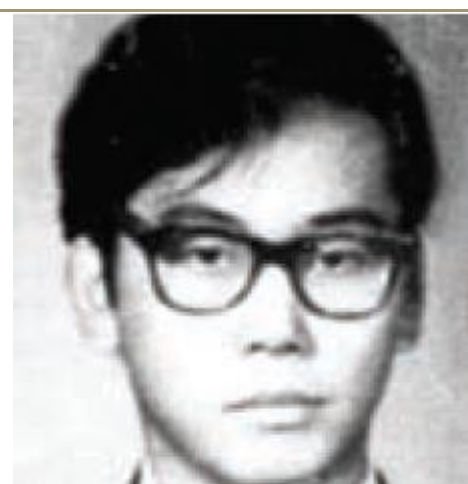
Sindicato dos Jornalistas declarou vigília permanente e foi convocada uma celebração religiosa na Catedral da Sé, que o então comandante do II Exército, general Ednardo D’Avila Melo, tentou impedir fechando as avenidas que conduziam ao centro de São Paulo. Mesmo assim, milhares de pessoas se aglutinaram no templo superlotado, extravasando para um parte da praça, durante o culto ecumênico concelebrado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo reverendo Jaime Wright, irmão do desaparecido político Paulo Stuart Wright.

Em 1978, uma decisão judicial declarou a União responsável por sua morte. A partir disso, a tramitação do processo referente a Herzog na CEMDP não teve qualquer controvérsia ou percalço, sendo o requerimento aprovado por unanimidade logo nos primeiros meses de funcionamento da Comissão Especial. Lamentavelmente, o Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, quando o Estado Democrático de Direito já completava cinco anos de vigência plena em nosso país, preferiu manter-se fiel à versão dos porões do regime ditatorial: *“suicidou-se em 25 de outubro de 1975, por enforcamento, no interior da cela que ocupava no DOI-Codi do II Exército, segundo apurado em IPM e laudos elaborados pelos órgãos competentes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo”*.

Em 1979, em homenagem a Vlado — como era conhecido pelos seus colegas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo criou o *Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 409

YOSHITAME FUJIMORE (1944 – 1970)



Número do Processo:	325/96
Filiação:	Harue Fujimore e Tadakazu Fujimore
Data de Nascimento:	19/05/1944
Local de Nascimento	Mirandópolis
Organização Política ou atividade:	VPR
Data da morte:	05/12/1970
Local da morte	São Paulo (SP)
Relator:	Suzana Keniger Lisbôa
Deferido em:	30/01/1997
Data da publicação em DOU:	18/02/1997

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 139

No dia 05/12/1970, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori, militantes da VPR, trafegavam de carro pela Praça Santa Rita de Cássia, na capital paulista, quando foram

interceptados por uma patrulha do DOI-CODI/SP. Os fatos foram relatados à CEMDP por Ivan Akselrud de Seixas, que por sua vez colheu depoimento, na época, de um motorista de táxi que presenciara o ocorrido. O taxista descreveu, detalhadamente, que Fujimori caiu no meio da praça e Quaresma numa rua de acesso, sendo carregado por dois policiais e agredido na Praça até a morte. Fujimori chegou com vida ao DOI-CODI/SP, fato declarado a Ivan pelos policiais Dirceu Gravina e “Oberdan” durante seu interrogatório naquela unidade de repressão política, em 1971.

Natural de Mirandópolis, interior paulista, Fujimori era técnico em eletrônica e, nas atividades da VPR, os órgãos de segurança já sabiam de sua estreita ligação com Carlos Lamarca, que nessa altura do calendário era considerado o inimigo número 1 do regime militar. Fujimori foi um dos militantes que acompanharam Lamarca no rompimento do cerco imposto a uma área de treinamento da VPR no Vale do Ribeira, em São Paulo, no primeiro semestre daquele ano e um dos acusados de executar a coronhadas o tenente da PM paulista Alberto Mendes Junior.

Ambos foram sepultados como indigentes no Cemitério de Vila Formosa, Quaresma, sob nome falso. Os laudos de necropsia foram assinados por Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues.

A CEMDP encaminhou os documentos relativos à morte de Fujimori para laudo do perito Celso Nenevê, que produziu a prova mais importante utilizada pela relatora. Analisando a trajetória dos tiros, o perito concluiu que três dos quatro projéteis que penetraram na face direita foram dados com o corpo de Fujimori em posição inferior, ou seja, caído ou deitado. Por maioria de votos, a CEMDP considerou que Edson e Yoshitane foram executados sob a guarda do Estado. Os processos foram relatados em conjunto, mas as discussões foram feitas em separado, resultando em votações diferenciadas.

Fonte: Brasil, Direito à Memória e à Verdade, p. 139

Referências

BRASIL. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre M Políticos*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. *Direito a Memória e à Verdade: afrodescendentes mortos na luta contra o regime militar*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

DOSSIE DITADURA: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. IEVE- Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009.

LEAL, Rogério Gesta (org).. *Verdade, memória e justiça: um debate Necessário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

SITES CONSULTADOS

www.cnv.gov.br

www.desaparecidospoliticos.org.br

www.documentosrevelados.com.br

www.sedh.gov.br

